

CIBEC/INEP



B0000149



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

**ANAIS DO
1.º SEMINÁRIO NACIONAL
DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

NITERÓI, 23 A 28 DE JULHO DE 1978

(042)

**NITERÓI
1979**

**Anais do 1.o Seminário Nacional
de Bibliotecas Universitárias**

Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1.,
Niterói, **1978**.
Anais. Niterói, UFF. Núcleo de Documentação, 1979.
p. 406

1. Bibliotecas universitárias — Congressos.

CDD 027.7063
ISBN



MEC / INEP
SIBE - CIBEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

ANAIS DO 1º
SEMINÁRIO NACIONAL
DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS

NITERÓI, 23 A 28 DE JULHO DE 1978

NITERÓI
1979

HOMENAGEM ESPECIAL

Célia Ribeiro Zaher

HOMENAGEM PÓSTUMA

Élvia de Andrade Oliveira

AGRADECIMENTOS

Adelço Vieira da Costa
Denice Maria Pinheiro de Souza
Ikelfany Gama Bittencourt
Sérgio Cardoso Daltro
Ao Livro Técnico
Café Servidor Ltda. (Fidelense)
A Casa da Filosofia
Coca-Cola Refrigerantes Niterói S/A
Editora Cultura Médica
Editora Guanabara Koogan
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Flumitur
Livraria Interamericana
Livraria Interciência
Livraria Panorama
Museu Histórico do Rio de Janeiro

SUMARIO

	Pág.
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
REGIMENTO	15
REGULAMENTO DOS PAINÉIS E SESSÕES CIENTIFICAS ..	19
REGULAMENTO DOS CURSOS	21
CURSOS MINISTRADOS	22
SESSÃO SOLENE DE ABERTURA	23
PAINÉIS	31
PAINEL SOBRE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E SIS TEMAS DE INFORMAÇÃO	33
Programas Internacionais de Apoio à Biblioteca Universitária como Elemento de Desenvolvimento, por Célia Ribeiro Zaher	34
Processamento Técnico Centralizado Automatizado na Biblio teca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por Heloísa Benetti Scheiner, Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, Jacira Gil Bernardes e José Palazzo de Oliveira	40
Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por Leila Magalhães Zerlotti Mercadante	86
Sistema Integrado do IBICT para Registro e Recuperação de Informações Bibliográficas e de Autoridade, por Antonio Euclides da Rocha Vieira	99
PAINEL SOBRE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	109
Informação Científica em Ciências da Saúde, por Abram Sonis	111
Aspectos Econômicos da Informação Científica e Tecnoló gica, por Aldo Albuquerque Barreto	117
Interação da Documentação Científica Brasileira — uma amostra, por Elisabeth Schneider de Sá e Eliana Souza Pinheiro	125

Interdependência entre a Aquisição Planificada e a Disseminação Seletiva da Informação Científica para a Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, por Maria das Neves Niederauer Tavares Cavalcanti	147
PAINEL SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	162
Cooperação entre a Biblioteca Nacional e as Bibliotecas universitárias, por Janice de Mello Monte-Mór	163
Biblioteca Universitária no Brasil — Reflexões sobre a Problemática, por Antonio Miranda	175
Aspectos e Problemas de Administração de Bibliotecas universitárias, por Alice Barros Maia	190
sistema Centralizado de Biblioteca: uma experiência, por Maria Regina Azevedo Arbulo Uriarte e Vera Lúcia da Costa Mouren	201
PAINEL SOBRE TREINAMENTO DE USUÁRIOS	209
O Livro, a Biblioteca e o INL, por Emir José Suaiden	210
Metodologia da Pesquisa Documentária, por Leila Galvão Caldas da Cunha, Dyrce Barreto Taveira e José Carlos Abreu Teixeira	216
Avaliação de Serviços Prestados a Usuários de Bibliotecas Biomédicas, por Maria Angela Lagrange Moutinho dos Reis	237
A Biblioteca Especializada como Suporte para a Biblioteca Universitária, por Lilia Teresa Vasconcelos Torres e Lygia de Medeiros Albeirice	242
PAINEL SOBRE A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	263
Projeto Interação Atividade/Pesquisa: Avaliação de Periódicos Científicos e Técnicos Brasileiros, por Gilda Maria Braga	267
Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Reflexões — Sugestões — Experiências, por Abgail de Oliveira Carvalho	270
Seleção através do Usuário: PRODOCENTE/Livros, por Judith Rebeca Schleyer	285

Expansão do Acervo e Implantação do Serviço de Documentação da Biblioteca Central, por Nazian Azevedo de Moraes	294
SESSÕES CIENTÍFICAS	305
1ª SESSÃO CIENTÍFICA	302
Projeto de Automação da Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação, por Katia Maria Lemos e Rodolfo Miguel Baccarelli	308
Carta de Aquisição; um Histórico e uma Posição, a Experiência da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC/RJ, por Cecília Malizia Alves	337
2ª SESSÃO CIENTÍFICA	356
Necessidade de Informação: o Ponto de Vista do Pesquisador, por Cecília Malizia Alves	
3ª SESSÃO CIENTÍFICA	362
A Biblioteca Universitária no Brasil do Ponto de Vista do Pesquisador, suas Expectativas e Interesses, por Jorge da Silva Paula Guimarães e Charles Alfred Esberard ..	363
Treinamento de Usuários da Informação para Alunos de Graduação da Área Biomédica da UFF, por Alrídia Carvalho Pinto Moreira, Eneida de Mattos Folly, Marcia Maria Erthal Serrão e Marêda Fiorillo Bogado	378
4ª SESSÃO CIENTÍFICA	392
A Vinculação entre a Biblioteca Universitária e os Cursos de Pós-Graduação, por Herta Laszlo	393
A Biblioteca Universitária e seus Reflexos na Pesquisa Científica, por Elza Corrêa Granja	396
PROPOSTA DE RESOLUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES APRESENTADAS NOS PAINÉIS, SESSÕES CIENTÍFICAS E REUNIÕES LEVADOS A EFEITO DURANTE O PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	403
ÍNDICE DE AUTORES	406

PREFACIO

Com a realização do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias pretendeu-se reunir a alta administração das universidades, autoridades, usuários e bibliotecários para iniciar-se uma tradição de estudo conjunto e análise sistemática da atuação das bibliotecas universitárias, evolução, suas tendências, possibilidades, deficiências, etc, buscando-se no diálogo nacional o entrosamento ideal e entendimentos indispensáveis à adoção de medidas racionais que as fortaleçam, capacitando-as à realização de seu objetivo maior, devidamente expresso no tema central do Seminário — A Biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento nacional.

Nesse sentido foram selecionados os painéis representativos dos assuntos e situação com os quais é grande o envolvimento e o desempenho da biblioteca universitária e de suas atividades: administração de bibliotecas propriamente dita, informação científica, sistemas de informação, pós-graduação, treinamento de usuários, etc.

Esperamos que haja continuidade desses encontros e que as recomendações do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias sejam levadas em consideração pelas autoridades competentes, a fim de assegurar às bibliotecas universitárias o pleno desempenho de suas atividades e a realização de seu objetivo principal: servir de apoio básico aos programas de ensino, aos projetos de pesquisa e às atividades de extensão.

ALICE BARROS MAIA Prof^a Adjunta do
Dept^o de Documentação Livre Docente da
UFF

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense fez realizar, com muito sucesso, em 1978, o 1ª SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, graças à coragem e visão de sua então Diretora, Profª Alice Barros Maia, e à dedicação da equipe incumbida de levar a bom termo tamanha empreitada.

A publicação destes Anais vem alargar os resultados à época obtidos, com a possibilidade de estender a todos o conhecimento transmitido através dos trabalhos apresentados.

Optamos por dar aos Anais um arranjo que possibilitasse destacar o tema central — A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO SUPORTE DO ENSINO E DA PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL — através da reunião dos painéis na 1ª parte. As sessões científicas, de temas mais livres, compõem a 2ª parte.

Queremos expressar a nossa gratidão a todos que trabalharam na preparação dos originais e muito especialmente à bibliotecária Marcia Maria Erthal Serrão que coordenou esta tarefa com carinho e dedicação.

ELISABETH SCHNEIDER DE SÁ
Diretora do Núcleo de Documentação

REGIMENTO

Capítulo I — DA ENTIDADE PROMOTORA, SEDE E DATA

Art. 1º-O 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, promovido pelo Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense, será realizado em Niterói, de 23 a 28 de julho de 1978.

Capítulo II — DOS OBJETIVOS

Art. 2º — O 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, terá por objetivos:

- 1 — Levantar e discutir as situações relacionadas com as bibliotecas universitárias.
- 2 — Reafirmar o intercâmbio de experiências na área.
- 3 — Discutir aspectos vinculados à organização e administração de bibliotecas universitárias.
- 4 — Divulgar informações técnicas sobre o assunto.
- 5 — Contribuir para o esclarecimento e racionalização dos serviços de bibliotecas universitárias em todas as suas manifestações como medida de apoio para o desenvolvimento nacional.

Capítulo III — DA PARTICIPAÇÃO

Art. 3º — Além dos componentes das Comissões Diretora e Organizadora serão considerados membros do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias:

1 — Especialistas convidados oficialmente.

2 — Membros efetivos.

§ 1º — Serão membros efetivos todos aqueles que manifestarem sua adesão, inscrevendo-se no 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

§ 2º — A categoria de membro efetivo compreenderá inscrições individuais e de instituições.

Art. 4º — O valor das inscrições para membros efetivos será de Cr\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos cruzeiros) até 30/04/78 ou Cr\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos cruzeiros) a partir de 1º/05/78 e Cr\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos cruzeiros) correspondendo, respectivamente, ao registro individual e de instituições.

Art. 5º — Ficarão limitadas a 550 (Quinhentos e cinquenta) as inscrições dos membros efetivos.

Capítulo IV — DO TEMARIO

Art. 6º — Do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, constarão a apresentação de painéis e sessões científicas sobre o tema central: A BIBLIOTECA COMO SUPORTE DO ENSINO E DA PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

Art. 7º — Os painéis se destinarão ao exame de temas oficiais, e serão compostos por um coordenador, um secretário e vários expositores.

Art. 8º — As sessões científicas se destinarão ao exame de temas livres e serão compostas por um presidente, um relator, um secretário e vários expositores.

Capítulo V — DAS SESSÕES, TRABALHOS E COMUNICAÇÕES

Art. 9º — Serão consideradas constitutivas do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias:

- 1 — As sessões solenes de abertura e encerramento.
- 2 — As sessões plenárias, nas quais serão apresentados e debatidos os trabalhos.
- 3 — Outras atividades que poderão ser programadas (conferências, mesas redondas, etc).

§ 1º — Os especialistas convidados e os membros efetivos que apresentarem trabalhos ou comunicações, deverão encaminhar os resumos até 31 de março de 1º78, e os trabalhos na íntegra, até 15 de maio do mesmo ano.

§ 2º — Todos os trabalhos e comunicações, inclusive os resumos, deverão ser elaborados segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 10º — As sessões plenárias serão regulamentadas por ato normativo baixado pela Comissão Diretora.

Art. 11º — Na sessão de encerramento serão apresentadas as conclusões e recomendações do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Capítulo VI — DOS CERTIFICADOS

Art. 12º — Compete a Comissão Diretora expedir certificados aos participantes.

§ Só serão concedidos certificados aos membros efetivos que comparecerem a, no mínimo, 70% das sessões plenárias.

Capítulo VII — DAS PUBLICAÇÕES

Art. 13º — Os anais do 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias e as cópias dos trabalhos apresentados serão publicados e distribuídos sob a responsabilidade da Universidade Federal Fluminense, através do Núcleo de Documentação .

§ 7º — As cópias dos trabalhos referidos no art. 13º serão graciosamente distribuídas durante o 1º Seminário a todos os participantes.

§ 2º — Os anais a que se refere o artigo anterior serão publicados a "posteriori" com preços a serem fixados.

Capítulo VIII — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14^o — A responsabilidade financeira do 1^o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias será da Universidade Federal Fluminense.

Art. 15^o — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora.

REGULAMENTO DOS PAINÉIS E SESSÕES CIENTÍFICAS

1 — As mesas dos painéis serão compostas de coordenador, secretário, conferencista e expositores.

1.1 — Aos coordenadores compete:

- a) abrir os painéis e convocar o secretário, o conferencista e os expositores de trabalhos;
- b) apresentar o conferencista e os expositores de trabalhos;
- c) coordenar as apresentações e os debates;
- d) elaborar as propostas de recomendações;
- e) encerrar os painéis.

1.2 — Aos secretários compete:

- a) **redigir as atas dos painéis;**
- b) receber as perguntas relativas aos trabalhos apresentados;
- c) outras atividades de secretaria que se fizerem necessárias .

2 — As mesas das sessões científicas serão compostas de presidente, relator, secretário e expositores.

2.1 — Aos presidentes compete:

- a) abrir as sessões e convocar o relator, o secretário e os expositores de trabalhos;
- b) apresentar os expositores;
- c) coordenar as apresentações e os debates;
- d) elaborar as propostas de recomendações;
- e) encerrar as sessões.

- 2.2 — Aos relatores compete:
- a) elaborar as sínteses dos trabalhos e discussões; b) submeter à apreciação do presidente; c) proceder a leitura da sinopse.
- 3 — Os painéis terão início às 8,30h e as sessões científicas às 14h.
- 3.1 — Os coordenadores dos painéis e os presidentes das sessões científicas disporão de 10 minutos para instalação da mesa e 10 minutos para encerramento.
- 3.2 — O conferencista convidado e os expositores disporão cada um de 30 minutos para apresentação do tema sob sua responsabilidade.
- 3.3 — Nos painéis haverá um intervalo de 30 minutos às 10h. Os minutos finais ficarão reservados ao debate.
- 3.4 — Nas sessões científicas, após cada expositor, haverá um período de 30 minutos para debate.
- § 1º — O presidente da sessão poderá prolongar o período de exposição de cada trabalho, até 45 minutos.
- 4 — As perguntas deverão ser encaminhadas à mesa, por escrito, assinadas e com indicação da instituição a que pertence o questionador.
- 5 — Sempre que julgar necessário o coordenador ou o presidente poderá suspender os trabalhos.
- 6 — As atas e propostas de recomendação aprovada serão encaminhadas pelos presidentes ou coordenadores ao Relator-Geral logo após o encerramento.
- 7 — Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelos coordenadores ou presidentes dos painéis e sessões científicas.

REGULAMENTO DOS CURSOS

- 1 — Poderão participar dos cursos todas as pessoas inscritas no 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, mediante o pagamento da taxa de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros) por curso.
- 2 — As inscrições serão feitas na Secretaria do Seminário, à Rua Miguel de Frias, n.º, a partir da sua abertura.
- 3 — Para cada curso haverá um limite de 50 vagas.
- 4 — Para cada curso haverá um Secretário que ficará encarregado de:
 - a) Preenchimento do recibo de inscrição;
 - b) Recebimento da taxa de pagamento;
 - c) Controle das vagas existentes;
 - d) Elaboração das listas de presença;
 - e) Assessoramento ao professor e assistência aos participantes do curso.
- 5 — Os participantes dos cursos receberão certificados de frequência, expedidos pela Universidade Federal Fluminense, desde que tenha comparecido a 85% das aulas.
- 6 — Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Sub-Comissão de Cursos.

CURSOS MINISTRADOS

CURSO: A MICROPILMAGEM NAS BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

Prof. OSCAR OSWALDO CAMPIGLIA — Bibliotecário e Técnico de Microfilmagem da UNICAMP.

CURSO: EVOLUÇÃO BIBLIOMÉTRICA

Por: ELISABETH SCHNEIDER DE SÁ — M.D. — Chefe da Biblioteca de Veterinária da UFF.

CURSO: INDEXAÇÃO DE TESAUROS

Prof^a CORDELIA R. CAVALCANTI — Prof^a Titular do Curso de Biblioteconomia da UnB.

CURSO: ESTATÍSTICA EM BIBLIOTECAS

Prof^a MARIA ANGELA LAGRANGE MOUTINHO DOS REIS
— Bibliotecária da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.

CURSO: DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Prof^a SELMA CHI BARREIRO — Chefe do Centro de Informações Nucleares da CNEN.

CURSO: PROCESSAMENTO DE DADOS EM BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Prof. CAVAN MICHAEL Mc CARTHY.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

Componentes da Mesa

GERALDO SEBASTIÃO TAVARES CARDOSO — Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense.

ALICE BARROS MAIA — Presidente do Seminário. Diretora do Núcleo de Documentação da UFF.

JOÃO CARLOS GOMES RIBEIRO — Vice-Presidente do Seminário .

MARIA JOSÉ MANSUR BARBOSA — Representante da Sra. Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

ISMENIA LIMA MARTINS — Representante do Exmo. Sr. Prefeito de Niterói.

JAVIER PEREZ ENCISO — Representante do Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro.

CÉLIA RIBEIRO ZAHER — Diretora da Division de la Pro-motion du Livre et dex Exchanges Cuiturales Interna-tionaux da UNESCO e Professora Titular da UFF.

DALVA ESTELLA MOREIRA PEREIRA — Presidente do CRB 7.

JOSÉ CARLOS DE SIQUEIRA PEREIRA — Representante do General Comandante da 2º Brigada de Infantaria.

LÉA TÂNIA DE AQUINO — Representante do Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

MERCEDES DE LA FUENTE — Presidente da Associação Paulista de Bibliotecários.

JUDITH REBECA SCHLEYER — Representante do MEC/
CAPES.

IVO GIANINI — Secretário de Educação e Cultura de Niterói.

CARLOS ALBERTO MENDONÇA — Presidente do Centro de Estudos Sociais da Universidade Federal de Alagoas.

MARIA DE LOURDES FORTES — Coordenadora do Curso de Administração da UFF.

PRONUNCIAMENTO DA PROFESSORA ALICE BARROS MAIA

De repente, quando me vejo à frente das autoridades mais representativas desta cidade e diante de um selecionado auditório que conta com os mais ilustres representantes desta e de outras cidades do país, começo a achar que houve um erro de pessoa, pois deveria estar neste lugar para falar-lhes. Não quem lhes dirige a palavra neste momento, mas quaisquer dos membros da Comissão Organizadora, pois, certamente, o fariam com mais sucesso, vencendo esses momentos de emoção com maior êxito. As circunstâncias, no entanto, colocaram-me aqui de onde lhes peço boa vontade e paciência, por esses minutos de sacrifício, já que, positivamente, não temos a menor inclinação para a oratória.

Em primeiro lugar, dirijo-me ao Magnífico Reitor desta Universidade, Professor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso, para agradecer-lhe a oportunidade e o estímulo para a realização deste encontro e de quem o Núcleo de Documentação da UFF tem recebido todo o apoio e incentivo, de acordo com a sua tradição de encorajar as iniciativas que lhe parecem válidas.

Queremos agradecer, também, aos que acreditaram na seriedade e conveniência da realização do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, prestigiando-nos com palavras de estímulo e encorajamento, inclusive, participando mais ativamente, ao encaminharem à Comissão os textos sobre trabalhos provenientes das suas experiências e vivências profissionais sobre projetos em realização, planos em vias de execução etc, para serem selecionados e apresentados durante o Seminário.

Os nossos agradecimentos às autoridades que, atendendo ao apelo desta Universidade, permitiram ou facilitaram o comparecimento de seus subordinados a esse encontro.

A todos que se inscreveram e aqui comparecem com sua honrosa presença e significativa participação, também, os nossos agradecimentos.

Aos professores, que aceitaram o nosso convite para ministrar cursos de atualização da mais alta importância para o pessoal que trabalha em bibliotecas.

À Dra. Célia Ribeiro Zaher, nossa homenageada especial, nossos agradecimentos, também especiais, pelo gesto de compreensão e solidariedade, interrompendo um período de merecidas férias, privando sua família do seu convívio, para prestigiar-nos com sua presença tão estimada.

Enfim, em meu próprio nome e em nome do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense agradecemos e enalteçemos, de público, a demonstração de apoio e colaboração dada por todos os membros da Comissão Organizadora, cujo senso de responsabilidade furtou-lhes horas de sono e tranquilidade, impondo-lhes sacrifícios que não pouparam para cumprimento do compromisso assumido com esta Direção. Estavam todos vivamente empenhados no êxito do Seminário, na busca de melhores soluções, por acreditarem em seus objetivos básicos: melhoria do sistema de bibliotecas universitárias através de maior entrosamento entre as mesmas, tendo em vista a sua real integração às atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo cada vez mais efetivamente com os objetivos da Universidade.

Isoladamente, as bibliotecas tem trabalhado no sentido de superar os problemas que as afetam procurando soluções adequadas às diversas situações. Atuando no mesmo campo de atividade, com os mesmos objetivos, os problemas são comuns, amplos, genéricos, exigindo entendimento mais efetivo entre profissionais, administradores e toda a comunidade universitária, no sentido de analisar-se em conjunto o panorama atual das bibliotecas universitárias, suas possibilidades, deficiências, etc. Assim estaremos buscando uma solução adequada aos seus problemas, superando os obstáculos que se opõem à efetivação de bibliotecas integradas num sistema que sirva de real suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e proporcione melhor e mais adequado atendimento ao usuário.

Esta a nossa intenção, estes os nossos objetivos.

Muito obrigada a todos pela atenção.

**PRONUNCIAMENTO DA PROFESSORA CÉLIA
RIBEIRO ZAHER**

É com grata satisfação que aceito neste momento, o convite para dizer algumas palavras nesta Sessão Solene de Abertura, do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Com duplo prazer, aproveito essa ocasião para em nome do Diretor Geral da UNESCO, Dr. Amadu Mattar Renbou e de meu próprio, desejar o maior êxito nas deliberações deste Seminário, que começa segunda-feira, e que tem agora a sua Abertura Oficial.

Como é do conhecimento de todos a UNESCO dá a maior importância ao programa de bibliotecas universitárias e através do seu programa geral de informação procura apoiar o desenvolvimento destas bibliotecas em todo o mundo.

É com grande satisfação que tenho a oportunidade e o prazer de estar aqui, no momento em que o I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias ocorre e acompanharei com o maior interesse todas as discussões e deliberações que dele saírem.

Agradeço ao Magnífico Reitor e à mesa a oportunidade de dirigir-lhes esses votos em nome do Diretor Geral da UNESCO e em meu próprio.

PRONUNCIAMENTO DO MAGNÍFICO REITOR GERALDO SEBASTIÃO TAVARES CARDOSO

Queremos expressar a satisfação da Universidade em recebê-los, aqui, hoje, e nesses dias, dando as boas-vindas da cidade de Niterói e da Universidade Federal Fluminense e dizendo que aqui estamos de braços abertos e certos da importância da reunião que aqui será realizada.

Nós, há algum tempo atrás, talvez um ano, quando a Professora Alice ia a uma reunião de Bibliotecários no Rio Grande do Sul, e me perguntava sobre a realização, aqui, deste Seminário, eu me recordo que dizia a ela que poderia lançar a idéia e trazer este I Seminário para nossa Universidade .

Isto porque, em primeiro lugar, entendemos que é muito importante a troca de idéias de especialistas sobre um assunto específico e de mais alta importância, como bibliotecas universitárias e, além disso, acreditamos que além do convívio que, fatalmente, trará benefícios a todos pela facilidade de relacionamento pessoal que passará a existir entre os representantes de bibliotecas de várias universidades brasileiras, também a experiência de cada um trazida aqui, certamente se reverterá em benefício de todos.

A biblioteca na Universidade é, talvez, aquele trabalho silencioso, mas fundamental para o êxito de todo o trabalho docente, quer no que se refere ao ensino, quer no que se refere à pesquisa.

Não se pode ter realmente uma universidade atuante e de boa qualidade, sem um bom sistema de bibliotecas e quando eu digo um bom sistema de bibliotecas eu não me refiro, fomento, à quantidade de livros e revistas, mas fundamentalmente ao trabalho do bibliotecário na biblioteca, porque esse na realidade é que é o grande motivador, a grande alavanca, aquilo que vivifica o livro no sentido de levar a informação a nós, professores e pesquisadores, quando dela precisamos para realizar um trabalho.

É evidente que não poderia desvalorizar o livro e o acervo bibliográfico que temos, mas em termos de eficiência do sistema de bibliotecas, eu creio, é mais importante o bibliotecário, aquele elemento dedicado que ajuda o professor a buscar a informação onde ela exista.

É por isso mesmo que achei, e acho importante este encontro porque é uma oportunidade que facilita, evidentemente, todo este intercâmbio.

A universidade brasileira é pobre. Vivemos em um país em desenvolvimento e como tal, não temos as mesmas condições que tem os países mais ricos, e é por isso mesmo que temos de nos contentar com os acervos que possuímos, porque jamais este acervo será aquele que atenderá às aspirações dos professores e pesquisadores da Universidade.

Muitas vezes, vemos o bibliotecário sofrendo, porque ele é curioso. Senti isso na minha Universidade.

Observamos que o bibliotecário é um dos especialistas dos mais zelosos, preocupados em atender e ele sofre, quando não consegue dar a informação ao usuário.

Nós vemos o bibliotecário constantemente sofrendo quando o acervo não tem aquilo que deveria ter para dar ao usuário a informação pronta, na hora e nas condições que ele necessita, mas tudo isso nós temos que entender pelas dificuldades que todo sistema universitário brasileiro tem de recursos para todos os seus objetivos. Isto tudo é suprido, exatamente, com o amor que é dedicado ao trabalho pelos bibliotecários.

Eu dou o testemunho dos bibliotecários da minha Universidade para os senhores que vem de fora, dizendo que são uma equipe maravilhosa. Os senhores vão ter contato com eles esses dias e sentir isso, pois a realização desse Seminário, por parte deles, é com o objetivo de aumentar esse relacionamento .

Queríamos, antes de encerrar, agradecer, por intermédio dos senhores aos Magníficos Reitores das universidades de que são procedentes, a oportunidade de participação neste encontro.

Gostaria de estar com os senhores nesse período, infelizmente não será possível, porque amanhã se inicia a 7ª Reunião Plenária dos Reitores Brasileiros no Espírito Santo, para onde me dirijo amanhã de manhã.

Encerrando, agradeço mais uma vez a presença de todos.

PAINÉIS

PAINEL SOBRE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Componentes da mesa

Coordenadora: LELIA GALVÃO CALDAS DA CUNHA (Chefe do Departamento de Documentação da UFF)

Conferencista: CÉLIA RIBEIRO ZAHER (Diretora da Divi-sion de la Promotion du Livre et des Exchanges Cultu-rales Internationaux da UNESCO)

Expositores: ELOISA BENETTI SCHREINER (Diretora da Biblioteca Central da UFRGS)

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADAN-TE
(Diretora da Biblioteca Central da UFRGS)

ANTONIO EUCLIDES DA ROCHA VIEIRA (Chefe da Divisão de Processamento de Dados do Departamento de Apoio Técnico do IBICT)

Secretária: ANA LÚCIA LIMA FERREIRA (Bibliotecária do Núcleo de Documentação da UFF)

PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE APOIO À BIBLIOTECA
UNIVERSITÁRIA COMO ELEMENTO DE
DESENVOLVIMENTO CULTURAL

CÉLIA RIBEIRO ZAHER (Diretora da
Division de la Promotion du Livre et des
Exchanges Culturels Internationaux
da UNESCO)

Tendo sido convidada para falar durante esse Seminário, onde serão debatidos a nível nacional os problemas de técnicas de funcionamento de bibliotecas universitárias, assunto de grande atualidade, não resta dúvida que acho de grande relevância ressaltar no início desses debates, o papel que tem as Universidades de hoje com a responsabilidade de seu conceito de universalidade, pois as bibliotecas e os serviços que oferecem, devem servir de apoio ao preenchimento de metas e objetivos que pela sua universalidade, têm profunda afinidade com aquelas definidas pela própria UNESCO para sua ação.

O objetivo da UNESCO é contribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, ciência e cultura, de modo a aumentar o respeito universal pela justiça, ordem, direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos. Pelos seus próprios objetivos, a UNESCO está, inevitavelmente, destinada desde a sua fundação, a dar maior ênfase aos problemas ligados às atividades de ensino superior e colaboração intelectual com as universidades através do mundo, seja estimulando o progresso e o saber em escala mundial, seja encorajando-a das mais diversas formas.

A UNESCO procura estimular os cientistas e pensadores de todos os países a reunir esforços a fim de elucidar diferentes problemas com que se depara a humanidade de nossos dias, convidando academias de todas as partes do mundo a apoiar suas atividades, em busca de uma paz duradoura e dos direitos humanos de todos os povos. Dentro de seus objetivos, a UNESCO tem se preocupado e se identificado

com o papel das universidades, conceituando sua ação que tem sido por diversas vezes apresentada a outras assembleias pelo Diretor Geral da UNESCO, Dr. Amadu Mattar Renbou, especialmente na Associação dos Universitários Africanos e perante as Universidades de Upsala, Granada, Sorbonne e de algumas outras.

Gostaria, nesta ocasião, de apresentar a esta Assembleia a problemática de como a UNESCO vê, atualmente, a Universidade, seja de países industrializados ou em países em desenvolvimento, que está sujeita, hoje em dia, a um tríplice posicionamento e desafio, sua democratização, absorção social de seus graduados pela comunidade nacional e, finalmente, sua própria inserção na vida econômica e social, isto é, a renovação indispensável a que ela deve se submeter constantemente.

Por sua própria natureza, a Universidade é ambivalente, seja como fator de continuidade, seja como força renovadora, por vezes contestatória.

O que é a Universidade, para que e por que? São questões que se repetem permanentemente e cujas respostas diferem de uma geração para outra e de uma sociedade a outra. Seus elementos comuns refletem a necessidade atual de sua democratização, da importância cada vez maior da educação permanente, como exigência imperiosa sem, no entanto, distanciar ou abandonar o campo da pesquisa como elemento essencial e aue. deve se aferir cada vez mais como campo renovador. A Universidade, desta forma, deve continuar no seu papel de criador do saber através da pesquisa desinteressada, da transmissão de conhecimentos e da formação de intelectos, mas para preencher essas tarefas e conservar seu valor intemporal, ela deve se ultrapassar e reformar seu elitismo tradicional, repensando seu valor bivalente com o saber e com a sociedade.

O crescimento considerável da população universitária implica não somente na mudança de escalões, mas de estruturas novas que permitam a acolhida de novos grupos etários ou de novas categorias sócio-econômicas: de trabalhadores que não puderam fazer uma carreira acadêmica normal, de adultos cujo desejo de saber, com a transformação rápida de conhecimentos tecnológicos e das exigências de emprego,

retomam seus estudos durante a vida profissional, ou em alternância com ela. Assim sendo, o conteúdo do ensino universitário, para corresponder a essas novas exigências> tem que se diversificar cada vez mais à abertura de campo de ação, que por sua vez afeta as atividades de ensino e pesquisa. É essa com efeito, a contribuição que a Universidade deve dar a solução dos grandes e complexos problemas que cada sociedade encontra e enfrenta, hoje em dia, assim como toda comunidade internacional, em sua totalidade.

Esse engajamento a serviço da comunidade nacional e internacional reunida numa aspiração idêntica de uma ordem mundial nova, fundada sob a solidariedade de destino é, talvez, a característica mais nova e mais cheia de conseqüências da missão da Universidade de hoje. Essa busca de uma ordem internacional mais justa e mais equitativa deve encontrar nas Universidades uma garantia de resposta aos problemas que pairam sobre as futuras gerações.

A aceitação da existência de uma tradição e seus compromissos com o passado deve ligar-se à aceitação da existência de uma cultura nova, afastando, assim, o perigo de que a Universidade seja o repositório de ciências mortas e de conceitos passados.

A Universidade não pode ficar insensível à necessidade de uma reflexão profunda sobre os problemas da fome, do analfabetismo, da falta de desenvolvimento e deve ser uma fonte para a solução desses problemas.

A perfeita interpretação ou mesmo, simbiose da Universidade com a sociedade é, talvez, particularmente, necessária em países em desenvolvimento.

As Universidades, muitas vezes, se constituem na única infra-estrutura existente para pesquisa, num lugar privilegiado de concentração do saber. Elas devem consagrar todas as suas forças ao desenvolvimento e ao progresso, contribuindo à solução de problemas vitais das populações, participando na educação de uma população pouco instruída e às vezes, analfabeta, para contribuir assim, com o desenvolvimento. Deve em todas as suas atividades, impregnar-se da noção de serviço social e contribuir, na reforma do sistema

educativo, através de uma reflexão no campo da pesquisa em pedagogia e ciências da informação. Evidentemente, não se pode pretender que as Universidades tomem a si todas as tarefas do desenvolvimento, mas, indubitavelmente, como ressaltou o Diretor Geral da UNESCO, a Universidade tem um papel insubstituível e sem dúvida, deve inspirar e apoiar movimentos renovados, conservando sempre as formas mais elevadas de seus altos padrões intelectuais.

Como disse Julian Huxley, um dos primeiros Diretores da UNESCO, a vocação da Universidade é de promover a qualidade e a riqueza contra a quantidade e a uniformidade.

A ignorância é, nos nossos dias, um dos problemas chave dos países em desenvolvimento, os quais as Universidades devem e podem ajudar a solucionar. Algumas estatísticas podem equacionar a extensão deste problema; para a totalidade dos países em desenvolvimento, o número de analfabetos passou de 600 milhões, em 1960, a 756 milhões, em 1970, e nada indica que essa tendência se inverterá em futuro próximo. Com efeito, de acordo com as estatísticas da UNESCO, nos países do terceiro mundo a metade da população na faixa etária de 15 anos ou mais, é, atualmente, analfabeta. Pode-se, assim, medir a responsabilidade da sociedade face a um problema que parece, à primeira vista, essencialmente da esfera do ensino primário e secundário, mas pelo que representa, passa a não mais dissociar-se do problema de desenvolvimento cultural, visto na sua totalidade.

Mesmo nas sociedades mais avançadas economicamente.. ficou evidenciado que graves problemas surgem, quando existe um crescimento econômico concebido como um fim-e:n si mesmo em vez de ter o homem como agente e como fim. Não mais se pode aceitar um desenvolvimento econômico linear, mas sim um desenvolvimento cultural global. Dessa forma, a Universidade está sendo chamada a desempenhar um papel básico no futuro dos povos, sentindo sua responsabilidade face a comunidade inteira. Dentro desse contexto de uma Universidade renovada, dinâmica e atual, as bibliotecas universitárias não podem continuar a desempenhar o papel estático e tradicional que, muitas vezes, é a característica dos países em desenvolvimento. Elas serão chamadas não só a tomar parte ativa como elemento de apoio a

todo o processo intelectual e desenvolvimento do saber, mas também no processo de interação das Universidades com os campos de produção de cada país, onde a informação é o elemento básico.

DEBATES

Quais os programas de apoio da UNESCO às Universidades?

CÉLIA RIBEIRO ZAHER — A UNESCO tem um programa extenso de apoio as Universidades. Esse programa se faz através de dois elementos: elementos de estudos e pesquisas e elementos operacionais. A parte de estudos e pesquisas visa estudar problemas que achamos que são básicos ao desenvolvimento ao ensino universitário em todo o mundo. Esses problemas, evidentemente, não são idênticos nos diversos continentes. Os resultados desses estudos e pesquisas são divulgados através de publicações da UNESCO. A UNESCO também é chamada a apoiar e a orientar os países na revisão curricular. Outro grave problema que ocorre em geral nos países em desenvolvimento, é o do livro de texto e a formação de professores. Esses são os dois elementos operacionais que a UNESCO é chamada a apoiar. A formação de professores seja a nível nacional, pela criação de centros de excelência ou de escolas, seja a nível regional, pela criação de centros de excelência a nível regional ou então, a formação de professores no exterior. O que atualmente a minha Divisão está tentando fazer é a inclusão permanente nos programas educacionais do elemento da biblioteca, pois, normalmente, esses programas vêm sendo tratados independentemente. Não se trata de encarar o problema da biblioteca como elemento de infra-estrutura essencial aos programas educacionais e de pesquisa. Atualmente, estamos tentando fazer o entrosamento de maneira que a biblioteca universitária possa aparecer sempre como elemento básico dentro de qualquer reforma universitária, porque aparece sempre como um problema do livro em si, sem se preocupar com a infra-estrutura necessária para que o livro seja distribuído, ou circule devidamente, através de uma rede de bibliotecas. Esses elementos, infelizmente, ainda estão sendo tratados isoladamente pela maior parte dos governos. A UNESCO tem feito esforços no sentido de que esses elementos: livro biblioteca e ensino, sejam vistos de uma forma global e não independente.

O que está fazendo a UNESCO em favor do estudante universitário?

CÉLIA RIBEIRO ZAHER — Eu acho que a qualidade do estudante universitário é uma decorrência da qualidade da Universidade que ele frequenta. A UNESCO procura ajudar os governos na renovação do ensino universitário, de sua infraestrutura e na liberdade do universitário escolher cursos que sejam de alto nível internacional.

PROCESSAMENTO TÉCNICO CENTRALIZADO AUTORIZADO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Relatório da primeira fase de implantação.

HELOÍSA BENETTI SCHREINER (Diretora da Biblioteca Central/UFRS)

MARIA DE LOURDES AZEVEDO MENDONÇA (Chefe da Divisão de Processamento Técnico da Biblioteca Central/UFRGS)

JACIRA GIL BERNARDES (Bibliotecária da Divisão de Processamento Técnico da Biblioteca Central/UFRGS)

JOSÉ PALAZZO DE OLIVEIRA (Professor do Centro de Processamento de Dados/UFRGS).

RESUMO

A Biblioteca Central da UFRGS foi criada em dezembro de 1º71, ocasião em que foi extinto o Serviço de Bibliografia e Documentação. Em dezembro de 1º72 foram aprovadas as Normas Básicas para o funcionamento da Biblioteca Central que deverão vigorar até a aprovação do seu regimento definitivo. De acordo com as Normas Básicas, a Biblioteca Central e as vinte e sete bibliotecas de unidades e departamentos passaram a formar o Sistema da Biblioteca Central. Como consequência da nova legislação, foi implantado, em 1972, o Subsistema de Aquisição Centralizada, utilizando-se procedimentos manuais. A etapa seguinte foi a implantação do Subsistema de Processamento Técnico Centralizado Automatizado, que adotou código e padrões aceitos internacionalmente ou de uso multinacional. O trabalho inclui es-

pecificações sobre métodos e materiais adotados, custos e resultados. "Ultimately, the degree to which the computer has any real meaning to the library will depend upon how catalogs and indexes are handled. They are the central records of the library and the intellectual heart of its operations". *

1. ANTECEDENTES

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada em dezembro de 1971, ocasião em que foi extinto o Serviço de Bibliografia e Documentação, ficando cumprimento ao estabelecido no Estatuto e Regimento Geral da Universidade, aprovado em 1970. Em dezembro de 1972, foram aprovadas as Normas Básicas para o funcionamento da Biblioteca Central que deverão vigorar até a data da aprovação do regimento definitivo. De acordo com as Normas Básicas, a Biblioteca Central e das unidades da UFRGS passam a formar o Sistema de Biblioteca Central.

Neste contexto são funções da Biblioteca Central:

- a) reunir e organizar os recursos bibliográficos e audiovisuais necessários aos cursos e serviços da Universidade e promover sua eficaz utilização;
- b) proporcionar serviços bibliográficos e de informação aos professores, pesquisadores, estudantes e técnicos de modo a permitir o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária;
- c) coordenar as atividades técnicas e administrativas das bibliotecas setoriais especializadas, tendo em vista a racionalização e padronização de métodos e sistemas e a centralização dos acervos no Campus da UFRGS.

Como decorrência das Normas Básicas, foi implantado, em 1972, o Subsistema de Aquisição Centralizada, utilizando-se processos manuais.

* HAYES, R. & BECKER, J. *Handbook of data processing for libraries*. 2 ed. Los Angeles, Melville, 1974. p. 443.

A etapa seguinte foi a implantação do Subsistema de Processamento Técnico Centralizado que tem as seguintes características:

1 — O Subsistema adotou códigos e padrões de catalogação e classificação aceitos internacionalmente ou de uso Multinacional, i.e., o Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA) como norma para a determinação das entradas, o CCAA e a Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para Monografias, (ISBD (M) como normas para a catalogação descritiva, a Classificação Decimal Universal (CDU) para organização do acervo por assuntos e a edição de 1973 do formato CALCO para gravação e intercâmbio de ciados bibliográficos em fita magnética;

2 — O Subsistema dá especial importância à verificação da exatidão e da consistência dos dados bibliográficos e à identificação do maior número possível de dados sobre as obras, a fim de produzir registros de alta qualidade, tendo em vista a possibilidade de intercâmbio em fita magnética;

3 — O Subsistema está utilizando o equipamento e os serviços do Centro de Processamento de Dados da UFRGS.

Com estas características básicas, o Subsistema será capaz de:

1 — gerar o catálogo coletivo da UFRGS e o catálogo das vinte e sete bibliotecas setoriais, individualmente, imprimindo-os em papel ou em microforma;

2 — possibilitar a execução de serviços especiais, i. e., disseminação seletiva da informação, bibliografias retrospectivas especializadas, etc. e

3 — permitir o acoplamento dos subsistemas de aquisição centralizada e de controle de empréstimo, quando estes forem automatizados.

Com a finalidade de testar os métodos e as técnicas propostas, a Biblioteca Central e o Centro de Processamento de Dados desenvolveram o Projeto Piloto Catálogo de Teses da UFRGS, parcialmente financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Após a conclusão do projeto, em setembro de 1977, iniciou-se a implantação do sistema no acervo da Biblioteca (Central, cujo núcleo foi a coleção de material bibliográfico de aproximadamente 60.000 volumes, adquirida pela UFRGS do Dr. Gert Secco Eichenberg e que, até então, não se encontrava processada.

2. ESPECIFICAÇÃO SOBRE MÉTODOS E MATERIAIS.

2.1 Classificação da obra.

Sistemas de classificação adotada: Classificação Decimal Universal (CDU) .

Tabela base: Edição média em língua portuguesa.

Tipo de catálogo de assunto: Sistemático. Tipo de índice alfabético: índice em cadeia, sem reversões .

Instrumentos para controle da terminologia:

Termos das tabelas da CDU,

Library of Congress Subject Headings, 1975.

Lista de **encabezamiento de materia para bibliotecas**, de Rovira e Aguayo, 1967.

Eudiseii; thesaurus multilingüe para o processamento da informação em educação, 1974.

Macrotesauro OCDE, 1973.

Thesaurus of engineering and scientific terms, 1969, e índice alfabético do sistema.

2.2 Registro e catalogação da obra.

Códigos de catalogação adotados:

Código de catalogação Anglo-Americano (CCAA) e Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para Monografias (ISBD (M)).

Formato para gravação e intercâmbio de dados bibliográficos em fita magnética: CALCO. 1973.

2.3 Produtos finais.

- Catálogos públicos;
- Catálogo de autores;
- Catálogo de títulos;
- Catálogos de série;
- Catálogo de assuntos;
- Índice alfabético de assuntos;
- Catálogo administrativo;
- Catálogo de controle de número de obra;
- Catálogo de controle de número de registro;
- Catálogo topográfico;
- índice numérico de assuntos.

3 CUSTOS

Embora não tenhamos condições de oferecer um quadro comparativo entre o custo da catalogação no sistema manual e o seu custo no sistema automatizado, podemos apresentar os seguintes dados referentes ao sistema atual.

3.1 Desenvolvimento do sistema.

Não é possível especificar custos, pois tanto o pessoal da Biblioteca Central como do Centro de Processamento de Da dos trabalhava em horário parcial no projeto, dedicando-se a várias atividades simultaneamente.

3.2 Custo da catalogação.

714 obras em 2038 volumes foram registrados, classificadas e catalogadas em 2102 horas, portanto, 0,33 obra por hora ou 1 obra em cada três horas. Considerando-se que um bibliotecário custa para o UFRGS aproximadamente Cr\$ 100,00 por hora, calculamos em Cr\$ 300,00 o custo médio do processamento de uma obra, incluindo correções de listagens.

Quanto ao custo relativamente alto de registro, catalogação e classificação de uma obra, gostaríamos de deixar registradas as seguintes considerações:

1 — Os dados, nos quais se baseou o cálculo de custo referem-se ao primeiro período de processamento, ocasião em que foram implantadas as novas rotinas, e quando houve necessidade de reajustamento do pessoal à novas situações e de inúmeras tomadas de decisão precedidas de discussões técnicas.

2 — As obras processadas até o momento são obras de referência, geralmente em mais de um volume e em línguas estrangeiras, o que determina, naturalmente, maior tempo para o registro, a catalogação e classificação de cada unidade bibliográfica.

3.3 Custo do processamento automático.

O custo do processamento automático é calculado nos seguintes termos:

Cadastramento: Cr\$ 20,67 por obra

Correções : Cr\$ 3,12 por cartão

Impressão : Cr\$ 2,47 por registro impresso

Os valores aqui apresentados não devem ser vistos de forma absoluta, mas relativa, pois eles decrescerão à medida que a Biblioteca Central começar a usar de forma mais intensiva e extensiva a capacidade destes arquivos, i. e., implantar outros subsistemas automatizados na Biblioteca Central, introduzir um maior número de subprodutos e divulgá-los e estender a possibilidade de utilização do sistema a outras bibliotecas da Região.

4 EQUIPAMENTO UTILIZADO.

Equipamento de entrada:

Unidade de disquete; após digitação, conversão para fita magnética 1600 BPI, 9 trilhas.

Equipamento de processamento:

Burroughs B6700.

Equipamento de saída:

Cadastro obras: Fita magnética 1600 BPI, 9 trilhas. Impressora ou Sistema COM.

5 RESULTADOS E CONCLUSÕES.

Não obstante a UFRGS ainda não tenha tomado decisão oficial definitiva a respeito da estrutura organizacional do seu sistema de bibliotecas, a Biblioteca Central está implantando subsistemas básicos que poderão ser utilizados em qualquer estrutura.

Desde que foi criado o Subsistema de Aquisição Centralizada, em 1972, não se fez um estudo específico dos benefícios que daí advieram, mas sabe-se que através da política de não duplicação a UFRGS pode atualmente adquirir mais títulos de periódicos. Isto foi, sem dúvida alguma, um benefício sensível para os usuários do sistema. Não pretende-iros, entretanto, por razões internas, automatizar este subsistema a curto prazo.

Para o Subsistema de Processamento Técnico Centralizado, fixamos objetivos a curto, médio e longo prazo.

Na primeira etapa, pretende-se organizar a coleção da Biblioteca Central, de aproximadamente 65.000 volumes, publicando, semestralmente, seu catálogo em microforma para distribuição entre as bibliotecas setoriais.

Após a conclusão desta etapa, a Biblioteca Central deverá processar o material das bibliotecas setoriais, produzindo, então, o catálogo coletivo da UFRGS.

Para mais além, ficará, então, a implantação do teleprocessamento para gravação de dados e consultas aos arquivos, as bibliografias personalizadas e a aquisição de catalogação produzida fora da UFRGS e distribuída em fitas magnéticas.

Planejamos modesta e realísticamente. Entretanto, pre-vimos a base do sistema suficientemente compreensiva, a fim de permitir sua expansão e flexibilidade futuras.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 AVRAM, Henriette D. El servicio Marc; sua historia y sus consecuencias. México, Biblioteca Benjamim Franklin, 1976. 44 p.
- 2 BARBOSA, Alice Príncipe. Projeto CALCO; catalogação cooperativa automatizada. Rio de Janeiro, IBBD. 1973. 130 p.
- 3 CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americana. Brasília, Edição dos Tradutores, 1969. 528 p.
- 4 COE, D. Whitney. A cataloger's guide to AACR Chapter 6, Separately Published Monographs, 1974. Library Resources of Tecnical Service, 19 (2): 101-20, Spring 1975.
- 5 HAYES, Robert M. & BECKER, Joseph. Handbook of data processing for libraries. 2 ed . Los Angeles, Mel-ville, 1974. 688 p.
- 8 INTERNATIONAL Federations of Library Associations. International office for UBC. Standardization acti-vities of concern to libraries and national bibliographies; an outline of current pratices, projects and publication. London, IFLA commitee on cataloguing.
1976. 35 p. (Trabalho apresentado no International Congress on National Bibliographies, Paris, 12-15 September 1977).
- 7 ----- . ----- . Supplement. London, IFLA, 1977. 9 f. (Trabalho apresentado no International Congress on National Bibliographies, Paris, 12-15 September 1977).
- 8 . -- . ISBD (M); Descrição Bibliográfica In ternacional normalizada para monografias. Trad. de Maria Luiza Monteiro da Cunha. São Paulo, CODAC-USP, 1975.
. ----- . ISBD (M e S); a descrição bibliográfica internacional normalizada das monografias e das publicações em série. Trad. de Jorge Peixoto. Coim bra, Coimbra Editora, 1974. 103 p.

- 10 _____ UNIMARC; Universal MARC format.
London, 1977. 126 p.
- 11 INTERNATIONAL Standardization Organization. International Standard ISO 2709; Documentation-Format for bibliographic information interchange on magnetic tape. S. 1., ISO, 1973.
- sidade Federal do Rio Grande do Sul: projeto piloto de aplicação do formato CALCO no Sistema de Bibliotecas da UFRS. In: 9 CONGRESSO BRASILEIRO & V JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO, Porto Alegre, 3-8 Jul., 1977. Anais... Porto Alegre, 1977. V. 1, p. 415-7.
- 13 ----- . ----- . Manual para preenchimento da folha de entrada do projeto CALCO-Catálogo. Porto Alegre, 1975. 32 f.

A N E X O I

CALCO 1973 e ISO 2709 Estrutura
do formato: Quadro comparativo

Posi- ção Ca- racter	CALCO 1973	ISO 2709
0	Comprimento do registro	Comprimento do registro
1	Comprimento do registro	Comprimento do registro
2	Comprimento do registro	Comprimento do registro
3	Comprimento do registro	Comprimento do registro
4	Comprimento do registro	Comprimento do registro
5	Condições do registro	Estado do registro
6	Tipo do registro	Código de implantação
7	Forma bibliográfica	Código de implantação
8	Reservado para uso futuro	Código de implantação
9	Reservado para uso futuro	Código de implantação
10	Quantidade de indicadores	Comprimento do indicador
11	Quantidade de códigos de subcampos	Comprimento do identificador
12	Base do endereço de dados	Endereço base dos dados
13	Base do endereço de dados	Endereço base dos dados
14	Base do endereço de dados	Endereço base dos dados
15	Base do endereço de dados	Endereço base dos dados
16	Base do endereço de dados	Endereço base dos dados
17	Fonte de codificação	Reservado para sistemas de usuários
18	Reservado para uso futuro	Reservado para sistemas de usuários
19	Reservado para uso futuro	Reservado para sistemas de usuários
20	Reservado para uso futuro	Comprimento do "comprimento do campo de dados" em cada entrada
21	Reservado para uso futuro	Comprimento da "posição do caracter inicial" em cada entrada
22	Reservado para uso futuro	Reservado para uso futuro
23	Reservado para uso futuro	Reservado para uso futuro

segue

A N E X O 2 (1)
 CCAA — ISBD — CALCO 1973
 Quadro Comparativo

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
ESTRUTURA DO FORMATO			<p>LÍDER</p> <p>Comprimento do registro Condições do registro N — novo R — revisto C — cancelado, mas arquivado na memória D — destruído, retirado da memória</p> <p>Tipo do registro A — linguagem escrita Forma bibliográfica M — monografias S — seriados</p> <p>Quantidade de indicadores Quantidade de códigos de subcampos Endereço base dos dados Fonte da codificação</p> <p>INDICADOR DE ENDEREÇOS</p> <p>Etiquetas Comprimento do campo Posição do carácter inicial</p> <p style="text-align: right;">Segue</p>

Continuação ANEXO 2 (2)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			<p>ZONA DE CAMPOS FIXOS Data de entrada no arquivo Código de data da publicação S — data conhecida C — data de copyright D — data desconhecida R — data de revisão M — data múltipla I — data incompleta Primeira data Segunda data Código para países Código para ilustrações I — ilustrações E — estampas R — retratos M — mapas P — plantas S — facsímiles T — tabelas F — formulários C — coloridas Y — sem ilustração</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (3)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			<p>ZONA DE CAMPOS FIXOS (cont.) Código de nível intelectual</p> <p>I -- Infantil J -- juvenil P -- pesquisa T -- tese R -- relatório técnico O -- Obras raras Y -- não incluído nos itens acima</p> <p>Código para forma de reprodução M -- microfilmes T -- microfichas O -- microficha opaca A -- ampliação Y -- não é reprodução</p> <p>Código para tipo de referência A -- anuários B -- Bibliografias C -- catálogos D -- dicionários</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (4)

Tipo de Informação	OCAA	ISBD	CALCO — 1973
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			<p>ZONA DE CAMPOS FIXOS (cont.)</p> <p>L — legislação</p> <p>N — indicadores</p> <p>P — problemas e exercícios</p> <p>R — resumos e sinopses</p> <p>E — enciclopédias</p> <p>I — índices</p> <p>S — estatísticas</p> <p>T — texto programado</p> <p>Y — forma não especificada</p> <p>Código para publicações oficiais</p> <p>Indicador de conferências, seminários, etc.</p> <p>I — contém proceedings, relatórios, anais</p> <p>Y — não contém este tipo de material</p> <p>Indicador de coletânea de homenagens</p> <p>Indicador de índice</p> <p>Indicador de entrada principal figurando no corpo da ficha</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (5)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			<p>ZONA DE CAMPOS FIXOS (cont.)</p> <p>Indicador de ficção I — é obra de ficção Y — não é obra de ficção</p> <p>Código de bibliografias A — autobiografias B — biografia individual C — biografia coletiva I — contém informações biográficas Y — não contém material biográfico</p> <p>Código de línguas</p> <p>Indicador de modificação de registro</p> <p>Indicador de fonte de catalogação Y — catalogação da biblioteca do IBBD I — catalogação da biblioteca cooperante</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (6)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
Nº DE OBRA ISBN		Zona 7 — ISBN, Encadernação e preço 7.1 ISBN 7.2 Encadernação 7.3 Preço	ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS NFI — Usado na zona de campos fixos NPL — Número padronizado de livro (ISBN)
Nº DE CHAMADA 1. Classificação 2. Cutter 3. Nº de exemplares			CHA — Número de chamada subcampo A — Classificação subcampo B — Cutter subcampo C — Nº de exemplares
REGISTRO 1. Nº de registro 2. Dia 3. Mês 4. Ano			REG — Registro subcampo A — Número subcampo D — Dia subcampo M — Mês subcampo N — Ano
BIBLIOTECA			COP — Biblioteca Cooperante subcampo A — Estado subcampo S — Sigla da biblioteca

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Segue

Continuação ANEXO 2 (7)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
LÍNGUA (S) DA OBRA			ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.) LIN — Línguas subcampo A — Língua do texto subcampo B — Língua da sinopse, resumo subcampo C — Língua da tradução CCO — Localização da obra em bibliotecas subcampo A — Sigla da biblioteca CDU — Classificação Decimal Universal subcampo A — Notação CDD — Classificação Decimal de Dewey subcampo A — Notação

Segue

Continuação ANEXO 2 (8)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
<p>E N T R A D A PRINCIPAL 1. Autor</p>	<p>PARTE I CAP. 1 a 5</p>		<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>--- EPP — Nome pessoal subcampo A — Nome pessoal subcampo G — Algarismos romanos subcampo H — Títulos honoríficos subcampo D — Datas subcampo R — Editor, compilador, etc. subcampo T — Título usado junto ao nome</p>
<p>2. Entidade Coletiva</p>			<p>ENTRADAS PRINCIPAIS</p> <p>EPC — Entidade coletiva subcampo A — Nome da entidade subcampo U — Unidade subordinada subcampo R — Relacionamento com a obra subcampo S — Subcabecçalhos convencionais subcampo T — Título usado junto a entrada</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (9)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
<p>3. Conferências, etc.</p>			<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>EP\$ — Conferências, seminários, congressos, etc. subcampo A — Nome do seminário, etc. subcampo C — Ordem cronológica subcampo L — Local subcampo D — Data subcampo U — Unidade subordinada subcampo S — subcabçalhos subcampo I — Informações adicionais subcampo T — Título usado junto a entrada</p>
<p>4. Título uniforme</p>			<p>EPU — Título uniforme subcampo A — Cabeçalho uniforme subcampo T — Título junto a entrada</p>

Segue

Continuação ANEXO 2 (10)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
<p>DESCRIBÇÃO</p> <p>1. Título</p> <p>2. Edição</p>	<p>PARTE II</p> <p>CAP. 6</p>	<p>Zona 1 — Título e indicação do autor</p> <p>1.1 Título principal</p> <p>1.2 Título equivalente, etc.</p> <p>1.3 Indicação do autor</p> <p>Zona 2 — Edição</p> <p>2.1 Indicação da edição</p> <p>2.2 Indicação do autor relacionado com a edição</p>	<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>TIA — Títulos uniforme para arquivamento</p> <p>TYT — Título transliterado</p> <p>TIP — Título da publicação</p> <p>subcampo A — Título até a primeira pontuação</p> <p>subcampo B — O restante do título</p> <p>subcampo C — Indicação de autor</p> <p>EDI — Edição</p> <p>subcampo A — Indicação da edição</p> <p>subcampo B — Restante das informações</p>

OUTROS TÍTULOS, EDIÇÃO, IMPRENTA E COLAÇÃO

Segue

Continuação ANEXO 2 (11)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
<p>DESCRICÃO (cont.)</p> <p>3. Imprenta</p> <p>4. Colação</p>		<p>Zona 3 — Imprenta</p> <p>3.1 Lugar de publicação</p> <p>3.2 Nome do editor</p> <p>3.3 Data da publicação</p> <p>3.4 Lugar de impressão</p> <p>3.5 Nome do impressor</p> <p>Zona 4 — Colação</p> <p>4.1 Nº de volumes e/ou nº de páginas</p> <p>4.2 Indicação da ilustração</p> <p>4.3 Formato</p> <p>4.4 Material adicional</p>	<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>IMP — Imprenta ou notas tipográficas</p> <p>subcampo A — Local de publicação</p> <p>subcampo B — Editor ou publicador</p> <p>subcampo C — Data</p> <p>COL — Colação ou notas bibliográficas</p> <p>subcampo A — Papinação</p> <p>subcampo B — Ilustrações</p> <p>subcampo C — Medida do livro</p>
OUTROS TÍTULOS, EDIÇÃO, IMPRENTA E COLAÇÃO			

Segue

Continuação ANEXO 2 (12)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
<p>5. Série</p>	<p>PARTE II CAP 6</p>	<p>Zona 5 — Série 5.1 Dado referente a série 5.2 Dado referente a subsérie 5.3 Numeração de tudo da série 5.4 ISSN 5.1 Dado referente a série 5.2 Dado referente a subsérie</p>	<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>SEP — Série nome pessoal subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPP</p> <p>SEP — Série nome pessoal subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPP subcampo V — Volume, Tomo, etc.</p> <p>SEC — Série entidade coletiva subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPC</p> <p>SEC — Série entidade coletiva subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPC</p>

Notas de série

Continuação ANEXO 2 (13)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
	PARTE II CAP. 6	<p>5.3 Numeração dentro da série</p> <p>5.4 ISSN</p> <p>5.1 Dado referente a série</p> <p>5.2 Dado referente a subsérie</p> <p>5.3 Numeração dentro da série</p> <p>5.4 ISSN</p> <p>5.1 Dado referente a série</p> <p>5.2 Dado referente a subsérie</p> <p>5.3 Numeração dentro da série</p>	<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>subcampo V — Volume, Tomo, etc.</p> <p>SES — Série conferências, seminários, etc.</p> <p>subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPS</p> <p>SES — Série conferências, seminários, etc.</p> <p>subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPS</p> <p>subcampo V — Volume, Tomo, etc.</p> <p>SET — Título da série</p> <p>subcampo A — Título</p> <p>SET — Título da série</p> <p>subcampo A — Título</p> <p>subcampo V — Volume, Tomo, etc.</p> <p>SEA — Série adicional (Eliminado)</p> <p>REA — Recuperação de Assuntos (Transferido para a zona de outras entradas secundárias)</p>

Notas de série

Segue

Continuação ANEXO 2 (14)

Tipo de Informação	CCAA	ISBD	CALCO — 1973
6. Notas	PARTE II CAP. 6	Zona 6 — Notas	<p>ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)</p> <p>NOG — Notas Gerais subcampo A — Informações</p> <p>NOE — Notas de Encadernado com subcampo A</p> <p>NOT — Notas de dissertação ou Tese subcampo A — Notas de dissertação ou Tese</p> <p>NOB — Notas de bibliografia subcampo A — Notas de bibliografia</p> <p>NOC — Notas de conteúdo subcampo A — Informações</p>

Notas bibliográficas
ou especiais

Segue

Continuação ANEXO 2 (15)

FISTA

- 1. Assunto
- 1.1 Autor
- 1.2 Entidade Coletiva
- 1.3 Conferências, etc.

**PARTE II
CAP. 6**

ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)

- CAP** — Nome pessoal
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta
 - subcampo X — Subdivisão geral
 - subcampo Y — Subdivisão de período
 - subcampo Z — Subdivisão geográfica
- CAC** — Entidade coletiva
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPC
 - subcampo X/Z — Códigos iguais a etiqueta CAP
- CAS** — Conferências, Seminários, etc.
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPS
 - subcampo X/Z — Códigos iguais a etiqueta CAP

P I S T A
Cabegalhos de assunto

Segue

Continuação ANEXO 2 (16)

PISTA (cont.)

1.4 Título Uniforme

1.5 Cabeçalho de Assunto

PISTA

Cabeçalhos de assunto

ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)

CAU — Título Uniforme
subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPU
subcampo X/Z — Códigos iguais a etiqueta CAP

CAT — Tópico
subcampo A — Cabeçalhos de assunto
tópico ou nome do local
subcampo B — Os elementos seguintes
a entrada
subcampo X/Z — Códigos iguais a etiqueta CAP

CAG — Área geográfica
subcampo A — Nome geográfico
subcampo X/Z — Códigos iguais a etiqueta CAP

Segue

- 2. Outras entradas secundárias
- 2.1 Autor
- 2.2 Entidade coletiva
- 2.3 Conferências, etc.
- 2.4 Título Uniforme
- 2.5 Título

P I S T A

Outras entradas secundárias

ZONA DE CAMPOS VARIÁVEIS (cont.)

- ESP — Nome pessoal
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPP
 - subcampo P — Informações para arquivamento
- ESC — Entidade coletiva
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPC
 - subcampo P — Informações para arquivamento
- ESS — Conferências, Seminários, etc.
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPS
 - subcampo P — Informações para arquivamento
- ESU — Título uniforme
 - subcampo A/T — Códigos iguais a etiqueta EPU
 - subcampo P — Informações para arquivamento
- EST — Título
 - subcampo A — Título
 - subcampo P — Informações para arquivamento
- TIA — Duplicata do EST
- REA — Para uso futuro

ANEXO 3 (1)

CALCO 1977 — CALCO 1973

Quadro Comparativo

CALCO — 1977	CALCO — 1973
	<p>LIDER</p> <p>Comprimento do registro Condições do registro Tipo do registro Forma bibliográfica Quantidade de indicadores Quantidade de códigos de subcampos Endereço base dos dados Fonte da codificação</p> <p>INDICADOR DE ENDEREÇO</p> <p>Etiqueta Comprimento do campo Posição do caracter inicial Etiqueta _____ _____</p>
-76 5740	Segue

CALCO -- 1977	CALCO -- 1973
<p>DADOS FIXOS</p> <p>Bloco 01 -- Informações codificadas</p> <p>Campo nº de registro bibliográfico</p> <p>Campo data de preenchimento</p> <p>Campo cod. mov.</p> <p>Campo cod. biblioteca</p> <p>Campo tipo de registro</p> <p>Campo nível bibliográfico</p> <p>Campo ligação de registro</p> <p>Campo nível de catalogação</p> <p>Campo tipo de data da publicação</p> <p>Campo primeira data</p> <p>Campo segunda data</p> <p>Campo publicação país</p> <p>Campo nível intelectual</p> <p>Campo reprodução</p> <p>Campo tipo de referência</p> <p>Campo publicações oficiais</p> <p>Campo seminários e congressos</p> <p>Campo autor no corpo da ficha</p>	<p>ZONA DE CAMPOS FIXOS</p> <p>Encontra-se na zona de campos variáveis (NFI)</p> <p>Data de entrada no arquivo</p> <p>Encontra-se no líder (cond. de registro)</p> <p>Encontra-se nos campos variáveis (COP, CCO)</p> <p>Encontra-se no líder (tipo de registro)</p> <p>Encontra-se no líder (forma bibliográfica)</p> <p>Código de datas</p> <p>Primeira data</p> <p>Segunda data</p> <p>Código para países</p> <p>Código de nível intelectual</p> <p>Código para forma de reprodução</p> <p>Código para tipo de referência</p> <p>Código para publicações oficiais</p> <p>Indicador de conferências, seminários, etc.</p> <p>Indicador de entrada principal figurando no corpo da ficha</p> <p>Segue</p>

Continuação ANEXO 3 (3)

CALCO — 1977	CALCO — 1973
<p>Campo forma literária Campo tipo de biografia Campo língua Campo modificação de grafia Campo fonte de catalogação Campo nº de volumes Campo coletânea de homenagens Campo código de ilustração Campo existe índice Campo tipo de seriado — Seriados Campo condição da publicação — Seriados Campo frequência publicação — Seriados Campo regularidade — Seriados Campo indicação de índices — Seriados</p>	<p>Indicador de ficção Código de biografia Código de línguas Indicador de modificação de registro Indicador da fonte de catalogação Indicador de coletânea de homenagens Código para ilustrações Indicador de índice</p>

Segue

CALCO — 1977	CALCO — 1973
<p>DADOS VARIAVEIS</p> <p>Bloco 02 — Informações Gerais Encontra-se nos dados fixos (número de registro bibliográfico)</p> <p>020 ISBN 022 ISSN 030 Nº de chamada 035 Nº de registro Encontra-se nos dados fixos (cod. biblioteca)</p> <p>041 Línguas 043 Área Geográfica Encontra-se nos dados fixos (cod. biblioteca)</p> <p>045 Área cronológica 080 CDU 082 CDU</p> <p>Bloco 03 — Catalogação descritiva 100 Nome pessoal 110 Entidade coletiva 111 Conferências, seminários, etc. 130 Título uniforme</p>	<p>ZONA DE CAMPOS VARIAVEIS</p> <p>Identificação da obra NFI — Nº de ficha impressa</p> <p>NPL — Nº padronizado do livro (ISBN)</p> <p>CHA — Nº de chamada REG — Nº de registro COP — Biblioteca cooperante LIN — Línguas</p> <p>CCO — Sigla do catálogo coletivo</p> <p>CDU — Nº de classificação CDD — Nº de classificação</p> <p>Entradas principais EPP — Nome pessoal EPC — Entidade coletiva EPS — Conferências, seminários, etc. EPU — Título uniforme</p>

CALCO — 1977	CALCO — 1973
<p>140 Forma de alfabetização de entrada principal 210 Título abreviado — Seriado 222 Título-chave — Seriado 241 Título transliterado 245 Título da publicação 246 Variações do título — Seriado 250 Edição 260 Imprensa 265 Endereço do editor ou publicador — Seriado 300 Colaço 310 Periodicidade — Seriado</p> <p>Bloco 04 — Notas de série 400 Nome pessoal 410 Entidade coletiva 411 Conferências, seminários, etc.</p>	<p>Outros títulos, edição, imprensa e colaço TIA — Título uniforme para arquivamento</p> <p>TIT — Título transliterado TIP — Título da publicação</p> <p>EDI — Edição IMP — Imprensa</p> <p>COL — Colaço</p> <p>Notas de série SEP — Nome pessoal SEC — Entidade coletiva SES — Conferências, seminários, etc. SET — Título da série SEA — Série adicional (eliminado) REA — Recuperação de assunto (transferido)</p>

Segue

Continuação (ANEXO 3 (6))

CALCO — 1977	CALCO — 1973
<p>Bloco 05 -- Notas especiais</p> <ul style="list-style-type: none"> 500 Notas gerais 501 Notas de encadernado com 502 Notas de dissertação ou tese 504 Notas de bibliografia 505 Notas de conteúdo ou resumo 506 Notas de distribuição restrita — Ser-tados 517 Notas de peculiaridades da numeração — Se-riados 526 Notas adicionais — Ser-tados 530 Notas analíticas 570 Notas do editor 	<p>Notas bibliográficas ou especiais</p> <ul style="list-style-type: none"> NOG — Notas gerais NOE — Notas de encadernado com NOT — Notas de dissertação ou tese NOB — Notas de bibliografia NOC — Notas de conteúdo
<p>Bloco 06 — Cabeçalhos de assunto — Pista</p> <ul style="list-style-type: none"> 600 Nome pessoal 610 Entidade coletiva 611 Conferências, seminários, etc. 630 Título uniforme 650 Assunto tópic 651 Nomes geográficos 	

Segue

CALCO — 1977

Bloco 07 — Entradas secundárias — Pista

700 Nome pessoal
710 Entidade coletiva
711 Conferências, seminários, etc.
730 Título uniforme
740 Título adicional

760 Entrada para série como um todo — Seriado
762 Entrada para subséries como um todo — Seriadados
770 Entrada para exemplares suplementares ou especiais (como um todo) — Seriadados
772 Entrada para exemplares suplementares ou especiais (parte de uma série) — Seriadados
780 Entrada anterior — Seriadados
785 Entrada posterior — Seriadados

Bloco 08 — Complementação

CALCO — 1973

Pista — Outras entradas secundárias

ESP — Nome pessoal
ESC — Entidade coletiva
ESS — Conferências, seminários, etc.
ESU — Título uniforme
EST — Título

TIA — Título uniforme para arquivamento (duplicata do EST)

REA — Recuperação de assuntos

Segue

A N E X O 4 (1)

UNIMARC — CALCO 1973

QUADRO COMPARATIVO

Posição Caracter	UNIMARC	CALCO — 1973
	ESTRUTURA DO FORMATO	ESTRUTURA DO FORMATO
	Record Label	Lider
0-4	Record Length	Comprimento do registro
5	Record Status	Condições de registro
6-9	Implementation codes	
6	a) Types of record	Tipo de registro
7	b) Bibliographic level	Forma bibliográfica
8	c) Hierarchical level	Reservado para uso futuro
9	d) Undefined	Reservado para uso futuro
10	Indicator length	Quantidade de indicadores
11	Subfield identifier length	Endereço base dos dados
12-16	Base address of data	
17-19	Additional record definition	
17	a) Encoding level	Fonte de codificação
18	b) Descriptive cataloging form	Reservado para uso futuro
19	c) Undefined	Reservado para uso futuro
20-23	Directory map	
20	a) Length of "length of field" part of each directory entry	Reservado para uso futuro

Segue

UNIMARC		CALCO — 1973	
21	b) Length of "starting character position" part of each directory entry		Reservado para uso futuro
22	c) Undefined		Reservado para uso futuro
23	d) Undefined		Reservado para uso futuro
	Directory		Indicador de Endereços
24-26	Tag		Etiqueta
27-30	Length of datafield		Comprimento do campo
31-35	Starting character position		Posição do caracter inicial
	Tag		Etiqueta
	_____		_____
	_____		_____
	_____		_____
0	IDENTIFICATION BLOCK		IDENTIFICAÇÃO DA OBRA
001	Record Identifier field		NFI — Nº de ficha impressa
010	ISBN		NPL — Nº padronizado do livro
011	ISSN		
020	National Bibliographic Number		
021			
022	Government Publication Number		
040	Coden (Serials)		
			Segue

UNIMARC		CALCO — 1973
1	CODE INFORMATION BLOCK	
100	General processing data	
1.	Date entered on file	Data de entrada no arquivo
2.	Type of publication date	Código de data da publicação
3.	Publication date 1	Primeira data
4.	Publication date 2	Segunda data
5.	Target audience code	Código de nível intelectual
6.	Government publication code	Código para publicações oficiais
7.	MModified record code	Indicador de modificação de registro
8.	Language of cataloging	Código de linguas
9.	Transliteration code	
10.	Character set	
11.		
12.	Alphabet of title	
101	Language of the work	LIN — Línguas
102	Country of publication or production	Código para países
105	Code data field: Books	
1.	Illustration codes	Código para tipo de referência
2.	Form of contents codes	Indicador de conferências, seminários, etc.
3.	Conference or meeting code	

segue

UNIMARC	CALCO — 1973
<p>4. Festschrift indicator 5. Index indicator 6. Literature code 7. Biography code 106 Coded data field: Books-physical attributes Form of reproduction code 1. Coded data field: Serials 110 Coded data field: Serials-physical attributes 111</p>	<p>Indicador de coletânea de homenagens Indicador de índice Indicador de ficção Código de biografias Código para forma de reprodução</p>
<p>2 DESCRIPTIVE INFORMATION BLOCK 200 Title and statement of authorship 204 General material designation 205 Edition 207 Numbering (Serials) 210 Publication, distribution, etc. 215 Physical description 225 Series</p>	<p>TIP — Título da publicação EDI — Edição IMP — Imprensa COL — Colação SEP — Série nome pessoal SEC — Série entidade coletiva SES — Série conferências, seminários, etc. SET — Título da série</p>

segue

UNIMARC

CALCO — 1973

3	NOTES BLOCK	
300	General note	
301	Notes pertaining to identification numbers	NOG — Notas gerais
302	Notes pertaining to coded information	NOG — Notas gerais
303	Notes pertaining to descriptive information — general	NOG — Notas gerais
304	Notes pertaining to title and statement of authorship	NOG — Notas gerais
305	Notes pertaining history	NOG — Notas gerais
306	Notes pertaining to imprint	NOG — Notas gerais
307	Notes pertaining to collation	NOG — Notas gerais
308	Notes pertaining to the series	NOG — Notas gerais
310	Notes pertaining to the binding and price	NOG — Notas gerais
311	Notes pertaining linking fields	NOG — Notas gerais
312	Notes pertaining to related titles	NOG — Notas gerais
313	Notes pertaining to subject access	NOG — Notas gerais
314	Notes pertaining to intellectual responsibility	NOG — Notas gerais
320	Bibliography note	
321	Availability of indexes and abstracts note	NOB — Notas de bibliografia

segue

UNIMARC

CALCO — 1973

324	Facsimile note	
326	Frequency note (Serials)	
327	Contents note	
328	Dissertation or Thesis note	NOC — Notas de conteúdo
330	Summary abstract	NOT — Notas de dissertação ou tese
4	LINKING ENTRY BLOCK	
410	Series	
411	Subseries	
421	Supplement	
422	Parent of supplement	
423	Issued with	
430	Continues	
431	Continues in part	
432		
433		
434	Absorbed	
435	Absorbed in part	
436	Formed by union of —, —, and —	
440	Continued by	
441	Continued in part	
442	Superseded by	

segue

Continuação ANEXO 4 (7)

- 443 Superseded in part by
- 444 Absorbed by
- 445 Absorbed in part by
- 446 Split into —, —, and —
- 447 Merged with — and — to form —
- 448 Changed back to
- 451 Other edition in another medium
- 452 Other edition in same medium
- 453 Translated as
- 454 Translated of
- 461 Collection
- 462 Sub-Collection
- 463 Volume
- 464 Volume analytic
- 488 Other related works

5 RELATED TITLE BLOCK

- 500 Uniform title
 - 501 Collective title
- EPU — Entrada principal — Título uniforme
 ESU — Entrada secundária — Título uniforme
 EPU — Entrada principal — Título uniforme ou
 ESU — Entrada secundária — Título uniforme
 segue

Continuação ANEXO 4 (8)

503	Uniform conventional heading	EPU -- Entrada principal -- Título uniforme ou
510	Parallel title	ESU -- Entrada secundária -- Título uniforme
512	Cover Title	EST -- Entrada secundária -- Título
513	Added title -- page title	EST -- Entrada secundária -- Título
514	Caption title	EST -- Entrada secundária -- Título
515	Running title	EST -- Entrada secundária -- Título
516	Spine title	EST -- Entrada secundária -- Título
517	Other variant titles	EST -- Entrada secundária -- Título
520	Former titles (Serials)	
530	Key titles (Serials)	
531	Abbreviated title (Serials)	
532	Expanded title (Serials)	
540	Additional title supplied cataloger	ESU -- Entrada secundária -- Título uniforme
541	Translated title supplied by cataloger	TIT -- Título transliterado
6	SUBJECTS ANALYSIS BLOCK	
600	Personal name used as subject	CAP -- Cabeçalhos de assunto -- Nome pessoal
601	Corporate name used as subject	CAC -- Cabeçalhos de assunto -- Entidade coletiva
		CAS -- Cabeçalho de assunto -- Conferências, seminários, etc.
602	Family name used as subject	CAP -- Cabeçalho de assunto -- Nome pessoal segus

Continuação ANEXO 4 (8)

605	Title used as subject	CAU -- Cabeçalho de assunto -- Título uniforme
606	Topical name used as subject	CAT -- Cabeçalho de assunto -- Tópico
607	Geographical name used as subject	CAG -- Cabeçalho de assunto -- Área geográfica
660	Geographic area code (GAC)	
661	Chronological coverage code (CCC)	
670	Precis	
675	Universal decimal classification (UDC)	CDU -- Classificação Decimal Universal
676	Dewey Decimal Classification (DDC)	CDD -- Classificação Decimal de Dewey
680	Library of Congress Classification	
685	Issuing agency classification	
7	INTELLECTUAL RESPONSABILITY BLOCK	
700	Personal name -- Primary intellectual responsibility	EPP -- Entrada principal -- Nome pessoal
701	Personal name -- Alternative intellectual responsibility	ESP -- Entrada secundária -- Nome pessoal
702	Personal name -- Secondary intellectual responsibility	ESP -- Entrada secundária -- Nome pessoal
710	Corporate name -- Primary intellectual responsibility	EPC -- Entrada principal -- Entidade coletiva
711	Corporate name -- Alternative intellectual responsibility	ESS -- Entrada secundária -- Conferências, seminários, etc.

segue

Continuação ANEXO 4 (10)

712	Corporate name -- Secondary intellectual responsibility	ESC -- Entrada secundária -- Entidade coletiva
720	Family name -- Primary intellectual responsibility	EPP -- Entrada principal -- Nome pessoal
721	Family name -- Alternative intellectual responsibility	ESP -- Entrada secundária -- Nome pessoal
722	Family name -- Secondary intellectual responsibility	ESP -- Entrada secundária -- Nome pessoal
8	FUTURE INTERNATIONAL USE BLOCK	
801	Originating source field	COP -- Biblioteca cooperante
802	ISDS Center	CCO -- Sigla do Catálogo coletivo
805	Holdings data field	CHA -- Nº de chamada
9	LOCAL USE BLOCK	REG -- Nº de registro

DEBATES

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (Departamento de Documentação da UFF): A quem compete o estabelecimento de cabeçalhos de assunto no sistema vigente na Biblioteca Central da UFRGS?

HELOÍSA BENETTI SCHREINER: A Seção de Processamento Técnico conta com 5 bibliotecários em tempo integral e, 1 em tempo parcial. Dois bibliotecários se dedicam à classificação e os demais, à catalogação, registro, enfim, a toda finalização do trabalho. Aos bibliotecários encarregados da catalogação compete o estabelecimento dos cabeçalhos de assunto.

AIMARA RIBAS (Universidade Federal do Paraná): Qual o número de pessoal técnico e administrativo existente no sistema de bibliotecas da UFRGS?

HELOÍSA BENETTI SCHREINER: O sistema de biblioteca da UFRGS possui 27 bibliotecas e conta com aproximadamente, 180 elementos, dos quais 80 são bibliotecários, 27 pessoal administrativo e, o restante, bolsistas e serventes. Vocês podem notar a desproporção. Deveria ser justamente o contrário: para cada bibliotecário deveria existir 3 agentes administrativos.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE (Diretora da Biblioteca Central da UNESP e Coordenadora do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Educação, Filosofia Ciências Sociais e da Documentação de Marília)

RESUMO

Implantação do Sistema de Biblioteca da UNESP, para atender 14 "Campi", localizados em todo o Estado de São Paulo. A Estrutura da Biblioteca Central como órgão coordenador da Rede. Subordinação hierárquica do órgão à Reitoria e das bibliotecas do sistema à Biblioteca Central. Atribuições dos dirigentes. Objetivos e bases do sistema. Controle de aplicação dos recursos orçamentários. Bibliotecas da Rede: criação de cargos técnicos e provas de seleção para preenchimento das vagas. Planejamento do Edifício da Biblioteca Central no Campus de Marília. Vinculação da Biblioteca Central ao Curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e de Documentação de Marília.

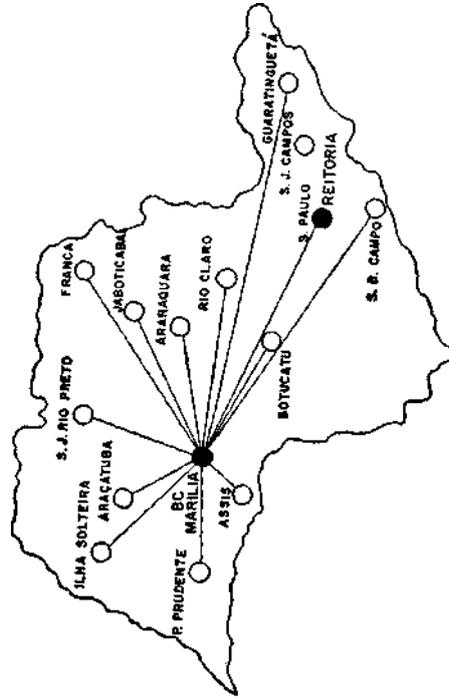
1

. INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" — UNESP — apresenta uma peculiaridade: é constituída por 21 Institutos e/ou Faculdades, localizados em 14 cidades do Estado de São Paulo, como indica o mapa abaixo:

Quando da criação da Universidade (30/01/76), pela reunião de Faculdades Isoladas, houve a preocupação de implantação de uma Biblioteca Central, não no sentido de unidade, mas com a significação de um sistema. Estudos ante-

FIGURA 1



riores, elaborados pelos Bibliotecários dos antigos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo, davam como necessidade urgente a coordenação de serviços, e contactos periódicos para maior rendimento das tarefas comuns a todas as bibliotecas.

Nomeando uma Comissão de três bibliotecárias da Universidade, encarregou-as o Reitor de apresentar um projeto da estrutura da Biblioteca Central (janeiro de 1977).

Após o levantamento de dados para conhecimento da situação das Bibliotecas, consultas a material bibliográfico e aos estudos anteriores acima referidos, chegou-se à elaboração do anteprojeto que, aceito pela Reitoria, teve sua implantação autorizada em junho de 1977.

O princípio básico que orientou a criação do sistema de Bibliotecas da UNESP é o de que a coordenação dos recursos disponíveis possibilita o uso dos acervos bibliográficos por um universo maior de usuários.

Baseada no artigo 11, da Lei 5.540, que recomenda a "não duplicação de meios para fins idênticos", definiu-se a Biblioteca Central pela centralização de informações, serviços e recursos, ainda que respeitada a descentralização dos acervos, óbvia e necessária, pela localização geográfica das Unidades de Ensino. Enquanto o livro, a revista ou o documento são patrimônios da instituição depositária, a informação gerada por esses veículos é oferecida a toda a comunidade científica da Universidade.

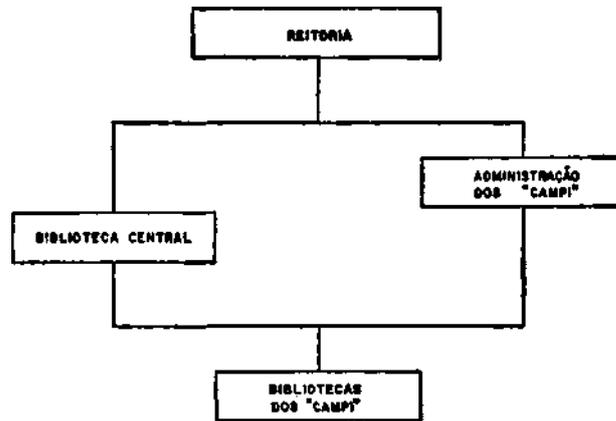
2. BIBLIOTECA CENTRAL

2.1 Estrutura Administrativa

Subordinada diretamente à Reitoria da Universidade, a Biblioteca Central é o órgão de coordenação da Rede de Bibliotecas da UNESP, que estão tecnicamente ligadas a Biblioteca Central, e administrativamente à Administração dos Campi:

A Biblioteca Central, constituída a nível de Departamento, tem seu sistema administrativo estruturado conforme o organograma a seguir:

FIGURA 2



A Biblioteca Central apresenta anualmente sua proposta orçamentária à Reitoria, sendo responsável pelo controle da aplicação dos recursos financeiros destinados a material bibliográfico no âmbito da Universidade. Esse princípio é válido mesmo quando tais recursos advêm de fundos especiais, convênios ou doações estabelecidos por quaisquer unidades.

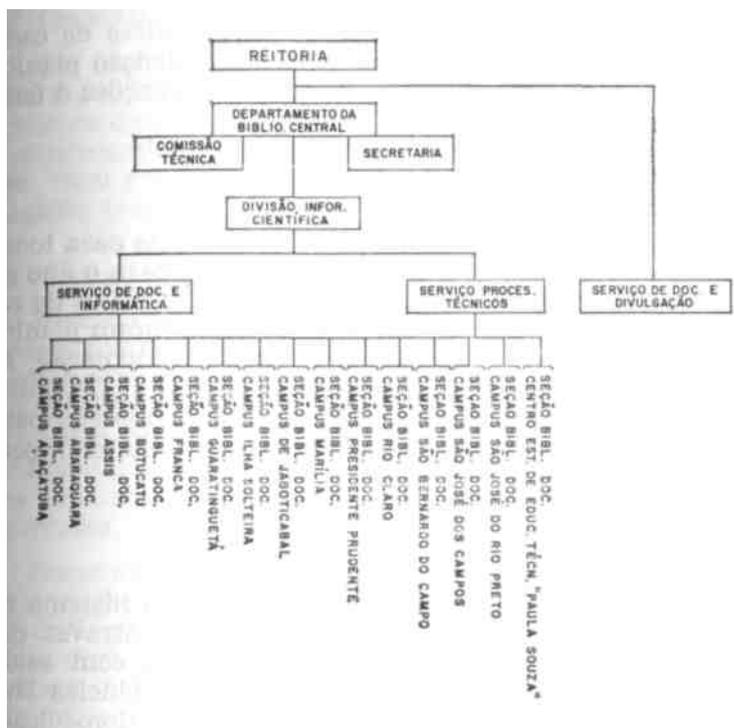
É assessorada por uma comissão técnica, designada por Portaria do Reitor, constituída de 5 (cinco) membros escolhidos entre os docentes da Universidade e presidida pelo Diretor da Biblioteca Central.

As atribuições do órgão, bem como as de seus dirigentes, são definidas dentro da estrutura administrativa da Reitoria, e regulamentadas por Portaria específica.

Procurou-se, dentro dos critérios recomendados por autores e estudiosos da biblioteca universitária, definir as interligações com as autoridades da universidade em vista do poder decisório que uma biblioteca central deve possuir. Por constituir justamente um órgão que influi na política biblioteconômica da Universidade, na necessidade de autonomia em assuntos de sua competência, bem como de ligações diretas com o próprio Reitor. Sem essa situação, uma Biblioteca Central pouco poderá realizar, constituindo suas atribuições apenas afirmações teóricas, sem expressão real.

A instalação de uma Biblioteca Central sob a forma de sistema coordenador numa Universidade que representa a reunião de escolas isoladas funcionando anteriormente com autonomia quase completa, procurou obviamente ser um órgão de ligação, com necessidade urgente de centralizar as informações, e ao mesmo tempo apresentar resultados a comunidade científica da Universidade, para afirmar-se e demonstrar a própria razão de sua existência.

Assim, ao mesmo tempo em que se cuida da estrutura básica do sistema, os serviços estão sendo realizados. Resumindo, as principais atividades durante o ano que decorreu entre a sua criação e os dias de hoje, são:



2.2 Catálogo Coletivo de Periódicos:

Abrange 7.525 títulos, já impresso (em 5 volumes) e distribuídos. Apresenta a descrição do acervo de cada título sem trazer no entanto a localização por Campus. Foi adotado esse sistema, pela necessidade de remanejamento dos acervos, em futuro próximo, decorrente da desativação dos cursos. Traz como informação adicional a relação de títulos assinados na rede, para 1978. A atualização do C.C.P., será anual, estando prevista a próxima para maio de 1979.

2.3 Catálogo Coletivo de Livros:

Reune 270.000 fichas, duplicadas das matrizes de cada biblioteca da Rede. Serviu de base para a aquisição planejada de livros em 1978. Através de suas informações é feito o empréstimo de livros entre as unidades.

2.4 Aquisição centralizada:

As assinaturas de periódicos foram realizadas para todas as bibliotecas da Rede pela Biblioteca Central para o ano de 1978, procurando-se não duplicar títulos, a não ser os de referência e os nacionais. As compras de livros foram planejadas, adotando-se ficha padrão para todas as bibliotecas. As solicitações, das diversas Unidades triadas no C. C. L., possibilitaram a movimentação de títulos de uma unidade para outra, desde que seu uso já se tivesse tornado restrito, pelo remanejamento dos cursos.

2.5 Sumários de Periódicos:

A informação das revistas assinadas para o Sistema de bibliotecas, (2.005 títulos) chega aos usuários através dos Sumários Correntes de Periódicos da UNESP, com saída quinzenal, agrupados em três grandes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnologia e Ciências Biomédicas. São distribuídos às bibliotecas — 1 (um) exemplar de cada área, e aos Departamentos, no assunto específico. Atualmente estamos procedendo a uma avaliação desse serviço. Distribuímos questionários aos Chefes de Departamentos, dando opção para a escolha de um sumário montado a partir da listagem própria, baseada nas assinaturas correntes para

1978. Acreditamos ser esta a forma mais lógica, diminuindo-se o volume de informações, e, ao mesmo tempo tornando-as mais relevantes.

2.6 Serviço de Comutação Documentária:

Com as informações do Catálogo Coletivo de Periódicos e ou dos Sumários Correntes, o docente, através da biblioteca do Campus, solicita cópias de artigos científicos. O atendimento é gratuito dentro da Rede, possibilitando o uso constante do material bibliográfico.

2.7 Levantamento de Teses e Pesquisas:

Por atribuição, a Biblioteca Central é a depositária das teses e publicações da UNESP. Para conseguir esse material, enviamos questionário para a coleta de dados, e estamos agora procedendo ao recolhimento de (um) exemplar de cada tese. Será elaborado o Catálogo de Teses, para provável divulgação impressa.

2.8 Normas de Serviço: .

Visando a padronização das tarefas básicas, a Biblioteca Central trabalha com as bibliotecas da Rede sob a forma de normas e/ou encaminhamentos, no que se refere a: tombamento, incorporação patrimonial, aquisição, reclamação de periódicos, atualização do C.C.P. e do C.C.L., comutação documentária ,etc. Junto com as normas e modelos a Biblioteca Central envia os impressos que serão utilizados para essas tarefas.

Como atribuição, é a Biblioteca Central responsável pela organização e execução das Provas de Seleção para preenchimento das vagas de bibliotecários na UNESP, sendo também o órgão consultado quando da criação de novos cargos técnicos (bibliotecários) para a Rede. Foram realizados até hoje dois concursos, atendendo-se a 13 (treze) unidades.

2.9 Planejamento do Edifício:

A Biblioteca Central está vinculada a manutenção do Curso de Biblioteconomia e Documentação do Campus de Marília, assegurando a unidade de trabalho e ensino dentro da Universidade.

A partir desse princípio, o programa de construção —do edifício apresentou como necessidade conjunta: instalações para a Biblioteca Central, para a Biblioteca do Campus (F.E.F.C.S.D. de Marília), e para o Departamento de Biblioteconomia. O campus, já com o plano de construção parcialmente realizado, conta com um edifício de atividades es, colares, onde são ministradas as aulas de todos os cursos. Optou-se então pela não inclusão de salas de aula junto ao Departamento de Biblioteconomia, para não isolar os alunos do convívio com os demais estudantes.

Foram planejadas áreas comuns às três finalidades do edifício, e áreas próprias para cada serviço.

2.10 Áreas comuns:

- 1 — A todos: auditório, hall de entrada e de exposições; zeladoria, facilidades de funcionários, browsing room, bar, xerox.
- 2 — às duas bibliotecas: acervo e sala de leitura.

Áreas privativas:

Biblioteca Central (organograma em anexo) Biblioteca do Campus (organograma em anexo) Departamento de Biblioteconomia (organograma em j anexo)

Entregue já o projeto, realizado nelo FUNDUSP, deveremos iniciar ainda este ano a construção do mesmo.

3 CONCLUSÃO:

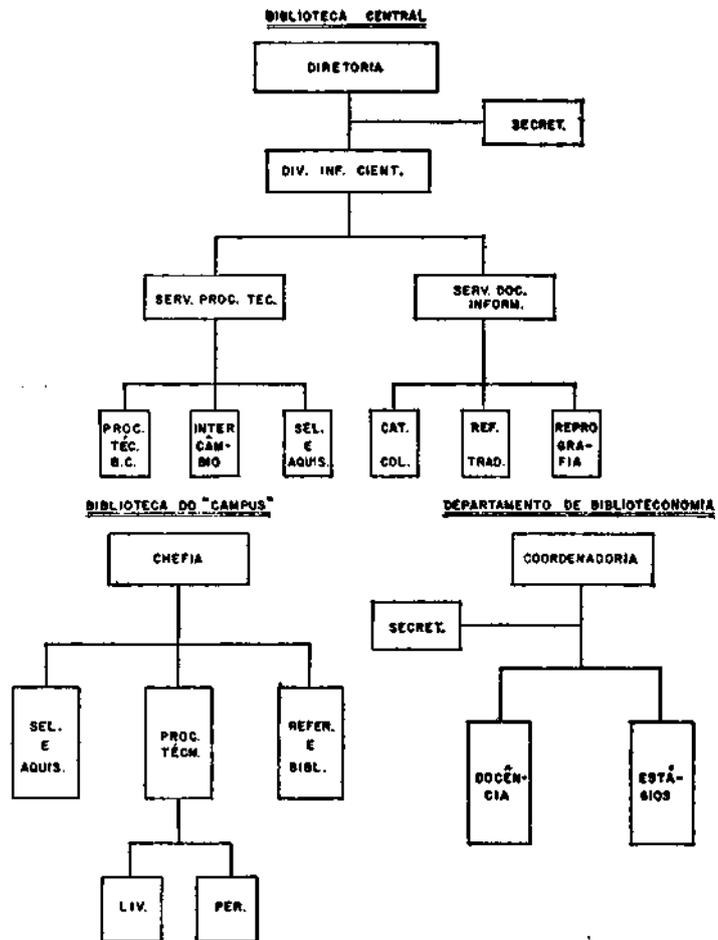
Um sistema coordenado de Bibliotecas dentro de uma Universidade constitui sempre uma experiência profissional das mais complexas. A nós, com o problema das distâncias em que um Campus pode distar de outro até 800 km, e com a publicação de cursos, que permaneceu mesmo após a reforma, a instalação do sistema de Bibliotecas da UNESP tem proporcionado colocações, as mais distintas, dúvidas e de-safios constantes. Os serviços, ao serem operados, devem ser constantemente avaliados, para que não ocorra a dicotomia entre a teoria e o resultado como atendimento ao usuário. I Posições devem ser revistas, e uma atitude atenta para os possíveis pontos de estrangulamento são preocupações constantes.

Para que um sistema possa sobreviver deve ser dinâmico, não só na criação de novos serviços, mas, principalmente, em sua operacionalidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 DEAL, C.W. et alii. La Universidad y sus bibliotecas y basis para una incusta. Washington, Union Panamericana, 1966 (Cuadernos BÍbliotecológicos, nº 35).
- 2 GELFAND, M.A. Las bibliotecas Universitárias de los países en vias de desarrollo. Paris, UNESCO, 1968.
- 3 KOONTZH, D. C. Princípios de Administração. São Paulo, Pioneira, 1962.
- 4 LEMOS, A.A.B. & MACEDO, V.A.A. A posição da Biblioteca na organização operacional da Universidade. R. Esc. Bibliotecon. UFMG., Belo Horizonte, 4 (1): 40-51, mar. 1975.
- 5 PENA, C.V. Planejamento de servidos bibliotecários y de documentation. 2. ed. Paris, UNESCO, 1970.
- 6 UNION PANAMERICANA. Normas para bibliotecas generales universitárias de la Asociacion Americana de Bibliotecários. Washington, 1964 (Cuadernos Bibliológicos nº 20). USP — BIBLIOTECA CENTRAL. Normas para compilação de um Catálogo Coletivo de Periódicos. São Paulo, USP, 1951.

FIGURA 4



DEBATES

THEREZA SITA DE CARS (Professora do Departamento de Documentação da UFF): Gostaria de saber o número de bibliotecários e de outros profissionais que participam do excelente trabalho relatado.

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: Muito obrigada pelo "excelente trabalho relatado". A Biblioteca Central conta com 4 bibliotecários: 1 Diretor da Biblioteca, 2 Diretores de Serviço e 1 bibliotecário. Temos 6 escriturários e uma Seção Gráfica de Reprografia. A rede de bibliotecas é formada, atualmente, por 54 bibliotecários e com aproximadamente 100 agentes administrativos. A Biblioteca Central, agora está admitindo mais 2 bibliotecários para começar a fazer a centralização do Serviço de Intercâmbio de Duplicatas.

MARIA DO CARMO FRANCA NEVES: Quando é feita a coleta para o catálogo de teses? Durante a fase de elaboração ou depois de concluída?

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: O catálogo de teses pretende ter duas entradas: uma para as teses já defendidas, outra para as teses e pesquisas em andamento. SUZANA CASTILHO (Universidade Federal do Paraná): A aquisição de material bibliográfico no exterior tem apresentado problema? Em caso positivo, de que ordem foram esses problemas e quais as medidas adotadas na tentativa de contorná-los?

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: Parece impossível, mas eu não tive problemas na aquisição de material bibliográfico no exterior. Nós estamos fazendo a aquisição de periódicos através de agente e, não, de editores. Estamos fazendo a aquisição através de três agentes: um na 1 Suíça, outro na Inglaterra e um nos Estados Unidos. Essa aquisição é feita, normalmente, através do Banco Central. Nós começaremos a fazer este ano a aquisição de livros, para isso estamos montando um serviço de importação para essas obras.

MARIA LÚCIA POUBEL BASTOS (IBICT): Por que o Sistema de Bibliotecas Júlio de Mesquita Filho não se utilizou do sistema automatizado, Catálogo Coletivo Regional de Periódicos de São Paulo, para registro, controle e divulgação do seu acervo de periódicos?

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: O nosso Catálogo Coletivo é muito bom instrumento de trabalho da rede. Alguma das unidades pertencentes à rede de bibliotecas já colabora com o Catálogo Coletivo Nacional através do Regional A. A Biblioteca Central pretende fazer com que todas as unidades colaborem com o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos.

NEUZA DIAS DE MACEDO (Professora do Departamento de documentação da UFF) Gostaria de saber se o Sistema de Bibliotecas da UNESP tem desenvolvido estudos sobre programas de ensino, pesquisa e extensão universitária?

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: Só temos feito trabalhos na parte de pesquisas e trabalhos em andamento. Pretendemos fazer a caracterização dos usuários por áreas. Estamos estudando a definição de uma política de seleção e aquisição por áreas. Isto é feito através da Comissão Técnica. Pretendemos elaborar uma Carta sobre política de seleção e aquisição na Universidade.

Qual a forma de atendimento e educação do usuário?

LEILA MAGALHÃES ZERLOTTI MERCADANTE: Nesse sentido, nós temos promovido cursos de pesquisa bibliográfica.

SÍSTEMA INTEGRADO DO IBICT PARA REGISTRO E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E DE AUTORIDADE

ANTONIO EUCLIDES DA ROCHA VIEIRA
(IBICT — Instituto Brasileiro de Informação em
Ciências e Tecnologia)

RESUMO

O IBICT está desenvolvendo um conjunto integrado de sistemas de registro e recuperação de informações bibliográficas e de autoridade tendo como núcleo uma base de dados única. Com essa abordagem, serão evitadas duplicações e armazenamento conflitante de registros e elementos de informação na base de dados, não havendo mais a figura de um produto ou serviço ser proprietário do conjunto de informações a partir do qual ele é gerado ou prestado. O desenvolvimento do Sistema IBICT está sendo orientado para processamento em linha visando a minicomputadores e computadores de pequeno porte, em um ambiente de tempo compartilhado e processamento distribuído. O Sistema IBICT, além de incluir os sistemas atuais do IBICT devidamente reformulados, inclui também sistemas de busca retrospectiva, disseminação seletiva de informações e automação de biblioteca.

1. SINOPSE HISTÓRICA

A preocupação do IBICT na integração dos processos de registro e recuperação de informações remonta ao ano de 1972 quando foram iniciados os estudos do "Banco de Dados do IBBD". (1).

Nesse mesmo ano foi dado um passo significativo quando a Prof^a ALICE PRÍNCIPE BARBOSA apresentou a sua tese de mestrado (2) sobre o CALCO — Catalogação legível por Computador. Em 1975 o IBICT (na época IBBD) e a Biblioteca Nacional fizeram um acordo no qual a Biblioteca Nacional ficou responsável pelo desenvolvimento do CALCO.

Foi estabelecido naquela época que o suporte em processamento de dados necessários à Biblioteca Nacional para efetivar o desenvolvimento do CALCO seria prestado através do convênio firmado em abril de 1975 entre o MEC e o CNPq.

Em 1977 foi criado um grupo de trabalho interno no IBICT com o objetivo de desenvolver um sistema integrado de registro e recuperação de informações bibliográficas e de autoridade: o "Sistema IBICT".

2 FILOSOFIA DO SISTEMA

A filosofia do "Sistema IBICT" reside em se registrar de forma recuperável as informações intrínsecas aos itens a serem incluídos na base de dados única. A partir dessa base de dados são prestados os serviços e gerados os produtos do IBICT.

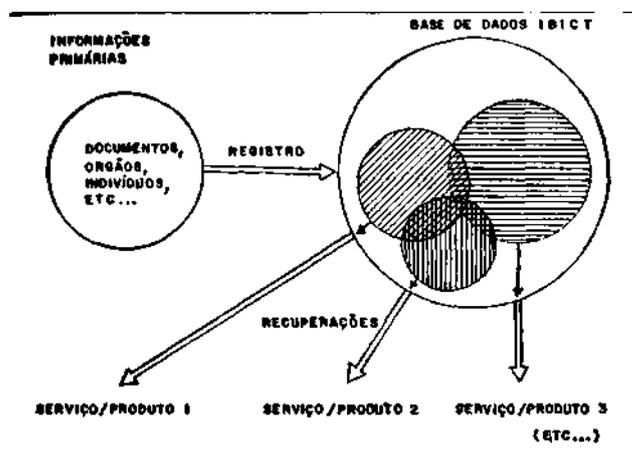
Apenas para fixarmos nomenclatura, chamamos de "base de dados" ao conjunto de esquemas e arquivos de dados; chamamos de "banco de dados" ao software de acesso e gerência de "base de dados".

A filosofia adotada permite efetivamente a integração dos sistemas e se contrapõe a filosofia tipo "conglomerado" na qual cada sistema é "proprietário" de seus dados, registrando apenas aquelas informações relevantes ao seu serviço ou produto, na forma e com o detalhamento mais conveniente para sua recuperação específica.

Geralmente um "conglomerado de sistemas" implica em informações armazenadas em duplicata e, na maioria das vezes, de forma conflitante, obedecendo normalizações diferentes. Por exemplo, um sistema destinado a emissão de fichas catalográficas não registraria todos os autores de uma obra com, diga-se, 10 autores; entretanto, o registro da mesma obra visando um sistema de busca retrospectiva certamente incluiria os 10 autores com, provavelmente, um nível maior de detalhe.

A filosofia do "Sistema IBICT" é oposta à do "conglomerado". Ou seja, ela é de "integração" dos sistemas de registro e recuperação das informações. Na figura 1 encontra-se uma representação esquemática dessa concepção. **1***

FIGURA 3 - CONCEPÇÃO DO SISTEMA IBICT



Pode-se observar que o ponto chave do Sistema é o registro das informações com a definição do formato ao nível datalógico (aspecto físico dos dados) e ao nível infológico (aspecto conceitual dos elementos de informação). Isso foi projeto de aproximadamente um ano de trabalho de uma equipe de oito bibliotecários e de dois analistas de sistemas do IBICT, e será visto mais adiante: "projeto FORMATO".

Ainda a nível de filosofia e concepção do Sistema, cabe ressaltar que o desenvolvimento está sendo orientado para processamento em linha, prevendo-se uma rede de comunicação de dados envolvendo terminais remotos e interligação de minicomputadores e computadores de pequeno porte que operem com o MUNPS ANS. *

Obviamente não estão excluídos os computadores de grande e médio porte que também operem ou suportem o MUNPS ANS, mas o que desejamos frisar é que o Sistema IBICT será transportável total ou parcialmente para centros de informação ou bibliotecas que disponham, por exemplo, de minicomputadores nacionais. Nesse sentido já existem estudos preliminares na CAPRE (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico) visando à definição da LIB (Linguagem Interpretativa Brasileira), cujo núcleo será o MUNPS ANS.

3 MACROFLUXO DO SISTEMA

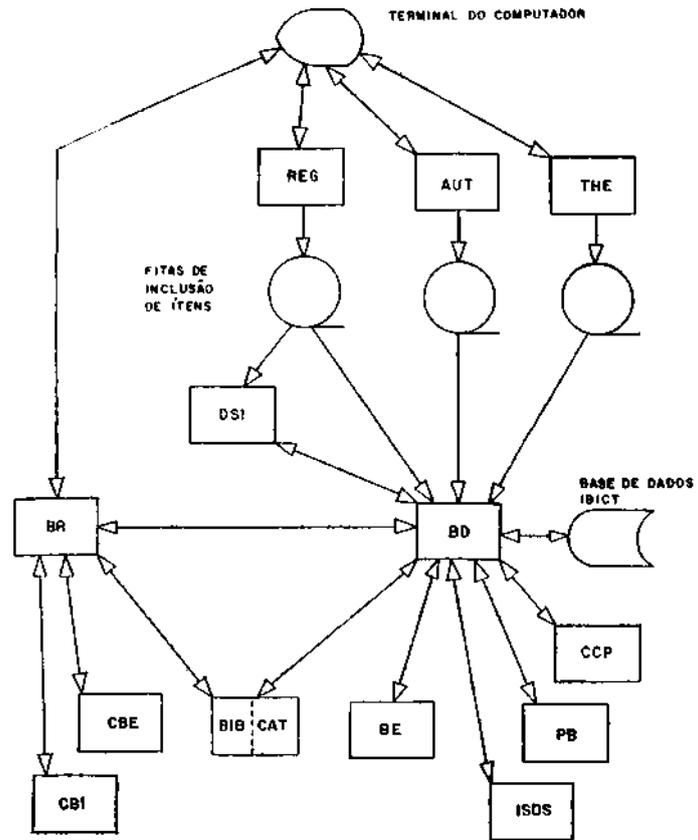
Na figura 2 encontra-se o macrofluxo do Sistema IBICT.

Os módulos serão relacionados a seguir, com as respectivas siglas, grupadas em: sistemas de registro da informação; sistemas básicos de recuperação da informação; sistemas de recuperação visando serviços/produtos.

Como será visto mais adiante ("Projeto FORMATO") os registros nas fitas de inclusão de itens encontram-se no formato para intercâmbio de informações conforme definido na norma ISO 2709 (3). Vejamos agora os módulos e seu estado atual (15 de junho de 1978):

* *O MUNPS é um sistema operacional acoplado a uma linguagem interpretativa de alto nível similar ao ALGOL. Tem sido noticiado que três fabricantes nacionais de minicomputadores já estão desenvolvendo o MUMPS ANS para seus equipamentos.*

FIGURA 2 - SISTEMA IBICT



- Sistemas de registro de informações: —
 - REG (Registro de Informações Bibliográficas): em desenvolvimento de software;
 - AUT (Registro de Informações de Autoridade): em definição de elementos de informação;
 - THE" (Registro de Thesaurus e estruturas similares): não iniciado;
- Sistemas básicos de recuperação da informação: —
 - BD (Banco de Dados): em projeto de software;
 - BR (Busca Retrospectiva): em projeto de software;
 - DSI (Disseminação Seletiva de Informações): não iniciados;
- Sistemas de recuperação visando serviços/produtos: —
 - CCP (Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos — Reformulação do sistema atual): em desenvolvimento de software;
 - PB (Periódicos Brasileiros em Ciências e Tecnologia — reformulação do sistema atual): em projeto de software;
 - ISDS (Internacional Serials Data System — funções da agência nacional do sistema): em levantamento;
 - BE (Bibliografias Esspecializadas — reformulação do atual SIABE): em projeto de software;
 - BIB/CAT (Automação de Biblioteca/Fichas Catalográficas): paralisado temporariamente;
 - CBE (Cadastro Básico de Entidades): em desenvolvimento de software e já com implantação piloto operativa;
 - CBI (Cadastro Básico de Indivíduos): não iniciado.

Com os recursos disponíveis no IBICT está sendo dada ênfase especial aos sistemas REG, BD, BR, CCP e BE. Nos

sistemas básicos de recuperação da informação (BD, BR e DSI) o IBICT vai se utilizar do "saber porque", "Saber como" e da "tecnologia" acumulados no CIN (Centro de Informações Nucleares), agente do convênio CNEN/CNPq, durante o desenvolvimento e operação de seus sistemas (SABER, SUPRIR e SONAR *) correspondentes.

Para finalizar essa descrição sumária cabe ressaltar que o destaque dado ao sistema CAT, embutido no BIB, se deve motivos de ordem prática visando atender a demanda mais imediata desse produto verificada em contatos de outras instituições com o IBICT.

4 PROJETO FORMATO

Conforme dito anteriormente, o ponto chave do Sistema IBICT é o registro das informações em base de dados única. Visando definir o formato segundo o qual elas seriam submetidas, o IBICT desenvolveu o projeto "FORMATO Nacional para Intercâmbio de Informações Bibliográficas" e já iniciou um projeto similar para as informações de Autoridade.

Os documentos de trabalho usados no projeto foram basicamente a ISO 1709 e o UNIMARC (4), complementados pelo CALCO (5), MARC (6), INIS (7) e AGRIS (8) — que são — implantações da ISO 2709 — e pelo PASCAL (9).

Apenas por uma questão de uniformização de linguagem, vejamos o que significam essas siglas:

ISO 2709 — norma internacional "Formato para intercâmbio de informações bibliográficas em fita magnética", tendo o Brasil como signatário; UNIMARC — "Universal MARC"; CALCO — "Catalogação Legível por Computador"; MARC — "Machine Readable Cataloging"; INIS — "International Nuclear Information System"; AGRIS — "Agricultura Information System"; PASCAL — "Programa Aplicado à Seleção e à Compilação Automática da Literatura", do Centro Nacional de Pesquisa da França.

* *O SABER é um software de Banco de Dados; o SUPRIR é de Busca Retrospectiva e o SONAR é de Disseminação Seletiva de Informações.*

Ou seja, a base foi a ISO 2709 e o UNIMARC. A complementação dos outros documentos de trabalho, que refletem a experiência dos respectivos sistemas, pode ser assim distribuída: CALCO E MARC para monografias e seriados; INIS para analíticas de monografias e seriados; e PASCAL para geração semi-automática de índices. Entretanto, em termos práticos, a contribuição desses documentos complementares foi inferior a 20% do cômputo geral.

A metodologia usada até a confecção das folhas de serviço e respectivos manuais de preenchimento foi a seguinte:

- leitura dos documentos de trabalho;
- análise da ISO 2709;
- análise do UNIMARC;
- definição de uma lista exaustiva dos elementos de informação, especificando campos e subcampos, seu formato datalógico e alguns aspectos infológicos, visando o registro, em forma recuperável, das informações intrínsecas aos itens bibliográficos;
- complementação da definição dos elementos de informação ao nível infológico e seleção de ocorrência mandatória, obrigatória se presente, opcional e proibida em 3 subconjuntos: itens registrados a nível monográfico (M), seriado (S) e analítico (A);
- inclusão de campos e subcampos específicos para processar os itens no computador;
- confecção das folhas de serviço e respectivos manuais de preenchimento: monografias, seriados e analíticas.

Esses manuais ainda estão na forma de “documentos de trabalho” e, como tal, sujeitos a pequenas alterações e correções; porém já podem ser obtidos no IBICT para estudo.

É bom ressaltar que embora não esteja explícito nos manuais, a equipe do projeto FORMATO (da qual 80% são bibliotecários) adotou como norma para descrição bibliográfica as ISBDs (10, 11, 12). Por esse motivo os manuais são vagos, aliás quase sempre omissos, quanto a normas e regras de descrição bibliográfica, pois está implícito o uso das ISBDs.

Em termos de Sistema IBICT o passo subsequente ao projeto FORMATO já está sendo dado através do desenvolvimento dos sistemas REG, e BR que permitirão manipular os itens bibliográficos com o auxílio do computador.

■ O **FORMATO IBICT** é uma implantação da ISO 2709 e do UNIMARC e, no momento, consta da definição para registros bibliográficos níveis A, M e S, havendo previsão para incluir brevemente registros de autoridade e futuramente registros de thesaurus e assemelhados.

■ **CONCLUSÃO**

■ O primeiro resultado concreto do "Sistema IBICT", são as folhas de serviço A, M e S, com os respectivos manuais, visando o registro de informações bibliográficas em um formato que é uma implantação da ISO 2709 e do UNIMARC, adotando-se as ISBDs como normas de descrição bibliográfica.

O próximo resultado será o software de registro, gerência e busca retrospectiva para manipular os itens bibliográficos submetidos ao Sistema sob esse formato. Esse software será transportável para equipamentos de processamento de dados que operem com MUNPS ANS.

■ **CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

- 1 AGRIS: Manual para descrição bibliográfica. Brasília, Projeto PNUD / FAO / BRA / 72 / 020). SNIDA, 1974. (DOC/TEC/74/015 — Difusão limitada).
 - 2 AVRAM, Henriette D. **The Marc Pilot Project; final report on a project sponsored by the Council on Library Resources, Inc.** Washington, LC, 1968. 183 p.
 - 3 BARBOSA, Alice Príncipe. **Projeto CALCO; adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento da catalogação cooperativa.** Rio de Janeiro, 1972. 81 p. (Dissertação de mestrado em biblioteconomia e documentação IBBD/UFRJ).
- CHASTINET, Yone S. & ZAHER, Célia R. Banco de Dados para ciência e tecnologia: um projeto brasileiro em andamento. In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTATION, 4., Bogotá, 1973. **La Tecnología en los servicios de información.** México, FID/CLA, 1974. p. 13-22.
- 5 IEA. **INIS: descriptive cataloguing rules.** Vienna, 1972. 97 p. (IAEA-INIS-1 (REV. 2).

- 6 IFLA. ISBD (S) description bibliogra plaque internatio-
nales normalisée des publication en série, Paris
Bibliothèque Nationale, 1974. 48 f.
- 7 ISO. Documentation. Format for bibliographic informa-
tion interchange on magnetic tape. Genève 1973 (ISO
2709-1973 (E); 1. ed. 1973-07-01).
- 8 IFLA. ISBD (G) International Standard Bibliograph
Description (General). London, IFLA Committee on
Cataloguing, 1976. 20 f.
- 9 IFLA. ISBD (M) International Standard Bibliographic
Description for Monographic Publications. 1 st. stan-
dard ed. London, IFLA Committee on Cataloguing 1974. 36 f.
- 10 IFLA. UNIMARC — Universal MARC format London.
IFLA International Office for UBC, 1977, 126 p.
- 11 MEC/CNPq. Formato CALCO: monografias e publica-
ções seriadas. Brasília. 1977. 154 p.
- 12 VIEIRA, Antonio Euclides da Rocha & DAMIAN, Philippe
Jean. Relatório de Estágio no CDST do CNRS em
abril/maio de 1977. Rio de Janeiro, IBICT, 1977 217 f.

DEBATES

Dinah Aguiar Población (Presidente da Comissão Brasileira de Documentação Biomédica e Professora da Escola de Comunicação e Artes da USP): O que está realmente em funcionamento na base de dados do IBICT?

Antonio Euclides da Rocha Vieira: A base de dados do IBICT está ainda em projeto.

PAINEL SOBRE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Componentes da mesa

Coordenador: Antonio Miranda (Assessor de Planejamento Bibliotecário da CAPES)

Conferencista: Dr. Abraam Sonis (Diretor da Biblioteca Regional de Medicina — BIREME)

Expositores:

Aldo de Albuquerque Barreto (Pesquisador da Divisão de Estudos e Projetos do Departamento de Apoio Técnico do IBICT)

Eliana Souza Pinheiro (Professora do Departamento de Documentação da UFF e Assistente de Direção do Núcleo de Documentação da UFF).

Elisabeth Schneider de Sá (Chefe da Biblioteca de Veterinária da UFF).

Maria das Neves Niederauer Tavares Cavalcanti (Diretora do Centro de Informações Científicas para a Saúde do Estado do Rio de Janeiro).

Secretária: Marcia Maria Erthal Serrão (Bibliotecária do Núcleo de Documentação da UFF).

ANTONIO MIRANDA

Gostaria de fazer uma colocação preliminar antes de dar início aos nossos trabalhos.

Em primeiríssimo lugar, parabenizar a UFF, em particular as autoridades do Núcleo de Documentação, a Professora Alice Barros Maia, Presidente desse Seminário, pela feliz oportunidade de convocar a classe bibliotecária para esse 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Atualmente, existe no país aproximadamente 85 Universidades, mais de 700 Institutos de Ensino Superior, 850 cursos em nível de pós-graduação e, contam-se já com centenas de Bibliotecas Universitárias, e sobre elas recai aquela já tradicional queixa do seu isolamento, da falta de troca de experiência, da inexistência de uma rede que possa servir de base para um desenvolvimento mais racional de seus serviços às comunidades científicas e acadêmica nacional, de maneira que, um 1º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias deve ser visto dessa perspectiva.

Gostaria de fazer uma proposição e oficiá-la no final de nosso trabalho de hoje: assim como não existe lugar para que as Bibliotecas Públicas neste país estejam isoladas das Bibliotecas Escolares, e vice-versa, também não podemos isolar as Bibliotecas Universitárias das Bibliotecas Especializadas, pois a esmagadora maioria das nossas Bibliotecas Universitárias são Bibliotecas Especializadas.

Em segundo lugar, um raciocínio ainda mais lógico, é que nossas Bibliotecas Universitárias somente sobrevivem a partir de sua ligação com o sistema de informação especializada, quando eles trabalham em combinação e complementação com Bibliotecas Especializadas. A partir dessa colocação, gostaria que nos próximos anos esses encontros fossem de Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Especializadas, era virtude de tomar conhecimento, antes de vir para Niterói, da relutância de alguns Núcleos de Informação Científica e de Bibliotecas Especializadas de liberarem seu pessoal bibliotecário por se tratar de uma reunião especializada em Bibliotecas Universitárias. Acredito que se abrissemos o leque para as Bibliotecas Especializadas, poderíamos estudar problemas comuns também a elas. É uma proposição que gostaria de formular para o Plenário Final desse nosso Seminário.

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

ABRAAM SONIS
(Diretor da BIREME)

Resumo da Palestra

O desenvolvimento explosivo da informação necessária no campo da saúde torna aconselhável adiantar alguns conceitos para a discussão dos problemas envolvidos no mesmo. Entendemos como informação científica em saúde aquela que promove a criação, aplicação e aprendizagem de conhecimentos úteis ao cumprimento de objetivos de melhoramentos da saúde. No que se refere à investigação — seja ela de laboratório, clínica, epidemiológica ou organizacional

_ a aludida informação não apenas comunica descobertas mas também cataliza todo o processo de desenvolvimento de hipótese e projetos. Existem notáveis diferenças na maturação da informação ,tipo de usuário, forma de aplicação, etc, de acordo com o tipo de investigação, provocando exigências diferentes na produção, circulação e difusão da referida informação. É hoje freqüente que a aquisição de novos conhecimentos e sua aplicação tecnológica sejam, nestes campos, fenômenos simultâneos. Aludimos tanto à informação referente à atenção direta das pessoas, à organização e utilização de programas de saúde como à determinação de políticas setoriais. O tipo de informação necessária acha-se determinada, em cada caso, pelo grau de agregação de cada nível; por ex., as diferentes exigências de um médico rural e de um superespecialista em um grande centro urbano. Trata-se, definitivamente, de uma atividade integrada em um processo de educação continuada, não apenas dos médicos, mas também de todo tipo de participante da equipe de saúde, em seus diferentes níveis. A transcendência destes conceitos reside em sua estreita influência sobre a eficácia concreta da tecnologia médica, a eficiência no funcionamento

dos recursos e a efetividade ou resultado final das ações sobre a saúde comunitária. Sua complexidade surge do fato de não se tratar apenas de informação biomédica, mas também das ciências sociais, economia e administração, e de que exige com freqüência, uma utilização simultânea para a definição de políticas. Por outro lado, é necessário adequar a informação a ser ministrada ao modelo profissional que se pretende formar, uma vez que ela é, simultaneamente, um produto do sistema e uma determinante do mesmo. Da mesma forma, as características da informação dificultam ou dinamizam o processo de formação do recurso humano, a investigação e as atividades de serviço, assim como sua intercomunicação. Aos requisitos anteriores, agrega-se hoje a necessidade de oferecer informação apropriada a fim de facilitar a participação comunitária nas atividades de atenção da saúde. Do ponto de vista operativo, reitera-se no campo da informação o observado no de serviços: os que mais solicitam são aqueles que mais facilidades têm para satisfazer suas necessidades, e vice-versa. Vivemos uma crise de publicações periódicas, em conseqüência, entre outras razões, do diferente requisito de tempo de chegada da informação ao usuário: muito mais rápido no campo da investigação que no da difusão de conhecimentos para sua aplicação. Hoje em dia ambos tipos de informação aparecem mesclados, porém existem idéias e projetos para tentar separá-los. Na prática, o âmbito da investigação acelera sua intercomunicação mediante mecanismos informais (congressos, visitas, publicações limitadas). Entre os diferentes problemas a serem resolvidos, podemos recordar aqueles ocasionados pelo idioma, custo, tempos de remessa e necessidade de promover a demanda por parte dos profissionais mais distantes. Freqüentemente a informação referente a novos conhecimentos demora anos a chegar àqueles que deverão aplicá-los. Não é raro que os novos meios de comunicação maciça difundam uma descoberta muito antes que as publicações especializadas a tornem acessível aos grupos profissionais. Outra limitação surge do fato das revistas biomédicas carecerem habitualmente de informação sobre aspectos epidemiológicos e de administração dos serviços, a qual se acha contida, em grande parte, em relatórios técnicos, etc. Um grande desafio baseia-se em como aproveitar eficazmente a tecnologia disponível para diminuir a brecha entre os novos conhecimentos disponíveis e sua utilização ao nível da atenção primária, que permite obter uma cobertura total da população.

Um exemplo concreto do que dissemos seria o aproveitamento do sistema MEDLINE a fim de aduzir conhecimentos sobre problemas de saúde do tipo dos programas de controle do Mal de chagas, ou da difusão da esquistossomiase em relação à construção de represas. Tudo isto nos obriga a pensar e projetar modalidades apropriadas de adequação entre as características dos novos conhecimentos, os requisitos de sua aplicação e a tecnologia a utilizar em sua promoção e difusão.

DEBATES

ANTONIO MIRANDA

O Dr. Sonis, falou-nos da informação na pesquisa, o processo de aplicação dessa informação, na vida profissional prática diária e a informação para dar à docência e à aprendizagem. Gostaria de ressaltar alguns pontos que me parecem de maior importância: um deles é o valor da importação de tecnologia sofisticada que afeta o exercício da profissão médica no nosso país e, também, afeta ao problema de transferência de informação. Nós somos consumidores de informação. Esses produtos estão à venda no mercado internacional e o Brasil depende deles para manter-se atualizado. Estamos organizando nossos sistemas de informação.

O mesmo comentário que o Dr. Sonis faz com relação a importação de tecnologia que precisa ser aplicada, e que relação às importações de tecnologia informacional, isto é, está sendo feita de forma crítica, também se pode dizer com relação a própria informação que consumimos em nossa comunidade.

Falou, também, do problema da inflexibilidade do tipo de informação que nós oferecemos. Estamos muito voltados para a informação convencional, aquela informação documentária depositada nos livros, nos periódicos, quando a comunidade científica necessita de um tipo dinâmico de informação mais atualizado, em consonância com a atividade que eles desenvolvem de forma que, os pré-prints, aquelas informações realizadas através dos colégios invisíveis, deveriam ser aproveitadas no sentido de reorientar nossos serviços

do informação, para que ele acompanhe essas novas tendências, esses novos fluxos de transferência e aquisição de informação.

Outro ponto interessante é a tendência que temos de distribuir informação de todo tipo. Nós tendemos a dar o mesmo tipo de documentação para diferentes níveis e tipos de usuários, quando a demanda deve reorientar o tipo de documentação que devemos dar aos nossos usuários.

A leitura como processo de aprendizagem e transmissão de informação, isto é, o tipo e qualidade do material documentário que circula na mão dos nossos pesquisadores alunos e professores, orienta a própria formação do indivíduo, tanto na pesquisa, docência como no exercício profissional

ALICE BARROS MAIA (Diretoria do Núcleo de Documentação da UFF): A circulação, acesso e conhecimento da informação registrada em periódicos e em outros tipos de documentos representam uma dificuldade ainda não superada em termos de utilização imediata pelos usuários, então, que meios utilizaríamos para divulgação imediata das pesquisas em curso entre os interessados, considerando que essas pesquisas evoluem à proporção que se desenvolvem e que, às vezes, a própria pesquisa vai mais rápida do que o próprio controle do sistema de informação? Gostaria, também, de pedir ao Dr. Sonis que fizesse uma referência concreta às atividades programadas pela BIREME a partir da sua gestão.

DR. ABRAAM SONIS: Creio que o problema das pesquisas em processo, é um assunto bastante complexo do ponto de vista da pesquisa e, não da informação. Eu me animaria a dizer, e os pesquisadores que me perdoem por isto, que não sei se a publicação das pesquisas em processo, seria um tema fundamental para os países latinoamericanos. Os cientistas na América Latina estão vivendo um dilema: ou publicam, ou morrem. Aqueles que não publicam, ou melhor, não mostram que estão com trabalhos em andamento, não obtêm subsídios necessários para prosseguir com suas pesquisas. Eu gostaria de fazer uma revisão para determinar de que tipo é necessária a informação na América Latina e, a partir disso, poderíamos ver como tornar acessível essa informação. Parece-me ser prioritário em termos de América Latina, fazer conhecida a informação que já

esteja nos periódicos e investigações já prontas, embora não deixemos de reconhecer a importância de pesquisas em andamento, pois país não investiga é um país sem progresso. Agora, acredito que a solução deve ser adequada a cada meio onde esta informação será divulgada. Creio que cada país tem que desenvolver, e não só cada país, mas cada setor de conhecimento, regras diferentes em relação à **difuso** da investigação. O tipo de publicação deve ser adequado X ecologia cultural e científica de cada meio. **Isto é um ponto** de vista meu no campo da saúde.

O outro tema proposto é em relação ao que a BIREME está realizando ultimamente. A BIREME está fundamentalmente trabalhando no sentido de aumentar a cobertura de seus usuários. Estamos estendendo a cobertura através da criação de novos subcentros, recentemente criamos os subcentros de Terezina, Natal, João Pessoa e Vitória.

Terminamos de abrir um programa de atenção primária, isto é, de atenção de saúde para atingir os núcleos mais díspares. Outra preocupação que temos é a de apropriar a tecnologia que estamos usando. Seguimos a linha de cooperação técnica de países em desenvolvimento.

Em que medida um tipo de tecnologia como o MEDLARS significou a implantação de uma tecnologia muito complexa e, que está servindo através de poucos terminais a poucos usuários, como poderemos transformar isto num tipo de informação que possa ser usada por um maior número de usuários? Temos alguns projetos e, vamos ver como através de um serviço de disseminação seletiva da informação podemos fazer isto para a América Latina, sem elevar muito o custo operacional.

Começaremos a indexar talvez a partir de 1º de janeiro do próximo ano, os periódicos latinoamericanos, que até agora não vem sendo feito pela BIREME. O que parece simples, entretanto não foi fácil de se conseguir. O nosso propósito é, fazer o Index Medicus da América **Latina**. Estamos tratando de apropriar tecnologia, dependemos de um computador IBM que está no Instituto de Energia Nuclear de São Paulo, que embora trabalhe conosco de forma muito cordial e eficiente, representa uma tecnologia que não controlamos diretamente. Adquirimos um computador digital e estamos colocando nele os programas da América Latina.

Quero terminar falando de um assunto que considero fundamental e, que, já foi abordado pelo Professor Antonio Miranda: é o de que todo país deve ter sua política de informação científica e tecnológica. A BIREME, pelo menos nesta gestão, sentir-se-á satisfeita em tomar parte de um organismo que elabore, coordene e, eu ousaria dizer, que seja normativa na matéria que é fundamental para a implantação de uma política de informação científica e tecnológica nacional. Como prova disso, no último convênio firmado pela BIREME com o governo brasileiro, ficou estipulado que o Diretor da BIREME em todos os programas no Brasil será assessorado por um conselho brasileiro.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ALDO ALBUQUERQUE BARRETO

*(Pesquisador da Divisão de Estudos e Projetos
do Departamento de Apoio Técnico
do IBICT)*

RESUMO

A utilização de metodologia econômica para a análise de custos em sistemas de informação é apresentada como o instrumento mais eficaz para a tomada de decisões. Normalmente, custos em sistemas de informação são compilados por processos contábeis tradicionais, que possuem pouco valor informativo para o nível de decisões estratégicas. O custo unitário, ou custo médio, tendo como base unicamente o volume de serviços prestados pelo sistema, parece ser uma visão simplificada do problema de custos em sistemas de informação. O comportamento dos custos em sistemas de informação sofre efeitos de outras variáveis e não somente do volume de produção. Essas variáveis constituem as condições operacionais do sistema, específicas para cada tipo de sistema de informação documentária. O conhecimento dessas condições operacionais e a identificação dos custos marginais associados fornecerão melhores indicadores no processo decisório, redução de custos e política de preços.

1 A necessidade de uma Base Teórica para Análise

A Ciência da Informação vem sofrendo por longo tempo um exagerado otimismo experimental. Acredita-se que os processos experimentais de medição de seus fenômenos podem ser sempre elaborados independentes da construção de uma base teórica apropriada. Entretanto, ao se utilizar uma aproximação metodológica pertencente a uma outra disciplina, como no caso da economia, os cientistas da informação precisam em primeiro lugar estar de acordo com as associações a serem feitas entre a base teórica escolhida e os problemas da informação. Essa associação de conceitos

deveria preceder sempre os processos experimentais e o teste de hipótese. O teste de hipóteses é feito em uma linguagem e o pensamento do pesquisador opera em uma outra linguagem.

A procura por uma base teórica para a análise econômica de sistemas de informação documentária foi induzido principalmente, pelo fato de que os estudos de custos em sistemas de informação estão orientados basicamente para o enfoque financeiro ou contábil e não o econômico.

O custo contábil detalha a alocação de fundos entre os sub-sistemas do sistema total e é essencial para a confecção, apresentação e acompanhamento do orçamento anual do sistema; não tem maior valor, entretanto, como informação para o processo decisório, ponto de primordial importância na administração desses sistemas. O custo médio (ou unitário), calculado a partir do processamento contábil, é apresentado na bibliografia existente sobre o assunto, como uma medida para previsão e planejamento. Nessa mesma literatura a avaliação econômica é baseada no custo contábil, o que pensamos ser um grave erro de interpretação de conceitos.

2. A Análise dos Custos e a Análise Econômica

A análise do comportamento dos custos em sistemas de informação é praticamente recente e aparece como subproduto de análises de custo-eficácia, análise custo-benefício, ou tentativas de fixação de uma política de preços para serviços de informação.

Numerosos estudos sobre custo médio são encontrados na literatura sobre o assunto. Praticamente nenhum estudo se encontra fundamentado em uma base econômica específica e adaptada para sistemas de informação.

O conceito de custo econômico, como custo realizado (sunk cost), custo de oportunidade, custo marginal ou incremental não foi adotado como metodologia para o estudo do comportamento dos custos em sistemas de informação.

Vale aqui definir os tipos de custos mencionados anteriormente.

O custo médio é definido como o custo por unidade de serviço, i.e.i representa o custo total do período dividido pelo número de unidades de serviço durante aquele período. O custo realizado (sunk cost) representa qualquer custo já efetivado no momento da decisão. Não tem o administrador do sistema qualquer controle sobre esse custo (a curto prazo) pois já foi efetuado, sem qualquer importância portanto, no processo decisório. O custo oportunidade representa o custo de uma oportunidade "perdida" pela aplicação dos recursos em uma outra opção. O custo marginal representa o acréscimo ao custo total causado pela produção de mais uma unidade do produto ou serviço.

O comportamento do custo médio, a curto prazo, é útil ao administrador de diversas maneiras:

- a) para estabelecer padrões de custo com finalidade de controle;
- b) para estabelecer programas de redução nos custos;
- c) para dar indicações na estimativa de custos futuros.

Entretanto, para o processo decisório, o importante será o conhecimento do comportamento do custo marginal. Grande parte das decisões gerenciais será feita levando em consideração o custo adicional, ocasionado por qualquer modificação (quantitativa ou qualitativa) na estrutura de serviços do sistema e a receita adicional prevista. No caso de serviços que não sejam cobrados, o balanço do custo adicional com o benefício adicional ou o "benefício marginal" constituiria o fator de decisão. Para o administrador racional esta atitude seria aplicável a qualquer tipo de decisão: introdução de um novo serviço, modificação no processo de transformação (modificação no processo de análise dos documentos) ou uma nova política em relação aos usuários do sistema. Esta é a razão do crescente interesse do administrador de sistemas de informação no estudo dos custos incrementais para a análise dos custos operacionais do sistema. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais reconhecida a baixa relevância que os custos de produção de serviços de informação, compilados pelos métodos tradicionais de contabilidade, têm no processo decisório. A contabilidade tradicional assume que os custos uma vez reduzidos à unidade monetária têm comportamento homo-

gêneo e igual importância. A contabilidade ortodoxa pouco informa a respeito das condições operacionais em que está operando o sistema. Aliado ao conceito de custos unitários (custo médio) a contabilidade ortodoxa fornece pouca, e muitas vezes incorreta, informação sobre o comportamento dos custos do sistema. Custos médios, deduzidos de sistemas de informação operando em diferentes condições operacionais, não podem ser generalizados para previsões do futuro ou serem indicadores da eficiência do sistema.

Sistemas de informação utilizando diferentes fatores de produção ou mesmo uma diferente combinação desses fatores, devem ser analisados isoladamente dentro de sua ambiência específica, levando sempre em consideração que o comportamento dos custos é afetado por diversas variáveis (que formam as condições de operação), das quais o volume de serviços é apenas uma.

Fatores de Produção:

Ao realizar-se uma análise de produção para estudar o comportamento dos custos deve-se selecionar certos fatores cujo efeito na produção e nos custos pretenda-se estudar mais de perto.

Muitos processos de produção necessitam, a fim de alcançarem seus objetivos, a utilização de grandes instalações, o que define de maneira precisa a "capacidade" do sistema. Essa capacidade não pode ser alterada exceto incorrendo-se em grandes custos e após considerável período de trabalho construcional. Em tais casos é de interesse econômico verificar como a quantidade do produto, sua qualidade e seu custo variam, se os fatores que determinam a capacidade de permanecerem constantes, enquanto outros fatores possam variar. Os primeiros são chamados fatores fixos e os segundos variáveis. A combinação desses fatores na estrutura de produção formam as condições operacionais do sistema.

Em um processo de produção industrial a utilização de grandes máquinas, a localização física e a facilidade de transportes definem de maneira clara a capacidade técnica da unidade produtiva. Esse conceito de capacidade ainda

não foi definido para sistemas de informação. Acreditamos que a capacidade irá variar de acordo com o sistema específico e os serviços oferecidos. Para a biblioteca, a capacidade deve incluir a localização física, equipamentos e o tamanho da coleção. Para pesquisas retrospectivas o volume dos dados (em número de itens) e as possibilidades do equipamento podem definir a capacidade do sistema. Para disseminação seletiva, o número de itens adicionados em cada período (taxa de entrada) e as possibilidades do equipamento definiriam a capacidade.

Se a linha de raciocínio acima for aceita, poderíamos presumir que sistemas de informação estão operando em estado de sub-capacidade ou tendo sempre capacidade ociosa. Em sistemas como a Biblioteca e a Pesquisa Retrospectiva, essa ociosidade aumenta anualmente para atender a requisitos de qualidade ligados aos objetivos do sistema. O conceito de capacidade, constitui, portanto, uma importante linha de investigação, pois podemos modificar o conceito de economia de escala em sistema de informação.

Em uma simplificação exagerada, teríamos basicamente três fatores que executam o processo de transformação em sistema de informação;

1. Esforço inicial — custos iniciais de instalação.
2. Esforço de entrada — incluindo atividades de seleção, análise e armazenamento.
3. Esforço de saída — incluindo atividades de estratégia de busca, manutenção de perfis, processamento manual ou mecanizado, distribuição, etc.

Em termos de capacidade e custo, esses fatores seriam classificados como:

- | | |
|-----------------------|--|
| 1. Esforço inicial | custo fixo, inescapável depois de efetuado, determina a capacidade . |
| 2. Esforço de Entrada | custo fixo, e inescapável após efetuado, determina a capacidade . |
| 3. Esforço de saída | custo variável em unidades do serviço até atingir a capacidade do sistema. |

3 CONCLUSÃO

Condições operacionais — variáveis relacionadas ao custo de produção do serviço.

Utilizando-se dados reais de estudos de custo em sistemas de informação realizados por Vickers (1) e Peeters (2) procurou-se determinar as variáveis que influenciam o comportamento do custo nesses sistemas. Ambos os estudos utilizam o conceito de custo unitário ou custo médio onde o volume de serviços seria a única variável a explicar o comportamento do custo de produção do serviço. Esses estudos indicam, ainda, a existência de uma relação inversa entre o custo e o volume de produção. O custo total decresce com o aumento no volume de produção do serviço.

A análise dos dados indicados permitiu as seguintes conclusões:

- a) Para pesquisa retrospectiva está parcialmente errada a relação inversa entre custos e volume de produção de serviços. A menos que os custos fixos e esforço de entrada dos dados no sistema (inescapável depois de incorrido, e, portanto, sem valor para o processo decisório a curto prazo) sejam considerados não existe indicação de que a relação inversa se apresenta. Existem, contudo, indicações de que o custo variável e, provavelmente, o custo marginal função crescente (aumento do custo com aumento no volume de serviço) de condições operacionais são como:

Esforço de entrada

Tamanho do banco de dados (número de itens-
Esforço empregado na pesquisa

- b) Para serviços de disseminação seletiva existem também evidências de que o volume de serviço (número de pesquisas efetuadas, número de perfis por pesquisa, número de itens recuperados) não é a única variável explicando o comportamento do custo de produção do serviço. As variáveis relacionadas abaixo foram identificadas como influenciando o comportamento do custo de produção de serviços de disseminação seletiva em sistemas mecanizados:

- D número de pesquisas por ano
- 2) número de execuções ("run") por ano
 - 3) número de registros por ano
 - 4) número de termos de pesquisa por perfil
 - 5) número de itens recuperados por execução
 - 6) número de registros por execução
 - 7) tamanho do arquivo por pesquisa
 - 8) número de perfis por pesquisa
 - 9) custo do processamento mecanizado por execução
 - 10) manutenção de perfis do usuário
 - 11) número de termos de pesquisa por execução

O conhecimento dessas variáveis e sua atuação no comportamento do custo permitirão a construção de um modelo econômico para o administrador utilizar, e de forma mais racional, tomar decisões e formular políticas para o seu sistema de informações.

CITAÇÕES BIBLIOGRAFICAS

- 1 FLOWERDEW, A.D.J. and WHITEHEAD. Cost-Effetiveness and Cost Benefit. **Analysis in information Science**. Report to OSTI (Project SI/97 03). London, School of Economics and Political Science, 1974.
- 2 PEETERS, E. Coots **du traitement automatique del information documentaire**. Bruxelles, Association Belge de Documentation, Mai. 1974.
- 3 VICKERS, P. **The Cost of Mechanized Information Systems**. Paris, Birectorate for Scientific Affrairs, Organization for Economic Co-Operation and Development, 1974.

DEBATES

ANTONIO MIRANDA: Uma das coisas que têm desme-recido o trabalho bibliotecário no Brasil é, justamente, a falta de indicadores econômicos sobre o custo dos serviços que eles organizam. Os serviços de informação são caros e *nós* não sabemos determinar o custo e o retorno do capital. Informação per capita. Os investimentos de capital são altos-e é muito difícil justificar para nossos administradores o custo dos serviços dos quais não se tem retorno quantificável, como é o caso da informação.

NEUZA DIAS MACEDO (Professora de Biblioteconomia I da USP): Como e onde introduzir no currículo de graduação de bibliotecário unidades sobre custo de informação?

ALDO DE ALBUQUERQUE BARRETO: Acho que deveria ser introduzida como uma cadeira que temos aqui no IBICT: Administração de sistemas de Informação, porque custo é uma forma de avaliação, custo é planejamento e, planejamento é uma das funções administrativas.

INTERAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA — UMA AMOSTRA

ELISABETH SHNEIDER DE SÁ
(*Mestra em Ciência da Informação e Chefe da*
Biblioteca de Veterinária da UFF)

ELIANA SOUZA PINHEIRO
(*Profª do Departamento de Documentação da*
UFF e Assistente do Núcleo de Documentação
da UFF)

INTRODUÇÃO

As universidades devem cumprir simultaneamente os seus dois objetivos fundamentais: ensinar e pesquisar. Para estas duas metas muito devem contribuir as suas bibliotecas e respectivos bibliotecários.

O conhecimento do grau de interação da documentação científica brasileira com a literatura internacional pode servir como base avaliativa do resultado obtido com a aplicação de recursos para pesquisa. O cálculo da produção documentária que participa do complexo universo de informações científicas, pode mostrar caminhos e distinguir prioridades. Assim, nos propomos a prosseguir trabalho anterior (7) que concluiu pela participação a nível internacional, através de índices, de 58% dos trabalhos publicados por brasileiros (fig. 1). A partir daí, tentamos conhecer, além do que está disponível, o que é efetivamente utilizado, na cadeia científica onde cada trabalho é um elo.

Recentemente, Morei & Morei (3) tentaram uma análise da produção científica brasileira, utilizando como base os autores brasileiros que publicaram em revistas arroladas pelo Institute of Scientific Information (ISI). Outros trabalhos de análise da literatura científica latino-americana (2,8) já se haviam baseado exclusivamente nesta fonte, que é *sem* dúvida alguma um instrumento de grande valor. Não é desprezível, contudo, o fato de que somente duas revistas brasileiras (Anais da Academia Brasileira de Ciên-

cias e Revista Brasileira de Pesquisas Médicas e Biológicas) apareçam arroladas na base de dados do ISI, como mencionam os autores acima citados, visto que farto e valioso material documentário é publicado em revistas não constantes daquela fonte, como veremos adiante.

Através do uso freqüente do Science Citation Index sabemos também que esta obra não está programada para distinguir homônimos, fato que pode invalidar ou no mínimo alterar os resultados obtidos em outros estudos de citações de autores.

Assim, é fácil constatar que sob um determinado nome aparentemente muito rolífico, encontramos trabalhos tanto de geopolítica quanto de desenvolvimento celular, matemática ou farmacologia, o que evidencia a multiplicidade de autores sob uma só entrada.

Outro exemplo entre os muitos encontrados é o que apresenta o fascículo referente a abril-junho de 1977, onde o "mesmo" autor aparece com 2 artigos citados em 1977 O 1º de 1839, e o outro publicado em 1965.

Se não aceitamos a tese de homônimos tomados como um único autor, teremos que admitir como verdadeira a idéia de um cientista escrevendo artigos citáveis, com 144 anos de idade, considerando-se a idade mínima de 18 anos para a publicação do 1º documento.

Sem dúvida, sabemos que cada vez mais pesquisadores de nosso país publicam em revistas norte-americanas e de outras nacionalidades, aumentando consideravelmente a cada ano o número de autores brasileiros arrolados por aquele serviço (3,7) o que poderia revelar o abandono por parte dos pesquisadores brasileiros, das revistas nacionais que seriam ruins porque os cientistas não publicam nelas e os cientistas locais não publicam nelas porque as revistas são ruins.

A razão que nos levou à elaboração deste trabalho consiste em saber até que ponto é válida a análise da literatura de um país desprezando-se o que é nele publicado, ; que 2 títulos no exemplo mencionado, seriam os representantes de toda a ciência brasileira.

2 Material e Métodos

Levando-se em consideração apenas aquela parcela já citada, de artigos indexados e extraídos da literatura brasileira de microbiologia, imunologia e parasitologia publicados em 1971, partimos para a verificação, através do Science Citation Index (SCI) de janeiro de 1972 a junho de 1977 (último número publicado) de quais haviam sido citados quem os citou, de que país, que revistas citaram, etc...

para a verificação da procedência dos autores citantes foi utilizado o ISF's Who is Publishing in Science (WIPIS).

É importante notar que, de acordo com os procedimentos relatados à folha 22 do trabalho de Sá (7) os autores brasileiros que publicaram em revistas estrangeiras não correspondem à totalidade deles, dada a impossibilidade de levantá-los integralmente.

3 RESULTADOS

3.1 Porcentagem de Citações

O primeiro resultado de importância diz respeito à porcentagem de citações obtidas pelos pesquisadores brasileiros componentes da amostra e que, como podemos ver na figura 2 é constituída de 526 trabalhos, sendo 428 (81,4%) publicados em revistas brasileiras e 98 (18,6%) em revistas de outras nacionalidades. A figura 3 mostra que apenas 145 documentos foram citados, correspondendo a 27,6% do conjunto.

Este resultado, sem dúvida preocupante, tomado de forma isolada, pode causar um impacto negativo, mostrando que o fato de ter sido indexado por serviços de grande repercussão internacional, não contribuiu de maneira significativa para a aceitação do trabalho.

3.2 Origem dos Autores Citantes

Comparando-se, porém, os dados da tabela 1 que se refere a porcentagem de citações recebidas por artigos publicados no Brasil e no exterior, com os apresentados na tabela 2 que mostra a distribuição por países de origem das revis-

tas citantes, temos que das 186 citações para os 94 trabalhos publicados em revistas brasileiras, pelo menos 166 foram de revistas estrangeiras, uma vez que, apenas 20 citações foram feitas em revistas brasileiras.

Tornando-se a comparar estes dados com os obtidos na tabela 3 correspondente a origem dos autores citantes vemos que das 166 citações feitas a artigos publicados no Brasil por revistas estrangeiras, pelo menos 127 procedem de autores também estrangeiros, já que somente 59 citações foram feitas por pesquisadores brasileiros.

Foi observado, também, durante a pesquisa que dos 98 artigos publicados por brasileiros no exterior, (fig. 3) 47 não foram citados perfazendo um total de 48,9% de artigos publicados fora do país e que também não foram utilizados, o que pode demonstrar que nem sempre a facilidade de acesso ou a intensidade de circulação determina a frequência de citações, mas principalmente a reputação do autor e a qualidade do trabalho.

3.3 Frequência de Citações

Segundo Price (4) 49% de todos os trabalhos existentes são citados ao menos 1 vez enquanto apenas 1% são citados 6 vezes ou mais.

Ora, tendo em vista que a nossa amostra foi extraída da literatura publicada em 1971 e que cada trabalho cumpre em média, sua finalidade após 10 anos de publicado, a nossa base de dados teria ainda 4 anos a percorrer. Contudo, ainda de acordo com Price, a média de citações para trabalhos com menos de 15 anos é consideravelmente maior do que o valor padrão de 1 citação, por trabalho, por ano, crescendo constantemente à medida que diminui a idade e atingindo um máximo de cerca de 6 vezes o valor padrão de citações os trabalhos de 2 anos e meio, tornando a declinar após. Neste caso, a nossa amostra já teria ultrapassado a fase de raras citações por falta de prazo suficiente para serem divulgadas e estaria na faixa de 3 ou 4 citações por trabalho.

Analisando a tabela 4 que mostra a frequência de citações obtidas por trabalhos de autores nacionais, verificamos que dos trabalhos citados, 22 obtiveram mais de 6 citações,

o que corresponde ao número mínimo de citações obtidas por 1% apenas de todos os artigos publicados. Assim, temos que numa pequeníssima amostra da literatura científica brasileira, vários artigos fazem parte deste reduzidíssimo 1% da totalidade da produção científica mundial que compreende todas as áreas do conhecimento em todos os tempos. Este fato que por si só nos traz uma grande satisfação, mostra ainda que o autor mais citado é o Prof. Nelson Monteiro Vaz desta Universidade, com um total de 83 citações obtidas por apenas 3 trabalhos. O 1º tendo recebido 31 citações e os outros dois, 27 e 25.

3.4 **Origem das Revistas Citadas**

Retrocedendo-se à tabela 1, podemos observar que das 146 revistas utilizadas pelos pesquisadores brasileiros e cujos artigos receberam citações, 29 são brasileiras e 40 estrangeiras, sendo que estas com cerca de metade dos artigos das primeiras receberam o dobro de citações, contudo podemos observar pelo exame da tabela 5 que a revista que recebeu maior número de citações foi a Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, seguida por 3 revistas norte-americanas e novamente uma brasileira — Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Na tabela 6, arranjada por média de citações recebidas por artigo e por revista, temos uma visualização clara e precisa da importância dos artigos de brasileiros publicados em revistas nacionais e não arroladas pelo ISI.

Com a tabela 7 temos um resumo da média de citações recebidas por artigos publicados no país e fora dele, além da média de citações obtidas por revistas, sendo que nos 6 anos pesquisados a média de citações por artigo citado foi de 3,9 e a média de citações por artigo, por ano foi 0,64.

3.5 **Núcleo Científico**

Outro dado a considerar é o verificado pela comparação das tabelas 2 e 3 que mostram uma presença constante dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Suíça e Holanda.

Com isso, podemos confirmar que existe uma tendência para uma cadeia científica envolvendo os mesmos países,

onde os Estados Unidos aparecem como núcleo gerador e polarizador. Este fato, sem dúvida, não constitui novidade e já foi verificado por outros autores (8). Talvez possa ser explicado pelo elevado grau de desenvolvimento social e cultural de cada um, e pela conseqüente valorização da pesquisa, a qual é dedicada grande parcela do produto nacional bruto.

3.6 Elite de Autores versus Citações

Observando-se a classificação de Price (5) para produtividade de autores, onde o trabalho de um autor "transitório" tem cerca de 30% de chance somente de ser citado, ou seja, 70% desses autores não recebem citação, e onde vemos que dos "permanentes", 60% estão na lista dos mais citados, verificamos que da elite estabelecida pela Lei de Lotka, (tab. 8) para os autores brasileiros de MIP, 40% foi citada, porcentagem bem inferior à prevista que contraria em parte a afirmativa de que autores permanentes têm uma grande tendência de serem citados, principalmente se levarmos em consideração que a nossa elite está baseada exatamente na proposição de Price, que considera como "núcleo de autores permanentes" aqueles com 4 ou mais trabalhos por ano, e que 60% dos autores citados não fazem parte desta elite, embora não possamos abandonar o fato de que esta taxa recai apenas sobre os indexados, que constituem a nossa base de dados.

4. Conclusões

Este estudo das citações obtidas pelos trabalhos brasileiros de MIP de 1971, apresenta-se como uma pequena amostra e um alerta aos promotores da pesquisa no Brasil, principalmente às universidades, responsáveis que são pelo desenvolvimento da produção científica nacional no sentido de valorizarem mais o seu potencial humano, oferecendo maiores recursos para o aprimoramento dos serviços bibliotecários como base que são para a realização de qualquer trabalho científico.

Embora ratificando conclusões alcançadas por muitos outros estudos sobre a existência de uma cadeia científica denominada por determinado grupo de países, podemos observar a aceitação dos trabalhos brasileiros, que em alguns casos chegaram mesmo a alcançar os padrões mais satisfa-

Tios no panorama internacional, comprovando que mais importante do que o veículo de divulgação é a qualidade da Informação, tendo em vista que a quase totalidade dos trabalhos publicados em revistas brasileiras e citados, o foram por autores estrangeiros, e que uma grande porcentagem, cerca de 50% daqueles publicados em revistas estrangeiras não foram sequer citados.

De maneira geral, ainda não é das melhores a repercussão dos trabalhos de autores brasileiros no cenário científico mundial, independentemente da procedência do documento onde foi publicado e da fonte secundária onde foi indexado, o que nos leva mais uma vez a alertar sobre a importância do aproveitamento integral de todos os valores existentes, através de facilitação de recursos, inclusive os bibliográficos, que possibilitem o nosso avanço científico.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- GARFIELD, E. Citation analysis as a tool in journal evaluation. *Science*. 178 (4060): 471-479, 1972.
- LECHIN, FF. & VAN DER DIJS, B. Situación actual de la investigación científica en Latinoamérica con especial referencia al campo de la medicina y ciencias afines. *Acta Científica venezolana*. 25 (6): 195-197, 1973.
- MOREL, R.L.M. & MOREL, C.M. Um estudo sobre a produção científica brasileira, segundo os dados do Institute Scientific Information (ISI). *Ci. Inf.*, 6 (2): 99-109, 1977.
- PRICE, D.J. de Solla. Networks of scientific papers. *Science*, 149: 510-515, 1965.
- PRICE, D.J. de Solla & CURSEY, S. Studies in scientometrics I. Transience and continuance in scientific authorship. *Ci. Inf.*, 4 (1): 27-40, 1975.
- . Studies in scientometrics II. The relation between source author populations. *Ci. Inf.*, 4 (2): 103-108, 1975.
- SA, E.S. Participação dos pesquisadores brasileiros de microbiologia, imunologia e Parasitologia (MIP) na literatura científica internacional. Rio de Janeiro, 1976. (Tese de mestrado).
- SANDOVAL, A.M. & NUNEZ, A. Publicacion fuera de la region de artículos escritos por especialistas latinoamericanos sobre cuestiones biomédicas. *Bol. Unesco Bibl.*, 28 (1): 11-17, 1974.

FIGURA 1 - NIVEL DE INDEXAÇÃO DOS ARTIGOS BRASILEIROS DE MI P

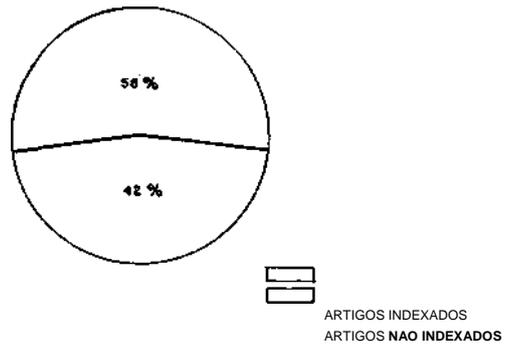
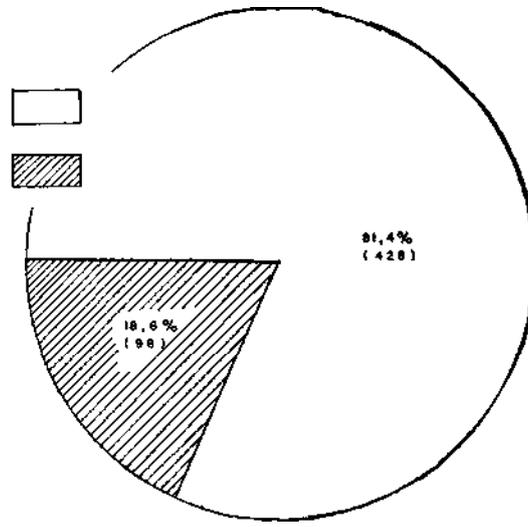


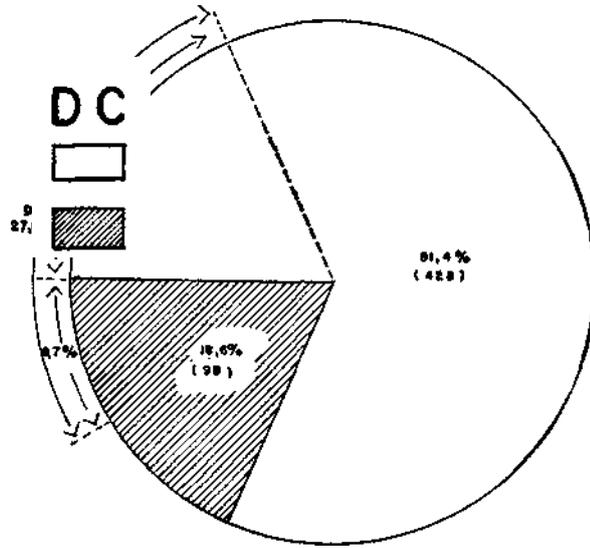
FIGURA 2 - PORCENTAGEM DE CITAÇÕES OBTIDAS PELOS PESQUISADORES BRASILEIROS COMPONENTES DA AMOSTRA



- PUBLICADOS EM REVISTAS BRASILEIRAS

PUBLICADOS EM REVISTAS ESTRANGEIRAS

FIGURA 3 - PORCENTAGEM DOS DOCUMENTOS CITADOS NO BRASIL E NO EXTERIOR



- DOCUMENTOS CITADOS

PUBLICADOS EM REVISTAS NACIONAIS

PUBLICADOS EM REVISTAS ESTRANGEIRAS

Tabela 1 — Porcentagem de Citações Recebidas por Artigos Publicados no Brasil e no Estrangeiro

	REV.	ARTIGOS	CITAÇÕES	%
BRASILEIRAS	29 47	94 334	186 0	33,3
ESTRANGEIRAS	40 30	51 47	373 0	66,7
TOTAIS	146	526	559	100

Tabela 2 — Países de Origem das Revistas Citantes

PAIS	Nº DE REV/PAIS	Nº DE CIT	
USA	86	237	
Inglaterra	35	114	
Alemanha	16	39	
França	14	19	
Suíça	12	33	
Holanda	6	21	
Canadá	5	7	
Brasil	4	20	
Dinamarca	4	4	
Itália	4	5	
Polônia	2	3	
Rússia	2	2	
África do Sul	1	2	
Argentina	1	5	
Checoslováquia	}		
Chile			
Costa Rica			
Israel			
Japão		1	1
México			
Mônaco			
Nova Zelândia			
Quênia			

Tabela 3 — Procedência dos Autores Citantes

PAÍS	Nº AUTOR	Nº CITAÇÃO
USA	145	202 - - -
BRASIL	50	59
inglaterra	26	35
frança	25	29
Alemanha Ocidental	17	27
Canadá	19	20.
Japão	9	14
Egito	6	12
Argentina	7	9
Colômbia	4	9
Itália •	5	8 .
Bélgica	5	6
Holanda	5	6
Suíça	5	6
Chile	3	6
Noruega	4	5
Polônia	4	5
Alemanha Oriental	4	4
África do Sul	3	3
Austrália	3	3
México	3	3
Nigéria-	3	3 3
Costa do Marfim	1	

PAÍS	Nº AUTOR	Nº CITAÇÃO
Dinamarca	2	2
Grécia	2	2
Sudão	2	2
Suécia	2	2
União Soviética	2	2
Uruguai	2	2
Áustria	1	1
Camarões	1	1
Ceilão	1	1
Congo	1	1
Guatemala	1	1
Ilhas Fiji	1	1
Índia	1	1
Irlanda do Norte	1	1
Israel	1	1
Paraguai	1	1
Porto Rico	1	1
Suriname	1	1
Anônimos		15
Não Identificados	41	43
TOTAL	421	559

Tabela 4 — Freqüência de Citações/Artigo

A (N° Art.)	B (N° Cit.)	AXB	A	
	31	31	1	31
	27	81	4	112
	25	50	6	162
	17	34	8	196
	14	14	9	210
	13	26	11	236
	12	12	12	248
	11	22	14	270
	9	9	15	279
	8	18	17	295
	7	21	20	316
2	6	12	22	328
8	5	40	30	368
7	4	28	37	396
15		45	62	441
26	3	50	78	491
67		67	145	559 !
	2			
	1			

Tabela 5 — Revistas Citadas em ordem de Citações Recebia

	Art. Cit.	T. CITAÇÕES
—» R. Inst. Med. Trop. S.P.	34	75
J. of. Immunol.	2	56
Am J. of. Trop. Med. Hyg.	4	53
J. of. Allergy Clin. Immun.	2	31
—» Memórias do IOC	12	28
Immunology	1	27
J. Membr. Biology	1	27
J. Molec. Biology	1	27
B. WHO	2	17
J. of. Parasitol.	2	14
—» Folha Médica	1	13
Lancet	1	13
—» R. Microbiologia	8	13
Applied Microbiol.	1	11
Arch. Intern. Medic.	1	11
T. of. R. Soc. Trop. Med. Hyg. ..	3	11
Z. Zell. forch Mikrosko. Anat.	2	10
Intern. J. Parasitol.	1	7
—» R. Inst. Antibióticos	2	7
—» R. Soc. Bras. Med. Trop.	4	6
—» Arq. de Zool.	3	5
J. of. Protozool.	1	5
Science	1	5
Am. J. Vet. Research	1	4
Annee Biologique	1	4
Protoplasma	1	4
—» R. Bras. Pesq. Med. Biol.	2	4
Apidologie	1	3
Arch. Gesante. Virus Forch.	1	3
—» Arq. Gastroenterol	2	3
—» Arq. Inst. Biológico	2	3
CR. Hebd. Seanc. Acad. Sci. Serv. D.	2	3
Experim. Parasitol.	1	3
J. of. Infectious Diseases	1	3

—» R. Bras. Biol.	2	3
—» R. Hosp. Clínicas	2	3
—» An. Acad. Bras. Ciências	2	2
—» Annee Histochemique	1	2
—» Arq. Fac. Med. Vet. da UFMG ...	2	2
—» O Biológico	1	2
—» Carbohydras	1	2
—» Cont. av. Inst. Oceanogr.	1	2
—» Gaz Med. da Bahia	1	2
—» R. Latincam. Microbiol.	1	2
—» Acta Biol. et Med. Germ.	1	1
—» J. of. Comparative Pathol	1	2
—» Proceed Malacol. Soc. London ...	1	2
—» R. Assoc. Med. Bras.	2	2
—» Anee de Parasitol. Hum. Comp. ..	1	1
—» An. Soc. Bel. Med. Trop. Parasit. Micol.	1	1
—» Arq. de Neuropsiquiatria	1	1
—» Bol. Museu Nac. Serv. Zool.	1	1
—» B. of. Sanit. Panamer.	1	1
—» Bragantia	1	1
—» C. e Cultura	1	1
—» O Hospital	1	1
—» Iheringia	1	1
—» Intern. Arch. of. Allergy	1	1
—» Intern. J. of. Leprosy	1	1
—» J. of. Econ. Entomology	1	1
—» J. of. Hygiene	1	1
—» J. of. Phillipine Med. Assoc.	1	1
—» M. Inst. Butantã	1	1
—» Oncology	1	1
—» P. av. Zool.	1	1
—» R. Bras. Mal. d. Trop.	1	1
—» R. Saúde Pública	1	1
—» R. Theobroma	1	1
—» Trop. Geographical Med.	1	1

Tabela 6 — Revistas Citadas Arranjadas por Média de Citações Recebidas por Artigos e por Revistas

	Média Citação Art. cit
J. of. Immunology	28.0
Immunology	27.0
J. Membr. Biol.....	27.0
J. Mol. Biol.....	27.0
J. of. Allergy Clin. Immuunol.....	15.5
Am. J. of. Trop. Med. Hyg	13.2
-> Folha Médica	13.0
Lanet	13.0
Applied Microbiol	11.0
Arch. Intern. Medic	11.0
B. WHO	8.5
Intern. J. Parasitol.....	7.0
J. of. Parasitol.....	7.0
J. of. Protozool.....	5.0
Science	5.0
Z. Zell. forch. Mikrosko. Anat. ..	5.0
Am. J. vat. Research	4.0
Annee Biologique	4.0
Protoplasma	4.0
T. of. R. Soc. Trop. Mad. Hyg	3.6
-> R. Inst. Antibiol.....	3.5
Apidologie	3.0
Arch. Gesante. Virus forch	3.0
Exper. Parasitol	3.0
J. of. Infect Diseases	3.0
-> Memórias do IOC	2.3
-> R. Inst. Med. Trop S.P	2.2
Annee Histochemique	2.0
-> O Biológico	2.0
Carbohydres	2.0
-> Cont. av. Inst. Oceanogr.....	2.0

Média Citação Art. Cit.

—» Gaz. Med. Ac. Bahia	2.0
J. of. Comparative Patol.	2.0
Proceed. Melacol. Soc. London ...	2.0
—» R. Bras. Pesq. Med. Biol.	2.0
R. Latinoam. de Microbiol	2.0
—» Arq. Zoologia	1.6
—» Arq. Gastroenterologia	1.5
—» Arq. Inst. Biológico	1.5
CR. hobb. seanc. Acad. Sci. D. ...	1.5
—» R. Bras. Biologia	1.5
—» R. Hosp. Clín.	1.5
—» R. Soc. Bras. Med. Hosp.	1.5
Acta biol. med. germ.	1.0
—» Anais Acad. Bras. Ciências	1.0
Anee de parasitol. hum. comp.	1.0
An. Soc. Belga Med. Top. Parasitol.	
micol. hum. an.	1.0
—» Arq. Fac. Med. Vet. da UFMG ...	1.0
—» Arq. de Neuropsiquiatria	1.0
—» B. Museu Nacional Serv. Zool.	1.0
B. Of. San. Panamer.	1.0
—» Bragantia	1.0
—» C. e Cultura	1.0
—» O Hospital	1.0
—» Iheringia	1.0
Intern. Archive of. Allergy	1.0
Intern. J. of. Leprosy	1.0
J. of. Economie Entomology	1.0
J. of. Hygiene	1.0
J. of. Phillipine Med. Assoc.	1.0
—» M. Inst. Butantã	1.0
Oncology	1.0
—»P. av. Zool.	1.0
—» RAMB	1.0
—» R. Bras. Mal. Doenças Trop.	1.0
—» R. Saúde Pública	1.0
—» R. Theobroma	1.0
Trop. Geograph. Med.	1.0

Tabela 7— Média de Citações Recebidas por Artigo e por Revista

• •	MÉD. CIT.P/ARTIGO	MÉD. CIT. P/REVISTA
BRASILEIRA	1,9	6,4
ESTRANGEIRA	7,3	9,3

TABELA 8 -- Distribuição do N°s de Autores e Seus Respective N°s de Trabalhos *

A	a	A x a
Autores	Trabalhos/Autor	Nº Acumulado de Trabalhos
1	18	18
1	14	14
1	10	10
5 ± $\sqrt{1302} = 5 \pm 1/10$	8	243 40 ± 1/3
7	7	49
7	6	42
14	5	70
33	4	132
75	3	225
219	2	438
939 72%	1	939
1302		1977

(*) Observe-se que a raiz quadrada do número total de autores é equivalente aos autores com 5 ou mais trabalhos publicados e apenas 1/10 dos autores relacionam-se com 1/3 dos trabalhos publicados, o que mostra uma distribuição muito semelhante à anunciada pela Lei de Lotka modificada por Price.

DEBATES

ANTÔNIO MIRANDA: Hoje, os estudos sobre citações são muito discutidos em todo o mundo com relação à validade para se determinar política de seleção, para dignificar ou fazer o reconhecimento dos autores.

Uma das conclusões que podemos extrair do seu trabalho é da nossa dependência com relação aos países da nossa área ou da área de influência deles. A explicação é muito lógica. O Brasil no seu programa de ensino, ainda depende muito da capacitação de pessoal no exterior. A maioria dos nossos pesquisadores à nível de Pós-Graduação até, recentemente, faziam seus trabalhos de pesquisa em países estrangeiros, somente do ano passado para cá, é que começou a haver uma pequena mudança nessa tendência. O pesquisador fazendo o seu trabalho em institutos de ensino no exterior, passa a dar preferência a publicações e periódicos estrangeiros, o que lhe dá um maior prestígio, um maior status internacional, Em segundo lugar, o fato de escrever o seu trabalho numa língua estrangeira torna-o mais fácil de ser citado internacionalmente.

THEREZA SITA DE CARS (Professora do Departamento de Documentação da UFF): Gostaria de saber se há diferença considerável entre a citação de autores brasileiros com nomes brasileiros e de autores brasileiros com nomes de origem especialmente não latina?

ELIANA SOUZA PINHEIRO: Foram encontrados, dentre os trabalhos citados, alguns de autores brasileiros com nomes estrangeiros, porém a grande maioria foi de autores brasileiros com nomes brasileiros.

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A AQUISIÇÃO
PLANIFICADA E A DISSEMINAÇÃO SELETIVA
DA INFORMAÇÃO UMA EXPERIÊNCIA DO CENTRO
DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA A SAÚDE
DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DO RIO DE JANEIRO

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES
CAVALCANTI

*Diretora do Centro de Informação Científica
para a Saúde da Secretaria de Estado
de Saúde do Rio de Janeiro*

RESUMO

Apresentação, através de fluxogramas, das diversas fases de tratamento e divulgação da informação no Sistema de Informação Científica, da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro e comprovação da interdependência verificada entre a política de Aquisição Planificada e a Disseminação Seletiva da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Os programas de Aquisição Planificada constituem-se em elementos de infra-estrutura imprescindíveis a uma eficiente cooperação interbibliotecária. Como tal, vêm sendo desenvolvidos nos diversos sistemas dedicados à transferência da informação, ou estabelecidos, mediante acordos ou convênios, entre instituições da mesma área geográfica dedicadas à mesma especialização, embora desvinculadas administrativamente entre si.

Sua finalidade última é assegurar o acesso de um maior número de usuários às informações que lhes sejam pertinentes, garantindo a cobertura exaustiva da literatura especializada, pelo controle de um maior número de títulos, e conseqüentemente promovendo um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

As principais vantagens apontadas se referem à eliminação das duplicações desnecessárias, tanto nas coleções quanto nas tarefas a serem realizadas, obtendo-se maior rentabilidade dos recursos financeiros, pela distribuição das despesas de aquisição e tratamento da informação, entre os diversos participantes do programa.

No entanto, como só se poderá garantir o acesso às informações que se achem disponíveis, os programas devem ser baseados em critérios eficientes de seleção que possam levar à máxima identificação das coleções aos interesses específicos dos usuários em potencial.

O conhecimento destes interesses, através de estudos de usuários, tem sido a preocupação maior dos serviços destinados à divulgação da informação e constitui o princípio básico de todos os sistemas de Disseminação Seletiva da Informação que buscam, através de contínua avaliação dos índices de aproveitamento e posterior retroalimentação do sistema, com os dados assim obtidos, atingir simultaneamente altos níveis de exaustividade e relevância, com a menor margem de "ruídos".

Os interesses específicos dos usuários, porém, têm se demonstrado variáveis, com maior ou menor frequência, embora dentro de uma determinada faixa de pertinência

A divulgação das informações disponíveis no Sistema, assume, então, uma importância que pode se igualar à do fornecimento do material bibliográfico especificamente selecionado, quando da entrevista inicial.

A contínua avaliação da utilização das coleções pela análise dos pedidos resultantes desta divulgação, através de sumários correntes, pode permitir um melhor ajustamento, e até modificação, dos perfis dos usuários, retroalimentando o Sistema e indo influir diretamente sobre os programas de aquisição planejada, determinando decisões tendentes a que se atinja um elevado grau de relevância por meio de critérios exatos de seleção.

A experiência verificada no Sistema de Informação Científica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro parece exemplificar bem esta interdependência existente

entre os serviços de disseminação da informação e a política de aquisição planejada estabelecida. Trata-se de um sistema de aquisição centralizada que permite a disseminação da informação e a utilização de todos os periódicos pela totalidade dos usuários que, de alguma forma, se achem vinculados à Secretaria, independente de sua especialização e dos órgãos em que se achem concentrados os títulos correntes.

Acompanhando-se a tramitação da informação desde que entra no Sistema, através de fluxograma das tarefas desempenhadas nos diversos órgãos do processamento e divulgação, subdivididas em QUATRO FASES, poderemos verificar a interdependência existente entre a POLÍTICA DE AQUISIÇÃO e a DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO e a necessidade de sua mútua retroalimentação.

o CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA A SAÚDE
— SUPC

2.1 1ª FASE

2.1.1 Entrada

Todos os periódicos recebidos por compra, doação ou permuta dão entrada no SUPC — CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA A SAÚDE, na SEÇÃO DE AQUISIÇÃO PLANIFICADA, do SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO.

Após verificação e registro, são encaminhados e enviados à SEÇÃO DO CATÁLOGO COLETIVO ainda do mesmo SERVIÇO, para registro no Vise Record e encaminhamento à SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO, do SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO. Esta tramitação leva em média de 24 a 48 horas.

2.1.2 Divulgação

Na SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO os SUMÁRIOS dos periódicos são duplicados mediante xerox para encaminhamento dos diversos órgãos da Secretaria, acompanhados de listagens dos SUMÁRIOS CORRENTES elaborados em ordem e numerados para facilitar os pedidos dos artigos.

As listagens dos SUMÁRIOS CORRENTES são numerados seqüencialmente dentro de cada ano e são produzidas às sextas-feiras incluindo todos os periódicos recebidos durante a semana.

2.1.3 Saída

Às segundas-feiras é feito o envio dos SUMÁRIOS CORRENTES e da respectiva listagem para cada uma das UNIDADES DA SECRETARIA, enquanto os periódicos são guardados na Seção juntamente com uma listagem na qual é anotada a data da saída que corresponde ao final da PRIMEIRA FASE.

2.2 2ª FASE — NAS UNIDADES DO SISTEMA

2.2.1 Entrada

Os SUMÁRIOS CORRENTES e a respectiva listagem são recebidos nas UNIDADES e o bibliotecário responsável confere, assina o recibo, e separa a listagem dos SUMÁRIOS CORRENTES. A listagem é guardada enquanto os SUMÁRIOS são divulgados entre os usuários da Biblioteca.

2.2.2 Divulgação

2.2.2.1 Os usuários anotam em cada SUMARIO os artigos pertinentes para seus interesses ou aqueles que, a seu ver, deverão ser solicitados para incorporação ao acervo de sepa-ratas da biblioteca.

Período de duração: de segunda a quarta-feira.

2.2.2.2 O bibliotecário retoma a listagem, anota as solicitações, providencia o arquivamento dos SUMÁRIOS CORRENTES em pastas referentes a cada um dos títulos de periódicos para possível utilização futura e solicita, por telefone, os artigos de interesse para a Unidade.

2.2.3 Saída

2.2.3.1 Semanalmente, o bibliotecário solicita a xerox dos artigos à SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO, de preferência até quinta-feira, para que os artigos possam ser enviados juntamente com os novos SU-

MÁRIOS CORRENTES e respectiva listagem, na segunda-feira seguinte.

2.2.3.2 Os pedidos telefônicos são feitos pela referência O Número indicativo do título na listagem e pela Paginação dos artigos e representa o final da SEGUNDA FASE.

2.3 3ª FASE

2.3.1 Entrada

2.3.1.1 A SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO recebe o pedido telefônico e anota os pedidos pelos números da listagem, dos títulos e a Paginação dos artigos, em formulário próprio.

2.3.1.2 Reúne os pedidos das Unidades aos dos usuários individuais do SPI já preparados previamente.

2.3.1.3 Providencia a cópia xerox, em número suficiente, de todos os artigos solicitados e a referência de cada um dos artigos, em fichas com a anotação dos solicitantes.

2.3.2 Controle

Após a conferência das cópias com os pedidos e das fichas de referência com os artigos, as fichas são arquivadas em catálogo próprio por ordem alfabética de autor.

2.3.3 Encaminhamento

Os periódicos e as cópias dos Artigos são separados de acordo com seu destino. Os que deverão permanecer no SÚPC são entregues à SEÇÃO DE PERIÓDICOS para registro, armazenagem e consulta; os pertencentes às diversas bibliotecas do sistema são relacionados juntamente com os artigos pedidos, para encaminhamento na segunda-feira seguinte às bibliotecas das Unidades onde ficarão à disposição dos usuários para utilização.

2.3.4 Utilização nas Diversas Unidades

2.3.4.1 Nas diversas Unidades os bibliotecários responsáveis conferem as listagens dos periódicos e dos artigos e assinam os recibos correspondentes.

2.3.4.2 Após o registro no KARDEX, os periódicos são postos à disposição dos usuários e as cópias dos Artigos são entregues aos solicitantes por empréstimo. Todos os Artigos enviados deverão receber tratamento de separata para posterior utilização.

2.3.4.3 Toda a utilização por empréstimo, cópia xerox ou consulta deverá resultar em dados estatísticos diários a serem consolidados mensalmente em RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS.

2.3.5 Saída

Cada Unidade enviará cópias dos RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS MENSAIS à SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO do SUPC até o dia 5 de cada mês, o que representa o final da TERCEIRA FASE.

2.4 4ª FASE

2.4.1 Entrada

2.4.1.1 A informação dá entrada na SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO sob a forma de RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS de utilização nas diversas UNIDADES e no SUPC, por título de periódico, por especialidade e por usuário.

2.4.1.2 Pela análise dos RELATÓRIOS a SEÇÃO DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO DO SUPC elabora os diversos MAPAS ESTATÍSTICOS consolidados que irão permitir a visão de conjunto e a comparação da utilização dos periódicos em cada uma das UNIDADES.

2.4.1.3 Os MAPAS ESTATÍSTICOS consolidados são encaminhados ao GABINETE da DIREÇÃO DO SUPC para exame e verificação da necessidade de qualquer alteração no Sistema.

Mensalmente são realizadas reuniões da Direção com as diversas Chefias para avaliação dos Mapas e demais Relatórios e possível tomada de decisões.

2.4.1.4 Durante estas reuniões são comparados os dados estatísticos de utilização nas diversas unidades para avaliação do funcionamento do Sistema.

Esta avaliação irá comprovar até que ponto a política aquisição está identificada aos interesses reais dos usuários pela análise dos seguintes dados:

1º .— percentual de títulos arrolados nos levantamentos bibliográficos realizados para o SDI ou para usuários individuais e que não constem da coleção.

2] — Percentual de utilização de cada título de periódico pelos usuários individuais em sua unidade de destino comparado aos pedidos de xerox de artigos do mesmo título por outras unidades do Sistema.

3.' — Percentual de utilização de cada título na totalidade do Sistema.

2.4.2 Retroalimentação do Sistema

Como resultado da avaliação feita durante a reunião dos Chefes, os dados consolidados são enviados à Seção de Aquisição para possíveis modificações na política de aquisição danificada e que poderão se refletir nas seguintes decisões:

2.4.2.1 Redistribuição do Acervo.

Neste caso serão transferidos títulos de periódicos de uma unidade para outra, desde que comprovados índices de utilização que justifiquem a medida.

2.4.2.2 Manutenção dos Títulos ou sua substituição

Avaliada a importância de cada título através de sua utilização no órgão especializado de destino e na totalidade do Sistema, os periódicos serão mantidos ou substituídos por outros da mesma especialização e que estejam atendendo melhor aos interesses dos usuários.

2.3.2.3 Novas aquisições

Pela verificação dos títulos não existentes na coleção e identificados pelos usuários como relevantes nos levantamentos bibliográficos, a Seção de Aquisição poderá providenciar sua aquisição, desde que os coeficientes de pedido para empréstimo interbibliotecário venham se mantendo em nível constante ou apresentando crescimento contínuo.

Para aquisição de novos títulos, além deste fator são também levados em consideração: a dificuldade sua obtenção através do empréstimo interbibliotecário e a inexistência do título nas bibliotecas do Grupo de Bibliotecários Biomédicos do Rio de Janeiro ou sua localização e biblioteca de difícil acesso.

3 CONCLUSÃO

A experiência verificada no Centro de Informação Científica para a Saúde indica que a retroalimentação do Sistema com os dados estatísticos da Seção de Disseminação Seletiva da Informação irá refletir-se diretamente sobre a Seção de Aquisição Planificada para o estabelecimento da política que permita a perfeita adequação das coleções aos interesses específicos dos usuários.

Como o processo é contínuo, verificamos que de fato há uma interdependência mútua entre a política de Aquisição Planificada e a Disseminação Seletiva da Informação e que o êxito do Sistema repousará no perfeito desempenho destes dois polos que funcionam simultaneamente como ENTRADA e SAÍDA no Sistema.

DEBATES

Que tipo de usuário possui o Centro de Informações Científicas para a Saúde do Estado do Rio de Janeiro?

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES CAVALCANTI: Os nossos usuários de um modo geral são os usuários institucionais, isto é, de todos os órgãos da Secretaria de Estado de Saúde e, portanto, todos os usuários individuais a ela vinculados de qualquer forma.

O Centro de Informações Científicas para a Saúde do Estado do Rio de Janeiro já atinge a todo Estado?

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES CAVALCANTI: Diretamente não. Com a fusão do antigo Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro, ainda há inúmeros problemas a serem resolvidos. O Estado do Rio é, atualmente, atingido pelas Coordenadorias. Não pudemos até agora instalar Bibliotecas nas Unidades que ficam no

artigo Estado do Rio. Mantemos, no momento as Bibliotecas que eram do sistema da antiga Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara e que permaneceram com a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, pois muitas dessas bibliotecas passaram para o município. Nós temos em funcionamento, atualmente, quatro bibliotecas que se beneficiam desse sistema de aquisição planejada.

Qual o número de títulos de periódicos que a rede possui?

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES CAVALCANTI: Gostaria de dizer que, em 1978, adquirimos 337 títulos correntes, que são controlados e divulgados no sistema. nesses 337 títulos, 110 foram adquiridos por compra, 189 por doação e 38 por permuta com a Revista Médica do Estado do Rio de Janeiro, que é editada sob a responsabilidade do Centro.

Como é feito o empréstimo de periódicos?

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES CAVALCANTI: Nós não fazemos empréstimo de periódicos no Centro. No Centro, nós fornecemos cópias xerox dos artigos de periódicos. Nas unidades, os periódicos podem ser emprestados aos usuários que são vinculados à instituição, porque dessa forma há possibilidade de uma recuperação rápida dos mesmos.

Qual o material humano disponível para a execução desses serviços?

MARIA DAS NEVES NIEDERAUER TAVARES CAVALCANTI: O Centro foi criado em janeiro de 1977 e conta, atualmente com: 5 bibliotecários, 20 funcionários administrativos, dos quais 3 estudantes de Biblioteconomia e, 18 bolsistas, sendo que a grande maioria são de estudantes de Biblioteconomia da UFF.

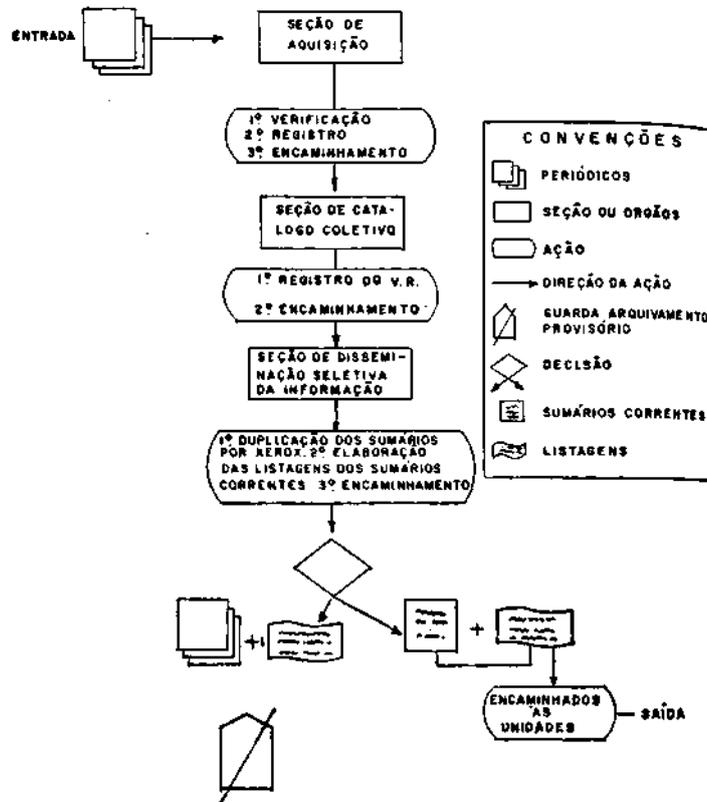


FIGURA 2

2ª FASE
UNIDADE DO SISTEMA

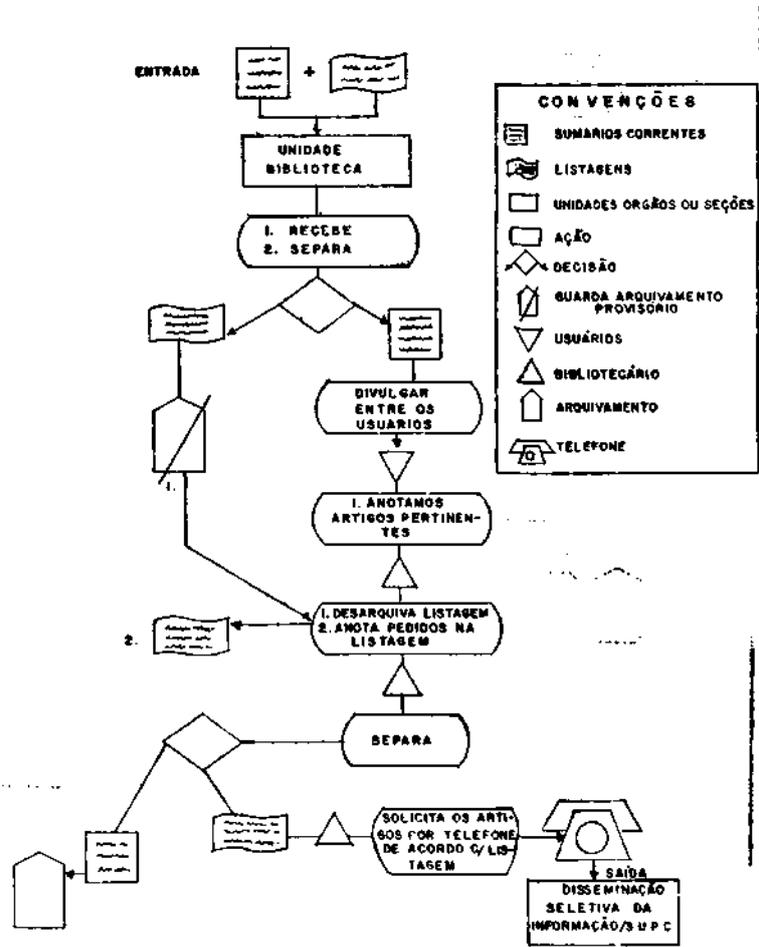


FIGURA 5

3ª FASE

CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA P/SAÚDE - SUPC

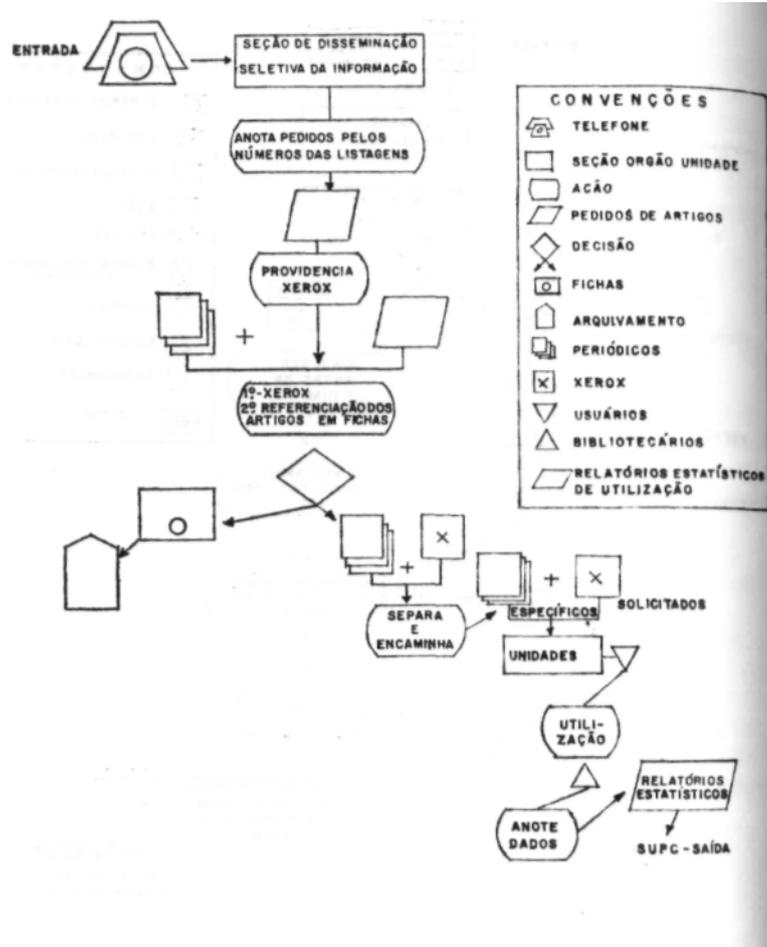
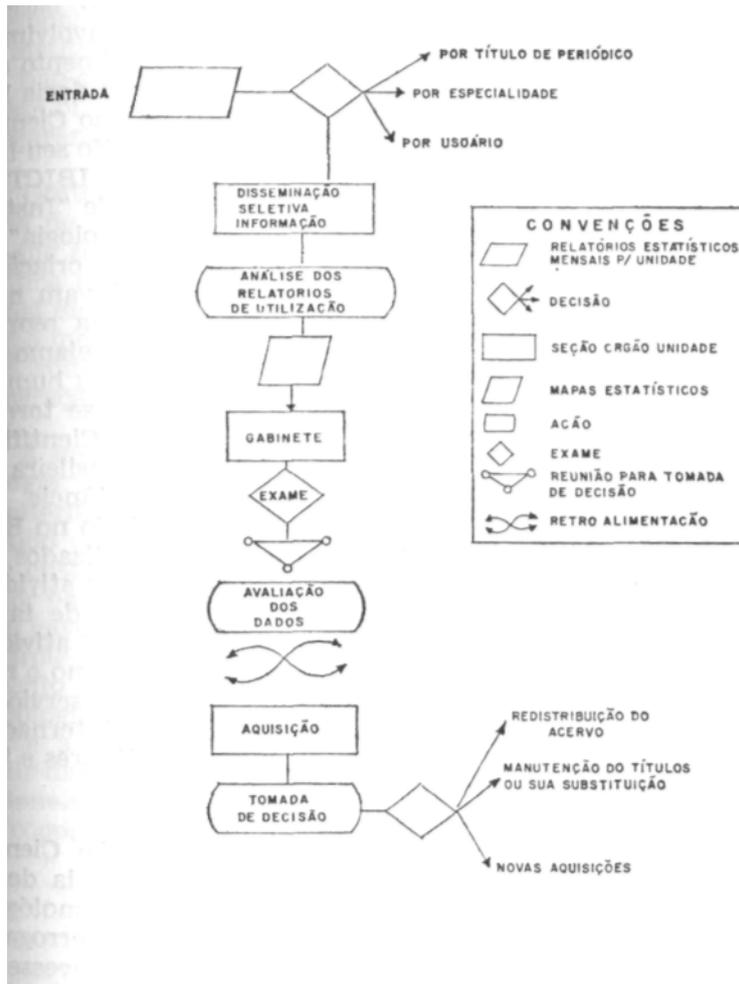


FIGURA 4

4ª FASE

CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA P/SAÚDE - SUPC



ANTONIO MIRANDA — Há algum tempo vem se comentando a necessidade da criação no Brasil de um Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica, como ressonância da pregação da UNESCO através da UNISIST. De fato, esteve no Brasil a alguns anos atrás o Professor Harold Borko que visitou o antigo IBBD. Criou-se, então uma comissão nacional devotada ao estudo de viabilidade e de infraestrutura que deveria ter o país, para a existência de uma rede ou sistema de informação científica e tecnológica. Essa rede teria por objetivo servir como base documentária da informação ao próprio desenvolvimento nacional, aos programas nacionais de desenvolvimento e aos programas setoriais de educação. Essa comissão daria lugar ao nosso SNICT (Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica), infelizmente, isto não ocorreu. No seu lugar, no entanto, houve a reorganização do IBBD. O IBICT surgiu por uma resolução do CNPq, com o título de "Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia", se lermos os objetivos e as razões que levaram à criação do IBICT, veremos que muitas das idéias que estavam na comissão para a criação do SNICT, reaparecem na reorganização do antigo IBBD, atualmente, IBICT. Desejamos que o IBICT se desenvolva plenamente tendo recursos humanos, econômicos e materiais necessários para vir a se tornar o verdadeiro Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica, que a Comunidade Científica Brasileira está reclamando. Isto nos parece de grande importância, principalmente porque nesse momento estão surgindo no Brasil, uma série de serviços de informação especializados que, entretanto, carecem de uma coordenação de suas atividades, para que se evite a repetição ou sobreposição de tarefas, barateamento dos custos e complementação de atividades em favor de seus usuários. Num país carente como o nosso não encontramos razões para seguir mantendo serviços de informação disciplinado, quando a experiência internacional determina a existência de serviços multidisciplinares e inter disciplinares

Acredito que num Painel sobre Informação Científica não poderia faltar uma voz de alerta: a existência de uma política nacional de informação científica e tecnológica e de um órgão senão executivo em todas as suas prerrogativas pelo menos coordenador dessa política, onde houvesse uma delimitação clara das atividades de uma BIREME, de um

CNEN, de um SIDE e assim por diante, em que todos soubessem quais são as suas responsabilidades e determinações e, um órgão central para ouvir, não para decidir sobre essas responsabilidades, que escutasse as partes envolvidas e determinasse em conjunto, o que corresponde a cada um, em benefício do próprio sistema.

Quando nós advogamos pela definição de uma política nacional de informação, não pretendemos com isso criticar as instituições atualmente existentes porque elas são vítimas da não-existência dessa política, senão a nós mesmos da classe bibliotecária e às autoridades nacionais que ainda não chegaram à formulação dessa política.

Gostaria que desse Seminário saísse à SEPLAN — Secretaria de Planejamento — uma noção completa no sentido de que se reinicie o processo de estudo e definição de uma política nacional de informação ligado ao Plano Básico Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de forma *ave o* movimento que começou com o SNICT e que se dissinou, volte a se constituir, trabalhar e pensar em termos de integração de redes e sistemas de informação no Brasil.

A mensagem final era justamente essa. Informação é energia. Informação gera nova informação. Informação é matéria prima que o país precisa controlar e gerenciar, no sentido de alcançar seus objetivos. A informação tem um alto custo. Uma parte da informação é gerada no país, a maior parte é importada, seus custos são elevados e portanto, deve haver um critério na seleção dessa informação, no seu controle e na sua disseminação. Não pode haver desenvolvimento nacional sem gerência de informação científica e tecnológica, precisamos nos despertar para essa problemática e a classe bibliotecária, está se despertando para, a partir daí, passar a assumir a liderança junto às autoridades nacionais, no sentido de fazer-nos ouvir e para trabalharmos em cooperação nessa iniciativa.

PAINEL SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS

COMPONENTES DA MESA

Coordenadora: DINAH AGUIAR POBLACIÓN (Presidente da Comissão Brasileira de Documentação Biomédica e Professora da Escola de Comunicação e Arte da USP)

Conferencista: JANICE DE MELLO MONTE-MÓR (Diretora da Biblioteca Nacional)

Expositores: ANTONIO MIRANDA (Assessor de Planejamento Bibliotecário da CAPES)
ALICE BARROS MAIA (Diretora do Núcleo de Documentação da UFF)
MARIA REGINA AZEVEDO ARBULO URIARTE (Chefe da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ)

Secretária: MARÊDA FIORILLO BOGADO (Chefe da Biblioteca Biomédica da UFF)

COOPERAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA NACIONAL E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR
Diretora da Biblioteca Nacional

O tema "Cooperação entre a Biblioteca Nacional e as Bibliotecas Universitárias" se tomado em sentido geral, isto é *se* não particularizarmos o caso do Brasil, tem sido objeto de extensa bibliografia, pois pela própria natureza da Biblioteca Nacional, pelos seus objetivos decorre a necessidade da cooperação. Por outro lado, da própria necessidade de bem cumprir seus objetivos, a biblioteca universitária, especialmente as dos países em desenvolvimento, sente a importância de entrosamento e cooperação com a biblioteca nacional de seu país.

Considerando a biblioteca universitária como um todo, qualquer que seja sua estrutura, há um interesse eclético no tocante à aquisição de material bibliográfico, há uma dependência de bibliografias e obras de referência em geral, há um interesse indiscriminado em relação ao tipo de material, além de livros e periódicos. Apesar desse ecletismo comum a ambos os gêneroTM de bibliotecas, a nosso ver, surgem problemas que sendo comuns às duas partes, certamente com apoio mútuo poderão ser resolvidos com maior eficiência e rapidez, garantindo uma compatibilidade de sistemas técnicos a serem adotados. Mencionaria entre outros problemas comuns, o problema de espaço e orçamento a exigirem um plano comum de aquisição planificada, pois tanto a biblioteca universitária, quanto a biblioteca nacional tendem a se tornar organismos agigantados. O problema da duplicação do tratamento técnico das coleções a exigirem padrões únicos tanto quanto possível no processamento do material bibliográfico a nível nacional, ou seja, o Controle Bibliográfico Nacional. A permuta tanto em âmbito nacional como internacional, o empréstimo inter-bibliotecário, a preservação e restauração de documen-

tos, etc. Fizemos essa enumeração apenas para mostrar como de fato são comuns os problemas que afligem tanto as bibliotecas universitárias como a biblioteca nacional. É de tal maneira desejável essa cooperação, que em alguns países, a biblioteca nacional se confunde com a biblioteca universitária, como é o caso da Dinamarca, Noruega e Israel.

Em 1958, o célebre Colóquio Internacional de Bibliotecas Nacionais da Europa, dedicou sua 3ª parte às Bibliotecas Nacionais e à cooperação entre bibliotecas e, os trabalhos apresentados àquela Sessão davam ênfase aos catálogos coletivos que são tradicionalmente, atribuição das bibliotecas nacionais; o caso do Brasil é uma exceção. Outro aspecto importante que foi destacado nessa Reunião foi a aquisição planejada, que tem como suporte os próprios catálogos coletivos, daí a ênfase dada aos princípios técnicos para que houvesse compatibilidade entre os catálogos coletivos, isto é, a preocupação com a normalização na compilação dos catálogos coletivos. A partir de 1974, data da Conferência Intergovernamental da UNESCO sobre planejamento e infra-estruturas nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, preconizou-se a integração entre esses sistemas de informação e, que uma vez estabelecido esse sistema num determinado país, ele assumiria automaticamente a cooperação, isto é, desde o momento em que o país estabeleça sua estrutura de coordenação de redes e sistemas de informação, logicamente, ele assumirá essa cooperação.

Gostaria de trazer para esse Seminário como sugestão um anteprojeto de cooperação sistemática entre a Biblioteca Nacional e as bibliotecas universitárias brasileiras.

O Controle Bibliográfico Nacional, como todos sabemos, e como foi reafirmado pela UNESCO e pela IFLA, no Congresso de setembro de 1977, é uma atribuição das bibliotecas nacionais e, também, deve ser uma decorrência natural do depósito legal, que por sua vez deve ser previsto na legislação de cada país. Sob esse aspecto estamos caminhando perfeitamente dentro das normas internacionais. Temos através de uma legislação, embora obsoleta e insatisfatória, um depósito legal que é prerrogativa da Biblioteca Nacional e, temos uma Biblioteca Nacional que se preocupa e tenta produzir um Boletim Bibliográfico ou seja, uma Bibliografia

Brasileira Corrente, sendo esse o caminho para se chegar ao controle Bibliográfico Nacional. Ora, se as bibliotecas universitárias assumirem a coordenação da produção bibliográfica de suas Universidades e cumprirem o depósito legal devido a Biblioteca Nacional, está aí o fundamento para o entendimento da cooperação entre a Biblioteca Nacional e as bibliotecas universitárias. Através, dessa contribuição dada pelas bibliotecas universitárias estaria a Biblioteca Nacional apta para assumir a responsabilidade do oferecimento de uma Bibliografia Brasileira Corrente que corresponda à realidade nacional. Essa colaboração vem sendo feita de maneira informal, gostaríamos que fosse realizada de maneira sistemática pelas bibliotecas universitárias. podemos dizer que depois de 5 anos de interrupção, a Biblioteca Nacional voltou a publicar o seu Boletim Bibliográfico de forma trimestral.

Outro ponto a respeito do Controle Bibliográfico Nacional, e que acredito seja de interesse comum diz respeito à normalização desse processamento técnico. A Biblioteca Nacional recebe essa documentação, deve processá-la de forma padronizada a nível nacional e internacional, de maneira que o seu produto possa ser utilizado adequadamente. Aqui, então, gostaria de expor o esforço que a Biblioteca Nacional está fazendo com a cooperação do CIMEC, Centro de Informática do Ministério da Educação, no sentido de estabelecer um formato padrão que será utilizado pela Biblioteca Nacional e, se for bem sucedido, pode vir a se tornar um formato nacional. Estou me referindo ao CALCO. O CALCO foi iniciado por Alice Príncipe Barbosa no antigo IBBD, durante o período de transformação do IBBD para o atual IBICT. Esse projeto foi oferecido à Biblioteca Nacional que vem se empenhando em ampliá-lo e, desde então, a Biblioteca Nacional com o apoio do CIMEC vem procurando desenvolver o CALCO. Esse projeto recebeu apoio do último Congresso Brasileiro de Bibliotecários realizado em Porto Alegre, em 1977. Houve uma reunião no Rio de Janeiro, em agosto de 1977 e muitas entidades que dela participaram ficaram de certa forma interessadas no CALCO. Entre essas entidades podemos citar: Grupo de São Bernardo do Campo, Fundação Getúlio Vargas, IBICT, Museu Nacional, UFRGS, etc. Em seguida tivemos em outubro do mesmo ano, a presença entre nós da grande especialista Henriette Aghram, da Biblioteca do Congresso dos

Estados Unidos, autora por assim dizer do formato MARC no qual o CALCO se baseou e que nos encarajou bastante a continuar no nosso projeto e, que nos deu uma série de esclarecimentos e conselhos. Naquela ocasião, trazíamos da Conferência de Paris, o UNIMARC que é o formato de transferência de informação à nível internacional. Chegamos então, à conclusão de que deveríamos dar uma parada no desenvolvimento do CALCO de tal maneira que pudéssemos compatibilizá-lo ao UNIMARC, antes de ser ele aplicado ao Brasil. Isto foi feito pelo CIMEC com a colaboração da Biblioteca Nacional. O CALCO está adotando todos os princípios atuais de catalogação ou seja, o ISBD, que deve ser utilizado pelo Código de Catalogação Anglo-Americano, cuja nova edição está para ser publicada. A partir daí o' CIMEC produziu um novo manual de preenchimento de folha de entrada para o CALCO. Esse manual só será publicado depois de ser devidamente testado com o Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional. O Boletim Bibliográfico, até a presente data, está sendo feito por computador, mas ainda não está totalmente enquadrado no CALCO. No momento em que o CALCO estiver plenamente desenvolvido A Biblioteca Nacional, pelo menos para efeito do Boletim, adotará a catalogação com a normas de ISBD, deverá mudar o nome do Boletim para Bibliografia Brasileira Corrente e deverá apresentá-lo de forma diferente, talvez nas bases da Canadiana, com a ficha completa e, oferecer subprodutos como fichas impressas. O CALCO será processado todo ele em fita magnética, naturalmente será armazenado por computador que, assim, iniciará o Banco de Dados do material brasileiro recebido pela Biblioteca Nacional ou seja, o Controle Bibliográfico Nacional.

O Grupo do CIMEC está trabalhando, também, em outros manuais, como: "Instruções de preenchimento do formulário CALCO: autoridades, versão preliminar". Temos que colocar no computador o catálogo de autoridades, cabeçalhos de autoridades, cabeçalhos de assunto, entrada de autores, etc, de maneira que já estamos fazendo um estudo na Biblioteca Nacional de comparação do cabeçalho de assunto, entrada de autores, etc., de maneira que já estamos fazendo um estudo na Biblioteca Nacional de comparação do cabeçalho de assunto publicado pelo IBICIT com o cabeçalho de assunto adotado pela Biblioteca Nacional, para verificar qual deles deverá ser usado ou, se será necessário uma revisão.

Acredito que quando as universidades brasileiras examinarem o CALCO e o considerarem como um formato aceitável, prático e passarem a usá-lo, nos teremos muito rapidamente a recomposição ou atualização daquele catálogo coletivo de livros, que tanto nos serviu, criado na Fundação Getúlio Vargas e assumido pelo IBBD, atualmente IBICT, que, infelizmente teve que ser descontinuado porque não há mais condição de mantê-lo de forma manual. De maneira que se as universidades brasileiras começarem a usar um sistema compatível com o CALCO, mesmo que não seja o CALCO, as fitas magnéticas poderão ser trocadas e rapidamente nós teremos um catálogo coletivo nacional, e vários bancos de dados. O importante, realmente, é a compatibilidade dos sistemas usados.

No campo do controle bibliográfico nós, também, estamos iniciando a execução do ISBN no Brasil, como sabem a Biblioteca Nacional passou oficialmente a se constituir na Agência Nacional do ISBN, do número internacional do livro, dessa forma distribuiu a todos, evidentemente, que nesse campo há muitas falhas, mas a um grande grupo de editores brasileiros oficiais e comerciais interessados, um primeiro folheto sobre o sistema ISBN, e já está distribuindo um segundo folheto, que é propriamente o manual do ISBN para o editor. O ISBN está todo sendo controlado pelo CIMEC e será um projeto totalmente automatizado. A Biblioteca Nacional já tem por antecipação em etiquetas gomadas os números, ou seja os códigos das editoras brasileiras com os números previamente alocados, de maneira que o editor que preencher sua folha de ISBN, que é sempre compatível com o CALCO pode numa visita à Biblioteca Nacional, no mesmo instante receber o número de ISBN do livro que estiver editando, basta que ele apresente os dados numa folha preenchida e, a Biblioteca Nacional retira das etiquetas gomadas aquela que será alocada a essa editora e ao seu livro e cola naquele formulário. O formulário é preenchido em duas cópias: uma fica com a editora e a outra é enviada ao CIMEC, que periodicamente produz uma lista dos ISBN já distribuídos no Brasil. O ISBN funcionando no Brasil é um instrumento do maior valor que a Biblioteca Nacional possui para verificar o efetivo depósito da produção bibliográfica nacional. Nesse ponto, antevejo um elemento de cooperação pois cabe às editoras e em especial as bibliotecas universitárias, mais diretamente do que às

editoras universitárias, um alerta às universidades, para que as editoras universitárias se sensibilizem, no sentido de fazerem sua inscrição no ISBN de todos os livros que venham a ser publicados por elas.

Em termos de aquisição planejada diria que um campo enorme de cooperação se apresenta. A aquisição planejada, normalmente, tem como base os catálogos coletivos que no Brasil estão divididos em catálogos de livros e de periódicos, sob a grande responsabilidade e atuação do IBICT, embora o catálogo de livros esteja descontinuado. A aquisição planejada se impõe nesse país, que se encontra cada vez mais distante do que se produz no mundo cultural, porque aumentam a cada dia as barreiras para a aquisição, especialmente no que se refere à produção bibliográfica importada. Não podemos num país como o nosso nos dar ao luxo de pretender manter coleções completas, mesmo porque os recursos reprográficos nos facilitam muito a cobertura dessas lacunas. Atualmente, não é mais tabu não se possuir um número de uma coleção, quanto mais a biblioteca pretender ter todas as coleções de todos os periódicos, de todos os livros, em todas as línguas, portanto cada vez mais se torna necessária a aquisição planejada, evidentemente, que há necessidade de uma coordenação nacional, mas mesmo espontaneamente esse trabalho pode ser iniciado. Com relação a isso, nós tivemos um exemplo muito interessante a muitos anos atrás, com o Catálogo Coletivo do IBBD e a Faculdade de Odontologia de São Paulo, que assumiu a responsabilidade de Centro Nacional de Odontologia e que recebeu do IBBD uma ajuda em bônus da UNESCO para completar suas coleções, mas por outro lado, se comprometia a cobrir em profundidade um determinado campo na área de Odontologia. Temos assim, que dividir responsabilidades e nos aprofundar no tocante às especializações. Nesse campo, gostaria de dizer que a Biblioteca Nacional poderia cooperar considerando o seu próprio problema. Nós sempre partimos do problema da biblioteca, que sempre é muito amplo, pedimos ajuda à FINEP, que é financiadora de estudos e projetos. Podemos citar como exemplo, o projeto de aquisição planejada, que depois de 3 anos e meio de lutas para conseguirmos utilizar os recursos recebidos, finalmente estamos vitoriosos e, devemos começar agora a executar esse projeto. Esse projeto é o segundo de uma série de 4, ele consiste no levantamento das coleções da Biblioteca

Nacional no sentido de detectar falhas nas suas próprias coleções e, na aquisição dessas obras que deveriam a muito tempo existir na Biblioteca Nacional.

A permuta nacional e internacional está a cargo da Biblioteca Nacional por decreto especial, evidentemente, não uma prerrogativa só da Biblioteca Nacional; todas as bibliotecas podem fazê-la. A Biblioteca Nacional está à disposição das bibliotecas universitárias, graças a certas condições especiais de permuta internacional.

O empréstimo internacional ainda não foi estabelecido oficialmente, mas é objeto de cogitação pela Biblioteca Nacional, porquanto foi solicitada pela IFLA a assumir essa responsabilidade em nome do Brasil. Temos facilidade de pedir livros emprestados de outros países e temos possibilidade de emprestá-los, embora nós ainda não tenhamos o nosso código de empréstimo internacional. Temos evitado o empréstimo em âmbito internacional porque recorremos muito a reprografia, por ser um meio mais prático e seguro do que o empréstimo.

A informação bibliográfica na Biblioteca Nacional está se desenvolvendo muito, uma vez que criamos a Seção de Informação Bibliográfica, a SIB, que atende especialmente e tão somente, aos pedidos vindos de fora do Rio de Janeiro. A SIB está à disposição de todos não somente para atender aos pedidos relativos a documentação armazenada na Biblioteca Nacional, mas tanto quanto possível aos que se encontram em outros grandes centros de informação.

A preservação e restauração de documentos merece uma atenção especial. Deve ser um ponto de entrosamento muito grande entre as bibliotecas universitárias e a Biblioteca Nacional. Tivemos ocasião de expor no Congresso de Bibliotecários de Brasília, há 3 anos atrás, que já havia um convênio firmado entre a Biblioteca Nacional e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para esse campo de atuação. Esse convênio permanece, embora só agora em razão do financiamento da FINEP, esteja começando a ser desenvolvido. O convênio prevê uma cooperação por parte da Biblioteca Nacional, em termos de fornecimento de material especializado, não só de bibliografia, mas de material de laboratório e, através dos recursos dados em parte pela

FINEP e outra parte pela Universidade, uma assistência de cientistas, biólogos, entomologistas, fitopatologistas, químicos e bioquímicos para fazerem pesquisas com o matéria da Biblioteca. A Universidade se prontificou a fazer análise do material de consumo a ser utilizado pelo laboratório de restauração da Biblioteca Nacional. O material empregado na restauração tem que ser testado antes de ser utilizado

A Casa de Rui Barbosa assinou também, um convênio com a Biblioteca Nacional na parte de restauração de documentos. Está sendo montado o laboratório de restauração da Casa de Rui Barbosa, ao mesmo tempo estão iniciando a formação de pessoal para operar nesse sistema.

A Biblioteca Nacional tem um grupo de restauração que está permanentemente em contato conosco e, esse grupo vem sendo presidido por Edson Motta, grande especialista brasileiro em restauração. No campo de restauração e preservação de documentos estamos oferecendo, embora de maneira ainda débil, estágios para os interessados. Estamos desenvolvendo na parte de microfilmagem um grande trabalho com uma ajuda especial da Fundação Ford e com auxílio do Latin American Microfilm Project. Estamos microfilmando jornais e relatórios brasileiros das províncias do Império.

Estamos, também, microfilmando jornais de 10 Estados do Brasil sob nossa coordenação, embora de maneira descentralizada. As obras raras da Biblioteca Nacional, cerca < 30.000 peças, que constituem a Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

Um convênio internacional foi estabelecido em 1977, com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para troca de 200 rolos de microfilmagem de jornais brasileiros a cada ano. Esse convênio já foi cumprido com grande vantagem, creio eu, de parte à parte.

Firmamos um convênio com o Departamento de História da UFF, o Ministério da Educação, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Niterói, com o objetivo de formarmos uma grande hemeroteca. Essa imensa coleção de periódicos pertencia ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que através de sua Divisão de Biblioteca não

ha meios para organizá-la e preservá-la, veio, com a ajuda
¹ MEC e a assistência técnica da Biblioteca Nacional, transferida para Niterói, estando sob a guarda dessa Prefeitura sob a gerência do Departamento de História da UFF, sendo devidamente organizada para servir como imenso campo de pesquisa. Será a 2ª grande hemeroteca do país.

Dessa forma, acredito que isso seja um prenúncio de um anteprojecto de cooperação efetiva entre as bibliotecas universitárias brasileiras e a Biblioteca Nacional.

DEBATES

LELIA GALVÃO CALDAS DA CUNHA (Chefe do Departamento de Documentação da UFF): Você tem algum exemplo a citar com relação a contribuição dada pela Biblioteca Nacional, no campo da permuta a alguma universidade brasileira?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: Não me ocorre agora um exemplo concreto. O que posso dizer é que a biblioteca Nacional recebe um grande número de publicações para redistribuir pelo Brasil. Gostaria de dizer que não estamos satisfeitos com o nosso trabalho de permuta a nível de redistribuição nacional e, que a muitos anos vimos sugerindo a criação de um Centro Nacional de Permuta, embora até o momento presente não tenha havido providências que chegassem a um sucesso nesse campo.

BELA PEDROSA (Universidade Santa Úrsula): Há segurança contra incêndio na Biblioteca Nacional?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: A Biblioteca Nacional recebe assistência do Corpo de Bombeiros desde 1971. Depois de cumpridas todas as exigências, a Biblioteca Nacional recebeu um certificado emitido pelo Corpo de Bombeiros, do qual muito nos orgulhamos. Cursos especiais para prevenção de incêndios foram feitos com 2/3 dos funcionários da Biblioteca Nacional, em que foi ensinado o manuseio dos equipamentos próprios contra incêndios. Os microfilmes matrizes de segurança da Biblioteca Nacional estão numa câmara frigorífica bem separada e bem distante dos armazéns. Desejamos conseguir um depósito fora da Biblioteca

Nacional para ser guardado esse material. Solução de fato para esse problema só será encontrado quando se conseguir um anexo para a Biblioteca Nacional. Não podemos dizer que não haja perigo de incêndio, mas podemos afirmar que tudo está sob controle.

MERCEDES DE LA FUENTE (Instituto Adolfo Lutz de São Paulo): A publicação do Boletim Bibliográfico Correm! incluirá obras especializadas? Como fica a duplicação de informação nessas áreas? As instituições de pesquisa em área governamental, cujo material é enviado regularmente à Biblioteca Nacional, como se situa nos planos apresentados?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: A Biblioteca Nacional tem por decreto específico de 1907, o depósito legal e se compromete à divulgar tudo aquilo que recebe. Eu diria que qualquer outra publicação é que constituiria uma duplicação de serviço. Tudo o que é depositado na Biblioteca Nacional tem que ser divulgado através de um Boletim ou de uma Bibliografia, isto é, todas as publicações brasileiras recebidas pela Biblioteca Nacional são divulgadas, mesmo as especializadas.

TÂNIA MENDES (Bibliotecária da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo): Considerando a situação de infra-estrutura das bibliotecas, se a Biblioteca Nacional com o desenvolvimento do CALCO já pensou nos custos operacionais, no pessoal disponível nas demais bibliotecas, possivelmente usuários do CALCO, na política de atuação das bibliotecas, nos acervos disponíveis no Brasil e, fundamentalmente, na necessidade dos usuários?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: Não. Nós não pensamos em nada disso, quando desenvolvemos o CALCO. Nós temos um problema específico na Biblioteca Nacional: mecanizar os serviços da Biblioteca Nacional, porque não há mais possibilidade de continuar o trabalho manualmente. Na época em que tomamos esta decisão o que havia em estudos no Brasil era o CALCO e, estudamos a viabilidade de seu desenvolvimento e aplicação à Biblioteca Nacional. Garantimos que o CALCO tem uma compatibilidade internacional, achamos que devíamos levar esse estudo adiante para resolver o problema da Biblioteca Nacional. O que nos parece é que estando em desenvolvimento ura

Projeto já a esse nível e, considerando que houve várias opiniões de especialistas internacionais da validade do CALCO, achamos que será mais sensato ser usado o CALCO, também, por outras bibliotecas. Isto parece ser uma consequência lógica, pois assim como a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos nunca pretendeu coordenar as bibliotecas americanas, mas quis sempre resolver seus problemas e os tendo resolvido bem, foi seguida pelas demais bibliotecas. O que me parece é que a Biblioteca Nacional deve procurar resolver bem o seu problema e, se tiver sucesso, por uma questão natural ela poderá oferecer um subproduto, que poderá ser seguido por outras bibliotecas. Não cabe à Biblioteca Nacional ditar normas até a presente data, pois as normas brasileiras vem sendo feitas pelo IBICT. O ex-Diretor do IBICT numa reunião pública sobre o CALCO declarou que quando ele tivesse sido publicado, o IBICT se reservaria à posição e direito de recomendar ou não a sua utilização. Podemos dizer que, no momento, não há uma preocupação por parte da Biblioteca Nacional em fazer estudos operacionais para outras bibliotecas, pois como foi dito, estamos tentando resolver o nosso problema e, parece que poderá vir a ser, também, a solução para outras bibliotecas.

ESTER GILIO (Universidade Federal do Paraná): Como sistemática de trabalho, enviamos sempre dois exemplares de livros à Biblioteca Nacional? No caso de teses como deve ser feito o depósito?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: O decreto de 1907 não prevê, especificamente, teses, entretanto, considerando sua importância recolhemos, guardamos e, até estimulamos o depósito legal das teses na Biblioteca Nacional.

LÉA DE AQUINO (IBICT): Como você vê o movimento no Brasil de criação de Bibliotecas Nacionais por áreas de especialização?

JANICE DE MELLO MONTE-MÓR: Tenho estimulado muito essa parte desde que estou na Biblioteca Nacional. Participei de todos os estudos da BINAGRI. O que me pareceu sempre difícil foi encontrar um órgão brasileiro que quisesse dividir com a Biblioteca Nacional a responsabilidade que ela tem de arrecadar tudo o que se publica no

Brasil. A partir do momento em que a BINAGRI assuma no campo da Agricultura esse papel, será um alívio para a Biblioteca Nacional, que cada vez mais se torna um organismo utópico, agigantado. É preciso, no entanto, que esses organismos se criem com uma estrutura muito sólida, para que a Biblioteca Nacional possa abrir mão da responsabilidade em cada área que isto for estruturado e, ela possa realmente repousar nesses organismos a tarefa que até hoje vem desenvolvendo como órgão de depósito legal das publicações brasileiras. Acho que devemos estimular a criação de bibliotecas nacionais, a exemplos de outros países, não só por áreas de conhecimento, mas até por região geográfica e por tipo de material.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA

*ANTONIO MIRANDA (Assessor de Planejamento
Bibliotecário da CAPES)*

RESUMO

A biblioteca como um problema técnico e como fenômeno social, a inter-relação com o meio ambiente, o processo de negociação com as esferas do poder decisório superior. Necessidade de definição de objetivos segundo a realidade institucional, necessidades de desenvolvimento de uma mentalidade científica de planejamento de serviços e de avaliação de coleções e de formulação de uma política de seleção. Discute o problema da estrutura administrativa (ausência de padrões e critérios válidos na elaboração de organogramas e na definição de atribuições, responsabilidades, orçamentos e programação de atividades); de "processos técnicos" (excessivo apego às tarefas técnicas sem estudos sérios de adequação às suas próprias necessidades) e, por último, os problemas de pessoal, (desestímulo ao aperfeiçoamento contínuo e a titulação a nível de pós-graduação para acompanhar a própria capacitação docente nas universidades e responder à demanda cada vez mais sofisticada/especializada da comunidade universitária>. A biblioteca universitária sobrevive sem este planejamento, não orienta adequadamente a formação de sua coleção e não dedica suficiente tempo e recursos à referência e ao treinamento de usuários, ou seja, descuida o **princípio** orientador dos serviços e os fins e objetivos da entidade. Advoga, como solução, um plano de estímulo na formação de pessoal bibliotecário e a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias.

1 Introdução

Antes de constituir-se em problema técnico possível de ser controlado e submetido à hermenêutica das leis normas da biblioteconomia, a biblioteca universitária é um fenômeno social. A complexidade está na dicotomia aparente entre a abordagem técnica e a visão política dos problemas. A práxis revela que binômio técnica - contexto social só é equacionado positivamente quando o árbitro no caso o bibliotecário — transita nas duas esferas e quando sabe, como administrador, dialogar com o poder decisório superior. Erra, portanto, aquele que oferece tão somente soluções técnicas. Frustra-se o planejador que não sabe auscultar as forças tendências, inclinações e demandas das personalidades em conflito na sua área de atuação e fracassa se não souber articular estas forças ambientais em favor de seu projeto. Vale dizer: o projeto só é válido — por mais correto que pareça do ponto de vista técnico — se conseguir catalizar as "forças e inclinações do meio ambiente em que pretende atuar.

Caberia, portanto, a análise desta conjuntura como parte inalienável do planejamento de sistemas de bibliotecas em nossas universidades. A razão está em que cada instituição tem as suas características próprias, suas tradições e até mesmo barreiras psicológicas que são o produto de sua ideologia ou — para ser mais preciso — do ideário dos que forjaram e nela imprimiram a sua personalidade, assim como a influência de seus novos líderes.

A dificuldade maior está em que esta "realidade objetiva" é dinâmica, expressando o equilíbrio tático das forças atuantes.

Sem dúvida, esta conjuntura afeta o funcionamento de serviços bibliotecários com nessas universidades. Para dar um exemplo, as dificuldades de criação e desenvolvimento de uma biblioteca central em uma universidade mais antiga (que foi criada através da coordenação das antigas faculdades isoladas pré-existentes as quais continuam mantendo uma (compreensível) autonomia e até certa auto-suficiência) do que uma universidade totalmente nova, criada sobre a prancheta do planejador. No primeiro caso, o diálogo sobre "centralização e descentralização coordenada" dos

seviços bibliotecários da B. C. exige um nível de argumentação e persuasão mais complexo e diplomático do que na nova universidade, onde os recursos humanos foram recrutados coetaneamente, dentro de princípios gerais e abrangentes e onde os elementos ainda não têm posições de certa forma cristalizadas e sacramentadas pela tradição. A capacidade de "ubiquidade" na abordagem do problema é o grande desafio diante do bibliotecário-planejador. Ele precisa ponderar as forças em derredor, colocando-se na perspectiva mesma de seus interlocutores, sem preconceitos sem exacerbação de ânimos, na tentativa de compreender as opiniões divergentes e de encontrar um mínimo divisor comum capaz de neutralizá-las.

Esta capacidade de isenção crítica, de honestidade na articulação de dados e de "distanciamento" (no sentido brechtiano do termo) quanto às forças em conflito (se for o caso) é o lado mais difícil do problema, pois depende da habilidade inata de parlamentar que deve fazer parte dos requisitos e qualidades do bom administrador envolvido em tarefas de relações humanas, seja ele bibliotecário ou não ⁽¹⁾.

No estudo das duas realidades — a da universidade mais antiga vivendo o processo transitório da sua homogeneização

(1) Uma corrente inglesa mais radical advoga que a administração de biblioteca *não deve* ser exercida por um bibliotecário, mas sim *por* um especialista em administração, ficando com o bibliotecário a assessoria relativa aos problemas técnicos. É discutível a validade de uma experiência desta natureza, pois não é o diploma que faz o profissional. Sem dúvida, se o graduado em administração tiver, aliado aos conhecimentos específicos em sua área, as aptidões inatas, e souber assessorar-se convenientemente, ele cumprirá, com provável sucesso, a sua missão. Provavelmente até melhor que um bibliotecário sem a experiência e domínio da arte de administração. Se, ao contrário (e isso costuma acontecer com muita frequência, infelizmente) o administrador não-bibliotecário não é nem administrador e nem bibliotecário, então a experiência pode ser fatal.

A insistência na necessidade de indicar profissionais para a administração em suas áreas de competência é justamente a de tentar uma empatia profissional e técnica mais solidária, capaz de granjear o apoio e a cooperação entre iguais o que — é bom frisar - também pode, em circunstâncias excepcionais, gerar inconfôrmismo e conflitos.

O ideal seria o bibliotecário com a dupla titulação (em biblioteconomia e em administração) mas com a necessária ressalva de que a experiência e a aptidão próprias devem somar-se aos títulos vazios de significados positivos.

e a nova universidade gestando sua fisionomia estrutural .
deve-se ressaltar que uma não é melhor do que a outra são
diferentes e ambas oferecem vantagens e desvantagens

A mais antiga talvez apareça como mais conservadora cautelosa em suas decisões e burocraticamente mais lenta enquanto que a mais nova tem maior liberdade para criar e decidir. Por outro lado, esta última tende a exercitar o método desaconselhável da "tentativa e erro", devido à inesperienza de seus componentes humanos se não como indivíduos (pois alguns podem ter tido uma comprovada experiência prévia) mas sim como equipes de trabalho. Naturalmente que a biblioteca é beneficiária e vítima da infra-estrutura geral da instituição na qual ela se insere. Ignorar esta estrutura maior é impossível na prática Por outro lado como já foi assinalado, as instituições são as pessoas que dela participam e é tarefa do bom administrador saber manter a equidistância responsável com as diversas lideranças mediante diálogo construtivo e objetivo, evitando posições radicais e intransigentes, afiliações fortuitas e passageiras, tendo em vista objetivos e benefícios duradouros para a organização que ele dirige.

Sendo um organismo dentro de outro maior, seria procedente investigar o que o organismo maior pensa e espera da biblioteca, na tentativa de saber os seus limites e atribuições segundo as possibilidades reais.

Não temos, e é reconhecida a nossa falha, uma tradição bibliotecária no Brasil, assim como a nossa tradição universitária é bem recente. Não podemos esquecer o fato de que as universidades são fenômenos novíssimos em nossa cultura por causa do nosso tipo de colonização. Verdadeiras bibliotecas universitárias — entendidas não apenas como grandes coleções em majestosos edifícios mas julgadas, sobretudo, pela excelência de seus serviços à comunidade acadêmica só aparecem neste século e só agora começam a afirmar-se o a impor-se. O conceito mesmo de biblioteca varia de país para país e é peculiar no nosso caso, a falta de tradição no uso de livros e de bibliotecas. É a experiência que limita ou amplia os conceitos. A nossa é uma sociedade emergente onde, via de regra, o nosso bisavô era analfabeto, nosso avô concluiu o curso primário e nossos filhos, pelo menos alguns deles chegam à universidade, sem haverem convivido com'

livros em casa, sem nunca terem freqüentado boas bibliotecas públicas. Isto é válido para alunos e para professores e só a novíssima geração de professores utiliza grandes bibliotecas para a elaboração de suas teses e pesquisas. Ao contrário, a grande maioria supriu a carência de serviços bibliotecários hábeis e ágeis organizando duas bibliotecas privadas ou as coleções departamentais para consulta imediata. Esta experiência conforme a visão do que o professor (e por extensão toda a comunidade) tem da biblioteca. As nossas pequenas, mal aparelhadas e pobres bibliotecas setoriais existem porque algumas personalidades sentiram a necessidade de desenvolvê-las e apoiá-las como instrumentos de apoio ao ensino e à pesquisa nas suas áreas de atuação. Foram médicos, engenheiros, químicos, especialistas em Sociologia, Direito ou Educação, coordenadores ou diretores de cursos que arregimentaram esforços, reuniram obras, buscaram fundos e iniciaram suas coleções. Na maioria dos casos, quando a empresa torna-se complexa, contratam bibliotecários para organizá-las e atendê-las. A estes idealizadores e pioneiros cabe-lhes o mérito e o reconhecimento e naturalmente, defendem o seu patrimônio quando ameaçado de descaracterização mediante sua incorporação anônima a serviços centrais, fora de seu alcance e determinação.

A modernização e a racionalização no emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros na manutenção de serviços bibliotecários em nossas universidades exige uma mudança radical de métodos de organização de serviços, onde a "biblioteca isolada" não tem condições de sobrevivência.

Como, então, conciliar esta tradição de biblioteca isolada, liberada por indivíduos interessados na sua implantação e manutenção — precária em serviços e praticamente voltada para si mesma —, com esta outra biblioteca em circuito, em sistema, delegando parte de suas prerrogativas em função dos benefícios do intercâmbio e dos usuários?

Trata-se, sem dúvida, de uma decisão administrativa, mas no fundo envolve negociações para as quais o planejador necessitará de uma grande dose de isenção, flexibilidade, paciência e visão de futuro. Primeiro porque as pessoas não costumam ceder seu território de influência se não estão plenamente convencidas das vantagens desta renúncia. Infelizmente — devemos reconhecer —, as tomadas de decisões

quanto a "centralização" têm sido feitas de forma geralmente autoritárias, sem estudos sérios e bem fundamentadas, sem uma campanha de esclarecimento público adequada e sem uma programação correta na sua implantação. Fechar bibliotecas no início ou fim do ano escolar para mudança é um erro que, infelizmente não é dos mais raros entre nós.

Logicamente, toda mudança deve ser precedida de uma programação que assegure o mínimo de atropelos aos usuários e só se justifica se o sacrifício for realmente para melhorar os serviços da biblioteca. De preferência, o material a ser transportado deve ser previamente processado, toda a mecânica da mudança prevista e controlada e a comunidade informada da mudança. Afinal, o que se muda não são apenas livros mas também serviços e eles não podem ser descontinuados sob pena do prestígio e da frustração. Parece óbvio, mas, lamentavelmente, é freqüente assistirmos a "bibliotecas" inteiras em caixotes, com seus fichários transtornados, jogados nos depósitos de bibliotecas maiores, com a alegação de que "faltam funcionários" para reorganizá-los. E porque, então, foram desmanteladas?

Descontinuidade administrativa, falta de poder de decisão do bibliotecário no processo, reviravoltas nas regras do jogo, descuido, acidente incontrolável? De tudo um pouco na via crucis da organização de nossas bibliotecas universitárias, hoje vivendo a sua crise de crescimento e afirmação.

Com a explosão demográfica na universidade (hoje são mais de um milhão de estudantes); com a pretendida mudança dos métodos de ensino que mais orientam o aluno (o professor) a abandonar a apostila e as "anotações de aula" para iniciar-se na pesquisa bibliográfica; com a proliferação de cursos de pós-graduação (hoje são mais de 800 em todo o país); com a ampliação do número de professores com titulação de mestre e de doutor, ou especialização, pressupondo novos métodos de atualização permanente de conhecimento; com um contingente cada vez maior de indivíduos e equipes realizando pesquisas e preparando teses; dissertações e trabalhos acadêmicos, com tudo isso, a biblioteca universitária ganhou notoriedade, evidência. Transformou-se, aliás, no grande problema e dificuldade para o desenvolvimento da nossa reforma universitária.

Teria crescido a biblioteca proporcionalmente à demanda?
Teria evoluído qualitativamente? Involuiu?

É difícil acenar com mais resposta satisfatória.

Nos últimos dez anos foram construídos alguns razoavelmente grandes edifícios de bibliotecas (UNB, UFJF, UFSM, UFSC, UFRN, UFV, UFPE), e vários outros estão em construção ou estão sendo projetados (PUC/RS, UFMG, UFPE, etc.).

Consideráveis recursos vêm sendo aplicados na aquisição de livros e na importação de periódicos e, hoje por hoje, quase todas as grandes universidades têm ou estão organizando os seus serviços centrais (por centralização física ou por coordenação de atividades, dependendo da configuração física ou administrativa) e, salvo, em algumas universidades particulares, todas possuem bibliotecários graduados em seus quadros.

Problemas, no entanto, subsistem. Poderiam ser sumariados assim:

1.1 Estrutura administrativa. Mesmo nas universidades federais não existe um critério unificado quanto à estrutura administrativa das (s) biblioteca (as). Não se pretende que haja um único modelo obrigatório para todos os sistemas de bibliotecas, mas critérios comuns ajustáveis às diferentes situações e estágios do desenvolvimento. Idealmente, deve existir uma biblioteca central ou um núcleo da coordenação de bibliotecas em cada universidade com suficiente autonomia como para cumprir com os seus objetivos. Um "regimento interno" aprovado pelo Conselho Universitário (onde o Diretor da Biblioteca deve ter vez e voto) e orçamento próprio e definido são pré-requisitos para qualquer empreendimento sério. Os padrões internacionais recomendam 5% do orçamento da universidade para a manutenção de serviços bibliotecários.

Uma Comissão de Biblioteca, composta também por professores das diferentes áreas de conhecimento, deverá orientar o Diretor da Biblioteca nas suas decisões quanto a seleção de material bibliográfico, distribuição do orçamento de aquisição, etc. Não se trata de uma Comissão honorífica,

pró-forma, mas um grupo de trabalho que implica na não indicação de pessoas por mais representativas que sejam que não possam prestar a colaboração devida. Não pode haver um hiato entre a biblioteca e a comunidade a que ela serve e a Comissão deve ser o arauto e a manifestação de reivindicações, queixas e tendências da própria comunidade.

A ausência de uma estrutura administrativa definida com atribuições claras e objetivos explícitos vem dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento dos serviços bibliotecários na maioria de nossas bibliotecas universitárias.

1.2 Processos Técnicos. Os bibliotecários são acusados tradicionalmente, pelo excessivo apego aos processos técnicos em detrimento de outras atividades igualmente importantes. Em verdade, poucas bibliotecas universitárias podem orgulhar-se de contar com catálogos atualizados e completos. Os sistemas de classificação variam majoritariamente entre o CDU e a CDD e, em certos casos, ambos sistemas sobrevivem às vezes numa mesma universidade (em diferentes bibliotecas) ou, até mesmo, em diferentes coleções de uma mesma biblioteca. Naturalmente que isto afeta a compatibilidade de serviços, sobretudo nos catálogos coletivos, mas a reclassificação é excessivamente onerosa para constituir-se em solução viável.

Ainda quanto aos processos técnicos caberia ressaltar que nós fracassamos exatamente nos dois processos mais importantes sob a perspectiva dos serviços à comunidade: na seleção e na referência. Sem dúvida alguma, "Seleção é a atividade técnica que **orienta a formação e o desenvolvimento do acervo**". Raríssimas bibliotecas universitárias fazem avaliações periódicas de suas coleções no sentido de adequá-las, em termos de pertinência e relevância, em graus de quantidade e excelência, aos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos pela universidade, tomando-se em consideração o tipo, as características de seus usuários. Como podem, então aplicar os recursos para uma aquisição equitativa e racional? Deixando aos professores a tarefa da seleção, sem orientação e sem uma política definida? Aqui reside o grande conflito, o fator que mais compromete o envolvimento da biblioteca com a comunidade, causador das queixas e frustrações mais desconcertantes.

O outro lado da questão é o serviço de referência que tampouco existe na maioria de nossas bibliotecas. Isto é, o leitor vê-se desorientado e perdido sem orientação e sem treinamento. Se lembrarmos a sua tradicional inabilidade no uso de livros e de bibliotecas, pode-se compreender a sua perplexidade ou revolta.

Acusa-se o usuário por sua ignorância e pune-se-o por sua inabilidade. Ao invés de treiná-lo e orientá-lo, prefere-se fechar-se-lhe o acesso às estantes e criar novos controles. Na biblioteca universitária brasileira os leitores são bem informados quanto aos seus deveres (através de regulamentos, vigilância, multas e suspensões) mas, jamais chega a precisar, claramente, quais são os seus direitos.

Se não existe o serviço de referência, como então são orientados os "processos técnicos"? Respondem a normas frias e canhestras quando, ao contrário, deveriam tomar em consideração os hábitos e as determinações da própria comunidade usuária?

Pode faltar tempo e pessoal para tudo menos para o leitor, que é a razão de ser da biblioteca. A estratégia está justamente em saber criar ou orientar os hábitos de leitura da comunidade o que exige do especialista conhecimento das técnicas de referência, do acervo ao seu alcance, de serviços opcionais (comutação hemerográfica, empréstimo interbibliotecário, etc.) e, naturalmente, cultura geral e específica, além das qualidades inatas indispensáveis a qualquer pessoa que pretenda servir a comunidade.

1.3 Pessoal. As estatísticas demonstram que, apesar do progresso nos últimos anos, é ainda diminuto o número de bibliotecários em relação com o universo de usuários. Os "processos técnicos" e as tarefas administrativas consomem quase todo o tempo e a força de trabalho de pessoal graduado.

Por outro lado, dois problemas afetam a utilização desses profissionais para a prestação de melhores serviços. Em primeiro lugar, a falta de planejamento de serviços. Isto é, são destinados para tarefas descoordenadas, isoladas, repetitivas, não raro absolvendo rotinas não profissionais o que significa baixa produtividade, falta de metas e objetivos definidos.

Em segundo lugar, o despreparo dos profissionais que servem em bibliotecas. Com o incentivo crescente à capacitação de docentes, o nível de especialização de nosso professorado vem aprofundando-se o que implica em demanda de informação mais sofisticada e específica. Por outro lado, o bibliotecário de nossas universidades não teve o correspondente incentivo à capacitação permanente. Ao contrário, os mais jovens e os mais ambiciosos optaram pelo ensino (para usufruir dos privilégios) ou foram atraídos por melhores oportunidades e melhores salários nas bibliotecas especializadas e nos sistemas nacionais de informação.

Os colegas bibliotecários acrescentariam um terceiro problema que é a dificuldade que encontram nas tarefas de planejamento e administração, por falta de verbas, apoio nas decisões ou pela inexistência de pessoal profissional e auxiliar capacitado. No entanto, a nossa experiência nos diz que, apesar de casos isolados de real desinteresse de algumas autoridades universitárias ou até mesmo de injustiças, na maioria dos casos dá-se exatamente o contrário; as autoridades universitárias não encontram a liderança, a segurança e a capacidade nos profissionais como para conceder à biblioteca os recursos pretendidos.

Sem um plano coerente, sem liderança efetiva e sem participação atuante nas esferas de decisão, nenhum bibliotecário conseguirá reunir os recursos para a sua biblioteca, salvo as mínimas para a sua sobrevivência. Os recursos nas nossas universidades são limitados e, no caso das bibliotecas, devido ao fato de que raramente constituem-se em prioridade orçamentária, um trabalho de esclarecimento e persuasão é indispensável.

1.4 Outras dificuldades. O grande obstáculo no desenvolvimento de serviços bibliotecários parece ser, como já foi proposto, a nossa precária tradição na área.

Não abundam, entre nós, os modelos de bibliotecas com serviços eficientes e uma infra-estrutura compatível com os seus objetivos. Ainda viemos no "vir-a-ser" e imitamos os modelos estrangeiros. Seja como for, é a nossa própria experiência (aliada à estrangeira, sem dúvida, mas com cautela) que poderá mostrar-nos com segurança o caminho a trilhar. É antes de tudo, **uma mudança de mentalidade**, de atitude, paralelamente aos recursos humanos, financeiros e materiais que devemos conquistar.

Uma biblioteca tem que definir as suas metas e para isso necessita de um estudo de sua própria realidade antes de aventurar-se a qualquer transformação qualitativa. Esta capacidade de julgamento da situação e a formulação de novas opções (teologia, vale dizer, a fixação de objetivos e metas realistas) é que garante o planejamento de sistemas de bibliotecas. Pretende-se, com ele, atingir os objetivos com o mínimo de recurso, no menor prazo de tempo, maximizando e otimizando as oportunidades.

Fala-se muito, modernamente, em "administração por objetivos", em administração científica. Na prática, os empecilhos são grandes, mas a ausência de critérios e planos é pior.

A Universidade Brasileira vive um momento dramático de transição provocado pela renovação de nossa sociedade, pela busca de novos valores e de soluções para os grandes problemas nacionais. Informação é matéria prima indispensável nesse processo de renovação. A Biblioteca Universitária necessita acompanhar este processo de renovação, capacitando-se para contribuir decisoriamente nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão. Ela deve constituir-se na base e centro deste grande debate e busca de informação e idéias ou como ainda acontece em muitos casos, contentar-se com a tarefa menor de ser apenas um banco de livros de texto ou um salão de leitura estudos opcionais.

É um extraordinário e maravilhoso desafio colocado à imaginação criadora dos bibliotecários acadêmicos.

2 Conclusões

A biblioteca universitária brasileira enfrenta uma crise de crescimento pela Renovação Universitária, pela tentativa de transformação dos métodos de ensino e aprendizagem, pela explosão demográfica no ingresso de discentes, pela intensificação de pesquisas e da extensão e, sobretudo, pela capacitação de docentes que vem demandando maior sofisticação e exigindo maior pertinência no atendimento dos serviços de informação e documentação.

As bibliotecas não cresceram em termos de aquisição de material bibliográfico e na facilidade de seus serviços nas mesmas proporções. No entanto, é justo reconhecer que consideráveis recursos vêm sendo destinados, em muitas universidades, para aquisição e para renovação de serviços e métodos de trabalho, tanto nas universidades federais quanto nas estaduais e particulares. E grande parte destes recursos provêm de fontes financeiras externas, mediante convênios. A heterogeneidade na procedência destes recursos sim como a ausência, em muitos casos, de critérios definidos para a sua utilização, vem criando alguns embaraços sobretudo porque a gerência dos recursos nem sempre é feita de acordo com um plano global de investimento do setor bibliotecário das universidades, mas de forma isolada e descoordenada. Seja por inexistência da política aludida (que norteia as aplicações) seja por desconhecimento de tal política (quando ela existe). Voltamos, portanto, ao princípio da necessidade de maior entrosamento da biblioteca com estes canais decisórios, no sentido de racionalizar o emprego dos recursos em função de objetivos mais abrangentes e equitativos

Existe, paralelamente, a dificuldade de obtenção de moeda estrangeira para a importação de material bibliográfico. Os "tetos" de importação são limitados para cada universidade, os processos de aquisição são lentos e os livros e periódicos cada vez mais caros por causa da inflação nacional e internacional.

Independentemente ou não da liberação de mais recursos para material bibliográfico, duas soluções são propostas:

- a) que seja realizada, pelo Ministério da Fazenda, estudos para a retirada dos materiais bibliográficos da rubrica "Material Permanente", criando rubrica específica onde sejam incluídos, também, todos os novos tipos de materiais de registro bibliográfico conforme "Recomendação do 9º Congresso Brasileiro & V Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 3 a 8 de julho de 1977".

O problema é antigo e a solução não é nova e vem sendo proposta insistentemente. Pretende-se liberar o livro da condição de "objeto" físico para transformá-la em instrumento didático, assumindo o risco de usá-lo e, eventualmente, de descartá-lo da coleção por obsolescência ou irrelevância.

- b) criar os mecanismos necessários (acordos, convênios de serviços, catálogos coletivos, comutação hemero gráfica, empréstimo inter-bibliotecário no sentido de maximizar o uso deste acervo acumulado nas universidades e justificar os altos investimentos que eles representam. Nenhum país, por mais rico que seja, pode abrir todas as comportas de importação sobretudo quando isso implica numa excessiva duplicação de títulos para uso restrito e limitado. Urge favorecer o intercâmbio, sem o qual o ensino e a pesquisa permanecerão atrofiados pela curta acessibilidade local, pela burocrática e vagarosa processualística da boa vontade isolada e extemporânea. Em suma, faz-se mister, paralelamente ao sistema proposto de universidade brasileira, criar-se um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias como agência de planejamento e coordenação deste intercâmbio de recursos e de experiências. Um tal sistema facultaria a catalização destas energias, serviria de foro para a discussão dos problemas comuns e facilitaria a formulação de mecanismos hábeis para provocar a desejada aproximação em termos cooperativos e funcionais, entre as nossas bibliotecas universitárias através da complementação de seus serviços. Mas este é um assunto que escapa ao âmbito do presente trabalho, ficando aqui, tão-somente, o seu registro para uma abordagem futura mais detalhada e argumentada.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Collection Development Committee: Guidelines for the formulation of collection development policies, **Library Resources & Technical Services**, 21 (1): 40-47, 1977.
- 2 CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Biblioteca Universitárias em sistemas nacionais de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 3-8 julho 1977 36 p.
- 3 CUNHA, Murilo Bastos da. Sistemas de informação no planejamento do desenvolvimento. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. Anais. . . Porto Alegre 1977. v. 2, p. 11-21.

- 4 FERREIRA, Gilda Pires. **A biblioteca universitário perspectiva sistêmica.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 29 p.
- 5 MIRANDA, Antonio. Análise conjuntural das bibliotecas das universidades federais do Nordeste do Brasil In-REUNIÃO DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE, 1., Foz de Iguaçu, 10-12 Novembro 19 77 Brasília CAPES/MEC/DAU, 1977.
- 6 ----- . Bibliotecas universitárias: festa e fome Boletim **ABDF**, Brasília, 3-6, mar./abr., 1977.
- 7 . Bibliotecas dos Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil: estudo comparado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. Anais Porto Alegre, 1977. v. 2, p. 268-333.
- 9 . **Planejamento Bibliotecário no Brasil;** a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1977. 135 p.
- 9 OSBURN, C. B. Planning for a University Library Policy on Collection Development. **Int Livr Rey**, 9, 209-224 1977.

DEBATES

LÉLIA GALVÃO CALDAS DA CUNHA (Chefe do Departamento de Documentação da UFF): Acredita que a solução para o problema de atendimento nas bibliotecas, diga mais de perto é educação do profissional bibliotecário, do que tanto ao treinamento dos usuários?

ANTONIO MIRANDA: Nem uma coisa, nem outra. O problema é muito mais complexo. Gostaria de dizer que esse é um problema da estrutura do ensino no país. É ele que

leva a que tenhamos usuários sem nenhum treinamento, sem capacitação e sem condições para a própria iniciação na pesquisa e, no desenvolvimento do seu trabalho intelectual, tanto quanto do bibliotecário que muitas vezes recebe uma formação deformada.

JOSE DE ALBUQUERQUE MOREIRA (MEC/DAU/CAPEB): Talvez a solução para todos esses problemas, fosse a criação de um Centro Nacional de Planejamento em Informação e Documentação. O que lhe parece?

ANTONIO MIRANDA: Atualmente, estamos fazendo um levantamento da situação das bibliotecas universitárias brasileiras, para saber o que são e que problemas têm. Acredito que muito em breve possamos ter 3 subprodutos disso: 1º — um guia das bibliotecas brasileiras, para facilitar o intercâmbio e o estudo dessas universidades; 2º — formar grupos de trabalho para estudar os diferentes tipos de problemas encontrados nas bibliotecas universitárias; e, 3º — que é o mais importante de todos, a formulação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias, que é o que mais se necessita na presente conjuntura nacional. Acredito que já está amadurecida a idéia de se criar um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias no país, para desenvolver modelos que possam ser seguidos, não de maneira rígida, mas que possam servir como orientação para a organização de bibliotecas. Precisamos parar, pensar e ver quais são as necessidades de cada universidade, com relação às suas bibliotecas e, depois num sistema que interligue essas bibliotecas a nível nacional, do contrário não haverá recursos financeiros, nem humanos para isso.

Queria transformar isso tudo numa recomendação ao MEC/DAU, pois acredito que seja o órgão responsável para pensar e decidir sobre esses problemas.

Gostaria que desse Plenário saísse uma recomendação ao MEC, para criar um grupo de trabalho com representação regional para devotar-se ao estudo de uma legislação e de uma estrutura organizacional modelo para a biblioteca universitária no Brasil, que possa orientar seu planejamento, padronização, interrelação e definir as responsabilidades das universidades e da própria classe bibliotecária.

ASPECTOS E PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

ALICE BARROS MAIA

(Diretora do Núcleo de Documentação da UFF e
Professora do Departamento de Documentação
da UFF.)

RESUMO

Considerações referentes à função da Biblioteca na estrutura da Universidade como elemento de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Aspectos relacionados ao funcionamento e à utilização da Biblioteca Universitária. O Núcleo de Documentação e a rede de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense.

1. A Biblioteca na Estrutura Universitária

Considerando que a finalidade da Biblioteca é contribuir para o cumprimento dos objetivos da instituição a que pertence, conclui-se que a função da Biblioteca Universitária é servir de apoio básico às atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivos máximos da Universidade com os quais se identificam os objetivos da Biblioteca Universitária.

A biblioteca é, portanto, um elemento básico à docência e à investigação e de fundamental importância dentro da estrutura da Universidade uma vez que deve reunir, preparar e colocar à disposição de seus usuários os recursos bibliográficos indispensáveis ao atendimento de suas necessidades de informação.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a Biblioteca é o reflexo da Universidade e representa o nível de ensino e pesquisa que nela se desenvolvem.

A clientela da Biblioteca Universitária sendo formada por professores, alunos e pesquisadores, tornam evidente o seu completo envolvimento com os programas educacionais, com os projetos de pesquisa e com as atividades de extensão que são parte integrante do processo de desenvolvimento com o qual a Universidade está comprometida e do qual deve participar ativamente.

Além disso, à medida que a evolução e o progresso exigem a substituição de métodos empíricos por processos técnico-científicos, em que o planejamento programado substitui a improvisação, cresce a importância da Universidade como instituição que prepara e põe à disposição do mercado de trabalho profissionais de alto nível, professores, técnicos, especialistas e pesquisadores — credenciados para o exercício, para a gerência, para a liderança e o desenvolvimento de atividades técnicas, culturais, científicas, etc.

Esse "status" da Universidade, caracteriza a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento, devendo, por isso mesmo, empenhar-se em manter e assegurar à comunidade universitária um ambiente propício ao estudo e ao ensino, favorecendo e estimulando a pesquisa, em padrão de alto nível, em cumprimento de seus objetivos básicos.

Com referência ao tema Administração de Bibliotecas Universitárias vamos considerar, apenas, aqueles aspectos que nos parecem problemáticos no momento, merecendo a atenção mais cuidadosa das autoridades, administradores e profissionais dedicados a esse setor especializado.

1º — Aspectos relacionados ao funcionamento da Biblioteca Universitária.

- a) Conteúdo, formação da coleção básica e de pesquisa.

Entre os parâmetros de avaliação do nível e da importância da Universidade destaca-se, sem dúvida, a base documentária, isto é, o conteúdo das coleções bibliográficas, básica ou de pesquisa de que dispõe para apoio e desempenho de suas tarefas e que revela, através de sua expressividade, o nível das atividades docentes e da pesquisa nela realizados.

O acervo bibliográfico é o veículo normalmente utilizado para manter informada e atualizada a população universitária, permitindo à mesma o acompanhamento e a evolução dos conhecimentos na sua área de interesse e de atuação.

b) Administração dos recursos.

É uma parte que exige equilíbrio e planejamento para que a utilização do orçamento possa atender ao que é indispensável, pois todos sabemos que normalmente, a verba des-troada às bibliotecas está aquém de suas reais necessidades. Daí o cuidado, a precaução que devemos ter contra as pressões de grupos a fim de evitar-se gasto excessivo em determinado assunto de interesse de uma minoria, impedindo que as necessidades de uns poucos interfiram num plano a longo prazo cujo objetivo é atender a todos na formação da coleção básica e de pesquisa.

O plano de aquisição para atender as exigências de informação e de atualização da comunidade universitária representa um alto investimento que deve ser distribuído proporcionalmente às necessidades de cada área, dando a máxima cobertura possível a todos os grupos.

c) Relacionamento de bibliotecas.

Dispensável argumentar sobre a importância de ligação desse relacionamento para o processamento do intercâmbio de informações, do empréstimo inter-bibliotecário, enfim para a cooperação entre as bibliotecas.

Elemento básico ao funcionamento da biblioteca.

d) Pessoal.

No entanto a, restrição atual de contratação tem causado sérios problemas à administração da biblioteca que necessita de equipe qualificada e numericamente suficiente ao desenvolvimento das atividades técnicas e do atendimento aos usuários quanto à orientação e atualização dos seus recursos .

O esquema de improvisação e de deslocamento de pessoal para cobertura às inúmeras falhas de serviços tem prejudicado, sobretudo, o atendimento que muitas vezes fica entregue a pessoal sem a qualificação necessária ao desempenho das atividades deste setor especializado.

2º- Aspectos relacionados à utilização da Biblioteca

a) Função docente

A função docente da biblioteca diz respeito à orientação dada aos usuários quanto à utilização dos recursos bibliográficos, a exploração do potencial informativo do acervo, conhecimento das fontes de informação e de pesquisa, nem sempre familiares aos mesmos.

O desempenho dessa função deve ser exercido, exclusivamente por pessoal qualificado que, além dos conhecimentos técnicos, tenha embasamento cultural e domínio de idiomas estrangeiros, que lhe permitam o manuseio das fontes de pesquisa, quase sempre em língua estrangeira.

b) Atendimento ao usuário.

Desse atendimento depende em grande parte a satisfação ou não da clientela que frequenta a biblioteca.

Tarefa complexa que envolve qualificações de diferentes naturezas relacionadas aos hábitos, atitudes, comportamento, cortesia, boas maneiras, cultura, etc. e sobretudo, conhecimento suficiente do acervo, para fins de orientação e de utilização dos recursos de Biblioteca.

2 Biblioteca x Informação

O acesso à informação é um direito mas torna-se um problema devido às dificuldades que se interpõem entre a existência do registro e sua utilização. O processo lento de registro, preparo técnico e divulgação da informação, para consumo da literatura correspondente é um grande problema que clama por solução imediata, por adoção de medidas específicas que visem a minimização das dificuldades comuns em benefício da comunidade universitária, sobretudo no direito de ser informada, em tempo oportuno, de acordo com as necessidades específicas de cada um.

Sendo um problema de todos a solução deve partir, nos parece, da ação conjunta e coordenada de autoridades, profissionais, especialistas e administradores que através de um planejamento global de cooperação mútua, leve em consideração as possibilidades atuais, as potencialidades existentes

e os recursos disponíveis, a fim de serem traçadas metas planos correspondentes às nossas reais necessidades, facilitando a circulação, transferência e intercâmbio de informações.

3 Bibliotecas x Sistemas de Informação

Apesar dos esforços isolados e algumas tentativas em conjunto referentes à melhoria do nível e do atendimento das bibliotecas universitárias, a realidade comprova a necessidade de um planejamento bibliotecário de ordem nacional visando integrá-las em um sistema nacional de informação sob uma coordenação central.

Assim ativar-se-ia uma política de integração de atividades e de cooperação entre a rede de bibliotecas, o que facilitaria o intercâmbio de informações e ampliaria as possibilidades de atendimento de cada uma em particular pela soma dos recursos disponíveis e utilização racional do acervo das demais, sempre que possível.

A possibilidade de constituir-se uma base de dados a ser utilizada por todas as bibliotecas universitárias através de terminais localizados nas Bibliotecas Centrais ou órgãos correspondentes, nos parece um ponto a ser considerado para posterior estudo da atividade de implantação.

Os sistemas de informação seriam fortalecidos com excelente suporte bibliográfico representado pelo acervo enciclopédico da rede das bibliotecas universitárias que também seriam favorecidas com o conhecimento, acesso e utilização dos demais acervos.

Supõe-se, nesse esquema, a atuação dinâmica do Catálogo Coletivo funcionando como ponto de apoio comum e efetivo à pesquisa, e elemento de auxílio à solução das dificuldades de informação.

Representando a realidade das coleções bibliográficas do País, o Catálogo Coletivo funciona como instrumento ideal para a elaboração de um esquema de aquisição planejada, revelando o estado das coleções e sua distribuição, permitindo-nos a localização e utilização da literatura disponível nas bibliotecas do território nacional, isto é, a ampliação do acervo.

Mas para que o catálogo Coletivo preste um real serviço • comunidade a que se destina tornam-se imprescindíveis duas medidas:

- 1 contar com a colaboração sistemática das bibliotecas cooperantes;
2. fornecer listagens atualizadas e a curto prazo aos interessados.

Certos da necessidade de um planejamento global que conte com o apoio e participação de toda a comunidade envolvida no processo de desenvolvimento nacional, nossa intenção foi reunir neste Seminário a alta administração das universidades autoridades, usuários de bibliotecas e profissionais da informação especializada para efetivação de um diálogo de âmbito nacional do qual esperamos que surjam sugestões e recomendações que nos conduzam às soluções adequadas, inclusive o estudo da possibilidade de integração das bibliotecas universitárias aos sistemas nacionais da informação, como parte integrantes dos programas educacionais dentro dos planos nacionais de desenvolvimento.

4 O Núcleo de Documentação e a Rede de Bibliotecas da UFF

O Núcleo de Documentação (NDC), órgão suplementar da UFF, diretamente subordinado ao Reitor, foi criado de acordo com o art 17 do Estatuto da Universidade Federal Fluminense, complementado nela Resolução 42/69 que aprovou sua estrutura, funcionamento e atribuições, tendo o seu Regimento anovado pela Resolução 137/75.

A NS 140/77 complementou esse Regimento, fixando as competências das unidades administrativas que integram o NDC, definindo as atribuições de seus responsáveis, inclusive do Assistente do Diretor.

Sua finalidade é promover, supervisionar e desenvolver atividades de Biblioteconomia e Documentação no âmbito de ação da UFF, tendo sob sua coordenação técnica e administrativa a rede de bibliotecas da Universidade Federal Fluminense .

Suas atividades desenvolvem-se no sentido de firmar-se como apoio básico às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para isso o NDC empenha-se atualmente **nos** seguinte» objetivos:

fortalecimento do acervo; aperfeiçoamento e atualização do pessoal; atendimento ao usuário.

4.1 Fortalecimento do Acervo.

Nos dois últimos anos a UFF aplicou, aproximadamente Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) na aquisição de material bibliográfico para atender as indicações provenientes de professores e especialistas de suas uni. dades.

4.2 Aperfeiçoamento e atualização de pessoal.

Embora não tenhamos promovido nenhum curso **no** NDC no período dos dois últimos anos, estimulamos ao máximo a frequência aos cursos programados na Região e enviamos alguns profissionais a outras cidades para participarem de cursos realizados.

Com a programação de pelo menos um curso anual de atualização, pretendemos dar continuidade a esse tipo de atividade agora iniciado.

Mas a atenção do NDC voltada também para o profissional em formação pretende planejar em colaboração com o Departamento de Documentação uma Biblioteca laboratório para atender aos alunos de Biblioteconomia, e proporcionar treinamento ao pessoal recém-formado, a fim de assegurar-lhe condições ao exercício profissional.

A falta de espaço físico não nos permitiu até o momento a realização desse plano. Nesse sentido já incluimos desde 1976, no Plano Diretor do Campus, uma Biblioteca Central Rereferencial (Laboratório) a ser instalada junto ao NDC no Campo de São Domingos.

4.3 Atendimento ao usuário.

Esse é um ponto de fundamental importância entre os objetivos do NDC.

Estamos estruturando um esquema de treinamento sistemático de usuários através das quinze bibliotecas. Nesse sentido temos realizado reuniões com as chefes dessas bibliotecas a fim de tornar em rotina de prestação de serviço o que era exercido, apenas, por iniciativa isolada de algumas bibliotecas: Economia e Administração, Biomédica, Farmácia, Veterinária, etc.

4. 4 instalações.

Estamos desenvolvendo esforços procurando melhorar as nossas instalações tornando-as aptas à prestação de melhores serviços e à abertura do livre acesso.

Neste sentido reinstalamos a Biblioteca de Medicina, a de Ciências Humanas e Filosofia, a de Letras, a de Serviço Social e o próprio Núcleo de Documentação e, em agosto próximo, estaremos cuidando da Biblioteca de Educação.

Através dos setores que compõem a estrutura do NDC, o Núcleo de Documentação amplia as possibilidades de atendimento das bibliotecas, pondo, praticamente à disposição das mesmas os acervos de outras instituições de interesse para a UFF.

Para isso dispõe de um Catálogo Coletivo Regional intensificando a cada dia o empréstimo inter-bibliotecário e a circulação de informações através do fornecimento de cópias de artigos e de documentos a toda a Região.

Em 1977 atendeu a 95% de solicitações num total de 17.365 cópias.

Através do seu Laboratório Reprográfico foram produzidos 403.784 fotogramas em 16mm e 23.473 em 35mm, perfazendo um total de 427.257 fotogramas.

4.5 Publicações

Além do NDC-Boletim Informativo o Núcleo de Documentação elabora o Boletim de Referência Legislativa e o Catálogo de Teses e Dissertações da UFF.

A Direção do Núcleo de Documentação e as bibliotecas da UFF vivamente empenhadas na melhoria do sistema de bibliotecas universitárias acreditam que o estímulo à cooperação e ao maior entrosamento entre essas bibliotecas poderá contribuir para a formação de um efetivo sistema de informação da Universidade servindo de real apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Isoladamente temos trabalhado no sentido de superar os problemas que nos afetam e procurar soluções adequadas à atual situação da UFF.

Mas os problemas são comuns, amplos e genéricos, exigindo um atendimento mais efetivo entre profissionais, usuários e administradores no sentido de analisarem, em conjunto o panorama atual das bibliotecas universitárias, suas possibilidades, deficiências, atuação, etc. buscando uma solução real para os obstáculos que se opõem à efetivação de um Sistema de Bibliotecas Universitárias para integrá-las aos sistemas nacionais de informação de acordo com programas educacionais e os planos nacionais de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ADKINSON, Burton W & DUBESTER J. The new Challenge for University and technical libraries. Copenhagen, IFLA, 1969. 13 f. (Trabalho apresentado a International Association of Technological University Libraries Section of the International Federation of Library Associations, Copenhagen, August, 1969).
- 2 BOLTON, Earl C. Response of University Library management to Changing modes of University governance and control. *College & Research Libraries*, 33 (4): 305-311, 1972.
- 3 CUNHA, Maria Luiza Monteiro da. Bibliotecas universitárias e alguns de seus problemas. Recife, 1954. 18 f.
- 4 ----- . Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação. São Paulo, USP, 1977. 28 p.
- 5 ----- . Seminário sobre o desenvolvimento das bibliotecas universitárias (Trabalho apresentado ao 1º CBBD, Fortaleza, 1963).

- 6 FERREIRA, Gilda Pires. A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica. Recife, Ed. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 39 p.
- 7 GELFAND, N.A. Las bibliotecas universitarias de los paises en desarrollo. Paris UNESCO, 1968. 177 p.
- o GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS. Relatório da reunião realizada em Belo Horizonte, nos dias 23-25 de julho de 1972. Rio de Janeiro, UFF, Núcleo de Documentação, 1972. 14 f. Num.
- 9 HUMPHREYS, K.W. Developments récents dans les bibliothèques universitaires en Grand-Bretagne. Bulletin des Bibliothèques de France, 14 (11): 455:464, 1969. ----- . Libraries in New Universities. International Library Review, 2 (3): 307-328, 1970.
- 10 INTER-AMERICAN SEMINAR ON UNIVERSITY LIBRARIES. Relations ship between libraries and the universities and between libraries and community. New York, Institute of International Education, 1961. 8 p. (Informe).
- 11 JACKSON, W. Vernon. Um plano nacional para o desenvolvimento de bibliotecas e centros de documentação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2(1): 23-42, mar. 1973.
- 12 LITTON, Gaston. La biblioteca universitária. Buenos Aires, 1974. 213 p.
- 13 PIROG, Wojciech. Adistramiento de los estudiantes en escudas académicas. Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, 1970.
- 14 ROJASI, Octavio G. La biblioteca universitária en el sistema nacional de informacion, SNI. Cali, Universidad dei Valle, 1974. 17 f.
- 15 ROTHSTEIN, Samuel. From reaction to interaction: the development of North-American University library. Canadian Library Journal, 29 (2): 111-115, 1972.

- 16 SEMINÁRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA AMÉRICA LATINA, P, Mendonza, 1962. Informe, Mendonça UNESCO, 1962.
- 17 WILSON, Luis Rounel & TAUBER, Maurice P. La biblioteca universitária; su organización. administración y funciones. Trad. de la 2. ed. por Jorge Aquayo Washington, D.C., Union Panamericana, 1963 389 p. (União Panamericana. Manuales del bibliotecário, n° 4).
- 18 SÃO PAULO, Governo. Resolução n° 678, de 20 de novembro de 1965: recomenda às repartições públicas estaduais que contribuíssem regularmente para atualização dos catálogos coletivos da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, Palácio do Governo, 1956

DEBATES

LÉA DE AQUINO (IBICT): A respeito das medidas tomadas recentemente pelo IBICT para agilizar o sistema de Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos a nível de atualização de dados quero lembrar que o IBICT tem dado apoio financeiro aos Centros Regionais para contratar pessoal para essa finalidade.

ALICE BARROS MAIA: Gostaria de informar que nós aqui da UFF fomos agraciados com esse convênio, com duração de 6 meses, e tivemos a contratação de 6 auxiliares para registrar nesse espaço de tempo o maior número possível de informações no Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos.

KÁTIA MARIA LEMOS (Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da UNICAMP): O Núcleo de Documentação funciona como entidade centralizadora das bibliotecas da UFF? Qual o seu relacionamento administrativo com as bibliotecas?

ALICE BARROS MAIA: As bibliotecas da UFF são administrativamente subordinadas ao Núcleo de Documentação. O Núcleo de Documentação centraliza as atividades técnicas, deixando às bibliotecas a prestação de serviços aos usuários. Essa parte é descentralizada.

SISTEMA CENTRALIZADO DE BIBLIOTECA: UMA EXPERIÊNCIA

MARIA REGINA AZEVEDO URIARTE
(Bibliotecária-Chefe da Biblioteca Central do
Centro de Ciências da Saúde da UFRJ)

VERA LÚCIA DA COSTA MOUREN
(Substituta eventual da Bibliotecária-Chefe
da Biblioteca Central do Centro de Ciências
da Saúde da UFRJ)

1 Introdução

O Sistema Centralizado de Bibliotecas na área da Saúde da UFRJ compreende três fases distintas: Planejamento, implantação e Efetivação.

A **fase de Planejamento** abrange desde sua criação até o início de seu funcionamento como Central.

A **fase de Implantação** vai da assinatura dos 1ºs convênios até a incorporação de todas as Unidades.

A **fase de Efetivação** só será concretizada **quando estiver** concluída a transferência ou vinculação, de todas as Bibliotecas do CCS com relação a Central e o Sistema conseguir atingir todos os seus objetivos.

Estamos, no momento, na fase de Implantação. Das vinte e oito coleções pertencentes às diversas **Unidades** e órgãos Suplementares do CCS, treze **já** estão incorporadas, oito estão em processo de incorporação e sete **aguardam** definição administrativa.

Já se encontra em funcionamento nossa 1ª Biblioteca Setorial, a do Hospital Universitário.

2 Planejamento (1ª Fase)

2.1 Criação da Biblioteca Central

A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, localizada no Bloco L do Prédio dos Institutos Biomédicos da **Cidade Universitária**

ria, foi criada como órgão de Administração Central pelo regimento do Centro de Ciências da Saúde, aprovado em sessão do Conselho Universitário em 14 de outubro de 1971 publicado no Boletim da UFRJ, suplemento ao nº 1 de 6 de janeiro de 1972.

O acervo da Biblioteca Central originou-se da fusão das coleções provenientes da transferência de diversas Unidades do CCS para o Campus Universitário, tais como: Faculdade de Medicina, Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Nutrição, Escola de Enfermagem Ana Néri, Instituto de Biofísica, Instituto de Microbiologia, Escola de Educação Física e Desportos, Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia.

Para o estudo da implantação do Sistema Centralizado da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde e aglutinação das diversas coleções, foi nomeado um Grupo de Trabalho composto de cinco professores e oito bibliotecários e presidido pelo então Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. José de Paula Lopes Pontes, que apresentou um relatório detalhado, equacionando todos os problemas da unificação.

O Grupo contou com a colaboração de dois Consultores da Organização Panamericana da Saúde, Profs. Harold Bloomquist (Diretor da Francis A. Country of Medicine, Harvard University) e Loan Titley (Diretora da Kornhanser Health Sciences Library, University of Louisville). Estiveram, também, reunidos com o Grupo de Trabalho o Prof. Amador Neghme, na época Diretor da Biblioteca Regional de Medicina, e Mr. Gennis M. Serriane, Consultor da Organização Panamericana da Saúde e Bibliotecário de Referência da Cornell Medical College Library, New York.

2.2 Transferência das 1^{as} coleções

A transferência das Ps coleções foi feita com base nas recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho:

2.2.1 Livros

- a) seria adotado um sistema unificado de classificação, sendo sugerido o da "Library of Congress/National Library of Medicine", e como cabeçalho de assunto o "Medical Subject Headings";

- b) só seria reclassificada a coleção nova, recentemente adquirida, mantendo-se fichários e coleções nos sistemas até então adotados;
- c) da pesquisa efetuada verificou-se que apenas duas Bibliotecas adotavam classificação diferentes, as demais utilizavam a Decimal de Dewey. Apesar de todos os esforços, não tendo sido possível adquirir as novas Tabelas de N.L.M. e L.C., conservou-se até hoje o sistema de Dewey na Biblioteca Central.

2.2.2 Periódicos

- a) arrumação da coleção em ordem alfabética, segundo a mesma ordem dos fichários;
- b) revisão da coleção e arquivos, verificando-se os títulos interrompidos, inserindo as remissivas necessárias, fazendo cumprir uma rigorosa ordem alfabética.

2.2.3 Descartes

Duplicatas de livros superados, separatas de periódicos existentes nas Bibliotecas, bem como qualquer material dispensável ou em desuso (catálogos comerciais, folhetos de propaganda, etc.) deveriam ser descartados antes da transferência da coleção.

2.2.4 Mudança da Coleção

- a) cada Biblioteca a ser transferida deveria providenciar antes da mudança, a desinfecção de suas coleções;
- b) as coleções deveriam ser colocadas em caixas de papelão resistente, medindo 60cm x 40cm com 24cm de altura, numeradas seqüencialmente, 1, 2, 3..., etiquetas de maneira a ser identificado o seu conteúdo e colocadas na transportadora na ordem inversa, visando conservar a numeração crescente quando depositadas ao lado das estantes em local já determinado.

2.2 Organização Administrativa

A Biblioteca Central no início de suas atividades constituída de um Conselho consultivo e uma Coordenador

O Conselho Consultivo, escolhido pelo Decano, era composto por docentes representantes de cada Unidade do CCS cujo acervo bibliográfico já tivesse sido incorporado à Central. A Biblioteca se fazia representar por um membro corpo docente que mantinha contato com a Coordenadora.

Cabia a esta, estimular, promover, distribuir, e assessorar os serviços das seções e as atividades da Biblioteca que estava dividida em 5 Seções: Referência; Circulação; Processos Técnicos (Livros, Teses); Periódicos (interno e externo) e Reprografia.

3 Implantação (2ª Fase)

Nesta fase, em que nos encontramos atualmente, há alguns pontos que desejamos ressaltar:

3.1 Alteração do Regimento do CCS

Alteração do Regimento no que se refere à Biblioteca Central, definiu a Direção, composta por um Conselho Deliberativo e um Bibliotecário-Chefe (Diretor Executivo), as Chefias das Seções e a situação das Bibliotecas Setoriais.

Pudemos, então, começar os estudos e o planejamento da Biblioteca Setorial do Hospital Universitário, que começou a funcionar em 13 de março do corrente ano, 1 mês após a inauguração do referido Hospital.

3.2 Advento dos Convênios

Para que o Sistema Centralizado pudesse ser implantado e atendesse aos objetivos propostos, houve necessidade de serem assinados Convênios com finalidades diversas.

3.2.1 FINEP

- a) ampliar a área física que, inicialmente, planejada para abrigar o acervo da Faculdade de Medicina. com 5.200 m², teve de ser aumentada com a cria-

ção da Biblioteca Central, sendo construído um depósito de livros no sub-solo, com 800 m², para a guarda das coleções antigas;

1,1 reforçar a coleção de periódicos, com a aquisição de 120 títulos novos, e a de livros, com a aquisição de 223 obras em 711 volumes;

e aumentar os recursos humanos, tornando o número de funcionários suficiente para a ampliação do horário e dos serviços;

d) facilitar ao pessoal bibliotecário, a participação em cursos e congressos.

2.2 CAPES

a) completar as falhas ocorridas na coleção de periódicos (321 títulos interrompidos entre os anos de 1971/74 e 189 referentes a 1961/1962);

b) fornecer bolsas, cursos e estágios.

3.2.3 BIREME

a) estabelecer um Subcentro de Informações para a área da Saúde no Município do Rio de Janeiro;

b) promover a especialização de Bibliotecários da Biblioteca Central na área da Saúde, com a participação nos cursos da BIREME, para que, num futuro próximo, esta equipe bem treinada possa ministrar Cursos aos Bibliotecários e auxiliares de bibliotecas das demais Instituições do Município do Rio de Janeiro.

3.2.4 Sistema MEDLINE

Estabelecer um serviço de levantamentos bibliográficos "on line", através de um terminal tele impressor, conectado com o Computador do Instituto de Energia Atômica de São Paulo, por meio de canais telefônicos de linhas privadas (LP) com a Embratel.

3.3 Reorganização Administrativa

A partir da alteração do Regimento do CCS, do funcionamento da Biblioteca como Central e do advento dos Con-

vênios, fez-se necessária uma reformulação da Estrutura Administrativa existente. Algumas Seções foram criadas, outras divididas em Setores, surgindo, assim, um novo organograma para a Biblioteca Central.

Para apoiar a aplicação dos recursos provenientes dos Convênios, foi organizada uma Supervisão Administrativo-Financeira, composta de três Setores: Pessoal, Contabilidade e Serviços Auxiliares.

Foi indispensável, também, o estabelecimento da Seção de Aquisição, centralizando os pedidos de compra, doação e permuta.

Foi criada uma Assessoria de Coordenação Regional que, além de auxiliar interna e externamente a direção, coordena as atividades do Subcentro da Biblioteca Regional de Medicina.

Após esta Reorganização Administrativa, foram estabelecidas as chefias das Seções e elaborados os Manuais de Serviço.

4. Efetivação (3ª Fase)

Essa fase, a próxima a ser realizada, deverá ser iniciada em breve, tão logo a metodologia esteja definida. Constará de:

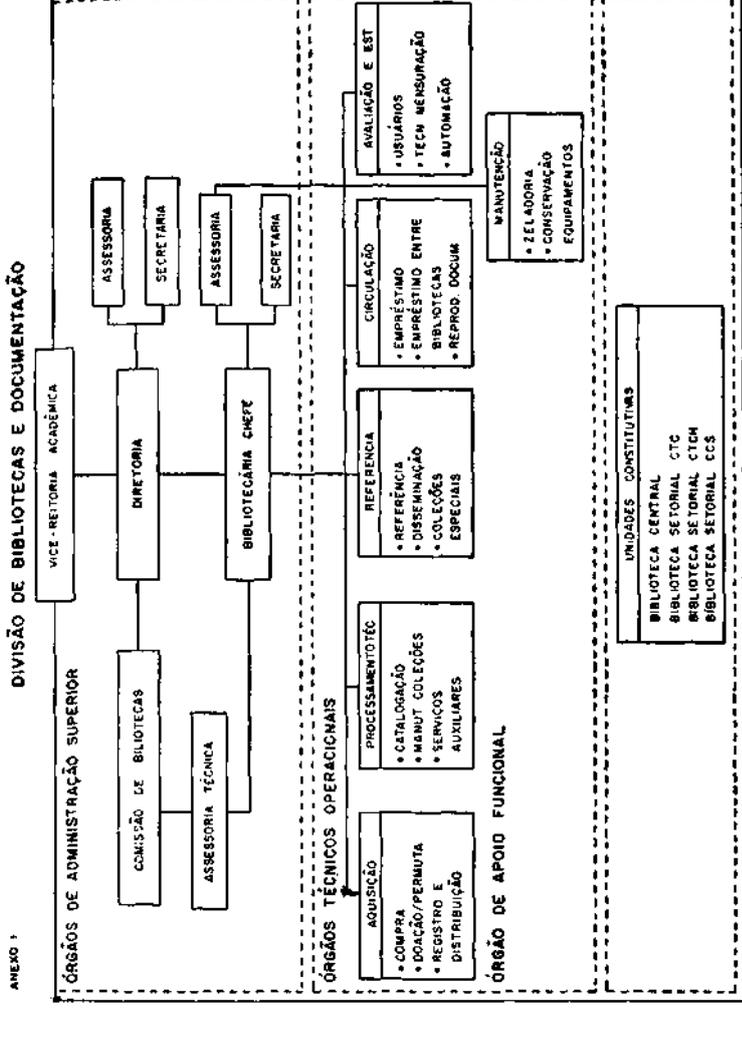
4.1 Análise da situação atual

Deverão ser analisadas as rotinas de trabalho das Seções da Biblioteca Central, da Biblioteca Setorial do HU e das demais Bibliotecas do CCS.

4.2 Avaliação e reformulação

A partir dessa análise, detectados os pontos de estrangulamento, poderemos:

- a) encontrar soluções adequadas para os problemas atuais da Biblioteca Central e da Biblioteca Setorial do HU;
- b) estabelecer a política de incorporação das outras Bibliotecas;



- c) traçar diretrizes e coordenar as Bibliotecas coleções não forem incorporadas fisicamente, transformando-as em Setoriais com subordinação técnica e administrativa à Biblioteca Central.

5. Conclusão

Seria prematuro tentar apresentar conclusões do SIS tema Centralizado, já que não alcançamos ainda a etapa final de nossa experiência.

As primeiras dificuldades foram de todo sanadas, resta do apenas alguns pontos que não dependem tão somente do trabalho técnico de aglutinação.

Outros fatores são levados em questão, principalmente aquele que vincula a transferência de uma coleção a escolha de uma área física adequada, para a mudança da Unidade

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ARBULO URIARTE, Maria Regina Azevedo. Efetivação do Sistema Centralizado de Bibliotecas da área da Saúde da UFRJ. Projeto 296/CT — FNDCT. Rio de Janeiro 1978. 50 p.
- 2 BLOOMQUIST, Harold & TITLEY, Joan. Report on the amalgamation of seven biomedical libraries into a Library of the Health Sciences. Rio de Janeiro, 1973
- 3 RELATÓRIO do grupo de trabalho para estudo de implantação do Sistema Centralizado da Biblioteca do Centro de Ciências Médicas da UFRJ. Rio de Janeiro, 1973.
- 4 SERRIANNE, Denis M. Report on the amalgamation of six biomedical libraries into a Library of the Health Sciences. Rio de Janeiro, 1973. 45 p.

PAINEL SOBRE TREINAMENTO DE USUÁRIOS

Componentes da mesa

COORDENADORA: MÁRCIA JAPOR DE OLIVEIRA GARCIA
(Diretora da Divisão de Serviços Informativos
do Núcleo de Documentação e Professora do
Departamento de Documentação da UFF)

Conferencista EMIR JOSÉ SUAIDEN (Diretor do Pro-
grama Nacional de Bibliotecas do INL)

Expositores LELIA GALVAO CALDAS DA CUNHA
(Chefe do Departamento de Documentação da
UFF)

DYRCE BARRETO TAVEIRA (Professora
Assistente de Bibliografia e Coordenadora das
Atividades de Extensão do Departamento de
Documentação da UFF) JOSÉ CARLOS
ABREU TEIXEIRA (Professor Assistente e
Coordenador do Curso de Biblioteconomia o
Documentarção do Departamento de
Documentação da UFF)

MARIA ANGELA LAGRANGE MOUTI-
NHO DOS REIS (Bibliotecária da Biblioteca
Central do Centro de Ciências da Saúde da
UFRJ)

LYGIA DE MEDEIROS ALBEIRICE (Re-
presentante Oficial da COMLURB)

Secretária VERA MARIA CORRÊA (Chefe da Biblio-
teca Central do Valonguinho da UFF)

O LIVRO, A BIBLIOTECA E O INL

EMIR JOSÉ SUAIDEN

(Diretor do Programa Nacional de
Bibliotecas do INL)

Podemos considerar que na década de 70, um fato bastante auspicioso para o desenvolvimento da indústria editorial brasileira foi a implantação do sistema de co-edição. A partir dessa data o INL passou a publicar livros através do sistema de co-edição. Como se sabe, o sistema de co-edição gera benefícios múltiplos e interrelacionados no quadro global do livro, a saber: beneficia o editor, mediante a participação do INL nos riscos do investimento editorial; beneficia o autor, porque lhe assegura, mediante cláusula contratual, o pagamento pela editora dos direitos autorais correspondentes à parte do INL no total da tiragem, antes do lançamento do livro; beneficia o leitor, mediante a elevação da tiragem, oriunda da participação do INL na co-edição, o custo industrial do livro se reduz e o preço de capa se torna, conseqüentemente mais econômico. É preciso que se diga, ainda, que o INL mediante o regime de co-edição, visa prover um benefício muito maior quer no seu significado cultural, quer nas suas repercussões sociais, ou no seu superior interesse nacional, benefício que de resto a principal finalidade é prover sua rede de bibliotecas em todo território nacional.

A Editora da USP, a Editora da Universidade de Brasília e algumas outras, também, se utilizam do sistema de co-edição, além da Fundação Nacional do Material Escolar através dos programas de livros didáticos. Esses programas são: PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental), que no ano passado distribuiu cerca de 20 milhões de livros para os alunos carentes; PLIDEM (Programa do Livro Didático para o Ensino Médio) e, PLIDES (Programa do Livro Didático para o Ensino Superior).

Dentre as medidas destinadas a incentivar os escritores estão os prêmios literários, como: o "Prêmio Jabuti", que é dado pela Câmara Brasileira do Livro, o "Prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal", o da "FUNARTE" e os prêmios das Secretarias da Bahia, Paraná, entre outras. Entre os prêmios distribuídos pelo INL, estão os prêmios literários nacionais, prêmios de literatura infantil, prêmios de pesquisa estudantil e, a partir desse ano, foi instituído o prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação. Esse último é um prêmio que tem um sentido maior para nós bibliotecários. Esse prêmio foi por nós sugerido ao INL, justificando a carência bibliográfica na área de Biblioteconomia. Na época da justificativa, tínhamos a impressão de que o bibliotecário brasileiro não escrevia, não produzia por falta de oportunidade e, o INL estava co-editando livros de Biblioteconomia, mas sempre de autores estrangeiros. Isto estava ocorrendo, também, em áreas correlatas. Fica muito difícil para o INL, editar apenas obras de autores estrangeiros. o que se pretende fazer é incentivar os autores nacionais .

O valor do "Prêmio MEC de Biblioteconomia" foi estipulado, para esse ano, em Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) e o bibliotecário premiado, além de receber o prêmio, tem assegurado uma co-edição com o INL de uma tiragem mínima de 5.000 exemplares, isto é, o autor premiado recebe os direitos autorais dos 5.000 exemplares da sua obra. Nós fizemos um folheto sobre esse prêmio e, divulgamos a todos os órgãos de classe, às associações, aos conselhos, enviamos, também, aos Cursos de Biblioteconomia. O número de trabalhos recebidos foi muito pequeno, recebemos cerca de 9 trabalhos. Achamos que isto ocorreu por ser esse o primeiro ano do prêmio, acreditamos que a partir do próximo ano se eleve substancialmente o número de concorrentes.

Na área de Biblioteconomia, estamos encontrando uma certa dificuldade em editar títulos. O INL está implantando um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dentro desse projeto, recebemos recursos para publicar cerca de 5 títulos anuais dentro da área de Biblioteconomia, para que isso se concretize temos mantido diversos contatos com bibliotecários e, até agora, temos acertado praticamente 2 ou 3 títulos apenas. Esse é um número muito pequeno de títulos em Biblioteconomia, considerando que já estamos no segundo semestre de 1978.

Tem-se discutido muito a respeito do percentual do autor brasileiro, o que originou um projeto de lei do Deputado Jóia Júnior, propondo um percentual obrigatório da ordem de 7/3, isto é, para cada 7 títulos estrangeiros os editores brasileiros deveriam publicar 3 títulos nacionais. Pomois contrário ao projeto, pois o INL no seu programa de co-edição estabelece para o autor brasileiro um percentual de 70% e, os 30% restantes, observados em regime de flexibilidade se destinam ao atendimento de obras de autores estrangeiros sobre o Brasil e, à traduções de livros de comprovado interesse para a bibliografia brasileira, sobretudo na área de Biblioteconomia. As informações do SNEL e da Câmara Brasileira do Livro, comprovaram a predominância editorial de títulos brasileiros, excluía-se, apenas, as editoras que operavam nas áreas de coleções clássicas encadernadas. eie obras técnicas e científicas e, finalmente ,nas dos suce-sos do momento, os chamados "best-sellers", geralmente, in centivados pela propaganda massificada no cinema. O pe centual de autores brasileiros editados é bem maior. O que faz supor o contrário, é que o autor estrangeiro predomina em tiragens, tiragens maiores levam a maior distribuição, em função da qual o livro estrangeiro é mais visto e encontrado nas livrarias, do que o livro brasileiro, geralmente, editado em pequenas tiragens.

Quanto às editoras brasileiras, é necessário fazer uma distinção entre as que atuam no ramo do livro didático e livro-texto e, as que atuam com obras literárias e culturais. Enquanto no primeiro caso as tiragens são maiores e a comercialização certa, no segundo caso, o livro cultural é considerado, ainda, como um grande risco editorial. Segundo caso, o livro cultural é considerado, ainda, como um grande risco editorial. Segundo Olímpio de Souza Andrade ,autor de "O livro brasileiro", a indústria do livro apresenta-se animada, na medida em que disponha dos seguintes componentes de energia: 1º — a existência ou não de importante massa da população letrada, economicamente forte e politicamente influente e, 2º

— a variedade ou uniformidade do gosto do comportamento dessa população, qualquer que seja sua importância numérica. A evolução de ambas as coisas depende a seu turno de muitos fatores, tais como: evolução intelectual e cultural, tipo de regime político, estrutura social, mas existe uma fórmula que nos dá uma idéia, ainda que insuficiente, pelo menos, aproximada, da referi-

da variedade ou uniformidade de gosto: consiste em dividir a produção por títulos, pelo número de habitantes de um país. Se o coeficiente é baixo, significa que grande número de pessoas se satisfaz com um número pequeno de títulos o que revela, por outro lado, tendência para uniformidade. se é elevado, deixa supor que essa tendência é para a variação, sendo muito vasta a faixa de exigências do consumidor . Não são fortes no Brasil esses componentes de energia. A massa da população à altura de consumir livros não. é numerosamente importante, do ponto de vista da produção em larga escala, não sendo, ainda, bem conhecida o seu comportamento como população ledora, agora em futuro próximo. Por outro lado, além de se defrontar com o mercado consumidor descontínuo, em virtude da precariedade dos transportes num vasto território, a indústria brasileira conta com outros problemas, a saber: o da distribuição e comercialização do livro; o do levantamento, sem falhas, de seu próprio parque industrial; o das dificuldades para exportação. que apesar de diminuta, muitos editores acham que merece atenção e, o da impressão de livros, em língua portuguesa fora do Brasil, bem como das traduções feitas em Portugal e vendidas aqui. A falta de boas livrarias nos municípios, além de impossibilitar a motivação espontânea da população para o hábito de ler, dificulta sobremaneira a atuação dos responsáveis pelas bibliotecas locais, através das poucas opções oferecidas para aquisição do acervo e do preço monopolítico, normalmente, cobrado. **O Brasil possui** cerca de 400 boas livrarias, 90% das quais localizadas **no eixo Rio-São Paulo**, além das livrarias, a produção editorial e a distribuição de livros concentram-se. obviamente, também em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O SNEL realizou em 1973, uma pesquisa sobre produção editorial, da qual resultou o registro da produção de 166 milhões de exemplares, englobando um total de 7.080 títulos. A produção em exemplares, em termos regionais, foi a seguinte: São Paulo — 57,5%; Rio de Janeiro — 40,4% e demais Estados — 2,1%. Levando-se em conta a população do Brasil, que, em 1973 era estimada em 104 milhões de habitantes pelo IBGE, os 7.080 títulos publicados representavam uma média de 0,6% por mil habitantes, o que comparado com outros países, representa um nível de leitura dos mais baixos.

E o brasileiro, lê ou não lê? A falta de hábito de leitura da população atinge alto índice. A alguns anos atrás, o SNEL e a Câmara Brasileira do Livro, encomendaram uma pesquisa sobre a função social do livro na atual realidade brasileira. Verificou-se em 6 grandes cidades brasileiras, que o aluno de 2º grau é centrado na vida doméstica, onde à noite vê televisão. O uso regular do livro se apresenta com uma percentagem de 39,3% dos informantes, indicando, assim um alimento da leitura de livros numa população a um passo da vida universitária. Num grupo de universitários de São Paulo, comprovou-se que, apenas, 66% declararam ter lido no dia anterior ao questionamento e, por leitura, se entende a de jornais e revistas. A extensão do tempo reservado à leitura, consoante às indicações produzidas, revelou-se baixa em relação ao que se podia esperar, tanto mais que outras pesquisas, consignaram em média de 2 a 3 horas diárias, dedicadas à televisão.

Richard Bamberg que é autor do livro "Como incentivar o hábito de leitura", editado pelo INL, ao analisar as razões porque em certos países se lê muito mais do que em outros ou seja, países em que os leitores representam uma proporção maior da população, pôs em relevo os seguintes fatores: 1º — a posição do livro na escala de valores do país, isso se expressa através dos gastos financeiros proporcionais à promoção do livro; 2º — a tradição cultural do país; 3º — as oportunidades de leitura e, 4º — o papel representado pelos livros na escola e no sistema educacional.

No Brasil, o INL está fazendo um grande esforço com a finalidade de multiplicar as oportunidades de leitura, através da implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, ora em execução nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Pará.

O INL tem firmado convênios com as Universidades Federais que possuem Cursos de Biblioteconomia, para estágios desses alunos em bibliotecas públicas.

Outro tipo de convênio é para utilização do carro-biblioteca do INL, objetivando o atendimento às populações suburbanas e rurais e treinamento dos alunos de Biblioteconomia.

Um dos maiores problemas que o INL está encontrando para implantar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, é na parte de recursos humanos, pois não há, ainda, um modelo brasileiro de redes de bibliotecas públicas. A Universidade Federal da Paraíba, colaborando com esse esforço, irá ministrar, a partir do 2º semestre desse ano, um curso a nível de mestrado, intitulado: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas".

Firmamos, também, com a Universidade Federal da Paraíba um convênio no sentido do INL financiar toda parte de pesquisa em bibliotecas públicas.

Apesar de todos os obstáculos encontrados, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas está se implantando e crescendo, o que para nós é motivo de grande satisfação, pois acreditamos que esse seja o melhor caminho para a popularização da educação e cultura no nosso país.

DEBATES

REGINA NOVAES (Universidade Santa Úrsula): Qual o critério utilizado pelo INL para escolha dos autores de livros a serem co-editados?

EMIR JOSÉ SUAIDEN. O INL, a partir de 1976, passou a editar e co-editar obras relacionadas com a cultura brasileira. Há um período em que nós denominamos, período de inscrição, em que os autores ou editores fazem a inscrição de suas obras no INL. O INL tem um corpo de peritos para avaliar as obras e eles emitem um parecer, dizendo se a obra é importante, se ela deve ou não ser editada ou co-editeda, pelo INL. Nossas áreas de edição são: literatura juvenil, literatura infantil, romances, contos, novelas, estudos brasileiros e cultura brasileira. Dentro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas nós recebemos recursos para editar e co-editar obras de Biblioteconomia.

METODOLOGIA DA PESQUISA DOCUMENTARIA

LELIA GALVÃO CALDAS DA CUNHA
(Professora Titular e Chefe do Departamento
de Documentação da UFF)

DYRCE BARRETO TAVEIRA (Professora
Assistente de Bibliografia e Coordenadora das
Atividades de Extensão do Departamento de
Documentação da UFF)

JOSÉ CARLOS ABREU TEIXEIRA (Professor
Assistente e Coordenador do Curso de
Biblioteconomia e Documentação do De-
partamento de Documentação da UFF)

RESUMO

Os usuários da informação fazem parte integrante do processo de transferência de conhecimento e são, em grande parte, os principais produtores dessa mesma informação. A nível de graduação, o futuro gerador de documentos, quando colocado na posição de usuário de sua biblioteca universitária, enfrenta dificuldades diversas para usufruir, adequadamente, do cabedal de informações contido no acervo a sua disposição, principalmente tendo em vista a variedade e a complexidade da literatura especializada. Em outras palavras, a interconexão usuário/biblioteca não se completa, na prática, e tal situação requer que o estudante de nível superior seja instruído a respeito da maneira de alcançar facilmente as informações de que necessita, para bem desenvolver seus estudos e trabalhos. E essa afirmativa também é indiscutivelmente válida — salvo algumas honrosas exceções já conhecidas no País — com relação aos pós-graduados. Assim, o interesse em abrir caminho para a efetivação desse tipo de treinamento foi o que levou o Departamento de Documentação do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense a planejar e propor, como atividade permanente, um curso de Metodologia da Pesquisa Documentária, de embasamento teórico comum a qual-

quer área da Universidade, mas com prática diversificada. Isto é, ajustada a cada uma das unidades universitárias, conforme o campo de assunto por elas abrangido. Como lastro de experiência nessas atividades docentes, pode ser mencionada, na UFF, a disciplina ministrada pelo Departamento, como obrigatória, no Curso de Pós-Graduação em Odontologia Social e, anteriormente, no Curso de Pós-Graduação em Cirurgia Buco-Maxilo-Facial, além de outras. Para êxito da aprendizagem e em qualquer dos casos — graduados ou pós-graduados — é indispensável a assistência bibliográfica direta do Núcleo de Documentação da Universidade, através das suas bibliotecas setoriais, transformando o projeto em uma integração com o Departamento de Documentação e tornando realmente proveitosos, para os alunos em perspectiva, os resultados dessa cooperação.

1 Treinamento de Usuário da Informação

O objetivo final e a própria razão de ser dos processos de organização bibliográfica e documentária resume-se no interesse de servir aos possíveis usuários que, na realidade, são parte integrante da complexa corrente de transferência da informação. Por outro lado, os usuários da informação formam, também, em maioria, seus principais produtores e essa condição deveria assegurar perfeita interação entre eles e o sistema vigente. No entanto, a interconexão usuário-sistema é, na prática, deficiente, embaraçando o fluxo da informação.

Apesar da existência de outros importantes fatores determinantes externos — amplamente identificados, mas que não caberia examinar aqui — parece claro que o futuro da informação científica está significativamente condicionado ao comportamento dos profissionais da informação, entendendo-se como tal as diferentes categorias de técnicos e especialistas nela envolvidos. Também parece evidente que a fronteira entre usuários e manipuladores da informação vem se deslocando continuamente, em consequência da necessária participação de uns em funções anterior e tradicionalmente reservadas aos outros.

1.1 Identificação do problema

Depreende-se do exposto que os usuários deveriam receber uma certa parcela de treinamento nas técnicas de trans-

ferência da informação, o que vem sendo feito em muitos países, mediante a aplicação de adequados programas de ensino, numa tentativa de enfrentar esse desafio. Em alguns desses países — os mais avançados no campo da Ciência da Informação — o processo tende a ser cumulativo: à medida que surgem novas técnicas de tratamento da informação, crescem as oportunidades para o treinamento prático de usuários (1).

Tanto bibliotecas como serviços ou centros de documentação constatarem que seus recursos informativos não são totalmente utilizados e, para isso, levantam algumas justificativas, tais como: incompreensão quanto aos proventos a extrair das informações disponíveis; desconhecimento das fontes de informação existentes e da maneira de explorá-las; e indefinição das necessidades de informação (2). Ora, se o primeiro requisito para a busca da informação é o interesse do usuário em procurá-la, a solução para o problema reside em motivá-lo para isso.

O assunto vem sendo objeto de consideração há mais de um século, segundo se conclui da análise da literatura a respeito, publicada em 1960, mas referindo iniciativas nesse sentido, em todos os tipos de instituições, desde 1976 (3), e tem atraído, inclusive, a atenção até de várias organizações internacionais, como a Federação Internacional de Documentação, que, já em 1959, em Varsóvia, quando de uma de suas reuniões anuais, acabou por levar à discussão, entre dez temas julgados da maior relevância, a formação de usuários da informação (4). E, posteriormente, em diversas ocasiões semelhantes, ou através de grupos de estudo, vem tornando com insistência, a debates e proposições sobre o mesmo assunto.

Mais recentemente — porém na mesma linha de exame de âmbito internacional — um dos documentos resultantes dos trabalhos da Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos (que deram origem aos projetos NATIS) preocupou-se em definir a necessidade de treinar usuários, como parte do estabelecimento de uma política nacional de informação, e lhe atribuindo prioridade. O conhecimento e a cultura não podem se limitar a determinado estágio de uma ciência e, sim, devem estimular uma certa curiosidade intelectual, que induza o indivíduo a verificar a con

com a expansão dos campos de estudo. Portanto, é preciso ensinar o estudante a procurar, em bibliotecas e serviços de informação, a atualização do que aprendeu, e, se não souber fazer isso estará superado tão logo se gradue, ao passo que um ex-estudante que conheça como utilizar fontes e serviços conseguirá se manter atualizado, mesmo que tenha deixado, há algum tempo, os bancos escolares onde absorvia diretamente dos mestres, os ensinamentos recebidos durante a vida acadêmica (5).

Aliás, entre os objetivos do ensino superior figuram os de desenvolver, em todo estudante universitário, o interesse pelo estudo e aperfeiçoá-lo nas técnicas que proporcionem rendimento adequado a esse esforço, justamente para evitar que pessoas já formadas caiam em processo de desatualização, devido a sua incapacidade de trabalho intelectual independente, por não saberem colher dados, nem saberem analisá-los e utilizá-los sem o incentivo, a orientação e o apoio de um professor. A longa escolaridade provocada pela proliferação dos cursos de mestrado e doutorado poderia, até, ser interpretada como recurso do sistema educacional para superar a falha do ensino superior nessa capacitação do aluno para o estudo pessoal e autônomo (6).

1.2 Competência do treinamento

O encargo de estimular o usuário a se valer da informação — ou, em outras palavras, de treiná-lo, teórica e praticamente, na busca da informação — vem sendo atribuído, em vários países, indistintamente a instituições diversas, de caráter educacional ou não. Serviços de documentação, bibliotecas, associações de classe, sociedades culturais e científicas e outras entidades que se sentem envolvidas no processo do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como universidades e outras instituições de ensino, tem tentado transmitir ao usuário, efetivo ou em potencial, determinadas instruções sobre como explorar, de maneira rentável, as coleções de documentos existentes.

Durante os últimos anos, vem tendo especial relevo o papel educativo da biblioteca universitária e alguns autores examinam objetivos e formas de proporcionar ao estudante esse treinamento. Para esse tipo de instituição a relação ensino/aprendizagem é complexa, já que conhecer como usar a biblioteca e os respectivos recursos não constitui uma dis-

ciplina curricular, não correspondendo, portanto, a uma atividade didática formalizada. Assim, isso exige perfeita integração entre o treinamento proposto e os programas de ensino, e requer estreita cooperação entre o pessoal da biblioteca e os estudantes. Muitas vezes esses requisitos não ajustam satisfatoriamente, comprometendo o êxito do empreendimento (7).

Instruções sobre como usar a biblioteca podem ser transmitidas, sob várias formas, ao estudante universitário-orientação relativa a serviços e recursos da mesma, com subsídios em apresentação física dos setores correspondentes; ensinamentos sobre as fontes básicas de referência providência essa dividida entre a biblioteca e o corpo docente da própria unidade universitária a que pertence o estudante; série de palestras em classe, o que solicita, do pessoal lotado no setor de referência, bastante familiaridade com o assunto abordado e permanente entrosamento com o quadro de professores; cursos avulsos, ministrados em classe, em auditório, no recinto da biblioteca, ou através de circuito fechado de televisão; finalmente, instrução individualizada, mediante assistência direta ao universitário ou a um pequeno grupo de estudantes. Cada uma dessas opções tem, para a biblioteca universitária, implicações nem sempre controladas, por diversas razões (8).

Por outro lado quando, há cerca de 2 anos, a FID considerou a necessidade de formar usuários, estabeleceu, entre suas metas, a de, juntamente com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA/FIAB), tomar a iniciativa de promover o ensino da técnica da pesquisa bibliográfica nos currículos de todas as escolas de ensino superior (4).

Sob outro enunciado a mesma idéia, porém enriquecida, veio a constituir, há menos de quatro anos, um dos objetivos incluídos no programa de ação para incentivar a criação de sistemas nacionais de informação: o modo de utilizar bibliotecas deveria fazer parte da instrução proporcionada desde o nível de primeiro grau, para que a procura da informação passe a ser um ato natural da vida cotidiana. e o conteúdo dessa instrução ampliar-se-ia à proporção que novos graus de ensino fossem atingidos; a nível universitário, cursos sobre como usar convenientemente obras especializadas e fontes de informação deveriam constar dos cur-

riculos e se desenvolver com a total cooperação das bibliotecas universitárias (9).

Eis aí o importante: o sistema universitário agindo através de dois de seus pontos focais — a escola e a biblioteca. Essa integração levará o regresso dos cursos de graduação e pós-graduação a adquirir o hábito de, ao longo da vida profissional, continuar procurando e utilizando a informação especializada, para a realização de pesquisas e estudos, explorando as dimensões da educação permanente, já que a noção de uma bagagem cultural ou técnica suficiente para toda uma existência está em vias de desaparecer (10).

2 O Usuário Brasileiro

Por mais rápidos e eficientes que sejam os resultados das estruturas tradicionais, a escola e a universidade já não podem bastar à educação. Nos países em desenvolvimento o esforço educativo terá de ser continuado até muito além da fase de aprendizagem formal, a fim de que haja condições para garantir a distribuição dos conhecimentos e os tipos de formação de que vão necessitar os indivíduos e a sociedade. E essa ação só se efetivará graças a utilização, em larga escala — ultrapassando à barreira das funções tradicionais do ensino — de todos os grandes meios de difusão dos conhecimentos e de formação (10).

No Brasil, não obstante a arrancada numérica do ensino superior, os anseios da reforma universitária não estão produzindo, ainda, os frutos esperados. Já alguém disse — evidentemente com certa dose de exagero — que um aluno brasileiro pode levantar determinado número de créditos sem dar uma linha da matéria, sem fazer um só trabalho e, talvez, sem frequentar aulas (11). Ao que acrescentaríamos: e, provavelmente, sem ter entrado jamais em uma biblioteca...

A escolarização de 1º e 2º Graus faculta ao jovem o desenvolvimento harmonioso da personalidade em seus aspectos essenciais — o intelectual, o moral, o social, o vocacional e o físico — visando a formar, para o futuro, homens livres e responsáveis, perfeitamente integrados ao meio em que vivem (12). Não é outra a meta da legislação em vigor, ao estabelecer que o “o ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo

geral: proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização; qualificar para o trabalho; e preparar para o exercício consciente da cidadania” (Lei nº 5.692, de agosto de 1971).

Durante essas fases, como se sabe, as bibliotecas escolares podem exercer grande influência sobre o desenvolvimento intelectual e cultural da criança e do adolescente. Mas, infelizmente, são escassos os recursos reservados, no Brasil, às bibliotecas escolares, quase inexistentes, na prática. Estreitamente relacionadas com as bibliotecas escolares estão as bibliotecas públicas que, entre outras funções, destinam-se a estimular a reeducação e a educação permanente. Mas, ainda, infelizmente, são altamente deficientes nossas redes de bibliotecas públicas, salvo algumas poucas e honrosas exceções.

Assim, chega o estudante brasileiro ao ensino do terceiro grau sem ter sequer conhecido os benéficos resultados da preparação de programas especialmente dedicados a manter o interesse pela leitura. Não é de admirar, por conseguinte, que ele tente atravessar todo o curso superior incólume à curiosidade de penetrar nos umbrais da biblioteca universitária, ou mesmo de qualquer outra biblioteca.

Vencidas as etapas do currículo, prepara-se ele para ingressar na vida profissional, continuando a ignorar completamente o potencial dos recursos que encontraria nas bibliotecas e nos serviços de informação. Mas, isso não unicamente por sua própria culpa ou displicência. Como enxergar o que nunca lhe foi mostrado? Como entender o que jamais lhe foi explicado?

Em resumo, a biblioteca brasileira divide com o nosso sistema educacional a responsabilidade pela negligência que impera em torno de ensinamentos que despertem o hábito da leitura e incentivem o uso racional da informação/documentação. As próprias bibliotecas se omitem no apoio ao processo educacional, esquecidas do papel de pedra angular dos alicerces do ensino e da pesquisa que devem representar. Bem sabemos o que as leva a isso — a renomada pobreza de acervos e serviços e a conhecida escassez de recursos humanos — mas, faz-se mister acabar, no Brasil, com a idéia de que escola e biblioteca caminham e agem separa-

claramente, como se fosse possível dissociarem-se essas duas instituições tão ligadas entre si, a ponto de ser difícil dizer onde se inicia a tarefa de uma e onde finda a da outra (13).

2.1 Consciência da necessidade do treinamento

É de justiça reconhecer que no Brasil, já há muitos anos, preparadores e usuários da informação identificam, em níveis e âmbitos diversificados, a necessidade de um perfeito conhecimento, que redunde em proveitosa divulgação de conhecimentos relativos as bibliotecas em geral e aos recursos que elas oferecem.

Desde 1955 — quando a então Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo começou a promover cursos de pesquisa bibliográfica — até hoje, as iniciativas nesse sentido têm frutificado lentamente, embora com grande empenho e entusiasmo por parte dos respectivos executores, havendo a citar algumas realizações em instituições do País. Vêm sendo, porém, de composição e de operacionalização caóticas, em decorrência das realidades regionais diferentes e da variedade de objetivos visados, apesar de não deixarem dúvidas de que a sensibilização do usuário é já relativamente disseminada e aceita (14). Dentre aquelas instituições, vale mencionar trabalhos de formação e treinamento — alguns como atividades permanentes e outros não, uns poucos até em cursos de pós-graduação — desenvolvidos por: Faculdades de Odontologia, Saúde Pública, Farmácia e Escola de Enfermagem, todas da Universidade de São Paulo; Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco; Faculdades de Farmácia e Odontologia de Araraquara e de São José dos Campos; Faculdade de Odontologia de Bauru; Faculdade de Medicina da Fundação Universitária do ABC; Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos; Instituto Biológico da Universidade Federal Fluminense; Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa. E existe um manual de instrução programada, preparado para usuários, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (15).

Não obstante a convicção generalizada de que, nos cursos profissionalizantes ministrados nas universidades brasi-

leiras, é preciso fazer algo a esse respeito, reina ainda também aqui — acentuada e, talvez, natural divergência quanto a competência, programas e metodologia do treinamento.

Para alguns, a programação e regência do treinamento constituiriam responsabilidade direta da biblioteca universitária, junto ao próprio material a ser utilizado, alegando-se, em defesa disso, que são as bibliotecas das unidades que armazenam o acervo relativo às diversas áreas do conhecimento, acervo esse em que os estudiosos do assunto irão procurar as informações requeridas pelo aperfeiçoamento e pela ampliação do seu desempenho profissional. E que, embora sejam imprescindíveis o apoio e a compreensão proporcionados pela alta administração e pelo corpo docente, o encargo de ministrar o treinamento caberia necessariamente aos bibliotecários, cujas formação e experiência permitiriam a realização de um trabalho bem adaptado às circunstâncias (16). Para os defensores de tal ponto de vista, somente bibliotecários seriam capazes de transmitir com autoridade, a orientação desejada (17).

O que se tem evidenciado, porém, é que essa participação ativa da biblioteca universitária se consubstancia não só mediante orientação direta como através de esforços para incluir, nos currículos, uma disciplina específica, como ficou facilitado após a última reforma do ensino superior.

Em contraposição, convém lembrar a importância da atuação do magistério superior, apto a aproveitar racionalmente os recursos humanos e materiais disponíveis bem como a motivar o aluno e a influir decididamente no processo educativo provocando, muitas vezes, no discípulo, uma proveitosa mudança de comportamento. O professor é sempre líder e avaliador de seus alunos, jamais deverá perder o direito e a oportunidade de mostrar sua interpretação pessoal da área de conhecimento em que atua ou que ensina, nunca sua função poderá perder a relevância a que faz jus (11).

Por outro lado, segundo o espírito da reforma universitária ora em vigor no país, o departamento de ensino não é concebido como fração unicamente administrativa do todo universitário, pois, acima de tudo, compõe um órgão técnico-didático. Cabe-lhe a responsabilidade de executor da política educacional brasileira e de fiador da qualidade de ensino.

Assim, foi com base nessa firme convicção quanto ao papel dos professores e dos departamentos, no que diz respeito à aprendizagem e aos adequados procedimentos de ensino, que o Departamento de Documentação do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense planejou oferecer condições para a permanente formação de usuários da documentação, através das disciplinas Metodologia da Pesquisa Documentária II e III, constantes do currículo do curso de Biblioteconomia e Documentação. Será — crê ele — face aos objetivos dos cursos universitários, a melhor solução para o tão necessário treinamento, mediante a execução integrada dos currículos profissionais confiada a todos os Departamentos.

Com embasamento teórico comum a qualquer área da Universidade, mas com ensino prático diversificado, ou seja, ajustado a cada um dos cursos, de acordo com o campo de assunto por ele abrangido, o plano prevê a disponibilidade do ensino da disciplina para graduandos (Metodologia da Pesquisa Documentária II) e pós-graduandos (Metodologia da Pesquisa Documentária III). A experiência que serviu de lastro a essas atividades, agora formalizadas em Planos de Cursos (ver anexos 1 e 2), foi obtida quando de disciplina ministrada pelo Departamento, como obrigatória, no Curso de Pós-Graduação em Odontologia Social e, anteriormente, no Curso de Pós-Graduação em cirurgia Buco-Maxilo-Facial.

Já no semestre letivo a se iniciar em agosto próximo, e como resultado do plano ora em etapa oficial de partida, será ministrada, pela primeira vez a graduandos, aos alunos do Curso de História, por solicitação do respectivo Coordenador .

Configura-se grata e auspiciosa ao Departamento de Documentação a oportunidade desse primeiro passo, na trilha da cooperação interdepartamental, e que objetiva familiarizar os futuros profissionais com os recursos que lhes propiciam as fontes de informação especializada.

Há, ainda, um ponto de suma importância, a ressaltar; em nenhum momento do treinamento proposto, poderá ser dispensada a colaboração direta do Núcleo de Documentação da Universidade, através da participação efetiva de suas Bibliotecas Setoriais. As bibliotecas universitárias reúnem, sempre, as obras de referência que constituem a chave para

cada setor de estudos visado nos cursos existentes e, portanto sem essa participação não será produtiva a aprendizagem programada, pois às Bibliotecas Setoriais requerer-se-á a antecipação dos vários tipos de documentos necessários à suplementação das aulas teóricas e práticas da disciplina a fim de tornar fácil o acesso ao material de consulta. E mais: a observação do desempenho do aluno nas Bibliotecas Setoriais, durante o processo ensino-aprendizagem, é ponto essencial para a avaliação do aproveitamento do mesmo.

2.2 Conteúdo programático do treinamento

Não é abundante, entre nós, a literatura referente a programas de formação ou treinamento do usuário da informação e a principal distinção encontrada entre eles advém das características diversas das instituições que os organiza e executam, o que influi até na metodologia adotada.

Um adequado programa desse tipo seria, para algumas, o que conseguisse abranger os seguintes aspectos: necessidade da informação, levando em conta o estágio do desenvolvimento científico e tecnológico nacional; características gerais e importância das diferentes espécies de fontes informativas e dos variados instrumentos de recuperação de dados; organização e recursos do sistema nacional de informação e da rede de bibliotecas do País e do Exterior; vantagens da aplicação de técnicas modernas ao tratamento da informação e principais tendências de evolução nesse sentido; origem e razões dos sistemas de classificação bibliográfica (18).

A esses tópicos acrescentaríamos a divulgação das técnicas de organização do trabalho monográfico, com a finalidade de não só propiciar ao candidato a autor a aprendizagem das normas de estruturação e apresentação de teses, dissertações, relatórios, memórias etc, como de assegurar a rápida circulação da informação, através dos instrumentos da pesquisa bibliográfica.

De qualquer forma, o que é lícito esperar de um programa de treinamento parece constituir-se da possibilidade de: capacitar o usuário a compreender os padrões da comunicação e os veículos do fluxo da informação, afim de que ele se ponha a par das várias maneiras pelas quais uma informação é obtida; dar a conhecer os recursos da informação disponíveis na própria biblioteca freqüentada pelo usuá-

rio, ou em outras bibliotecas; habilitar o usuário a utilizar os diversos instrumentos de pesquisa da informação requerida por seus estudos universitários e por sua atividade profissional, posteriormente; criar no usuário mentalidade positiva quanto ao uso da informação, o que o estimulará a se valer dos recursos existentes em diferentes bibliotecas (7).

3 Conclusão

A presente análise dos problemas ligados ao despreparo e à necessidade de treinamento de usuários pode permitir a conclusão de que é mais fácil organizar a informação para eles que fazê-los utilizá-la. Será isso verdadeiro? Será isso válido? Estará em consonância com os objetivos do ensino atual? Certamente que não, uma vez que o interesse do usuário resulta do estímulo e não da frustração. Quando devidamente orientado, será capaz de encontrar satisfação ao confrontar e avaliar opiniões de vários autores, por exemplo, em resposta a muitas indagações que o afligem.

Não basta, portanto, diagnosticar razões que conduzem ao desinteresse, muitas vezes inconsciente, do usuário. O importante é tentar atenuar as falhas de um sistema educacional praticamente desassociado da biblioteca e de todo manancial de experiências que ela oferece. Cabe aos profissionais da informação a responsabilidade não apenas de organizar e tornar acessível o conhecimento registrado mas, principalmente, de estimular o seu uso, através de orientação e apoio a todo um contingente de interessados. Somente assim estaremos contribuindo efetivamente para **que** o ensino atual atinja um de seus principais objetivos: total participação do corpo discente no processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 AGUIARI, C.S.A.L. et alii. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa padrão para a Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Anais...** Porto Alegre, 1977. v. 1, p. 367-85.
- 2 BONN, G. S. Training laymen in the use of library. In: SHAW, RR. ed. **The state of the library art.** New

- Brunswick, N. J., Rutgers Univ., Graduate School of Library Services, 1960. v. 2, pt. 1. Apud YOUNG A.P. Research on library-user education: a review essay. In: LUBANS JR., J. Educating the library user New York, London, Xerox, 1974. p. 1-15.
- 3 CARVALHO, I. M. O processo didático. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1976. 404 p.
 - 4 CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL PARA PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURAS NACIONAIS DE DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS Paris, 1974. Informe final. Paris, UNECO, 1975 67 p. (COM/MD/30).
 - 5 FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO Esboço de um programa de trabalho a longo prazo Rio de Janeiro, IBBD, 1960. 41 p. (FID. Publicação 325).
 - 6 FJALLBRANT, N. Teaching methods for the education of the library user. Libri, 26 (4): 252-67, 1976.
 - 7 FERRAZ, T. A. A informação na área nuclear e a estrutura de trabalhos científicos. Rio de Janeiro, IBBD, 1975. 148 p.
 - 8 GOGGIN, M. K. Instruction in the use of the University library. In: LUBANS JR, J. Educating the library user. New York, London, Xerox, 1974. p. 104-10.
 - 9 LEGRAND, P. Introdução à educação permanente. Lisboa, 1970. 126 p.
 - 10 LEITÃO, V. de P. Planejamento didático na universidade. Educação, 5 (17): 39, Jul/Set. 1975.
PIROG, W. Formacion de usuarios de documentación e información. B. UNESCO Bibl., 24 (5): 294-301, sept. oct. 1970.
 - 12 POBLACION, D.A. Serviço da informação aos especialistas; pesquisa bibliográfica no currículo das Escolas das Ciências da Saúde. Belém, 1973. 13 p. mimeo.
 - 13 REIS, H. A. L. Avaliação da produtividade da disciplina "Pesquisa bibliográfica" no processo educativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. Anais... Porto Alegre, 1977. v. 1, p. 271-6.

- 14 SANTOS, J. P. & MENDONÇA, M.L.A. Instrução programada sobre o uso de livros e bibliotecas. Porto Alegre, UFRGS, Biblioteca Central, 1977.
- 15 SARAIVA, T. O. ensino de 2º grau à luz da Lei nº 5.692. Educação, 5 (18): 67-75, out./dez. 1975.
- 16 UNISIST, informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica. Paris, UNESCO, 2971. 176 p.
- 17 URQUHART, D. J. Política nacional de información. Paris UNESCO, 1976. 16 p. (COM-76/NTIS/76).
- 18 WIESENBERGER, I. Vychova uzivatch VIEL. Tech. knihovna, 11: 337-43, 1966. Apud PIROG, W. Formación de usuarios de documentación e información. B. UNESCO Bibl., 24 (5): 294-301, sep/oct. 1970.

ANEXO I (1) PLANO
DE CURSO

1 — IDENTIFICAÇÃO

1.1 — Departamento que oferece a disciplina

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

1.2 — Disciplina

METODOLOGIA DA PESQUISA DOCUMENTARIA II

2 — POPULAÇÃO-ALVO

2.1 — Módulo de turmas
30 (trinta) alunos

2.2 — Procedência
Alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal
Fluminense

3 — DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO

3.1 — Horas-aula por semana	4
3.2 — Horas-aula por mês	
— Primeiro mês	14
— Segundo mês	14
— Terceiro mês	18
— Quarto mês	18
Total das horas-aula mensais	64
3.3 — Horas-aula destinadas	
— às provas	4
— aos comentários das provas	4
— como margem de segurança	6
Total de horas-aula disponíveis no semestre	50

ANEXO I (2)

4 ... OBJETIVOS

Ao final do curso, o aluno deverá demonstrar os seguintes comportamentos:

- 4.1 — compreensão da função dos diferentes tipos de bibliotecas e instituições congêneres;
- 4.2 — utilização de forma eficaz e eficiente dos serviços bibliotecários e afins;
- 4.3 — reconhecimento dos diversos tipos de documentos;
- 4.4 — habilidade no manejo das fontes de referência e demais recursos oferecidos pelas bibliotecas e instituições congêneres;
- 4.5 — análise de diferentes métodos e técnicas utilizadas no processo da pesquisa documentária;
- 4.6 — habilidade na aplicação de normas técnicas à referência dos diversos tipos de documentos e à elaboração de resumos;
- 4.7 — compreensão das diversas partes que constituem o trabalho monográfico;
- 4.8 — habilidade na aplicação de normas técnicas referentes à apresentação e normalização do trabalho monográfico.

5 — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Considerando os objetivos propostos (item 4) e o tempo disponível (item 3.3), será desenvolvido o seguinte conteúdo:

- 5.1 — A biblioteca: tipos e funções. Serviços congêneres.
- 5.2 — Utilização dos serviços bibliotecários e afins.
- 5.3 — Documentos: tipos e finalidades.

ANEXO I (3)

- 5.4 — Fontes de referência: tipos e utilização.
- 5.5 — Pesquisa documentária: métodos e técnicas.
- 5.6 — Referenciação documentária e elaboração de resumos.
- 5.7 — Estrutura e normalização do trabalho monográfico.

6 — ESTRATÉGIAS INSTRUCIONAIS

- 6.1 — Exposição oral e interrogatório didático.
- 6.2 — Técnicas de ensino individualizado.
- 6.3 — Técnicas de dinâmica de grupo.
- 6.4 — Visitas a bibliotecas e instituições congêneres.
- 6.5 — Manuseio de fontes de referência e de outros documentos
- 6.6 — Emprego de recursos audiovisuais.

7 — AVALIAÇÃO

O aluno será avaliado durante todo o processo ensino-aprendizagem, através de:

- observação pelos professores (do GDO e do Curso interessado)
- observação pelo bibliotecário nas bibliotecas setoriais
- auto-avaliação
- hetero-avaliação

em função de:

- sua participação em trabalhos de classe
- seu desempenho nas bibliotecas setoriais
- prova escrita
- apresentação e normalização de trabalho monográfico

7.1 — Épocas previstas para as avaliações:

- observação pelo professor e pelo bibliotecário, durante o processo ensino-aprendizagem,;
- prova escrita, ao final da primeira semana;
- apresentação de trabalho monográfico normalizado, ao final do curso.

ANEXO II (1)

PLANO DE CURSO 1-

IDENTIFICAÇÃO 1.1__ departamento que oferece a
disciplina

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO 1.2 —

Disciplina

METODOLOGIA DA PESQUISA DOCUMENTÁRIA III

POPULAÇÃO-ALVO

2.1 — Módulos de turmas

15 (quinze) alunos 2. 2 —

procedência

Alunos dos Cursos de Pós-graduação da Universidade
Federal Fluminense

3 - DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO

Horas-aula por dia	3
Horas-aula por semana	
_ Primeira semana	15
— Segunda semana	20
Total de horas-aula semanais	35
Total de horas-aula destinadas	
— às provas	2
— aos comentários das provas	2
— como margem de segurança	3
Total de horas-aula disponível	23

4 - OBEJETIVOS

Ao final do curso, o aluno deverá demonstrar os seguintes comportamentos:

ANEXO II (2)

- 4.1 — compreensão da importância da informação, face ao grande avanço da ciência e tecnologia;
- 4.2 — conhecimento dos organismos nacionais e internacionais ligados à informação;
- 4.3 — conhecimento das diferentes fontes de informação;
- 4.4 — habilidade no manejo dos instrumentos de recuperação da informação;
- 4.5 — avaliação dos métodos e técnicas utilizados no processo da pesquisa documentária;
- 4.6 — habilidade na aplicação de normas técnicas referentes à referenciação dos diversos tipos de documentos, e à elaboração de resumos;
- 4.7 — habilidade na aplicação de normas técnicas referentes à apresentação e normalização do trabalho monográfico.

5 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Considerando os objetivos propostos (item 4) e o tempo disponível (item 3), será desenvolvido o seguinte conteúdo:

- 5.1 — A informação face o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia: importância, ciclo e tendências atuais.
- 5.2 — Organismos ligados à informação: nacionais e internacionais.
- 5.3 — Fontes de informação: importância e tipos.
- 5.4 — Técnicas e instrumentos modernos de armazenamento e recuperação da informação.
- 5.5 — Pesquisa documentária: métodos e técnicas.
- 5.6 — Referenciação documentária e elaboração de recursos: normas técnicas.
- 5.7 — Estrutura e normalização de trabalho monográfico.

ANEXO II(3)

6 — ESTRATÉGIAS INSTRUCCIONAIS

- 6.1 — Exposição oral e interrogatório didático.
- 6.2 — Técnica de ensino individualizado.
- 6.3 — Técnicas de dinâmica de grupo.
- 6.4 — Visitas a bibliotecas e instituições congêneres.
- 6.5 — Manuseio de fontes de referência e de outros materiais bibliográficos.
- 6.6 — Emprego de recursos audiovisuais.

7 — AVALIAÇÃO

O aluno será avaliado durante todo o processo ensino-aprendizagem, através de:

- observação pelos professores (do GDO e do Departamento interessado)
- observação pelo bibliotecário das bibliotecas setoriais
- auto-avaliação
- hétero-avaliação

em função de:

- sua participação em trabalhos de classe
- seu desempenho nas bibliotecas setoriais
- prova escrita
- apresentação e normalização de trabalho monográfico

7.1 — Épocas previstas para as avaliações:

- observação pelo professor e bibliotecário, durante o processo ensino-aprendizagem;
- prova escrita, ao final do primeiro bimestre;
- apresentação de trabalho monográfico normalizado, ao final do curso.

NEUZA DIAS MACEDO (USP): Gostaria de informar que já foi aprovado pelo Conselho Universitário a inclusão da disciplina obrigatória: "Orientação Bibliográfica Especializada", no curso de graduação para todas as unidades da USP, porém a codificação das várias disciplinas será feita pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação da USP. Esse Departamento será o coordenador desse sistema de disciplina, já tendo sido apresentado uma linha básica de conteúdo programático, respeitando-se as peculiaridades e fontes especializadas de cada área. Já está sendo programado um curso de especialização, com o suporte da CAPES, para uma preparação didática dos responsáveis pelas disciplinas. O curso será sob a responsabilidade das bibliotecas, com a coordenação da Escola de Comunicação da USP.

YEDA VARGAS (Chefe da Biblioteca de Ciências Humanas e Filosofia da UFF): Sendo o crédito "Metodologia da Pesquisa Documentária", optativo, quais seriam os recursos para que os alunos se sentissem motivados a fazer o curso? O simples oferecimento do crédito é suficiente para motivar o aluno? Existe em alguma outra universidade brasileira programa semelhante?

JOSÉ CARLOS DE ABREU TEIXEIRA: Uma parte da pergunta já foi respondida pela contribuição dada pela colega Neuza Dias Macedo da USP. A UFF está funcionando de acordo com a Reforma Universitária e, para cada 15 horas de aula expositiva considera-se como um crédito dado. No nosso caso, seria considerado 4 créditos dados, num total de 60 horas de aula. Isto por si só já é uma motivação para o aluno, já que ele tem que ter um número determinado de créditos para concluir seu Curso de Graduação. Acha-mos importante, não criticando o sistema adotado pela USP, que a disciplina não seja obrigatória. O importante é levar o aluno de graduação a se conscientizar da relevância dessa disciplina para sua vida estudantil, profissional e de pesquisador.

AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS A USUÁRIOS DE BIBLIOTECAS BIOMÉDICAS

*MARIA ANGELA LAGRANGE MOUTINHO
DOS REIS*

(Professora de Pesquisa Bibliográfica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bibliotecária da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ)

A avaliação em bibliotecas biomédicas é uma pesquisa a ser efetuada pelos bibliotecários que nela trabalham, indicados naturalmente para tal tarefa, por sua formação e vivência profissional. Mas bibliotecários não têm o hábito da pesquisa ou como salienta DIEGUES JÚNIOR (4) em relação a cientistas sociais, "não há uma tradição de pesquisa", tradição não é uma atribuição clássica, sendo portanto difícil de ser implantada, de se tornar habitual.

O sistema de informações que é uma grande biblioteca biomédica compreende pessoal de diversos níveis, usuários de diversas formações e áreas de conhecimento, que continua a apresentar os serviços já por demais conhecidos e está introduzindo outros mais modernos como os relativos a recuperação de informações on-line e a análise de informações. Porém existem as bibliotecas menores, carentes de recursos e instalações adequadas, mas prestando importantes serviços à comunidade biomédica. Esta inadequação foi verificada por Yone CHASTINET (2) ao avaliar o Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola — SNIDA. CHASTINET comprovou não haver uma relação direta entre a quantidade dos bibliotecários da rede e o nível de cooperação. Assim sendo, muitas vezes a avaliação pertinente exige conhecimentos interdisciplinares, envolvendo fatores qualitativos e quantitativos, fazendo com que não saibamos por onde começar, quais as técnicas a empregar. Por onde se iniciar uma avaliação? Pelos serviços meios ou fins? Quais as prioridades a serem consideradas? Em nosso ponto de vista, tais considerações são secundárias, contanto que a

pesquisa seja iniciada. É muito mais fácil aprimorar dices de avaliação do que esperar haver uma situação adequada para aferição de serviços prestados. Entretanto, não estamos na época da improvisação, do individualismo de-vendo então considerar certos princípios.

1 — Devemos nos preocupar com a uniformização de métodos e a não duplicação de serviços. Nesse sentido devemos seguir a linha geral de situar toda e qualquer biblioteca biomédica num sistema mais amplo de informações. Como um ponto nesse sistema, a biblioteca deve inicialmente se integrar com as bibliotecas a ela relacionadas, seja por assunto, proximidade geográfica ou hierarquização, visando tomar conhecimento das avaliações que estejam sendo realizadas, e como estão sendo realizadas.

2 — Determinar qual o nível em que devemos executar nossa pesquisa. Segundo LANCASTER (5) existem três níveis possíveis.

- a) Avaliação de eficiência
- b) Avaliação de custo da eficiência
- c) Avaliação de custo dos benefícios

Continua o autor sugerindo que no primeiro item ocorrerem geralmente avaliações das demandas e não das necessidades reais. Quanto ao segundo e terceiro níveis, tão comuns em países europeus e nos EEUU não são muito analisados em bibliotecas biomédicas brasileiras.

Levando em consideração o princípio número um, começamos a sondar a área biblioteconômica biomédica, através de contatos informais com outros bibliotecários, por intermédio do Grupo de Bibliotecários Biomédicos da Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro (APBERJ/GBB). Após o que elaboramos um questionário para servir de embasamento a um trabalho cujo objetivo será uma sugestão para padronizar a coleta, denominação e talvez a interpretação dos dados estatísticos de seções de circulação de bibliotecas biomédicas. Muitos questionários já foram distribuídos e alguns já nos foram devolvidos. Este questionário inicial, ou melhor, este conjunto de questionários será o ponto de partida para uma linguagem controlada, comum e sem se prestar a interpretações duvi-

O método estatístico é imprescindível em qualquer avaliação por permitir aferição através de dados qualitativos Quantitativos. Através da obtenção de dados estatísticos, a organização, apresentação e análise, podemos avaliar os serviços que impliquem no fornecimento de número de dados SIGNIFICATIVOS. NÃO queremos dizer com isso que só devemos utilizar as técnicas estatísticas. Fenômenos isolados, não se prestando a inferências estatísticas são muitas vezes dignos de serem avaliados.

O princípio número dois nos leva novamente a citar LANCASTER, recomendando seu trabalho como devendo ser lido por todos os bibliotecários interessados em avaliação. A avaliação de eficiência é bastante sutil e presta-se a interpretações variadas. Inclui nos propiciando uma coleção sistemática de evidência para verificação de que certas mudanças estão ocorrendo nos processos da biblioteca ou... nos leitores. Se o papel do bibliotecário também é de educador, de modificar o usuário, então certamente devemos saber quais as possíveis e as desejáveis mudanças. Deve haver uma análise detalhada das variáveis considerações importantes .

A ênfase das demandas e das necessidades dos usuários, isto é, o que os usuários pedem e o que realmente precisam, levou-nos a coletar dados através da turma de alunos de "Pesquisa Bibliográfica" **, considerada uma amostra representativa dos leitores de uma biblioteca biomédica. Muitas perguntas feitas diretamente são respondidas conforme o usuário simpatiza ou não com seu entrevistador ou de acordo com seu humor. Os pedidos de sugestões também se prestam a má interpretação, pois nem todos preenchem as papeletas. O hábito de leitura e escrita é tão pouco cultivado que mesmo os leitores "necessitados" não querem escrever umas poucas palavras que poderiam vir a ajudá-los.

Esses motivos nos levaram a aplicar um questionário sondagem tentando avaliar a maturidade e conhecimento

Disciplina do currículo de graduação da Escola de Enfermagem da UFRJ, tendo uma carga horária de trinta horas e proporcionando dois créditos. O programa da disciplina compreende apresentação da biblioteca, estudo e aplicação das normas da ABNT relativas a apresentação de trabalhos científicos, elaboração de trabalhos, documentação.

dos leitores no que se relaciona com bibliotecas. Também para orientação de quais os ensinamentos a serem transmitidos na primeira parte do programa. Todos os alunos também usuários da biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ. O comportamento inadequado de grande parte dos leitores dessa biblioteca nos motiva para estender a aplicação do questionário acima a outras áreas, o nos impediu até agora de tal atitude foi a falta de ocasião-propícia, talvez em cursos a serem dados futuramente. O questionário tinha várias perguntas mas apenas iremos analisar as relativas à existência de bibliotecas nos colégios onde cursaram o segundo grau, bem como a adequação das mesmas. Quarenta e oito alunos responderam o questionário. Desses, vinte e um haviam estudado colégios com bibliotecas, vinte estudaram em colégios sem bibliotecas, sete deram respostas prejudicadas. E, das bibliotecas existentes, apenas três podiam ser consideradas "boas". Tais resultados nos preocuparam bastante, haja visto que os cursos "preparados" de vestibular, citados dentre os colégios relacionados, não têm bibliotecas. Esses cursos apenas lidam com apostilas, nem livros indicam para leitura. Daí, porque usuários de bibliotecas biomédicas, ao entrarem na faculdade, no terceiro grau, ainda estão em nível de primeiro grau no que se refere a bibliotecas.

Essa avaliação foi efetuada no início deste ano e continuará sendo feita em cada semestre, para aferição dos resultados e conseqüente mudança de métodos.

A avaliação deve ser constante e ter como objetivo o aprimoramento dos serviços. Mudanças podem ou não ser efetuadas, são um meio e não um fim.

Concluindo, solicitamos aos colegas que divulguem os trabalhos efetuados no campo da avaliação para melhor entrosamento dos interessados.

Bibliografia Consultada

- 1 BLOOM, B. S. Handbook on formative and sumative evaluation of student learning. New York/etc/ McGraw-Hill Book Co. c. 1971/923 p.
- 2 CHASTINET, Yone S. et alii. A implantação da rede de coleta e registro bibliográfico do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola — SNIDA, uma

avaliação. In :CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. Porto Alegre, 1977. Anais... Porto Alegre, 1977, p. 50.

- 3 CUNHA, Maria Luisa Monteiro da, Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9 Porto Alegre, 1977. Anais... Porto Alegre, 1977. p. 67-92.
- 4 DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Pesquisas interdisciplinares: problemas e perspectivas. Multidisciplinar, 1 (1): 9-14, 1974.
- 5 LANCASTER, Frederick W. Guidelines for the evaluation of information systems and services. s.l, UNESCO, 1977. 178 p.
- 6 SCRIVEN, Michel. Evaluation perspectives and procedures. In: POPHAM, W.J., ed. Evaluation in education; current applications. Berkeley, McCutchan Publ. Corporation /c1974/ 585p. tras publicações;

A BIBLIOTECA ESPECIALIZADA COMO SUPORTE PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

LILIA TERESA VASCONCELOS TORRES
(Bibliotecária Chefe do Centro de
Informações Técnicas da COMLURB)

LYGIA DE MEDEIROS ALBEIRICE
(Bibliotecária da COMLURB)

RESUMO

A biblioteca especializada como suporte para a biblioteca universitária, deve conter uma classificação especial que se adapte às necessidades da organização, com a finalidade de prover, o mais rapidamente possível o técnico, da informação solicitada. Na biblioteca em questão foi utilizado o sistema de Unitermo que dá 80% da recuperação da informação. A novidade no caso, é que às vezes o Unitermo transforma-se em Tri-termo como um cabeçalho de assunto, dada a alta especificidade da matéria. O sistema de análise de documentos é fundamental já que sendo uma biblioteca muito específica, o tipo de documentação recebida é útil a um grande número de técnicos em diversos setores, cabendo à biblioteca, através desta análise, diagnosticar o grau de interesse de cada um. Vale esclarecer que é da maior importância a formação de catálogos de entidades afins, Nacionais e Estrangeiras, como rede operacional a fim de obter-se um intercâmbio que provenha às necessidades dos técnicos no tocante à rapidez da recuperação da informação nas pesquisas realizadas independentemente de local. A biblioteca especializada e a universitária caminham paralelamente como suportes na formação, profissional do estudante, formando uma rede de informações técnicas onde é fundamental o intercâmbio com a finalidade de colocar os técnicos em contato uns com os outros pois, é fundamental para o progresso do desenvolvimento das ciências.

1 Introdução

Um Serviço de Informações Técnicas é uma nova forma de capital da empresa.

A procura da diminuição de custos pela inclusão de novas técnicas torna-se a cada dia prioritária, exigindo a criação de um suporte que facilite automaticamente e dê continuidade ao desenvolvimento tecnológico.

A informação como veículo e subsídio desse desenvolvimento promove sua valorização econômica e conseqüente capitalização. Atuando como recurso básico do desenvolvimento e, colaborando para fixação e estabelecimento de Know-How é ela encarada como fator de melhoramento qualitativo de educação, cujos efeitos irão repercutir na produção industrial.

A implantação de um sistema técnico-informativo dentro de uma empresa é atitude de conscientização de que a ação empresarial e os seus benefícios não podem ser, apenas, as quantificáveis, os rigorosamente definidos e delicados, mas sim toda e qualquer ação que leve mesmo indiretamente a uma minimização de custos.

2 Histórico

Há quase um século que os serviços de limpeza urbana vem sendo realizados de forma organizada no município.

A partir da carroça puxada a burro, os serviços têm acompanhado o desenvolvimento da cidade, adotando na medida em que se faziam necessárias novas técnicas, novos equipamentos e novos sistemas organizacionais, culminando com a criação da COMLURB, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, instituída por Decreto-lei nº 102 em 15 de maio de 1975, com a atribuição de executar a coleta domiciliar, a limpeza de logradouros, dar um destino adequado aos resíduos sólidos produzidos no município.

É administrada por um Conselho Diretor, composto de cinco Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Administração e Finanças, um Diretor de Operações de Limpeza, um Diretor de Planejamento e Obras e um Diretor de Transportes e Equipamentos

Dando seqüência, um breve histórico da Limpeza Urbana na cidade do Rio de Janeiro.

1893 — Criada a Inspetoria de Limpeza Pública e particular subordinada a Diretoria de Obras.

1896 — Integração da Inspetoria de Limpeza Pública e Particular à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública.

1897 — Os serviços de Limpeza Pública foram entregues a iniciativa privada. Assim os Irmãos Gary constituíram a Companhia Industrial do Rio de Janeiro, o qual obteve concessão do Governo para executar os serviços de coleta, transporte e destino do lixo.

1899 — Os serviços de Limpeza Pública retornam ao Poder Público. É criada a Superintendência do Serviço de Limpeza Pública e Particular, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

1934 — A Superintendência passa a ser Diretoria, e posteriormente Diretoria Geral de Limpeza Pública e Particular, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

1935 — A Diretoria Geral volta a ser Diretoria e passa a integrar a Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas.

1940 — A Diretoria de Limpeza Pública e Particular é transformada em Departamento de Limpeza Urbana, subordinada a Secretaria Geral de Viação e Obras.

1962 — Subordinação do Departamento de Limpeza Urbana à SURSAN — SUPERINTENDÊNCIA DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO.

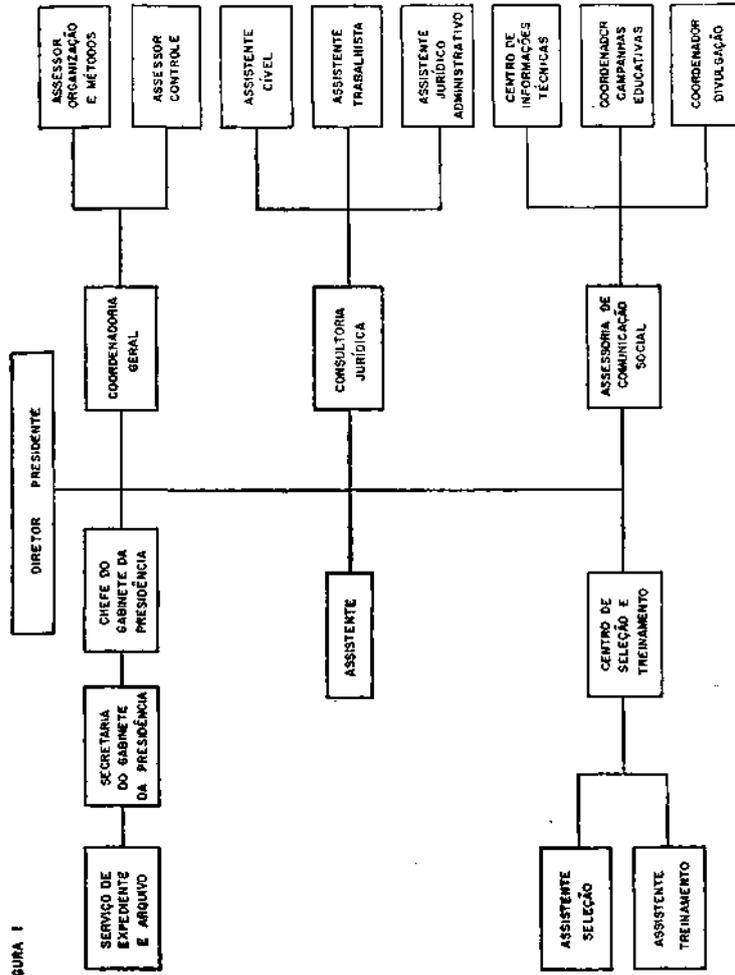
1966 — Aprovada a nova estrutura orgânica do DEPARTAMENTO DE LIMPEZA URBANA.

1973 — Extinção da SURSAN e criação da COMPANHIA ESTADUAL DE LIMPEZA URBANA — CELURB — sociedade de economia mista, vinculada a Secretaria de Obras Públicas.

1975 — Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, foi extinta a CELURB, criando-se finalmente, a COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB.

IS Organograma

FIGURA 1



4 Formação de um Centro de Informações Técnicas

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana iniciou no dia 25 de setembro de 1975 a implantação de sua Biblioteca, nascida do intercâmbio proporcionado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), projeto BRA-2040 e do espírito empresarial da atual Diretoria

Contava nessa época com um acervo de 171 exemplares incluindo-se livros, periódicos, folhetos e outras publicações originando-se de doações dos engenheiros.

Hoje em fase de implantação do seu Centro de Informações Técnicas, conta com um acervo aproximado de:

- 3.600 livros;
- 106 títulos de periódicos especializados;
- 600 relatórios, congressos, teses, conferências e outras publicações
- 2.000 slides;
- 50 fitas K-7;
- 3.000 recortes de jornais.

É altamente especializado em Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos, sendo o único no gênero na América Latina.

O acervo composto essencialmente de fontes de informação primária está à disposição dos técnicos da empresa para consultas e empréstimos e, para pessoal externo, apenas à consultas.

As coleções das Bibliotecas Setoriais (2) tendem a se tornar altamente especializadas segundo a unidade a que atendem.

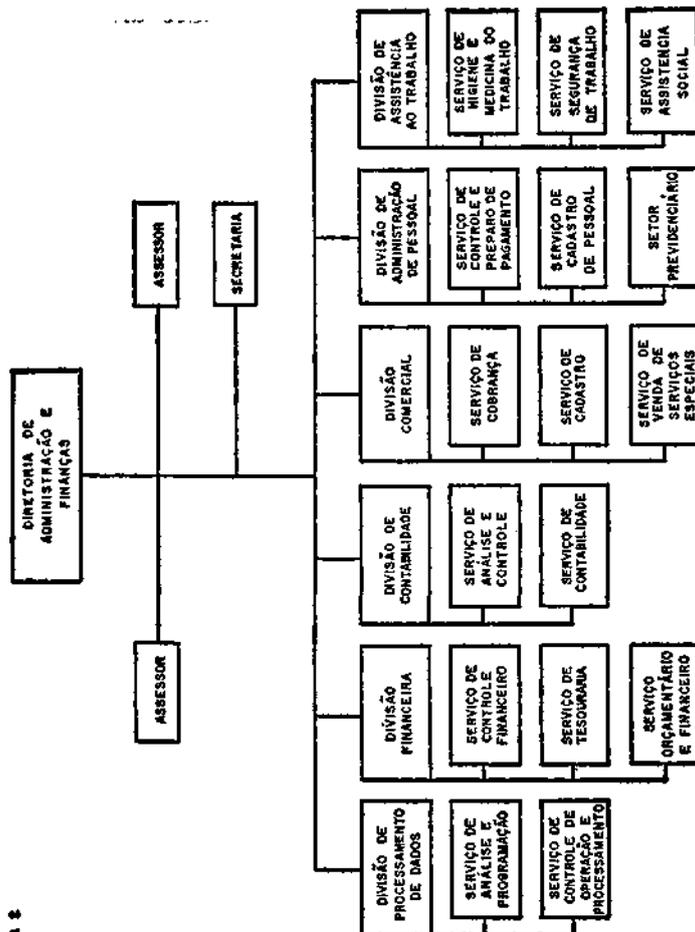
Procura-se promover atuante intercâmbio na Rede das Setoriais visando a um apoio efetivo aos técnicos.

Apesar de ainda em fase de organização, o Centro de Informações Técnicas, já possui sua coleção de periódicos inscrita no Catálogo Coletivo de Periódicos do IBICT — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

4.1 Finalidades do Centro de Informações Técnicas

- Servir de suporte básico ao sistema de informações técnicas da Companhia.

FIGURA 3



- Prover de recursos bibliográficos e técnico-informativos o pessoal técnico empenhado na realização de trabalhos de interesse da empresa;
- Empenhar-se na busca de respostas específicas para o usuário específico;
- Preservar e controlar a produção da literatura técnica da empresa;
- Manter intercâmbio com Entidades afins, Nacionais e Estrangeiras.

4.2 Atividades do Centro de Informações Técnicas

O Centro de Informações Técnicas pertence a Assessoria de Comunicação Social, órgão diretamente ligado à Presidência da COMLURB.

Opera em dois sistemas — interno e externo. O interno dá apoio às diretorias com seus diversos setores e o externo abrange os setores fora da sede, fornecendo assistência técnica através de informações e mantendo contato pela divulgação dos trabalhos realizados no âmbito da Companhia.

O acervo é especializado em Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos, Engenharia Sanitária e Conservação do Meio Ambiente. Por ser a única na América Latina especializada em resíduos Sólidos, oferece aos seus técnicos a oportunidade de levantar o maior número de dados sobre o assunto, estendendo-se estas vantagens aos estudantes universitários desta área, que buscam a biblioteca especializada para completar os conhecimentos obtidos através da universidade e a biblioteca universitária.

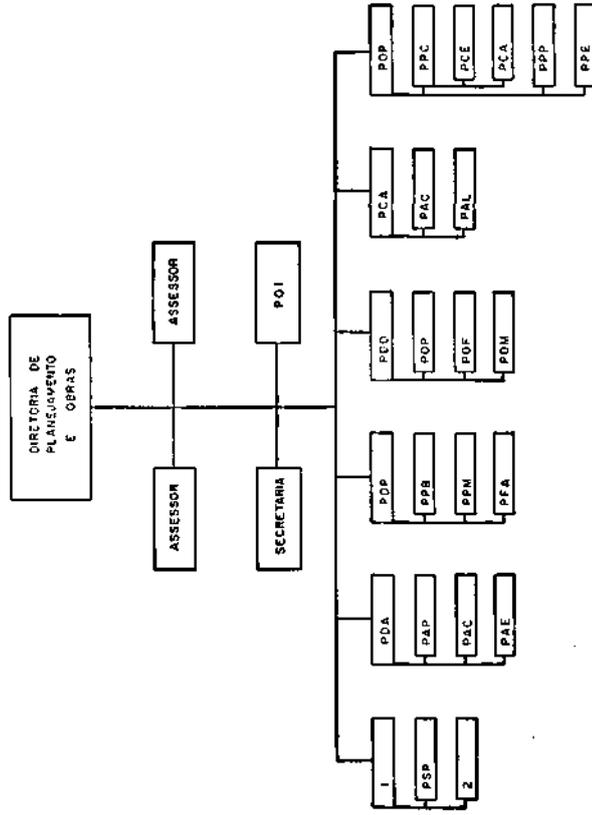
Atividades básicas:

- Centralizadas;
- Descentralizadas;
- Cooperativas; e
- Coordenadas.

ATIVIDADES CENTRALIZADAS

- Seleção — é feita através da análise do material solicitado pelos técnicos, em formulário próprio. (Anexo 1).

FIGURA 3

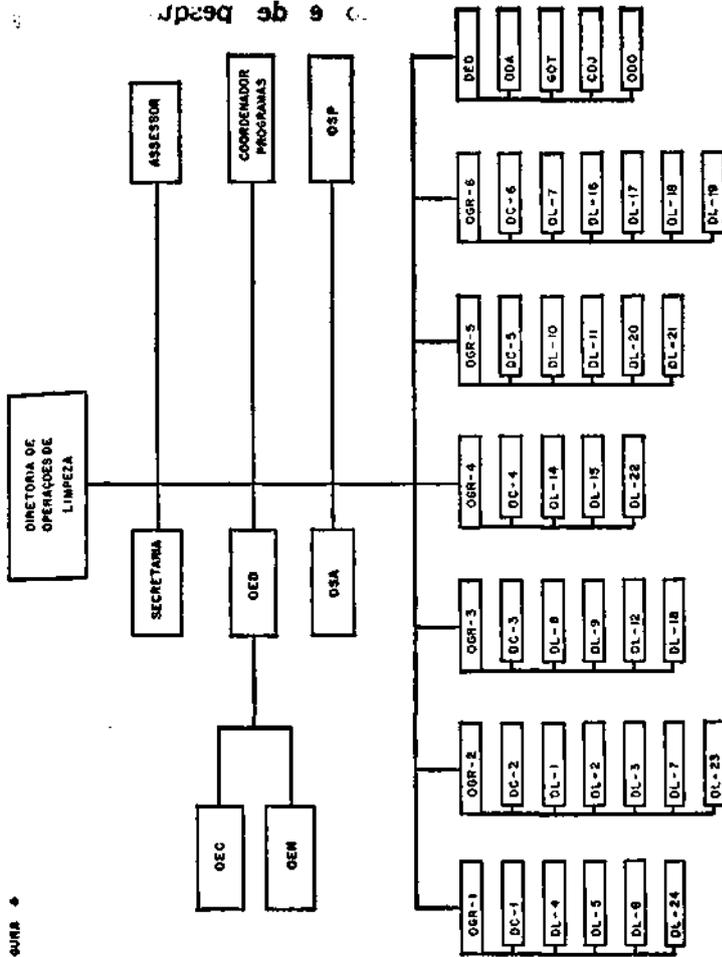


- Aquisição — O material bibliográfico adquirido apresentar-se nas mais diversas formas: livros, mapas, periódicos, audio-visuais, etc., seja para uso do Centro, seja para uso exclusivo de outros setores da empresa, além de outras formas de entrada de documentos como depósito legal de todas as publicações técnicas da Companhia, traduções técnicas, filiação e associações técnicas Nacionais e Internacionais e outras fontes que normalmente geram documentação.
- Registro — Livros e folhetos são registrados no livro de Tombo e os periódicos no Kardex. Outros materiais como slides, recortes de jornais e fitas K17, são registrados na própria ficha de indexação.
- Circulação de Periódicos — Coloca-se a disposição dos técnicos, os periódicos pertinentes às suas áreas de atuação. Após seleção prévia, são os periódicos encaminhados com ficha de encaminhamento interno (Anexo 2), na qual o técnico solicita cópia xerox dos artigos importantes para o bom desempenho de seu trabalho. Esta ficha é assinada pelo técnico no ato da devolução da mesma.
- Empréstimo — Os livros são enviados aos diversos setores da Companhia, através de circular mensal com a finalidade de divulgar as novas aquisições. Qualquer livro ou outro material bibliográfico poderá ser emprestado por um período de quinze dias, renováveis, caso não haja reserva. Somente as obras de referência não poderão ser retiradas devendo ser consultadas na biblioteca.
- Outros Materiais — Ficam também a disposição de todos os usuários da Companhia as fitas K-7, com tendo gravações de entrevistas dadas por técnicos da Companhia; os recortes de jornais contendo notícias relativas a Companhia e a conservação do meio ambiente, slides de instalações e equipamento da Companhia, assim como os mesmos em operação.

ATIVIDADES DESCENTRALIZADAS

Referência — Facilita o diálogo direto com o usuário para atingir-se maior eficácia.

FIGURA 4



87 000 28

o e de bsdn

00000

ATIVIDADES COOPERATIVAS

É adotada modalidade para os trabalhos de documentação.

ATIVIDADES COORDENADAS

Relação de intercâmbio e de pesquisa com a externa.

4.3 Processamento Técnico

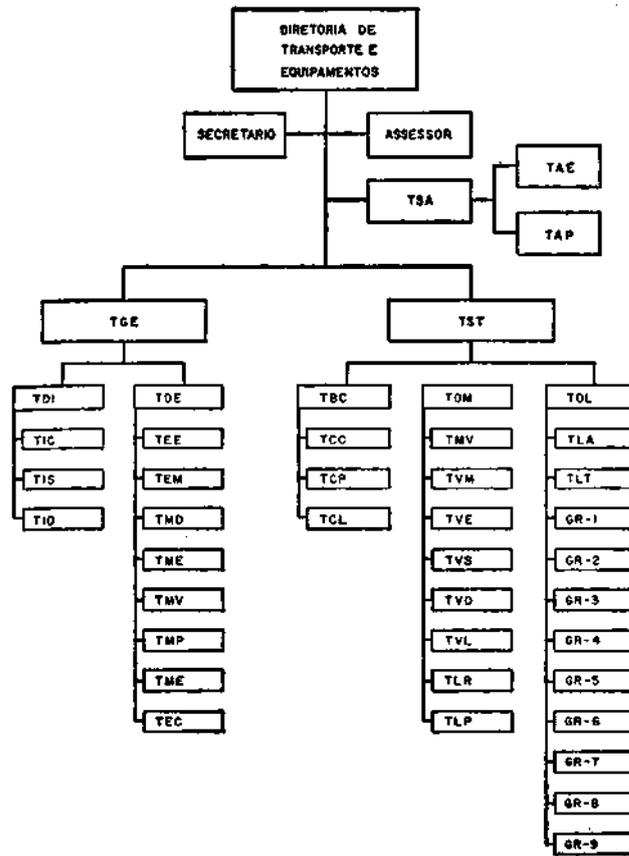
Todo material bibliográfico recebe um tratamento ad quando adaptado às necessidades da Companhia o que resulta numa redução de custos, dando maior facilidade na divulgação da recuperação da informação. É empregado o índice Unitermo que permite uma recuperação de até 80% da informação por ser um dos sistemas mais eficazes de indexação. Dá-se realce aos termos simples indicadores dos conceitos determinativos de cada documento. Por vezes, dada a alta especificidade do assunto, este unitermo é aumentado em até tritermo como se fora um cabeçalho de assunto. Há grandes vantagens nesse sistema entre as quais podemos destacar a facilidade em inserir ou selecionar fichas. A facilidade com que se recupera a informação no catálogo é realmente de grande eficácia para o bom andamento de um sistema de informações técnicas. Há técnicos que não aprovam o sistema de indexação por unitermo por considerá-lo por vezes falho, já que requer maior atenção na hora da recuperação da informação. Entretanto, no caso de uma biblioteca altamente especializada, este método proporciona liberdade de ação com a criação de termos específicos no assunto sem que seja necessário se prender a um catálogo pré-determinado. Além disso, é o método mais adaptável ao processamento de dados.

Se tivéssemos adotado a CDU. ficaríamos restritos a:
Exemplo:

Centro de Informações Técnicas da COMLURB — Companhia Municipal de Limpeza Urbana, especializado em Resíduos Sólidos.

Classe — Engenharia
Divisão de Classe — Engenharia Sanitária
Sub-divisão de classe — Resíduos Sólidos

FIGURA 8



Tendo em vista a nossa necessidade de especificidade adotamos o Unitermo. Além disso, utilizamos também Classificação Decimal Universal para facilitar o intercâmbio com Entidades estrangeiras. (Anexo 3)

Outros Materiais (Recortes de jornais, fitas K-7 slides).

Como já foi dito anteriormente, o material acima registrado e indexado na própria ficha de Unitermo com vemos no anexo 4.

4.4 Entidades Afins — Importância de Filiação

É da responsabilidade do Centro de Informações Técnicas o estabelecimento de contatos e filiação a Associações Técnicas Normativas ou de Pesquisas, no país e no exterior.

Estes contatos e filiações são da maior importância pois, é através deles que é possível uma abertura essencial na corrente humana da comunicação, ampliando o acervo que é o depósito coletivo de conhecimentos.

É através de vários esquemas de cooperação interbibliotecárias que se pode proporcionar ao leitor o acesso a uma faixa de escolha mais ampla.

4.5 Catálogos Especiais — Formação em Centros de Informação

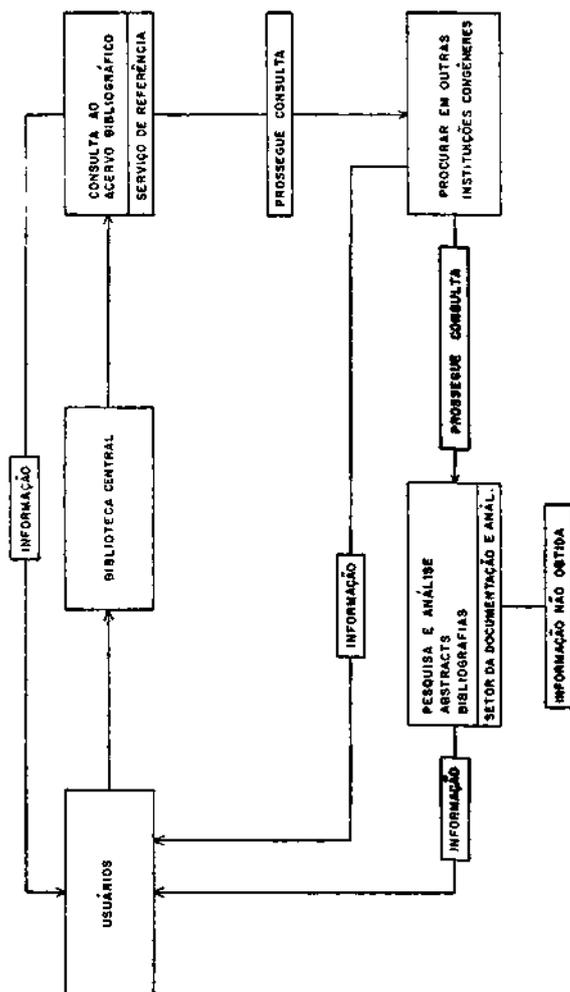
Os catálogos de bibliotecas e instrumentos bibliográficos formam a memória coletiva do depósito de conhecimentos .

A formação de catálogos especiais amplia essa memória proporcionando um acesso específico e maior rapidez da informação desejada.

Entende-se por Catálogos Especiais todos aqueles que não fazem parte normalmente da organização de uma biblioteca. São eles:

- 1) Catálogo de Instituições congêneres;
- 2) Catálogo de pessoas físicas (técnicas) dentro da área de especialização do Centro; e
- 3) Catálogo de organismos de área governamental.

FIGURA 6 - FLUXO DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO



4.6 Intercâmbio — Rede Informativa de Apoio

Rede Interna — constituída pelas bibliotecas setoriais (duas), catálogos de documentação técnica e pessoas setoriais que trabalham na própria Companhia.

as físicas

Através das bibliotecas setoriais, o Centro de informações Técnicas aprimora o seu caráter de sistema unificado centralizando e descentralizando a informação com o pro-pósito de alcançar uma grande otimização dos serviços. Isso proporciona uma maior flexibilidade à estrutura mini-mizando tempo e aumentando o número de atendimento.

O Centro de Informações Técnicas é ainda responsável pela tradução de obras intercambiadas desde que solicitadas por autoridade competente.

Rede Externa — Recorre-se sempre que necessário ao meio externo para a busca de informes. Procura-se contactar diretamente com as pessoas físicas ou jurídicas, em qualquer campo de atividade desde que possam prestar as informações solicitadas.

Utiliza-se o sistema de intercâmbio de duplicatas e trabalhos realizados por técnicos da Companhia com a finalidade de divulgar os referidos trabalhos assim como angariar obras para aumento do acervo técnico que não entre normalmente em linha de edição. (Anexo 5)

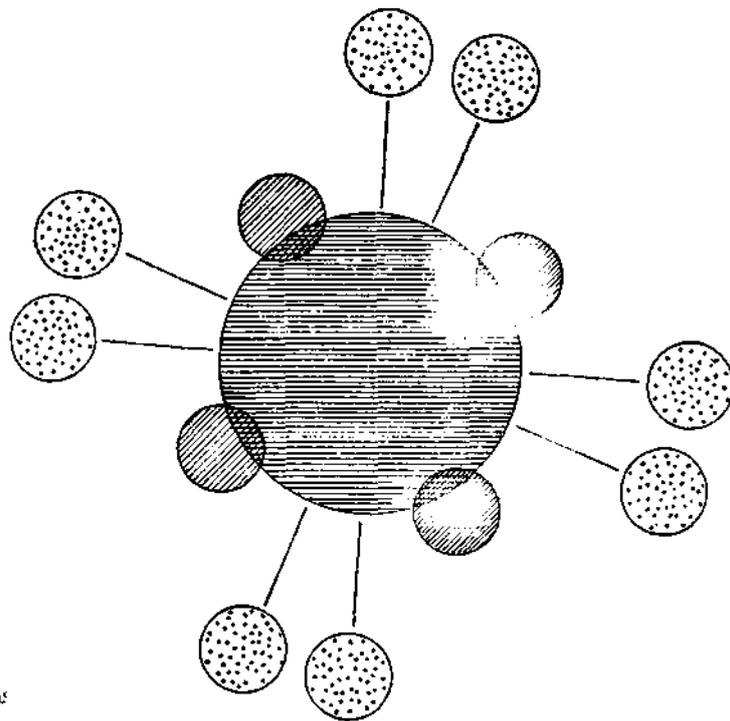
4.7 Clientela

É encarado como objeto de investimento e como recurso do sistema, cuja montagem é em função das necessidades geradas pela atuação do técnico na empresa.

Como recurso, procuramos o aproveitamento de suas manifestações ao se relacionar o Centro de Informações Técnicas para, em um processo de estímulos e reações, perguntas e respostas, realimentar o sistema reajustando nosso desempenho. Para avaliação dos serviços prestados e reavaliação de procedimentos, vem observando:

- os pedidos de aquisição de material bibliográfico;
- os pedidos de pesquisa bibliográfica;
- os pedidos de informações e
- os pedidos de traduções.

FIGURA 7 - REDE DE APOIO



LEGENDA

-  BIBLIOTÉCAS ESPECIALIZADAS OU CENTROS DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
-  ENTIDADES CONGENÊRES
-  BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Os estudos ainda são incipientes, mas já atuam como meio de estabilizar o equilíbrio do sistema.

É também importante a participação da clientela terna, ou seja, técnicos e estudantes universitários que recorrem ao Centro de Informações Técnicas para complementar suas pesquisas pois, é através deles que podemos ampliar o catálogo especial de pessoas físicas ligadas ao meio

4.8 Pesquisas

É objetivo primeiro num Centro de Informações Técnicas, fazer com que a informação vá rapidamente ao técnico antes mesmo que ele a solicite. Para isso obedece-se a uma técnica de análise de todos os documentos pertinentes que dão entrada no Centro os quais, depois de cuidadosamente analisados são encaminhados aos setores ou técnicos competentes .

Na maioria das vezes este envio da documentação disseminada ao técnico, gera uma solicitação de complementação desta informação, provocando uma consulta do Centro a entidades afins ou técnicos da área, muitas vezes em outros países como respostas a solicitação requerida pelo técnico pertinente.

Pesquisa de dados — Mais rápida, mais objetiva e concisa. Limita-se a informação de dados específicos levantados através do acervo, Catálogo Coletivo de Periódicos e/ou entidades congêneres.

Pesquisa bibliográfica — Consiste em levantamentos exaustivos da literatura técnica solicitada, nas línguas pedidas, diretamente às fontes, ou seja, entidades afins, nacionais e/ou estrangeiras, equivalentes à língua solicitada.

Exemplo:

Pesquisa solicitada: Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

Língua — Portuguesa — NADA OBTIDO.

Língua — Inglesa — Entidade Consultada — U.S. Environmental Protection Agency — Recebimento do material solicitado. (Anexo 6).

COMLURB

CENTRO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
PÉDIDO DE AQUISIÇÃO DE LIVROS E REVISTAS

MP ACI

ORGÃO

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	VALOR
EDITOR	LOCAL	VALOR

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	VALOR
EDITOR	LOCAL	VALOR

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	VALOR
EDITOR	LOCAL	VALOR

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	VALOR
EDITOR	LOCAL	VALOR

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	VALOR
EDITOR	LOCAL	VALOR

4.9 Estatística

O Centro de Informações Técnicas oferece dois tipos de produtos finais: de informação e de prestação de serviços. Entende-se por produto final de informação a todo dado obtido através de pesquisa. Entende-se por produto final de prestação de serviços a todo serviço prestado dentro do funcionamento normal de uma biblioteca. A estatística é um dos melhores métodos de avaliação dos resultados quantificáveis desses produtos. (Anexo 7).

5 Rede de Apoio

Definição

É uma rede informativa técnica constituída de Centros de Informação ou Bibliotecas Especializadas atuando como suporte, justamente com entidades congêneres, às bibliotecas universitárias.

A necessidade de formação dessa rede em âmbito nacional, faz-se sentir à medida que nos intercambiamos com redes semelhantes no exterior, já que como foi dito, obtivemos resultados através dessas redes e não diretamente a entidades nacionais.

É da maior importância o intercâmbio de boletins bibliográficos periodicamente à todas as entidades afins, assim como universidades, nem que seja em âmbito estadual, com a finalidade de fornecer dados bibliográficos a todos os organismos participantes e gerar a minimização do fator-tempo/custo — tão importante em todas as operações administrativas atuais.

Num sistema de informação, necessário se faz a divulgação da mesma. Como a biblioteca universitária, que tem no seu acervo diversificado, a necessidade do apoio de entidades especializadas, é dela que deve partir a orientação para seus usuários como objetos de investimento e não como fatores de aumento de custo operacional.

A formação de um organismo centralizador de catálogos especiais de entidades congêneres com a finalidade de prover ao organismo solicitante a localização da informação desejada, atuando como um banco de dados seria de grande valia para todo um sistema integrado de recuperação da informação.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
BIBLIOTECA
PEDIDO DE REVISTA

TÍTULO:

V: Nº MÊS: ANO:

DATA DE EMPRÉSTIMO:

DATA DE DEVOLUÇÃO:

Nº DE INSCRIÇÃO:

SEÇÃO:

ASSINATURA:

Companhia Municipal de Limpeza Urbana — Comlurb
Centro de Informações Técnicas

Rua Major Ávila 358 — 2^o pav. — Tijuca
Rio de Janeiro — 20000
RJ — BRASIL

Mod. 712

Endereço:

Dirección:

Address:

Recebemos e agradecemos:

Agradecemos su envío de:

We acknowledge, with thanks, receipt of:

Desejamos receber:

Desearíamos recibir:

We would like to receive:

Enviamos em intercâmbio:

Les enviamos en calidad de canje: We
are sending you in exchange:

DATA

BIBLIOTECÁRIA

COMLURB - ESTATÍSTICA DIÁRIA DE SERVIÇOS PRESTADOS

ANEXO VII

CENTRO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - ACI

MES	ANO
-----	-----

DIA	Nº DE CONSULTAS	Nº DE EMPRÉSTIMOS	Nº DE PEDIDOS DE PESQUISA	Nº DE XEROX
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
TOTAL				

PAINEL SOBRE A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E
OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Componentes da mesa

Coordenadora: MARIA BEATRIZ GOUVÊA PONTES]
CARVALHO (Chefe da Divisão de Estudos e Projetos do
IBICT)

Conferencista: GILDA MARIA BRAGA (Ph. D. em Ciência da
Informação e Professora da Divisão de Ensino e Pesquisa do
IBICT)

Expositores: ABIGAIL DE OLIVEIRA CARVALHO (Professora
da Escola de Biblioteconomia da UFMG e Técnico de
Desenvolvimento Científico do CNPq junto ao CETEC em
Belo Horizonte)

JUDITH REBECA SCHLEYER (Assessora de Planejamento
Bibliotecário da CAPES)

NAZIAN AZEVEDO DE MORAES (Diretora da Biblioteca
Central da UFES)

Secretária: ELIDIA VICTORIA DA SILVA (Bibliotecária da
Biblioteca de Medicina da UFF)

PROJETO INTERAÇÃO ATIVIDADE/PESQUISA:
AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS
E TÉCNICOS BRASILEIROS

GILDA MARIA BRAGA

*(Ph. D. em Ciência da informação
e Profª da Divisão de Ensino
e Pesquisa do IBICT)*

1 introdução

O Projeto de Interação Atividade/Pesquisa do **IBICT** tem como um de seus objetivos a busca de um modelo para avaliar periódicos científicos e técnicos brasileiros.

A ausência de um índice de citações arrolando os periódicos latinoamericanos de Ciência e Tecnologia dificulta o processo de avaliação, levando à busca de outras variáveis que possam conduzir à construção de modelos válidos para a América Latina, especialmente o Brasil.

O modelo em estudo pelo projeto baseou-se em parte em propostas anteriores, feitas principalmente pela UNESCO.

A área teste do modelo foi Química, tendo em vista o desenvolvimento global do Projeto.

2 Material & Método

Foi efetuado um levantamento, tão completo quanto possível, dos periódicos da Área de Química.

Na impossibilidade de delimitar-se a área em termos de uma definição do assunto, foram considerados como pertencentes a Química os periódicos encontrados em bibliotecas de Química, de acordo com o Catálogo Coletivo Nacional. Foram levantados e examinados 55 títulos de periódicos, nos últimos 5 anos.

As principais variáveis incluídas **no modelo referem-se:**

a) NÍVEL: Científico (quando mais de 50% dos artigos incluídos são resultantes de atividade de pesquisa, i.e., artigos com uma estrutura de "Introdução, Material, Método, Resultado Conclusões/ou similar.) Técnico (quando mais de 50% dos artigos incluídos expressa opinião de julgamento de especialistas sem no entanto relatar diretamente resultados da pesquisa). Divulgação (quando mais de 50% do periódico é dedicado a notícias curtas e matéria não assinada)

b) ORIGEM: de acordo com a instituição, editora governamental (Federal, Estadual ou Municipal) ou não governamental.

c) NORMALIZAÇÃO EXPLÍCITA — De acordo com indicações existentes no próprio periódico, i.e., se normas para os artigos, por exemplo, são adotadas — e quais; buscou-se também a existência de ISSN.

d) INDEXAÇÃO — Para a análise dessa variável foram consultadas as bibliografias especializadas brasileiras e o Ulrich's International Periodicals Directory, última edição

e) PERIODICIDADE — Tal como indicada no período.

f) EXISTÊNCIA EM BIBLIOTECAS BRASILEIRAS E ESTADO DAS COLEÇÕES. — Esta variável foi pesquisada no Catálogo Coletivo Nacional. Foram considerados apenas os 5 (cinco) últimos anos.

Outras variáveis examinadas incluem dados relativos à divisão de conteúdo, duração do periódico, abrangência de assuntos, inclusão de resumos em outros idiomas que não o português, etc.

3 Resultados

Em relação ao NÍVEL, 49% dos periódicos são científicos, 35% técnicos e 16% de divulgação. Os governamentais representam 53%, havendo uma divisão equilibrada entre federais e estaduais.

No que se refere à NORMALIZAÇÃO, apenas 38% declara seguir algum tipo de norma, sendo muito pequena a adoção das normas da ABNT (7%). Apenas 5% dos periódicos examinados tem ISSN.

A maior parte dos periódicos (91%) são indexados pelas Bibliografias especializadas brasileiras; dentre as fontes estrangeiras destacam-se o Chemical Abstracts (51%) e o Biological Abstracts (36%).

Cerca de 50% têm periodicidade mensal ou trimestral; é significativo o índice de periodicidade declaradamente irregular: 18%.

Embora todos os títulos examinados existam em bibliotecas brasileiras, o estado das coleções nos últimos 5 anos é precário: em mais de 100 bibliotecas, 80% dos títulos não estão completos; o periódico de maior grau de completeza no maior número de bibliotecas (9) é de divulgação; a média de bibliotecas com coleções falhas é de 88%. 67% dos títulos examinados existem em bibliotecas norte-americanas, canadenses e/ou inglesas.

4 Conclusões

Os problemas relacionados à avaliação de periódicos são de natureza múltipla e complexa. O modelo estudado parece atender a pelo menos algumas das necessidades mais urgentes de avaliação — por exemplo, para inclusão em bases de dados estrangeiros e/ou nacionais.

Em sua primeira fase de estudos o projeto sofreu diversas alterações, visando à elaboração de um modelo o mais genérico possível. O “refinamento” de algumas variáveis e a inclusão ou exclusão de outras vão depender da continuação dos estudos e resultados obtidos.

PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

REFLEXÕES — SUGESTÕES — EXPERIÊNCIAS

*ABIGAIL DE OLIVEIRA CARVALHO (Ex-
Coordenadora de Treinamento, Pesquisa e
Desenvolvimento do IBICT/CNPq e Técnico de
Desenvolvimento Científico do CNPq junto ao
Programa de Informação em Ciência °
Tecnologia da Fundação Centro Tecnológico
de Minas Gerais — (CETEC)*

RESUMO

Objetivos e normas básicas de pós-graduação brasileira. Programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. Integração dos cursos, critérios de avaliação, flexibilidade, criação de padrões próprios, necessidade de instituições empregadoras, pesquisa, corpo docente e discente. O papel da biblioteca universitária e o aperfeiçoamento do profissional para o desempenho de funções nos níveis técnicos, gerencial e institucional. Linhas de atuação adotadas na Coordenadoria do Curso de Mestrado do IBICT

1 A Pós-Graduação Brasileira

A experiência brasileira de ensino a nível de pós-graduação é relativamente recente. O modelo antigo, de tradição européia, tem pouco mais de trinta anos.

O Estatuto das Universidades Brasileiras de 11 de abril de 1931 (Decreto 19.851) atribuía aos institutos universitários a concessão de diplomas de doutor, atendidas as exigências regulamentares e mediante a defesa de uma tese de autoria do candidato. A defesa de tese é a essência do doutorado, título que pôde ser obtido também pela aprovação em concurso de cátedra ou de livre docência.

O modelo novo de pós-graduação tem cerca de 10 anos. Os cursos de pós-graduação que concederiam o título de

doutor ou de mestre foram definidos e regulamentados pelo Conselho Federal de Educação.

O parecer 977 de 1965 do Conselho Federal de Educação L CFE, construiu o modelo de ensino pós-graduado à moda americana; conceituou a pós-graduação "sensu strictu" como o "ciclo" de cursos regulares em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação, e conduzindo à obtenção de grau acadêmico.

De acordo com o Aviso Ministerial que solicitou ao CFE regulamentação da pós-graduação, são três os motivos fundamentais que exigiram a instauração do sistema de cursos de pós-graduação:

D Formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;

2) Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;

3) Assegurar o treinamento eficaz de técnicas e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

O Plano Nacional de Pós-Graduação, documento elaborado pelo Conselho Nacional de Pós-graduação, instituído através do Decreto 73.411 de 1974, analisa a evolução da pós-graduação no Brasil e sem questionar o Parecer 977 do CFE, diagnostica deficiência do sistema, propõe diretrizes para a superação progressiva dos problemas e estabelece metas para o quinquênio 75-79.

2 Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

A pós-graduação, no Brasil, compreende o mestrado e o doutorado, dois níveis de estudo hierarquizados relativamente autônomos. O mestrado pode ser etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou grau terminal e não é requisito prévio para o doutorado.

Existem, atualmente, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 5 cursos de mestrado, um convênio entre universidade brasileira e inglesa para doutoramento e um programa de doutoramento em estruturação.

2.1 IBICT

Na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação o primeiro curso de pós-graduação (mestrado) do Brasil e da América Latina foi criado em 1970 pelo então IBBD, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro

O curso de mestrado pretendeu, desde o início, contribuir para a formação do docente e do pesquisador e ao mesmo tempo preparar para o desempenho de ocupação específica: operação de sistemas de informação.

A reestruturação do curso, projetada em 1974, procurou dar ênfase à formação do pesquisador em Ciência da Informação e estabeleceu três áreas de concentração "Usuários" "Administração de Sistemas de Informação/Documentação" e "Transferência de Informação", essa última com enfoque matemático e estatístico.

Com a criação do IBICT, desenvolvimento natural do IBBD, o curso de mestrado passou a ser uma das atribuições da Coordenadoria de Treinamento, Pesquisa e Desenvolvimento. Foram feitas novas alterações no regulamento, aprovadas em abril de 1977 pela UFRJ, visando a dar ao curso melhores condições de atendimento de seus objetivos, dentro das normas universitárias e levando-se em consideração os recursos realmente disponíveis. Seguiu-se o critério de maior flexibilidade através de programação de estudos que compreendesse um elenco de disciplinas optativas.

As áreas de concentração foram reduzidas a "Administração de Sistemas de Informação/Documentação" e "Transferência da Informação". A de "Usuários" foi eliminada como área para permitir que os alunos de todas as áreas tivessem a oportunidade de cursar as disciplinas que anteriormente compunham elenco exclusivo dos que optassem pela área "Usuário". Pressupôs-se que essas disciplinas fossem de importância para os candidatos das outras áreas, sobretudo da área de "Administração".

2.2 UFMG

O curso de mestrado em Administração de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais já entrou em seu terceiro ano de funcionamento. Teve seu início em 1976 com duas áreas de concentração: "Biblioteca e Educação", e "Biblioteca e Informação Especializada". A primeira área dá ênfase à preparação de bibliotecários sensibilizados para o problema da educação formal e não formal e ao papel social do bibliotecário na comunidade. A segunda dá ênfase à formação de planejadores e administradores de sistemas de transferência especializada e aos instrumentos para controle e para disseminação da informação a grupos especializados .

Através de convênio entre a UFMG e o "Department of Library and Information Studies da Loughborough" na Inglaterra, foi iniciada a formação de um núcleo de doutores em Biblioteconomia e Ciência da Informação pelo sistema inglês que permite que um candidato julgado profissionalmente maduro, que comprove trabalho relevante ou mestrado em tempo integral, entre diretamente em fase de pesquisa/tese de doutorado. Desconta-se assim um ano da residência na Inglaterra e estimulam-se pesquisa com base em temática nacional.

2.3 PUC de Campinas

Em agosto de 1977 iniciou-se o Programa de Mestrado da Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Destina-se exclusivamente a portadores de diploma de Curso Superior de Biblioteconomia e pretende preparar pessoal docente para as escolas de Biblioteconomia do Brasil e da América Latina. De acordo com a programação inicial, a área de concentração oferecida "Metodologia do Ensino em Biblioteconomia" dá acentuada ênfase a disciplinas pedagógicas, embora o curso se vincule à Faculdade de Biblioteconomia e não à Faculdade de Educação. Os organizadores do curso partiram do pressuposto de que a graduação em Biblioteconomia seguida de curso pós-graduado de disciplinas didático-pedagógicas torna o candidato apto para o desempenho de atividades de magistério em Escolas de Biblioteconomia.

2.4 UnB.

Em março do corrente ano iniciou-se o curso de mestrado em Biblioteconomia da Universidade de Brasília, com duas áreas de concentração "Planejamento, Organização Administração de Sistemas de Informação" e "Recursos e Técnicas de Documentação e Informação Científica". Essas duas áreas buscam preparar pessoal para desenvolver atividades em setores públicos e privados visando à: promoção do progresso através do aperfeiçoamento da organização controle e disseminação das informações. É objetivo explícito da coordenação do curso a integração entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

2.5 UFPb

O Curso de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, que se inicia em agosto próximo tem como área de concentração "Sistemas de Bibliotecas Públicas" e pretende formar docentes que atendam quantitativa e qualitativamente à expansão e melhoria do ensino de Biblioteconomia além de formar especialistas de alto nível para desenvolver atividades de pesquisa, planejar e gerir sistemas de Bibliotecas Públicas. Orienta-se para atender a uma necessidade diagnosticada de desenvolvimento de Bibliotecas Públicas e busca soluções adequadas para a região.

2.6 USP

O Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo vem oferecendo disciplinas em nível de pós-graduação e estruturando seu programa de doutoramento com ênfase em pesquisas para o estabelecimento de linguagem documentária a partir de estudos de lingüística e semiologia. Esse Programa se enriquece pelos recursos e relacionamentos que a vinculação com a Escola de Comunicações e Artes propicia.

2.7 Observações Gerais

A criação dos cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação não obedeceu a uma coordenação

geral mas, de alguma forma, cada novo curso que surge busca preencher um vazio identificado.

O curso da UFMG, orientado especialmente para a formação em Administração, pretende ocupar uma área não coberta pelo curso do IBICT, o qual é mais voltado para estudos específicos de Ciência da Informação.

O mercado de trabalho para o mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda é novo. Dos 45 mestres Graduados pelo IBICT a maior parte exerce atividades de magistério, contribuindo assim para a melhoria do ensino de graduação.

Os candidatos que têm buscado os cursos de mestrado SÃO, em sua maioria, bacharéis em Biblioteconomia. Mesmo

quando os cursos permitem a inscrição de bacharéis de qualquer área — caso do IBICT — a matrícula de alunos portadores de diplomas de outros cursos que não Biblioteconomia é reduzida.

Junto aos cursos desenvolvem-se linhas de pesquisa às quais os candidatos ao grau de mestre se vinculam, na escolha dos temas de dissertação. Os resultados desses trabalhos têm sido divulgados pelas Revistas especializadas de Minas, IBICT e Brasília.

Ainda é pequeno o número de doutores na área. Alguns professores obtiveram o título através do concurso de livre docência e mais recentemente, dois deles concluíram o doutoramento em Programas no exterior.

3 Pós-Graduação e Biblioteca Universitária

O modelo de pós-graduação adotado na última década no Brasil, com as características e objetivos já apontados, a expansão do ensino universitário, os atuais procedimentos pedagógicos, a demanda de informações mais específicas, as atividades de extensão universitária estão a exigir da Biblioteca Universitária o desempenho de novos papéis para o atendimento dos objetivos educacionais.

Se a direção da Biblioteca Universitária não atua em consonância com a administração central, vê-se a cada momento obrigada a buscar soluções improvisadas, desordenadas, onerosas.

Não basta, contudo, que a Biblioteca responda às pressões advindas das mudanças da instituição: convém que esteja apta até mesmo para desencadear processos de mudança. A participação efetiva de bibliotecários nos órgãos colegiados de decisão da Universidade permitiria, a noas ver, uma atuação mais ativa da Biblioteca Universitária pela sua colaboração nas definições das diretrizes da Universidade e na programação das atividades.

Para esse tipo desejado de atuação, o bibliotecário necessita mais do que um curso de graduação. Não necessariamente um curso de mestrado. Há outros meios pelos quais um técnico em biblioteconomia se transforma num executivo: cursos de especialização, treinamento não formal convívio com profissionais de áreas diferentes em equipes interdisciplinares, vivências, leituras. Mas não resta dúvida de que o curso de pós-graduação bem orientado é ambiente adequado a fim de que o profissional se prepare para o desempenho de funções nos níveis técnico, gerencial e institucional.

Tanto o curso de mestrado do IBICT como o de Minas já vem colaborando na capacitação do profissional para atuar na Biblioteca Universitária — indiretamente, ao contribuir para a melhoria da graduação e ao promover pesquisas cujos resultados sirvam de subsídios para o aprimoramento dos serviços de informação; diretamente ao elevar o nível do profissional. Diríamos que os mestres do IBICT adquiriram, além de outras habilidades, o domínio de técnicas que podem ser usadas em Bibliotecas Universitárias e que os mestrandos de Minas estão adquirindo condições de atuar a nível gerencial.

4. Reflexões sobre Idéias que Norteiam a Pós-Graduação

Pretendemos trazer aqui algumas reflexões sobre idéias que norteiam a pós-graduação, mais em forma de perguntas do que respostas. A intenção é suscitar o debate e tentar soluções.

a) O número de cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, em funcionamento no Brasil, já está a exigir comunicação mais intensa entre seus coordenadores. Alguns estudos básicos são necessários para a integração dos cursos, possibilitando a troca de experiên-

cias e o estabelecimento de uma política na área, como por exemplo: diagnóstico da necessidade de formação de recursos humanos a nível nacional; explicitação de objetivos por área de concentração; comparação entre sistema educacional brasileiro, finalidades da pós-graduação e resultados já alcançados.

Os critérios de avaliação dos cursos devem ser repensados para determinação de relevância. O objetivo maior não é diplomar o máximo em menor prazo. O Parecer 977 do CFE defendeu o caráter elitista da pós-graduação: "Se os cursos de graduação devem ser abertos ao maior número, por sua natureza, a pós-graduação há de ser restrita aos mais aptos".

Crítérios de avaliação podem ser estabelecidos também localmente em atenção às peculiaridades regionais e às características da área.

Algumas questões a serem debatidas entre responsáveis pela pós-graduação:

Que contribuição o mestrado e doutorado podem trazer para a realização da autonomia tecnológica nacional e para a criação de padrões e soluções condizentes com os interesses do País?

Cabe ao mestrado o papel que vem desempenhando de compensador das deficiências da graduação? Que alternativas existem? Os currículos são adequados aos objetivos das respectivas áreas de concentração?

b) De acordo com a política nacional de pós-graduação, esforços devem ser dirigidos para a criação de condições de real flexibilidade dos cursos.

Para que haja flexibilidade, é necessário um núcleo mínimo de professores qualificados, com tempo integral na instituição para atendimento mais individualizado aos alunos e para participação nas decisões técnico-administrativas; número significativo de opções por período letivo; número reduzido de disciplinas obrigatórias. Os candidatos escolhem disciplinas que atendam às suas expectativas e aspirações, dentro das necessidades do meio a que pretende servir, sem prejuízo da qualidade do curso, uma vez que assistidos por orientadores. A flexibilidade depende também de mentalidade e disponibilidade de espírito dos

responsáveis pela coordenação dos cursos. Flexibilidade significa ainda respeito às vocações à diversidade de idéias

c) Convém repetir que a pós-graduação, pelas condições e recursos que oferecem à pesquisa, exerce um papel fundamental para que a Universidade atinja um de seus objetivos: o de tornar-se centro criador de ciências e de cultura.

Livre investigação em ambiente universitário não significa, a nosso ver, ausência de linhas de pesquisa definidas. Equipes representativas do pensamento nacional na área podem tentar estabelecer prioridades.

Um grupo de pesquisadores foi convocado recentemente pelo CNPq, pela primeira vez, para preparar o documento de "Avaliação e Perspectivas" na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A partir da análise do estado atual o grupo oferecerá sugestões sobre o que deve ser feito, em termos de formação de recursos humanos e dinamização das atividades de pesquisa, com identificação das linhas a serem implantadas, consolidadas ou expandidas e dos obstáculos e limitações ao desenvolvimento da área. O grupo indicará ainda linhas de ação e medidas práticas para o desenvolvimento da pesquisa na área. Cabe aos Centros de Pós-graduação, porém, programar o melhor aproveitamento dos poucos recursos à disposição da pesquisa, promover a soma de esforços e a complementariedade das atividades.

d) O papel desempenhado pelo professor estrangeiro, suas limitações em decorrência da falta de vivência de problemas brasileiros, o tema para análise de administradores de cursos, professores e alunos.

Já há condições para o intercâmbio de professores brasileiros entre os vários Centros de Pós-graduação nacionais, como forma de ir reduzindo a participação de professores estrangeiros até níveis realmente convenientes ao atendimento dos objetivos de pós-graduação e como forma de estimular o envolvimento de professores na problemática da Informação no Brasil.

É possível também criar mecanismos pelos quais os cientistas estrangeiros necessários ao assessoramento dos cursos e pesquisas, colaborem com os vários Centros nacionais da área, diluindo custos fixos através da multiplicação de benefícios.

A composição do corpo docente por professores titulares de diferentes instituições é uma forma de evitar a formação de grupos fechados e rígidos, inadequados especialmente em ambientes universitários.

e) Os alunos de pós-graduação são geralmente profissionais, alguns já professores universitários, aptos a colaborar com a administração dos cursos. Obter maior participação de alunos na definição de objetivos e na estruturação dos cursos, só pode beneficiar o Mestrado. O incentivo ao comprometimento do aluno com o Curso, a programação de atividades didáticas que exijam sua participação mais ativa — debates de temas, seminários abertos e multidisciplinares — propiciarão também melhores condições para o atendimento dos objetivos de desenvolvimento de espírito crítico e de criatividade dos pós-graduandos.

Em relação ao corpo discente, lembramos a necessidade de um tratamento mais realista da situação dos alunos quanto ao tempo que dedicam ao Curso: tempo integral ou parcial.

Há vários fatores a serem considerados na análise de cada caso: dedicação exclusiva ao curso; acumulação de atividades docentes ou profissionais com os estudos; bolsas de estudo, custo de vida, responsabilidades familiares; condições ambientais da instituição. Critérios flexíveis devem orientar as decisões levando em consideração que se pretende, em última análise, **qualidade**, capacitação do mestrado.

f) A pós-graduação tem também um interesse prático no atendimento de mercado de trabalho profissional.

O parecer 977 da CFE fala no objetivo imediato de "proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito de graduação".

O mestrado pretende, pois, desenvolver profissionais aptos para a criação de novas técnicas; busca preparar para o exercício de atividades dentro de um contexto profissional, enquanto estimula e aperfeiçoa a capacidade de reflexão e ação.

Pode-se tentar diminuir a distância que existe entre as instituições que administram a pós-graduação e as institui-

ções empregadoras que absorvem os formados, ao considerar-se nos estudos de currículo, as pretensões e necessidades das instituições empregadoras.

g) Quando se pretende formar o pós-graduado, mesmo que o objetivo maior seja sua atuação a nível técnico, não se pode esquecer que o título de mestre, em área carente de lideranças, abrirá as portas para atuação a nível gerencial e a nível institucional nas organizações de informação. A preparação para atuação nesses níveis não dispensa disciplinas que desenvolvam capacidade de abstração e que proporcionem conhecimentos gerais.

5 Experiências na Coordenadoria do Mestrado do IBICT

À frente da Coordenadoria de Treinamento, Pesquisa e Desenvolvimento do IBICT e de seu Curso de Mestrado, tivemos oportunidade de tentar atuar de acordo com a orientação aqui defendida.

a) Apoiamos uma abordagem nova da disciplina "Metodologia da Pesquisa", lecionada pelos professores, Victor Valia, José Luiz Werneck da Silva e Eduardo da Silva. O conteúdo da disciplina passou a ser o questionamento crítico da construção do objeto científico, o estudo das abordagens pelas quais o cientista se aproxima em termos teóricos do seu objetivo. A Metodologia fornece ao profissional em Ciência da Informação o instrumentário para que ele possa realmente desenvolver pesquisa científica na área selecionada, em nível empírico e em nível teórico, tendo presente que a Ciência da Informação, sendo um produto do homem, participa das vicissitudes sociais de qualquer ação social. A pesquisa em Ciência da Informação é um trabalho científico sobre a realidade social. Desenvolve-se num nível empírico e num nível teórico; portanto, o estudo da realidade social envolve uma coleta de dados complementada por um enquadramento teórico.

Esse enfoque vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento do espírito crítico dos mestrandos e da sua consciência da necessidade de criação de soluções condizentes com os interesses brasileiros.

Um indicador da maturidade alcançada pelos mestrandos foi, a nosso ver, a sessão em que os professores e alunos analisaram, diante do autor, uma dissertação, já apresentada à Comissão Examinadora.

b) Promovemos, junto com professores da UFMG, USP UnB, um "Encontro sobre Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação" com o objetivo de formular sugestões para a melhoria do ensino. Esse "Encontro" foi divulgado em Boletim editado pelos professores Frederic Litto e Inês Litto da USP. Coordenadores e professores de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, reconhecendo as vantagens da colaboração entre programas de metas similares, reuniram-se, em dezembro de 1976, para troca de pontos de vista e ao final, recomendaram:

- Promoção do diálogo constante entre os vários Centros de Pós-graduação da área através de reuniões periódicas, de correspondência e de um boletim.
- Estímulo ao intercâmbio de professores e alunos dos vários cursos de Pós-graduação da área.
- Planejamento da vinda de professores e especialistas do exterior de modo a permitir o seu aproveitamento em todos os Centros de Pós-graduação.
- Organização de informações necessárias ao melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e ao desenvolvimento de coleção que venha a atender às necessidades de Pós-graduação na área.
- Maior abertura dos Cursos para profissionais de todas as áreas.
- Participação de discentes nos Encontros sobre Pós-graduação.
- Realização de estudos sobre recursos e uso da informação e sobre o profissional da informação.
- Análise de currículo para identificar áreas comuns, definir terminologia, facilitar intercâmbio.

c) Procuramos estimular a colaboração de mestres brasileiros a professores estrangeiros, na forma de monitoria, com o objetivo maior de capacitar docentes brasileiros e, ao mesmo tempo, de facilitar o intercâmbio de idéias entre alunos brasileiros e professores estrangeiros.

d) Realizamos várias reuniões com os alunos, para avaliações periódicas, análise de participação de professores estrangeiros e reuniões de professores com representantes discentes, para a integração de programas de disciplinas.

e) Visitamos instituições que oferecem cursos afins instituições empregadoras de pós-graduados de Ciência da Informação a fim de obter dados para um diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de recursos humanos e fins taras reformulações de currículo.

f) Alguns estudos como o de avaliação dos resultados alcançados pelos cursos estão em projeto no IBICT. Quando concluídos, poderão trazer contribuição imediata para análise, crítica e solução de problemas da pós-graduação

g) Dentre as alterações do Regulamento, promovida durante a nossa gestão, destacam-se:

- Início da representação discente na Comissão Coordenadora do Mestrado;
- Estruturação do currículo de forma mais flexível - diminuição do número de disciplinas obrigatórias e decorrente aumento do número de disciplinas optativas;
- Introdução das disciplinas "Comunicação Científica" - "Desenvolvimento Científico e Tecnológico"; "Economia da Informação" — visando a oferecer aos alunos oportunidades de conhecimento e análise do contexto mais amplo em que se situa a problemática da informação científica e tecnológica;
- Reintrodução da disciplina "Didática" visando levar o professor-aluno à maior compreensão dos problemas de ensino-aprendizagem e a distinguir os valores dos diferentes métodos no curso superior.

6 Considerações Finais

A curto prazo, as perspectivas da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação são satisfatórias. Há soluções à vista. Os quase vinte brasileiros, em programas de doutorado no exterior, estarão graduados em 2 ou 3 anos e retornando ao Brasil serão absorvidos, esperamos, pelos Centros de Pós-graduação, atenuando assim um dos grandes problemas atuais dos nossos mestrados: o número insuficiente de professores brasileiros com qualificação adequada.

Da sementeira feita com a participação de pioneiros brasileiros, de professores e instituições internacionais, estamos vendo brotar vários pontos positivos como:

- Esforço de pensar a nossa realidade;
- e A consciência que se forma entre professores, pesquisadores e profissionais da necessidade de busca de soluções próprias para as condições brasileiras;
- o Número já expressivo de brasileiros realizando o doutoramento em instituições diversificadas;
- 1 • o apoio dado atualmente pelo CNPq e pela CAPES através da concessão de bolsas e da promoção de estudos de avaliação da área;
- Os debates e polêmicas que as orientações metodológicas distintas começam a provocar entre os profissionais .

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 BOLETIM INFORMATIVO. Cursos brasileiros de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Paulo, v. 1, 1977.
- 2 BRASIL. Leis, decretos, etc. Parecer nº 077/65. Definição dos cursos de pós-graduação. In: **Ensino superior: legislação e jurisprudência**; seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo, Revistas dos Tribunais, 1975. v. 3. p. 123-48.
- 3 BRASIL. Leis, decretos, etc. Parecer nº 77/69. Formas de credenciamento dos cursos de pós-graduação. In: **Ensino Superior: legislação e jurisprudência**; seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1975. v. 3. p. 223-9.
- 4 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. **Plano Nacional de Pós-graduação**. 2 ed. Brasília, 1975. 52 p.
- 5 FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 3 (1): 27-39, mar. 1974.
GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A pesquisa em Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 1 (1): 7-11, mar. 1972.
- 7 GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 3 (1): 13-26, mar. 1974.

- 8 LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior < publicado pela CAPES). ser a
- 9 MENDES, Josué Camargo. Considerações sobre a nós -graduação. Educação, 20: 41-6, abr./jun. 1975 pós
- 10 PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Pós-graduação: trumento ou estorvo da tecnologia nacional? dados e Idéias, 2 (2): 31-8, out./nov. 1976. da dos
- 11 VIEIRA, Anna da Soledade. A formação de administra dores de Bibliotecas: na berlinda o programa da UFMG. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte 6 (2): 136-60, set. 1977.
- 12 ----- & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em Biblio- teconomia e a formação de uma liderança nacional R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte 6 (2) 125-35, set. 1977.

ATRAVÉS DO USUÁRIO: PRODOCENTE/LIVROS

JUDITH REBECA SCHLEYER

(Assessoria de Planejamento Bibliotecário da
CAPES)

RESUMO

O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e sua influência na biblioteca universitária. O crescimento aleatório dos acervos dificulta o atendimento do usuário titulado A CAPES, então, elabora o projeto PRODOCENTE/Livros, com o objetivo de minimizar o problema. Sistemática de ação do projeto e conclusões finais.

1 Introdução

A universidade brasileira vem sofrendo um acentuado processo de transformação desde 1968, com a promulgação da Lei 5.540/68 (Reforma Universitária). Antigas Faculdades e Institutos isolados foram reunidos, incorporando-se a universidades já existentes ou, então, criando novas universidades, sendo os objetivos da universidade brasileira redimensionados, incluindo como funções específicas as atividades de pesquisa e de extensão.

O desenvolvimento da pesquisa na universidade brasileira contribuiu para a criação de um maior número de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Estes cursos vem recebendo o apoio de vários organismos oficiais, entre eles, a CAPES — Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — que, ao lado de seu tradicional incentivo á formação de recursos humanos iniciou, em 1975, o CID — Capacitação Institucional de Docentes, o qual evoluiu para o atual PICD — Programa Institucional de Capacitação de Docentes.

O PICD vem possibilitando, às universidades brasileiras, a renovação e o desenvolvimento de seus recursos humanos para garantir a qualificação necessária ao aperfeiçoamento do ensino superior no País, quer em termos qualitativos quer quantitativos. Este contingente humano pós-graduado vem sendo formado em universidades outras que não as de origem dos bolsistas, onde desenvolvem, em nível mais sofisticados, hábitos de leitura e de pesquisa bibliográfica, graças tanto à complexidade mesma dos serviços bibliográficos ao seu alcance quanto por força da própria metodologia dos cursos que estão frequentando. Na prática, sabe-se que nem todas as universidades de onde provêm estes bolsistas, contam com serviços bibliotecários desenvolvidos ao ponto de auxiliarem na reabsorção destes usuários e garantir-lhes a manutenção e o refinamento daqueles hábitos de recuperação de informação para sua atualização permanente, preparo de aulas elaboração de textos para encontros e/ou revistas profissionais ou para desenvolvimento de projetos e pesquisas.

Para ilustrar o parágrafo anterior, transcrevemos a seguir trecho de carta de um bolsista da CAPES, o qual teve a oportunidade de conhecer bibliotecas com variados sistemas de atendimento:

... Uma (...) questão relevante para a universidade brasileira refere-se a não existência de bibliotecas adequadas (grifo nosso, pois o bolsista acrescentou à mão o adjetivo). Na verdade, a nível de pós-graduação em ciências humanas (e presumivelmente também em outras áreas) são necessárias duas categorias de obras: a) textos fundamentais, que podem ser tanto manuais de introdução, como textos da tradição da disciplina; b) obras e documentos para pesquisa... Por outro lado, a organização de bibliotecas (acervo) é também bastante arbitrária e tende a depender de interesse de professores encarregados do setor e não de uma programação..."

São várias as causas dessa inadequação ou "defasagem" da biblioteca universitária brasileira, criada, em muitos casos, pela reunião de bibliotecas de Faculdades ou Institutos isolados e quase sempre sem nenhuma programação para a formação de uma rede de bibliotecas ou uma única biblioteca central.

A carência (quantitativa e qualitativa) de recursos humanos, a pobreza de seu acervo, a falta de equipamentos e outros materiais não podem ser simplesmente e unicamente atribuídas aos poucos recursos financeiros. É bem verdade que os investimentos em bibliotecas têm aumentado, mas também tem aumentado o número de usuários. E, pode-se comprovar facilmente, que o crescimento de recursos não acompanha a criação de novos cursos e a expansão de matrículas.

Segundo Etelvina Lima: "A falta de definição de objetivos do ensino superior e a pobreza dos processos didáticos empregados por alguns professores conduziram à falta de planejamento de bibliotecas".

A falta de definições de objetivos da biblioteca universitária e de planejamento, lado a lado com existência de recursos financeiros e humanos em volume não satisfatórios formam, a nosso ver, o conjunto complexo de causa e consequência dessa defasagem.

Não pretendemos, no âmbito deste trabalho, analisar minuciosamente as diferentes facetas dos problemas aqui abordados, nem mesmo, apresentar soluções milagrosas.

Pretendemos, unicamente, divulgar, o que está sendo desenvolvido pela CAPES, através de sua Assessoria de Planejamento Bibliotecário, na tentativa de solucionar o seguinte problema:

2 Prodcente/Livros

Um considerável número de bolsistas, em fase final de elaboração de tese, retornará em 1978 (e nos anos subsequentes) às suas instituições de origem, onde irão assumir ou reassumir seus cargos de docentes.

Para o incentivo e desenvolvimento de suas futuras atividades eles deverão contar, entre outros instrumentos, com uma biblioteca capacitada a atendê-los em suas necessidades informacionais. Torna-se, portanto, necessário prever e prover as bibliotecas com material bibliográfico relevante e pertinente para seus futuros trabalhos no ensino e na pesquisa.

Dentro desta perspectiva, as bibliotecas devem ser estimuladas a desenvolver seus acervos através de uma política dirigida a um crescimento, acima de tudo, qualitativo fazendo o uso mais racional possível dos recursos disponíveis.

O PRODOCENTE/Livros, na sua tarefa de criar condições para absorção e reabsorção de docentes graduados e docentes titulados pelo PICD, previu a dotação de recursos financeiros para a aquisição de material bibliográfico básico e indispensável às tarefas iniciais dos docentes após seu retorno, pretendendo racionalizar, através de uma sistemática própria, a utilização dos recursos financeiros alocados para a aquisição de material bibliográfico, visando o atendimento desse grupo específico de usuários.

3 Objetivos do Prodocente/Livros

A — Desenvolver o acervo bibliográfico da instituição de acordo com as indicações e recomendações dos bolsistas/docentes, de modo a fornecer os elementos informacionais adequados às atividades posteriores de ensino e pesquisa e desta forma, contribuir para a elevação do nível de desempenho dos cursos e projetos de pesquisa.

B — Estimular as bibliotecas a formular e executar uma política de desenvolvimento do acervo informacional. Tal política propiciará a maximização na utilização dos recursos e a racionalização do crescimento do acervo, criando assim a infra-estrutura necessária à implantação da comutação hemerográfica e à interligação de serviços entre as bibliotecas das universidades brasileiras.

C — Promover uma vinculação efetiva entre docentes/usuários e biblioteca de modo a fortalecer ou a criar os necessários laços de colaboração entre os futuros professores que assumem ou reassumem seus cargos e os bibliotecários.

D — Incentivar as bibliotecas a realizarem sistematicamente a avaliação de seus acervos, primeira etapa para a implantação da política de aquisição (mencionada no item B), que por sua vez possibilitará uma verdadeira seleção de material bibliográfico.

4 Sistemática

O PRODOCENTE/Livros será executado através de três elementos de apoio já existentes nas várias universidades: a) as Comissões do PICD; b) as bibliotecas; e c) os grupos de docentes-bolsistas.

Uma vez que o objetivo principal é o de fornecer aos bolsistas uma bibliografia mínima para a continuação dos trabalhos iniciados no mestrado ou doutorado e para realização de novos estudos, incluindo as suas tarefas de ensino, cada bolsista deverá compilar uma relação de obras, a seu ver indispensáveis aos propósitos acima mencionados. Para tanto, em cada universidade a respectiva Comissão do PICD encaminhará aos bolsistas de sua instituição um ofício com as devidas explicações de como devem proceder na elaboração da listagem das obras de seu interesse.

O bolsista deverá listar (com o auxílio de seu orientador), no máximo, 30 obras, classificando-as segundo os critérios abaixo:

A — Obras básicas, indispensáveis, que devem fazer parte da coleção mínima de sua especialidade (coleção de lastro).

B — Obras importantes para o desenvolvimento de trabalhos futuros (coleção de pesquisa).

C — Obras de sua área ou correlatas, publicadas ou em fase de publicação, mesmo que não tenha lido, mas das quais tem referências satisfatórias.

D — Títulos de periódicos que a Biblioteca deverá considerar para futuras assinaturas.

O elo de ligação entre o bolsista e a biblioteca será a Comissão do PICD, responsável pelo envio da solicitação de recomendações para o bolsista e pelo controle do recebimento das respostas que encaminhará à Biblioteca.

Caberá a Biblioteca Central e/ou Setorial proceder a uma avaliação do acervo relativo às áreas que atendem as necessidades dos bolsistas.

Através da elaboração direta, sabemos que constituem exceção as bibliotecas que já realizaram ou que realizam sistematicamente a avaliação de seus acervos e, assim sendo, tomamos a iniciativa de sugerir um método simples, dei-

xando às bibliotecas a escolha do método que melhor lhes convier para a avaliação de seu acervo.

Sugerimos, portanto, a utilização dos seguintes dados-número de títulos nas classes e subclasses de assunto-dentro da especialidade de cada bolsista, número de alunos matriculados nos cursos, proporcionalidade de idiomas representados no acervo, idade do acervo (descrição mais pormenorizada deste método pode ser encontrada na publicação de Antonio Miranda, citada na bibliografia do presente trabalho).

A justaposição destes dados numéricos demonstrará proporcionalmente, as áreas mais "deficientes" e as áreas mais bem "supridas", em termos quantitativos.

A seguir, a biblioteca deverá verificar nas listagens dos bolsistas quais são as obras que já fazem parte do acervo e quais inexistem no acervo.

Deverá, então, ser convocada uma reunião com a Comissão do PICD e a Comissão da Biblioteca (na ausência desta, c(s) bibliotecários(s), onde serão determinadas as áreas prioritárias para atendimento imediato.

A identificação da(s) área(s) prioritária(s) e a conseqüente seleção de obras a serem adquiridas serão baseadas nos dados apresentados pela biblioteca (avaliação de acervos, verificação das listas) e na análise conjunta dos seguintes pontos:

- a) pertinência e relevância das obras indicadas pelos docentes/bolsistas;
- b) conhecimento do acervo já existente na biblioteca;
- c) número de bolsistas e das respectivas áreas; e
- d) o relacionamento e experiência da própria Comissão do PICD com os docentes/bolsistas (ex:dificuldades encontradas para o atendimento de suas necessidades bibliográficas)

De acordo com as decisões tomadas na reunião serão adquiridos os itens B e C da (s) área (s) prioritárias (s) e os itens A selecionados de todas as listagens.

Quando o montante das aquisições previstas para atender as áreas consideradas prioritárias for inferior aos valores globais dos recursos alocados pelo PRODOCENTE/Livros, deverão ser selecionadas e adquiridas as indicações de obra tipo B e C das listagens da(s) área(s) não prioritária(s).

Posteriormente, a Biblioteca anotará nas listagens compiladas pelos bolsistas as decisões pertinentes enviando, para conhecimento e acompanhamento, fotocópia à Comissão do PICD que, por sua vez, devolverá ao bolsista a listagem com as respectivas anotações.

5 Conclusão

O PRODOCENE/Livros é **parte das medidas** que estão sendo adotadas para solucionar **um dos problemas** dos serviços bibliotecários das universidades brasileiras, e, desta forma, auxiliar no atendimento à demanda de informação dos titulados que regressam a partir de 1978 às suas universidades de origem.

O PRODOCENTE/Livros proporcionará às bibliotecas o benefício da vinculação **cooperativa** dos titulados no desenvolvimento de seus acervos. Caberá às bibliotecas aprofundar estes vínculos ocasionais através de uma colaboração permanente, informando-os quanto às potencialidades e limitações dos serviços existentes, solicitando-lhes ajuda através de sua participação em Comissões de Biblioteca ou elaborando novas listas, em anos subseqüentes, para atualizar as coleções das áreas de seu interesse com recursos orçamentários da biblioteca.

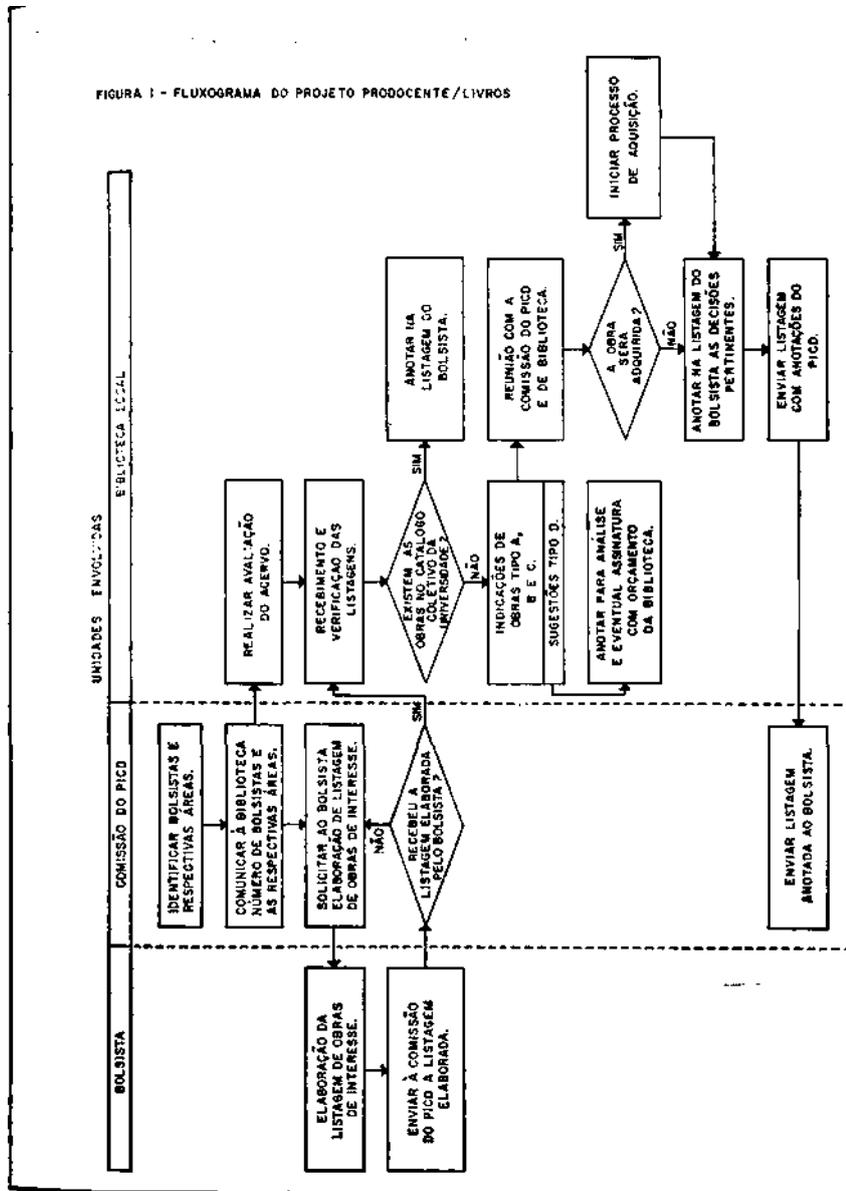
Caberá, também, às bibliotecas transformar em rotina a avaliação do acervo global da universidade, impedindo, assim o crescimento aleatório e impulsionando o desenvolvimento racional de seu acervo de modo a atender sua totalidade de usuários, incluindo os titulados que já reassumiram seu cargos e outros docentes que não foram beneficiados com um projeto semelhante e que presume-se estejam encontrando dificuldades na obtenção das obras necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de ensino e de pesquisa.

Aumentar, qualitativa e quantitativamente, os acervos das bibliotecas é, tão somente, uma etapa na sua transformação em verdadeiras fontes de informação. A especialização de bibliotecários, a aquisição de equipamentos para a integração de serviços (p.ex: comutação), e de material permanente (como estantes e fichários), o treinamento de usuários, etc, compõem o conjunto de medidas que desenvolverão a infra-estrutura das bibliotecas universitárias integrando-as em um sistema capaz de atender às necessidades informacionais de seus usuários.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ARENDS, Tulio. Las revistas médicas venezolanas: evaluation de su calidad. **Act. Cient Venezolana**, **19** (4)-148-51, 1968.
- 2 CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Bibliotecas universitárias em sistemas nacionais de informação in-
CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. 36 p.
- 3 FERREIRA, Gilda Pires. **A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica**. Recife, UFPe, 1977.
- 4 GOLDSTEIN, M. & SEDRANSK, J. Using a sample technique to describe characteristics of a collection. **College of Research Libraries**, **38** (3): 195-202, 1977.
- 5 LEMOS, A.A.B. de & MACEDO, V.A.A. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **R. Bibliotecon**, Brasília, 2 (2): **167-74, 1974**.
- 6 LIMA, Etelvina. A biblioteca no Ensino Superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8, Brasília, 1975. 15 p.
- 7 MIRANDA, Antônio. A biblioteca universitária e a pós-graduação: desnível e descompasso. **Boletim ABDF. Nova Série, Brasília**, **1** (2): **2-4, 1978**.
- 8 ----- . **Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras; idéias para um modelo operacional**. Brasília, Convênio CAPES/ABDF, 1978. 36 p.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DO PROJETO PRODENTE/LIVROS



EXPANSÃO DO ACERVO E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA CENTRAL

NAZIAN AZEVEDO DE MORAES

(Diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo)

RESUMO

Tendo em vista os vários Cursos de Pós-Graduação criados recentemente por esta Universidade, alguns já em funcionamento, propomos a expansão dos recursos bibliográficos e de prestação de serviços da Biblioteca Central através de um Serviço de Documentação, como parte integrante desta.

1 Introdução

A instalação do Serviço de Documentação na Biblioteca Central é consequência da criação dos Cursos de Pós-Graduação (já em funcionamento), tendo em vista que o Departamento de Assuntos Acadêmicos — DAU, recomenda que, "para novos cursos prevê-se um mínimo de 5.000 títulos de obras para constituir o acervo básico, e mínimo de 20 assinaturas correntes de revistas científicas de reconhecida qualidade para as áreas de concentração oferecidas". Considerando-se que o acervo da Biblioteca Central não oferece suporte bibliográfico capaz de corresponder às expectativas levantadas não só pelo DAU, como também pelo "Plano Nacional de Pós-Graduação", foi proposta a montagem do referido Serviço.

2 Desenvolvimento

2.1 O Serviço de Documentação tem por objetivos:

- a) prestar um assessoramento efetivo ao ensino e à pesquisa;

- b) tornar-se participante das atividades sistêmicas de redes de bibliotecas e serviços de documentação que servem aos cursos de Pós-Graduação no Brasil, estendendo-se aos demais cursos de graduação e à pesquisa em geral no Brasil e no Exterior;
- c) "contribuir para a renovação dos métodos de ensino, propiciando a mudança da presente situação de passividade na busca de informação (limitadas suas fontes imediatas) para métodos mais agressivos de obtenção de informação, independente de sua localização física".

Para a consecução desses objetivos o Serviço de Documentação deverá

- A) manter-se estreitamente ligado ao Subsistema de Informação e Documentação Educacional — SIDE, vinculado à Assessoria de Planejamento Bibliotecário da CAPES/DAU/MEC, que visa:
 - 1 — A utilização de bibliotecas e demais órgãos de informação e documentação no Brasil, através de redes sistêmicas de Bibliotecas e serviços de documentação;
 - 2 — Treinar e orientar usuários (professores, estudantes e demais pesquisadores) nas técnicas de pesquisa bibliográfica;
 - 3 — Treinar pessoal para as tarefas típicas de sistemas e redes de bibliotecas universitárias.

2.2 Localização e Área

O Serviço de Documentação está localizado no prédio da Biblioteca Central, ocupando uma área de 134,87 m³, conforme "lay-out" (anexo 1).

2.3 Instalações

Uma sala para o Serviço de Documentação
Uma sala para pesquisa e leitura
Dez (10) cabines individuais
Uma sala para leitura em grupo (paredes de vidro)
Uma sala para o serviço de reprodução

A Secretaria, os catálogos e serviços de referência funcionarão na sala do acervo do Serviço.

2.4 Móveis e Equipamentos

2.4.1 Mobiliário

- a) estantes para acervo de livros, periódicos, etc.
- b) 3 arquivos
- c) 5 mesas para trabalho dos bibliotecários e dos estagiários
- d) 2 mesas para datilografo
- e) 7 cadeiras correspondentes às mesas acima
- f) 30 mesas para estudo individual de aluno
- g) 30 cadeiras correspondentes às mesas acima
- h) 1 mesa para reuniões
- i) 12 cadeiras para a mesa acima
- j) 1 arquivo para correspondência e documentos
- k) 1 fichário Kardex com capacidade para 500 fichas
- l) 1 arquivo para microfichas

2.4.2 Equipamentos

2 máquinas elétricas de datilografia 1 máquina microfilmadora (já existente) 1 máquina leitora de microfichas (já adquirida com recursos doados pela CAPES) 1 máquina leitora-copiadora 1 máquina xerox 1 mimeografo

2.5 Documentação

2.5.1 Acervo

- material de referência (dicionários, enciclopédias, guias, bibliografias, manuais, etc.)
- relatórios, pesquisas, etc.
- documentos de Congressos, acordos, etc.
- teses
- folhetos
- apostilas de cursos
- recortes de jornais e outros.

2.5. 2 Atividades

5.2.1 Intercâmbio e Informação

a) Cadastro de instituições internacionais, nacionais e estrangeiras, que ofereçam interesse aos estudos realizados pelos Cursos de Pós-Graduação;

b) Deverá manter correspondência com o Brasil e Exterior, realizando permutas de publicações, relações públicas com outras entidades, etc.

2.5.2.2 Pesquisa **bibliográfica**

a) Setor de bibliografia — elaboração de bibliografias sinaléticas para atender a pedidos de alunos e professores dos Cursos;

b) Setor de indexação e resumos — resumos de livros e artigos de periódicos previamente selecionados. Serão utilizados os periódicos da Biblioteca Central. Esses resumos serão arranjados em um fichário por autor e assunto:

c) Setor de recortes de jornais — seleção dos principais artigos de interesse dos Cursos de Pós-Graduação publicados nos jornais "O GLOBO" e "JORNAL DO BRASIL", etc. Os recortes serão guardados em arquivos de pastas suspensas, por assunto. As fichas serão arrumadas por autor e assunto;

d) Periódicos — será utilizada a hemeroteca da Biblioteca Central, que deverá manter, entre outras, assinaturas de pelo menos 20 títulos de revistas especializadas nas áreas de Pós-Graduação.

2.5.2.3 **Referência Legislativa**

Serão catalogados atos oficiais federais e estaduais por assunto e pelo próprio ato (leis, decretos, decretos-lei, portarias, pareceres, etc).

2.5.2.4 **Catálogo Coletivo**

O catálogo coletivo reunirá o acervo do Serviço de Documentação e da Biblioteca Central sobre as áreas de Pós-

-Graduação e assuntos correlatos, assim como os acervo bibliotecas do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Centro de Documentação do Instituto de Assuntos Avançados em Educação, da Fundação "GETÚLIO VARGAS" outros congêneres.

2.5.2.5 Documentos

Reunirá teses, folhetos, monografias, etc., organizados pelo processo de indexação coordenada.

2.5.2.6 Livros Básicos

O Serviço não armazenará livros. Todos os livros recebidos serão inseridos no acervo geral.

2.5.2.7 Microfichas

Deverá manter em ótimas condições de uso, um acervo de microfichas de teses e monografias sobre todas as áreas e respectiva aparelhagem de leitura e reprodução.

2.6 Publicação

A Biblioteca Central publicará um Boletim onde divulgará as atividades desenvolvidas pelo Serviço e as novas aquisições de material bibliográfico, assim como poderá trazer em cada número uma bibliografia analítica sobre determinado assunto, de interesse para professores e alunos.

2.7 Pessoal

Levando-se em consideração que com a criação dos Cursos de Pós-Graduação, esta Biblioteca Central será acionada por uma clientela maior e mais exigente, será necessário também que seus recursos humanos correspondam a esta realidade, visando à otimização dos serviços a serem prestados. Assim propomos:

2.7.1 Para o Serviço de Documentação

- 01** bibliotecário em tempo integral
- 02** estagiários do curso de Biblioteconomia
- 02** estagiários de outras áreas
- 01** datilógrafo
- 01** técnico em biblioteca

2.7.2 Para a Biblioteca Central

- 02 bibliotecários em tempo integral
- 03 estagiários do curso de Biblioteconomia
- 02 datilógrafos
- 03 técnicos em biblioteca
- 01 auxiliar de portaria

2.8 Clientela

Pós-Graduandos, Graduandos, Professores e Pesquisadores.

2.9 Serviços Especiais

2.9.1 Reprografia

- 01 máquina xerox
- 01 mimeógrafo
- 02 leitores de microfichas
- 01 máquina leitora-copiadora

2.9.2 Serviços Cooperativos

2.9.2.1 Aquisição planejada

Será proposto entre as Bibliotecas e Centros de Informação e Documentação, participantes do subsistema de redes de informação, um plano de aquisição planejada, visando a distribuição racional das verbas.

2.9.2.2 Integração com sistemas de redes de Informação e Documentação

A Biblioteca Central/Serviço de Documentação se integrará aos sistemas de redes de informação e documentação no País e no Exterior, a fim de levar a informação ao maior número possível de usuários independentes de sua localização física.

2.9.2.3 Intercâmbio

A Biblioteca Central/Serviço de Documentação manterão um serviço permanente de intercâmbio não só de infor-

mações, como também de material bibliográfico, realizando inclusive empréstimo entre bibliotecas.

2.9.3 Orientação ao usuário

A Biblioteca Central se propõe a fazer o perfil de se usuários. Conhecidas as suas necessidades, seus hábitos costumes, adotará uma política de orientação e assistência de modo a conduzi-lo à certeza de que a Biblioteca Central é realmente um "laboratório" onde são manipuladas todas as áreas do conhecimento, e onde ele poderá encontrar soluções para todos os questionamentos do saber.

2.10 Microfilmarem

A Biblioteca Central possui o equipamento composto de uma máquina microfilmadora Universal, tipo planetária, modelo DAV 72000 ID: 001.20 — nº 213.539 e um aparelho leitor modelo DL-72-0-011, ambos de procedência alemã. Estamos propondo à Universidade a implantação de um sistema que atenda à área acadêmica/administrativa e à Biblioteca Central que no momento se prepara, em conexão com a Coordenação Geral de Pós-Graduação, para criar o Serviço de Documentação. Como se trata de um projeto a "Longo Prazo", esperamos colocá-lo em funcionamento no segundo semestre de 1979.

2.11 Conclusão

Considerando-se o Serviço de Documentação uma extensão da Biblioteca Central, esse deve servir aos fins desta.

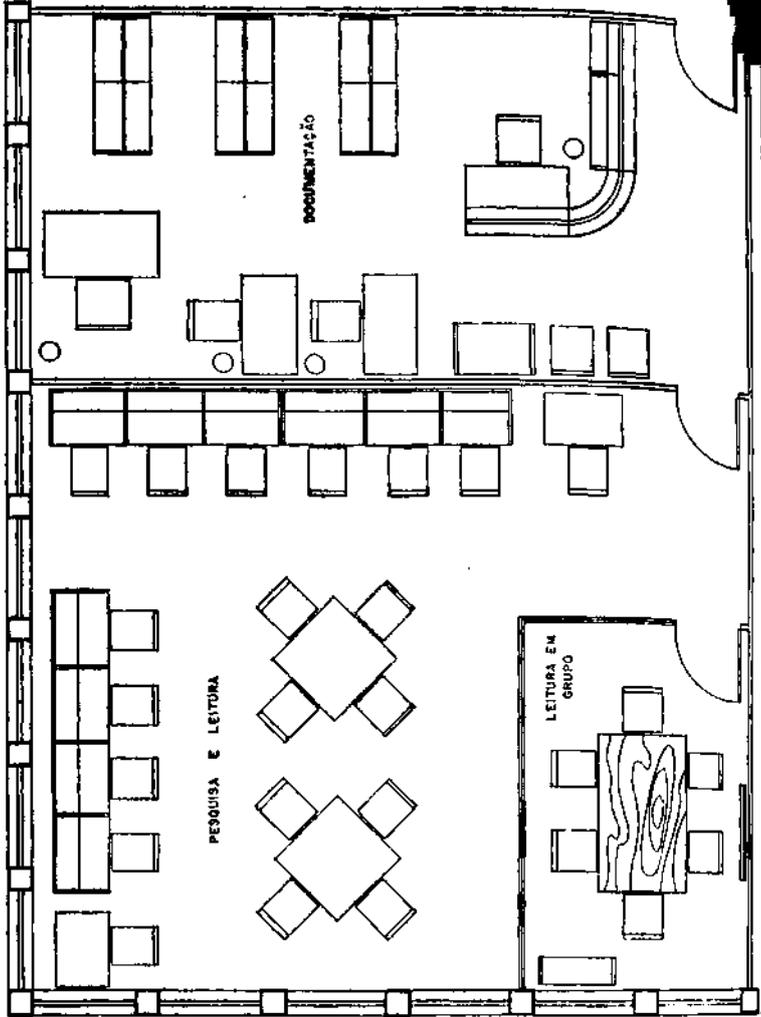
Deve-se observar em seu acervo, a manutenção desta finalidade que pode estar contida em qualquer tipo de material. As finalidades do Serviço serão as mesmas da própria Biblioteca Central.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 CAPES. Levantamento do "Status Quo" das bibliotecas de universidades brasileiras. Brasília, 1978.
- 2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Ante-projetos do regimento e regulamentos da biblioteca central, Vitória, s. d.

- Biblioteca Central. Relatório. Vitória, 1977.
- 3**
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Coordenação do Curso de Pós-Graduação em **Educação. Proposta para montagem e implementação de uma biblioteca e de um serviço de documentação para o programa Pós-Graduação em Educação da UFES.** Vitória, 1978.
- 5** CAPES/UnB. **Apostilas e anotações do Curso de Aperfeiçoamento para Bibliotecas de Universidades Brasileiras.** Brasília, 1978. ,

ANEXO I



PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO E SERVIÇOS DA BIBLIOTECA CENTRAL E INSTALAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO 2

PROPOSIÇÕES	OBJETIVOS		REQUISITOS
	GERAIS	ESPECÍFICOS	
<p>1. Expansão do acervo e serviços da Biblioteca Central.</p> <p>2. Instalação do Serviço de Documentação na Biblioteca Central.</p>	<p>Proporcionar serviços bibliográficos aos professores, alunos e pesquisadores, de forma a permitir o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reunindo, organizando e difundindo a documentação bibliográfica necessária aos cursos e programas de trabalho das Unidades que integram a Universidade.</p>	<p>1. Instalar adequadamente os serviços bibliotecários.</p> <p>2. Ampliar e treinar o quadro de pessoal técnico/administrativo da Biblioteca.</p> <p>3. Atualizar os serviços de processamento técnico.</p> <p>4. Oferecer melhores serviços de atendimento ao usuário.</p>	<p>1. Aquisição de uma bibliografia mínima necessária aos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade.</p> <p>2. Atualização das Coleções existentes e assinaturas correntes de periódicos.</p> <p>3. Ampliação e treinamento do quadro técnico-administrativo de pessoal.</p> <p>4. Instalações, equipamentos e mobiliário adequados.</p> <p>Sensibilização da Administração e do corpo docente para com o processo ensino/aprendizagem, realizado através da utilização dos recursos documentais.</p>

**EXPANSÃO DO ACERVO E SERVIÇOS DA BIBLIOTECA CENTRAL E
IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA CENTRAL**

C R O N O G R A M A

		TRIMESTRE			
		1978		1979	
		3º	4º	1º	2º
01	PLANEJAMENTO				
02	EXECUÇÃO				
03	acompanhamento, avaliação e controle				

Sessões Científicas

1ª SESSÃO CIENTÍFICA

Componentes da mesa

Presidente: ANTONIO CAETANO DIAS (Decano do Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ).

Relatora: ELIANA SOUZA PINHEIRO (Assistente de Direção do Núcleo de Documentação e Professora do Departamento de Documentação da UPF).

Expositores: KATIA MARIA LEMOS (Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação da UNICAMP). CECÍLIA MALIZIA ALVES (Chefe da Biblioteca Central da PUC/RJ).

Secretária: RUTH MARINHO MARTINS (Chefe da Seção de Registro do Núcleo de Documentação da UFF).

**PROJETO DE AUTOMAÇÃO DA BIBLIOTECA DO
INSTITUTO DE MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA
E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

KATIA MARIA LEMOS

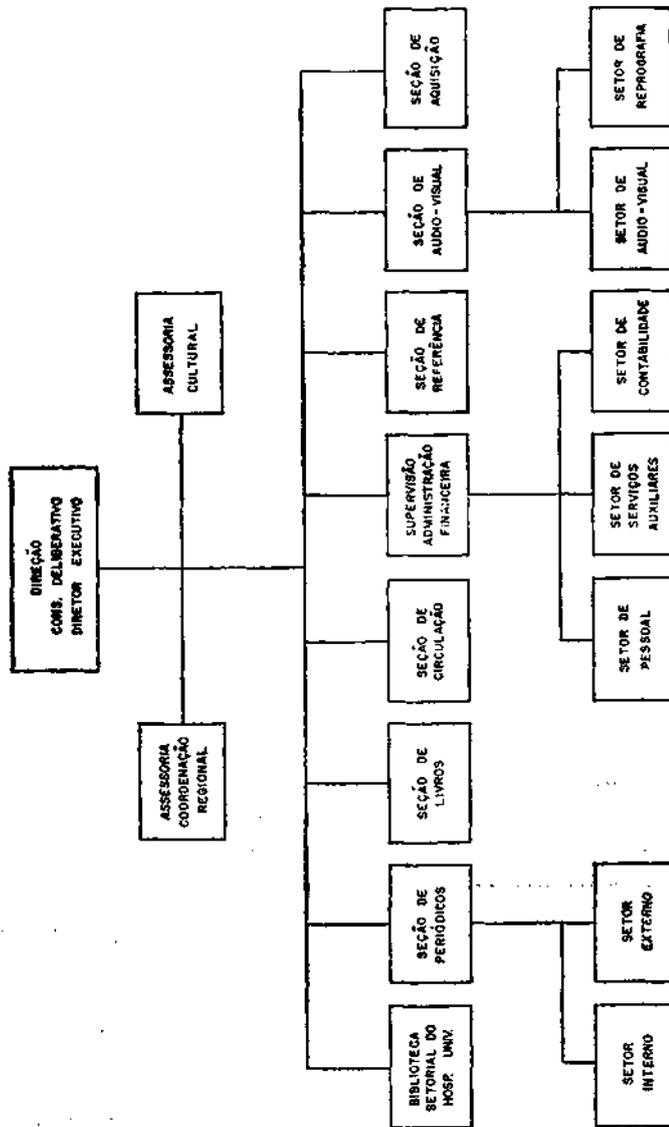
(Biblioteca do Instituto de Matemática,
Estatística e Ciência da Computação
DA UNICAMP)

RODOLFO MIGUEL BACARELLI

RESUMO

A idéia inicial do Projeto surgiu do interesse de um grupo de pessoas em pesquisar o problema da gerência de informação e suas interligações com a automação. Mais objetivamente, este Projeto pretende desenvolver sistemas, capazes de automatizar os procedimentos operacionais de uma Biblioteca, organizados de acordo com o quadro a seguir:

FIGURA 1



O DIRETOR EXECUTIVO DA BIBLIOTECA É O COORDENADOR DO PROJETO.

A prioridade dos processos operacionais a serem automatizados foi estabelecida em função das necessidades da Biblioteca do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da Universidade Estadual de Campinas, conforme critérios dos autores do Projeto. Os processos a serem automatizados ficaram estabelecidos da seguinte forma:

1. Criação do arquivo mestre.
2. elaboração de índice bibliográfico.
3. elaboração de fichas catalográficas.
4. automação dos processos de seleção e aquisição, respectivamente.
5. controle da circulação.

As justificativas para a criação e conseqüente execução deste Projeto fundamentam-se nas seguintes proposições:

1. melhor controle dos processos administrativos.
2. melhor utilização do pessoal especializado.
3. melhor utilização do acervo.
4. cooperação entre bibliotecas — formação de redes regionais, nacionais e internacionais.
5. formação de especialistas em automação de bibliotecas .

Os recursos humanos responsáveis pelo Projeto, constituem-se de:

3 pesquisadores; um coordenador; um bibliotecário; um analista.

4 estagiários de Biblioteconomia.

4 programadores de computador.

1 escriturário.

A necessidade de um pesquisador-coordenador verifica-se em função de procedimentos administrativos, principalmente, ligados a solicitação de fundos à entidades fornecedoras de recursos financeiros para este tipo de pesquisa tecnológica. O tempo previsto para a implementação inicial do Projeto é de 15 meses, com toda a equipe funcionando em período integral. Atualmente, já estão concluídas as seguintes atividades:

1. programa de consistência e gravação de dados do arquivo mestre.
2. alguns programas referentes à elaboração de índices.
3. o Boletim de entrada de dados.
4. o manual de preenchimento do Boletim.

Estas atividades integram a primeira fase do Projeto. O trabalho realizado até agora é fundamental para o desenvolvimento das etapas posteriores; foi desenvolvido em regime de trabalho voluntário, mais as condições oferecidas pelo IMECC. Faz-se necessário, entretanto, um suporte financeiro capaz de prover os recursos de que necessitamos para dar continuidade ao Projeto. As perspectivas de sua implementação estão sendo providenciadas pela equipe responsável, juntamente com a direção do Instituto.

1 Introdução

A menos que novas técnicas sejam empregadas no tratamento da informação armazenada em nossos centros de informação, corremos o risco de ver crescer mais e mais o descompasso tecnológico existente entre nosso país e países desenvolvidos.

Atualmente a gerência de informação reveste-se de importância fundamental no desenvolvimento de pesquisas, e no estabelecimento de metas a alcançar. Embora seja evidente que o problema de tratamento ineficiente da informação bibliográfica não é o único a afetar o desenvolvimento tecnológico nacional, pode-se imaginar as conseqüências benéficas trazidas pelo emprego de técnicas mais eficientes.

A idéia inicial do projeto em pauta surgiu do interesse de um grupo de pessoas em pesquisas o problema da gerência de informação e suas interligações com a automação, principalmente, em bibliotecas, na administração e disseminação de informação, elaborando, desta forma, uma tecnologia rigidamente condizente com as necessidades de nossa atual estrutura.

As etapas iniciais do projeto, não dependentes de recursos financeiros de monta, já foram concluídas, sendo que metade da equipe necessária para a implementação do projeto global já vem trabalhando desde há mais de 10 meses em regime de trabalho voluntário. Após extensas pesquisas

bibliográficas, consultas a especialistas do setor de documentação e confrontos com outros sistemas automáticos em vias de implementação como o PRODASEN (Processamento de Dados do Senado Federal) e o sistema de automação da rede de bibliotecas da Prefeitura de São Bernardo do Campo SP., elaborou-se um padrão para as informações de entrada do sistema aqui proposto.

Definido o padrão de informações, foi possível estabelecer um formulário para a coleta dessas informações e também elaborar o programa para efetuar a consistência e gravação dessas informações em fita magnética.

O formulário já impresso, é mostrado no apêndice 2.2.3. O programa de consistência e gravação encontra-se em fase final de testes.

O trabalho realizado até agora é fundamental para o desenvolvimento das etapas seguintes que, no entanto, requerem uma equipe maior e melhor estruturada. Concomitantemente, faz-se necessário um suporte financeiro capaz de prover os recursos de que necessitamos para dar continuidade ao projeto que foi amparado, em sua fase inicial pelo IMECC.

2 Desenvolvimento

2.1 Planejamento das Etapas de Automação

2.1.1 Objetivos

O objetivo principal do projeto é desenvolver sistemas capazes de automatizar os procedimentos operacionais de uma biblioteca, organizados de acordo **com o quadro** a seguir:

SETOR	ATIVIDADES
Administração	Seleção de documentos * Aquisição de documentos
processos Técnicos	Catálogoção Preparação material do documento
Documentação	Elaboração de Índices Recuperação da informação
Circulação	Reserva Empréstimo Devolução

SETOR	ATIVIDADES
Administração	Seleção de documentos * Aquisição de documentos
Processos Técnicos	Catálogoção Preparação material do documento
Documentação	Elaboração de índices Recuperação da informação
Circulação	Reserva Empréstimo Devolução

Os procedimentos serão automatizados em etapas, estabelecidas em função das necessidades da biblioteca e dos interesses do grupo de pesquisa, são elas:

1. criação de arquivo-mestre do acervo;
2. elaboração de índices bibliográficos;
3. elaboração de fichas catalográficas;
4. automação do processo de seleção e aquisição-
5. controle de circulação.

2.1.2 Justificativas

As justificativas para a automação da biblioteca do IMECC, fundamentam-se nas seguintes afirmativas. Ante porém, seria interessante notificar a existência do computador DP/10. da Digital na Universidade.

- **melhor controle dos processos administrativos;**

Automatizando o processo de aquisição, fica diminuído o tempo decorrido entre a requisição do documento e seu recebimento, acelerando a utilização efetiva da informação

- **melhor utilização do pessoal especializado;**

Com a transferência das tarefas de rotina para o sistema automatizado, o pessoal especializado poderia dedicar um tempo maior às atividades de apoio ao ensino e pesquisa. No entanto é indispensável a presença de pessoal especializado na manutenção do sistema, e, principalmente, no planejamento de futuras modificações ou ampliações.

- **Melhor utilização do acervo;**

Com a elaboração de índices bibliográficos não-convencionais, prevê-se um aumento no número de consultas e no número de documentos recuperados. A elaboração de índices, por si só aumenta o potencial de utilização do acervo.

- **cooperação entre bibliotecas;**

Com a utilização de computadores, torna-se possível a formação de redes integradas de bibliotecas, compartilhando-se os acervos participantes, seja em nível regional, nacional ou **internacional**.

• **formação de especialistas em automação de bibliotecas;**

Dada a importância atual e futura do assunto, seria aconselhável a preparação de pessoal capaz de planejar e implementar projetos similares.

2.1.3 Características Gerais

O computador é utilizado, neste projeto, como equipamento de apoio ao pessoal administrativo da biblioteca e seus usuários, tanto nos processos que são de execução mecânica e rotineira como naqueles que demandam muito tempo quando executados por métodos convencionais.

A criação do arquivo-mestre terá importância fundamental — para o desenvolvimento das etapas posteriores do projeto, pois a confiabilidade dos processos automatizados dependerá, fundamentalmente, da exatidão das informações gravadas nesse arquivo. Assim, será dispensada atenção especial a essa primeira etapa, que vai desde o levantamento das informações relevantes para o arquivo, até o treinamento de pessoal para efetuar a coleta, codificação e transferência dessas informações, passando pela elaboração de um programa conversacional para consistência e gravação desses dados. Optou-se pelo uso de terminais em detrimento do sistema convencional com cartões perfurados, pela maior rapidez e confiabilidade na gravação.

Devido ao cuidado especial a ser tomado nessa etapa, seu desenvolvimento será lento e exigirá a formulação de um critério para a ordem de gravação dos documentos no arquivo-mestre. Possíveis critérios podem ser:

- prioridade aos documentos recém-chegados;
- prioridade aos documentos mais utilizados;
- gravação por assunto, segundo a classificação utilizada na biblioteca.

A atividade de utilização do arquivo-mestre será permanente, tornando-se uma rotina diária do sistema automatizado.

Da mesma forma, a elaboração de fichas será feita, diariamente, à medida que novos documentos sejam gravados no arquivo.

A emissão de índices convencionais e não convencionais por outro lado, exigirá um critério definido em função sua utilidade e de seu custo. Durante a fase inicial de criação do arquivo-mestre, os índices emitidos serão desatualizados em pouco tempo, não se justificando, portanto, a emissão freqüente dos diversos tipos de índices.

Prevê-se numa fase mais adiantada de criação do arquivo-mestre a utilização de técnicas de micro-filmagem para diminuir o volume e os custos reprodução, de utilidade primordial no intercâmbio de informação entre centros de documentação.

Os processos administrativos serão automatizados gradativamente, na medida do crescimento do arquivo-mestre

Embora o processo de seleção apresente pouca dificuldade de programação, irá requerer o arquivo mestre em fase de conclusão.

Por envolver muitos detalhes de natureza burocrática-administrativa, o processo de aquisição acarretará um grande esforço de análise e programação para ser automatizado

Na automação do processo de controle de circulação se procurará aproveitar, na medida do possível, a experiência de outras bibliotecas que já o tem em funcionamento.

2.1.4 Metodologia

2.1.4.1 Criação do arquivo-mestre

- elaboração de um padrão para as informações de entrada

A escolha das características relevantes para a representação do documento é feita em função dos fins a que se destina. Assim, se o objetivo for construir um índice com palavras chaves do título, é suficiente conhecer o título e autor do documento. No entanto, estas características (autor e título), são insuficientes para a construção de uma referência bibliográfica, o que nos leva a pensar que a escolha mais segura para a representação seria uma transcrição integral do documento a ser representado. Esta hipótese, embora verdadeira, não pode ser realizada em virtude das limitações técnicas a que estão sujeitos os atuais dispositivos

armazenagem acessíveis por computador. Portanto, em verdade a determinação de um padrão de características representativas de um documento é um compromisso entre a integridade desejável da representação e as limitações do equipamento que operará com a representação.

Um levantamento bibliográfico voltado inicialmente a obras de bibliotecas foi essencial para a conclusão dessa

etapa-

Essas obras foram conseguidas através de:

- contatos com instituições onde projetos similares encontram-se em fase de desenvolvimento;
- contatos com especialistas em biblioteconomia;
- intercâmbio entre bibliotecas;
- aquisição em livrarias.

- elaboração de programas.

Os programas estão sendo elaborados à medida que as tarefas se definem. O primeiro programa a ser elaborado foi o programa de entrada de dados, iniciado logo após a definição do padrão de entrada de informações. Na medida do possível os programas serão escritos com a preocupação de constituir um sistema integrado, compartilhando arquivos e subprogramas.

- entrada de dados

- o formulário de entrada de dados.

O formulário de entrada de dados foi elaborado com o objetivo de servir como meio para transferência das informações para o arquivo-mestre. Ele contém, portanto, todos os itens de informação utilizados para a descrição de documentos, dispostos em formato e tonalidades diferentes, para facilitar o preenchimento e minimizar a possibilidade de ocorrência de erros, (ver apêndice 2.2.3).

- elaboração do manual de preenchimento.

Dada a necessidade de garantir uma alta confiabilidade nas informações gravadas, o manual de preenchimento descreve de maneira completa e minuciosa o preenchimento de cada campo (item) de informação do formulário, dando exemplos nos casos que possam gerar dúvidas.

- treinamento de pessoal.

Os formulários deverão ser preenchidos por estagiários especialmente contratados que, para isso, receberão um treinamento cujo objetivo será familiarizá-los com o padrão de entrada de dados, com o próprio formulário (boletim de entrada de dados), e com a operação dos terminais de computador; esboçar uma visão geral do sistema e provocar uma conscientização para a importância de se manter a confiabilidade das informações gravadas no arquivo-mestre

- gravação de dados.

A gravação, no arquivo-mestre, das informações transcritas nos boletins, será feita através de terminais ligados diretamente ao computador. O programa que recebe os dados dos boletins, efetua testes de consistência, rejeitando as informações que não estejam dentro das normas especificadas. Para maior facilidade e confiabilidade na gravação dos dados, esse programa é conversacional, emitindo avisos e orientando o operador, permitindo que informações incorretas sejam detectadas e corrigidas antes de serem gravadas no arquivo-mestre.

- testes e avaliação.

Antes da implementação definitiva do arquivo-mestre, serão feitos testes de avaliação baseados numa amostra de documentos codificados e gravados. Eventualmente, modificações poderão ser feitas para sanar problemas não previstos anteriormente.

2.1.4.2 elaboração de índices bibliográficos

Os índices a serem elaborados, como auxílio à pesquisa dividem-se em convencionais e não-convencionais. Dos convencionais, serão desenvolvidos os seguintes:

autor
título
editor
editora
cabeçalhos de assunto
série

Quanto aos não convencionais:

Kwic (palavra chave no contexto) Kwoc (palavra chave fora do contexto) Descritor

Geralmente estes índices são os mais solicitados, entretanto a elaboração dos mesmos não traduz a limitação da capacidade do sistema, que pode produzir outros tipos de índices a partir das informações colocadas no arquivo-mestre.

2. 1.4.3 elaboração de fichas catalográficas

A elaboração de fichas catalográficas representa grande parte do trabalho de rotina de qualquer centro de documentação. As fichas a serem emitidas automaticamente serão:

matriz
autor
colaborador
título
série
cabeçalho de assunto
classificação
analítica de assunto
analítica de autor
analítica de título

2.1.4.3 automação do processo de seleção

A automação do processo de seleção será feita após a análise do sistema de seleção existente na biblioteca, que será otimizado se necessário; e a partir daí serão definidas as rotinas do sistema a ser implantado.

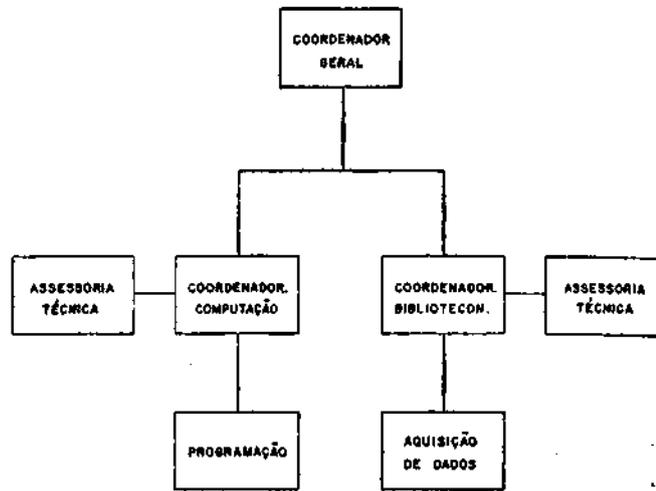
2.1.4.4 automação do processo de aquisição

A análise do sistema de aquisição só será feita depois de estabelecidas as rotinas do sistema de seleção. Serão observadas as mesmas determinações do item anterior.

2.1.4.5 automação do controle de circulação

As atividades desenvolvidas na seção circulante são, reserva, empréstimo, devolução e levantamentos estatísticos.

FIGURA 3 - ORGANOGAMA



Cada um desses processos será analisado e racionalizado antes de elaborar-se o sistema automatizado. Procurar-se-á utilizar a experiência de outras bibliotecas, na medida de sua adequação às necessidades da biblioteca e objetivos no projeto.

2.1.5 Recursos Humanos

A equipe responsável pela continuidade do projeto de automação deverá constituir-se de doze elementos:

3 pesquisadores, sendo:

1 coordenador 1
analista 1
bibliotecária
4 estagiários de biblioteconomia
4 programadores de computador
1 escriturário

Todos os componentes trabalhando em período integral durante 15 (quinze) meses, exceto os programadores que trabalharão 15 (quinze) meses porém em período de 4 horas diárias; e as estagiárias de biblioteconomia que trabalharão apenas 12 (doze) meses, a começar do segundo trimestre, em período de 4 (quatro) horas diárias.

2.2 Apêndices

2.2.1 Programa das atividades

2.2.1.1 Criação do arquivo-mestre

elaboração do padrão
elaboração de programas
testes
avaliação
entrada de dados

2.2.1.2 Elaboração de índices bibliográficos

definição
elaboração de programas
testes
treinamento de pessoal
implementação

FIGURA 4



2.2.1.3 Elaboração de fichas catalográficas

definição
elaboração de programas
testes
treinamento de pessoal
implementação

2.2.1.4 Automação do processo de seleção

definição
elaboração de programas
testes
treinamento de pessoal
implementação

2.2.1.5 Automação do processo de aquisição

definição
elaboração de programas
testes
treinamento de pessoal
implementação

2.2.1.6 Automação dos processos de controle da circulação

definição
elaboração de programas
testes
treinamento de pessoal
implementação

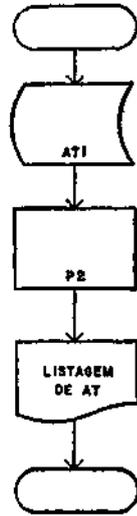
Arquivo-mestre (AF 1/2)

Objetivo: manter informações completas a respeito de cada um dos documentos constituintes do acervo da biblioteca do IMECC.

Uso: 1. Na preparação de fichas catalográficas e levantamentos estatísticos.
2. Na elaboração do catálogo do acervo.
3. Na permuta de informações bibliográficas.

Forma: Seqüencial, gravado na ordem de chegada dos documentos, em fita.

FIGURA 5



Conteúdo: Informações de natureza bibliográfica e administrativa (ex: número do processo de compra, data de início de sua tramitação, etc.),

Arquivo auxiliar CAA 1/2)

objetivo: Manter informações parciais a respeito de cada um dos documentos constituintes do acervo da Biblioteca do IMECC.

Uso: 1. Na preparação de índices bibliográficos convencionais e não-convencionais.
2. No processo de seleção de livros para aquisição.
3. Na recuperação de informações através de terminal (em etapa posterior do projeto).

Forma: Acesso randômico, gravado em disco. *

Conteúdo: Informações bibliográficas essenciais para a recuperação de informações, tais como: título da obra, nome do autor, etc.

Organização: (sugestão) Construir um conjunto de arquivos invertidos interligados por apontadores ou por um atributo comum.

Motivo: Facilitar acesso na recuperação de informação por itens diferentes, tais como: nome do autor, título da obra, editora, ano da edição, número de tomo; etc.

* em caso de necessidade (ex: falta de espaço em disco) este arquivo poderá ser mantido em fita, só sendo carregado em disco no momento de sua utilização.

ATIVIDADE A 1 — Gravação de dados.

1. periodicidade: diário
2. P 1 é um programa de aquisição-consistência-gravação de dados.
- 3 AT 1 é um arquivo, temporário, que contém todas as informações gravadas durante a semana. Ao termo de ca-

FIGURA 6



da semana, * AT 1 é incorporado ao arquivo-mestre e depois apagado.

4. Execução por estagiários de biblioteconomia com treinamento em operação de terminal e uso do programa de aquisição de dados (PI).

ATIVIDADE: A 2 — Listagem de AT 1

1. periodicidade: semanal
2. P 2 é um programa para imprimir as informações gravadas em AT 1 numa forma adequada, tendo em vista seu uso (o da listagem) na conferência dessas informações. *
3. Essa tarefa deve ser executada de maneira a aproveitar tempo da máquina ocioso. Poderá ser comandada tanto pelo operador do computador, sob instruções da equipe de programação do projeto, como por um estagiário, através de terminal (utilizando programa com instrução SUBMIT com execução prevista para horário noturno) .

ATIVIDADE A 3 — Conferência.

1. Periodicidade: semanal
2. Execução por estagiários de biblioteconomia.

ATIVIDADE A 4 — Correção

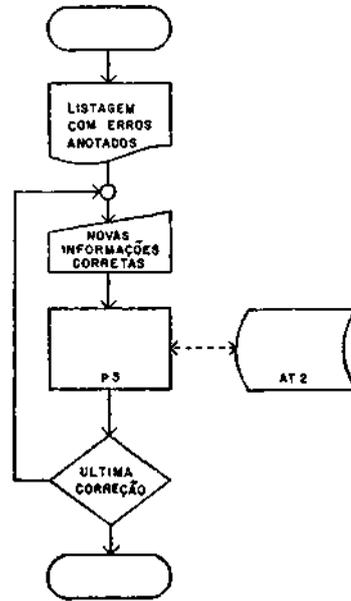
1. Periodicidade: semanal.
2. A 4 é um programa para efetuar correção em AT 1. Constitui-se de um subconjunto * de P1, antecedido de um

* Na incorporação de AT 1 ao arquivo-mestre, pode-se optar por um critério de "espaço ocupado" em vez de "tempo decorrido".

* a notificação, junto a cada item da listagem, do registro correspondente em que foi gravado no disco, será de grande valia na atividade A4 de correção do arquivo.

* não se faz necessário o reexame das informações que se sabe corretas, unicamente os itens incorretos devem ser reeditados

FIGURA 7



subprograma para selecionar, no arquivo AT 1, o registro correspondente ao item incorretamente gravado.

" ATIVIDADE A 5 — Criação de Arquivo Auxiliar.

1. Periodicidade: semanal.
2. AA 1/2 são arquivos auxiliares (v. descrição anexa).
3. O arquivo AA 1 é, a cada novo processamento, substituído pelo arquivo AA2 obtido no processamento imediatamente anterior. *
4. O programa P 4 seleciona, para cada documento em AT 1, itens de informação específicas e grava-os em AA2, intercalando (fazendo o Merge) as informações sobre documentos já gravados em AA 1 (para mais detalhes acerca da organização de A A 2 veja descrição anexa).

ATIVIDADE A 6 — Emissão de fichas.

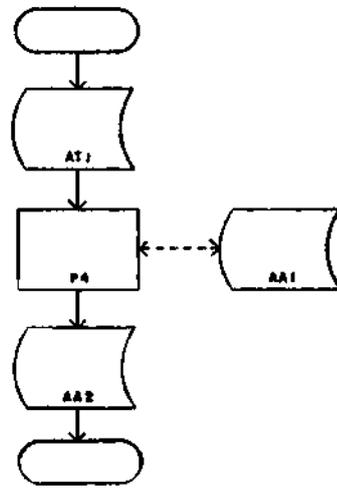
1. Periodicidade: semanal.
2. O programa P 5 emite fichas catalográficas, fazendo uso das informações gravadas no arquivo temporário, AT 1.

ATIVIDADE A 7 — Atualização do arquivo-mestre.

1. Periodicidade: semanal.
2. AP 1/2 são versões do arquivo-mestre (v. descrição anexa).
3. O arquivo AF 1 é, a cada novo processamento, substituído pelo arquivo AF 2 obtido no processamento imediatamente anterior. *
4. O programa P6 atualiza o arquivo-mestre, AP 1, incluindo as informações gravadas em ATI durante a semana. AF2 é o arquivo-mestre atualizado.
5. Tanto AF 1 como AF 2 e AT 1 devem ser recopiados em fita, indefectivelmente, depois de cada processamento bem sucedido, e suas cópias preservadas de acesso não autorizado.
6. Depois de recopiado em fita, AT1 deve ser apagado.

* AA 1 não existe no processamento inicial.

FIGURA 8



Observações:

1. Os vencimentos e encargos de previdência foram calculados supondo-se reajustes de 30% nos vencimentos e 21% nos encargos em 1977 como em 1978.
2. Os encargos de previdência incidem somente sobre os vencimentos da escrituraria e de um dos elementos do pessoal técnico.
3. O projeto tem seu início previsto para março.
4. O tempo de processamento em questão refere-se exclusivamente ao tempo gasto com o computador durante a fase de testes do sistema. Será pago pela UNICAMP.

3 Conclusão.

3.1 Situação atual do projeto

Primeiramente queremos salientar a invalidade dos custos, valendo apenas o gráfico, como especificação de suas características.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de pré-implementação a equipe responsável, mais a direção do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da UNICAMP, estão empenhados na solicitação de fundos para sua concretização. Um terminal de computador, possivelmente será adquirido, em breve.

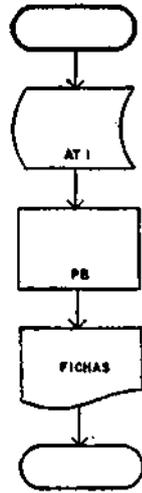
3.2 Atividades já concluídas

Além de alguns programas referentes à elaboração de índices que encontram-se em fase de testagem, temos concluído o programa de consistência e gravação de dados do arquivo-mestre.

O Boletim de entrada de dados, também encontra-se impresso; algumas folhas já estão preenchidas e, estamos no momento empenhados em sua utilização, como amostra mínima de seu desempenho.

O manual para uso do Boletim de entrada de dados, também já foi elaborado, e estamos anexando uma cópia, Juntamente a este caderno.

FIGURA 9



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Trad. por Pe. Astério Campos e Abner Lellis Corrêa Vicentini. Brasília, Ed. dos tradutores, 1969.
- 2 CUADRA, Carlos A. Annual review of information science and tecnobogy. Washington, ASIS, 1975. v. 9
- 3 DESCRIPTIF des bandes magnetiques pascal à dater du 1 er janvier 1973. CNRS, Centre de Documentation s.d.
- 4 ENCIPLOPEDIA Mirador internacional. São Paulo, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1975.
- 5 KIMBER, R. T. Automation in libraries. Oxford, Pergamon Press, c 1974.
- 6 LASSO DE LA VEGA, J. La classificacion decimal. 2. ed. Madrid, Mayfe, 1950.
- 7 NOVO Michaelis: dicionário ilustrado inglês-português. 10. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1971.
- 8 REFERENCE Manual for machine readable bibliographic descriptions: com. por M. D. Martin, prepared by the UNISIST/CSUAB. Paris, UNESCO, 1974.
- 9 SIQUEIRA, LM. e outros. Automação do catálogo de livros e folhetos do Centro Técnico Aeroespacial. São José dos Campos, ITÁ, 1971.
- 10 SCWARCFITER, J.L. Uma sistematização do processamento de dados: aplicação em automação de bibliotecas. Rio de Janeiro. UFRJ, 1971.

DEBATES

ANGELA GOMES (Pós-graduação, UNICAMP): Qual o tipo de programação utilizada?

KATIA MARIA LEMOS: — A linguagem utilizada é a COBOL, apropriada para programações alfabéticas, que seriam no caso documentos de bibliotecas.

FIGURA 10

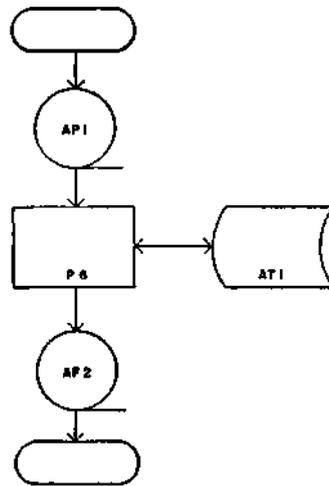


FIGURA II — CRONOGRAMA SEMANAL DE ATIVIDADES

DIA	PERIODO	ATIVIDADE	EXECUTOR	PROG	RECURSOS
SÉG	man, tar	A1 Gravação de dados	estagiário	P1	TTY: CPU: DSK:
TER	man, tar	A1	estagiário	P1	+
QUA	man, tar	A1	estagiário	P1	+
QUI	man, tar	A1	estagiário	P1	+
	noite	A2 Listagem	oper/progr	P2	CPU: DSK: LPT:
SEX	man	A3 Conferência	estagiário	—	—
	tar	A4 Correção	estagiário	P3	TTY: CPU: DSK:
	noite	A5 Criação Arq Aux	oper/progr	P4	CPU: DSK:.
	noite	A6 Emissão de Fich	oper/progr	P5	CPU: DSK: LPT:
	noite	A7 Atualiza Arq Mes	oper/progr	P6	CPU: DSK: MTA:

+ Idêntico ao item anterior.

TABELA I - COMPROBANTOS

TRIMESTRE		1	2	3	4	5	TOTALS
MATERIAL	QUANT						
1. MATERIAL PERMANENTE							
Terminais p/computador	2	60.000					60.000
Leit/Cop de microfilmes	1		15.000				15.000
Maq. escrever elétrica	1	5.000					5.000
Material bibliográfico		5.000					5.000
2. MATERIAL DE CONSUMO							
Cartões p/computador	7.000	400					400
Formulários cont p/computador	5.000	400					400
Fichas p/catalogo	60.000	1.200					1.200
Etiquetas p/livros	5.000	200					200
Diversos					1.000		1.000
3. SERVIÇOS ESPECIAIS							
Serviços gráficos		7.000					7.000
Microfilmagem			54.000			5.000	5.000
Plastificação de fichas				45.000	57.000		249.000
4. RECURSOS HUMANOS							
Pessoal técnico	2	45.000	45.000	18.000	24.000	57.000	249.000
Estagiários	4	18.000	18.000	18.000	24.000	24.000	84.000
Programadores	4	18.000	18.000	18.000	24.000	24.000	102.000
Escriturária	1	6.900	6.900	6.900	7.100	7.100	34.300
Providência Social		5.580	5.680	5.680	15.735	13.180	45.933
5. GASTOS ESPECIAIS							
Tempo de Processamento (4)					15.000		20.000
Consultorias		5.000					
6. TOTAIS		160.280	162.580	93.580	143.333	130.230	690.553

CARTA DE AQUISIÇÃO; UM HISTÓRICO E UMA POSIÇÃO
A EXPERIÊNCIA DA DIVISÃO DE BIBLIOTECAS
E DOCUMENTAÇÃO DA PUC/RJ

CECÍLIA MALIZIA ALVES (Chefe da

Biblioteca Central da PUC/RJ)

Resumo

Descreve a experiência da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC/RJ para elaboração de sua Carta de Aquisição, analisada à luz das mudanças organizacionais decorrentes da reestruturação dos serviços de bibliotecas. Conclui que a melhoria do relacionamento entre bibliotecários e corpo docente da universidade é o maior benefício obtido, ressaltando, entretanto, que o sucesso da experiência vai depender da reformulação de atitudes conservativas de organização e planejamento, as quais devem incorporar uma filosofia de critérios orientada pelo conhecimento das características de seus usuários.

Apresentação

Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC/RJ na discussão e definição de sua "Carta de Aquisição".

Sendo a "Carta de Aquisição" apenas uma dentre várias mudanças decorrentes da reestruturação dos serviços de bibliotecas da DBD, apresentamos uma breve explanação das medidas de definição e planejamento que antecederam sua elaboração.

1 Reestruturação Organizacional

1.1 Análise do sistema

Sendo difícil reconstruir a história da formação e desenvolvimento do sistema de bibliotecas coordenado pela

D.B.D., principalmente pela dificuldade de acesso aos relatórios anuais das administrações anteriores à nossa gestão e na falta de informações precisas, podemos supor que as bibliotecas da PUC desenvolveram-se através dos anos graças a esforços altamente louváveis de pessoas que sentiram a carência de serviços de bibliotecas, mas às quais faltou em ocasiões decisivas o apoio de conhecimentos profissionais adequados ao planejamento e/ou desenvolvimento dos referidos serviços.

Anteriormente a nossa admissão para o cargo de Bibliotecária-Chefe (dez. de 1975), a Comissão de Bibliotecas, após seis meses de análise e debates sobre a situação da D.B.D., recomendava a ordenação de seus serviços, tendo-se constituído um Grupo de Trabalho para a elaboração do organograma. Esse primeiro organograma, por nós analisado não se adaptava, a nível de eficácia operacional, ao tipo de funcionamento desejado: havia já um consenso de centralização de "serviços técnicos", não devidamente explicitado ao Grupo de Trabalho.

Como tarefa prioritária, dedicamo-nos à detecção dos principais problemas encontrados, destacando-se dentre eles:

- estrutura organizacional fragmentada, ocasionando dispersão geográfica do acervo e divisão artificial do conhecimento;
- falta de definição de objetivos para tomada de decisão quanto a critérios de organização e funcionamento internos;
- distorção e fragmentação da função Aquisição;
- concepção errônea dos serviços de referência e atendimento ao usuário;
- quadro de pessoal insuficiente e inadequado;
- disponibilidade espacial das bibliotecas, insuficiente e inadequada;
- organização das Bibliotecas Setoriais da PUC, que não podiam ser caracterizadas como bibliotecas de pós-graduação, já atendiam a todo o corpo discente de seus respectivos centros, devido a práticas inadequadas de seleção e composição dos acervos.

Tal organização não seria tecnicamente errada, pois teríamos no futuro bibliotecas especializadas para cada cen-

tro, sem distinção do nível de usuários a que se destinam. Pois fatores, no entanto levaram-nos ao planejamento corretivo dessa organização:

- a definição expressa nos Estatutos da PUC.
- a disponibilidade espacial existente, que nos levou à constatação da necessidade de se preparar a Biblioteca Central para operar as funções que por estatuto lhe competem, ou seja, manter um acervo centralizado de interesse geral e especificamente de interesse da graduação, operando um sistema de coleções descentralizadas para pós-graduação.

1.2 Plano Organizacional

Visando a centralização dos serviços técnicos das bibliotecas da PUC/D.B.D. foi proposta a seguinte estrutura, aprovada pela Comissão de Bibliotecas em 06/02/76 e pelo Magnífico Reitor através da PR-293/76, de 22 de abril de 1976, o organograma apresentado no anexo 1 delinea as principais características do plano organizacional ora desenvolvido pela **D.B.D.**

1.2.1 Estrutura da rede

Vinculada à Vice-Reitoria Acadêmica, a Divisão de Bibliotecas e Documentação é o órgão responsável pelo planejamento geral do sistema, de bibliotecas. O planejamento se faz por definição de objetivos gerais, cuja inspiração política se vincula aos valores e interesses da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, concernentes ao desenvolvimento dos meios necessários para o estudo e a pesquisa, e aos conceitos de inserção na realidade brasileira e de intercâmbio e cooperação com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, de acordo com os incisos I, II, III, IV e V, do Art. 1º do Estatuto que rege.

Para consecução de seus objetivos, a D.B.D. coordena em todos os níveis de processamento técnico, administração de pessoal e definição de política de informação, uma rede de bibliotecas, com a seguinte estrutura:

— Biblioteca Central, cujo acervo é centralizado, reunindo principalmente material de graduação e uma forte

coleção de referência de caráter interdisciplinar. A Biblioteca Central é depositária das coleções de periódicos e documentos especiais, na proporção definida pela política de informação.

— Bibliotecas Setoriais de Pós-Graduação, reunindo coleções especializadas em cada Centro, referentes às atividades de pós-graduação e pesquisa de suas unidades constitutivas, a nível de especificidade adequada.

1.2.2 Objetivos do Sistema

O principal objetivo do sistema de bibliotecas coordenado pela DBD é selecionar, adquirir, organizar, armazenar e disseminar toda a informação registrada, para apoio às atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na PUC/RJ, bem como ao desenvolvimento de suas atividades técnicas e administrativas.

Em decorrência, compete-lhe:

- a) colocar, em menor tempo possível, as obras adquiridas à disposição do usuário;
- b) prover material para leitura e trabalhos de cursos de graduação e de pós-graduação;
- c) prover referência e informação bibliográficas;
- d) prover material de leitura como suporte geral às atividades da PUC, quer acadêmicas, quer administrativas;
- e) prover material de estudo nas áreas correlatas aos cursos;
- f) prover material de pesquisa;
- g) prover serviços de recuperação de informação;
- h) prover facilidade de pesquisa onde necessário;
- i) atuar como instrumento dinâmico do ensino, estimulando hábitos de leitura e pesquisa.

2 Programa de Desenvolvimento

Definida a estrutura da Divisão, preocupamo-nos a seguir com o estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento, o qual obedece a critérios gerais expressos em forma de metas operacionais, princípios de ação e políticas operacionais.

2.1 Metas Operacionais

A complexidade de tarefas decorrentes da implantação da nova estrutura, levou-nos a formular, para o sistema a ser desenvolvido, metas a curto, médio e longo prazo.

(a) a curto prazo: desenvolver um sistema coordenado de bibliotecas, implementando técnicas biblioteconômicas para atendimento de um usuário não individualizado.

(b) a médio prazo: implementação de estudos para obtenção de indicadores das necessidades gerais e específicas dos usuários e conseqüente planejamento dos serviços compatíveis às necessidades detectadas.

(c) a longo prazo: desenvolvimento de serviços e técnicas de recuperação e disseminação da informação, tomando por base os indicadores obtidos.

2.2 Princípios de ação

Esses princípios foram estabelecidos para orientação geral ao desenvolvimento futuro de políticas operacionais:

(a) Centralização de registros e sistemas — embora a centralização esteja explícita no organograma é conveniente que a DBD desenvolva junto à comunidade um trabalho de divulgação para que haja o entendimento de que o objetivo da centralização técnica é tornar disponível, para toda a comunidade de usuários qualquer serviço básico desenvolvido, evitando-se duplicação de esforços e atendendo-se aos aspectos eficiência e eficácia.

(b) Automação — quaisquer planos para automação dos serviços de biblioteca deverão ser desenvolvidos de acordo com a política de informação da D.B.D., levando-se em consideração a capacidade do sistema para absorver as mudanças decorrentes e a disponibilidade de recursos orçamentários .

A título de sugestão, já que não nos pudemos basear numa análise de sistemas devido à ausência de indicadores, três estágios para automação das bibliotecas: (1) rotinas internas; (2) armazenagem e recuperação da informação em campos selecionados — através de estudos realizados pela SAVE — da literatura científica e tecnológica; (3) redes experimentais de bibliotecas cooperantes.

(c) Desenvolvimento de cooperação regional para solução de problemas comuns — Como sabemos é totalmente impossível a qualquer biblioteca adquirir, armazenar e recuperar todo o conhecimento necessário ao desenvolvimento de seus programas de ensino e pesquisa; tal situação leva-nos a buscar, no desenvolvimento de novas formas de cooperação inter-bibliotecas, a solução para possíveis problemas comuns.

A cooperação inter-biblioteca deverá dirigir-se à instalação de planos de aquisição cooperativa, extensão de privilégio para empréstimo entre bibliotecas, redes de informação e/ou centros de referência, para obtenção da literatura descentralizada via modernos meios de transmissão, catalogação cooperativa, etc.

(d) Profissionalização — A grande maioria dos funcionários da DBD não possui formação ou treinamento profissional necessário ao desempenho de funções técnicas, o que acarreta sérias deficiências na qualidade dos serviços desenvolvidos. O despreparo técnico aliado à indefinição de rotinas criava uma situação de duplicação de tarefas. Paralelamente, chamou-nos a atenção as discrepâncias encontradas na classificação de cargos da DBD. A título de colaboração aplicamos um questionário de avaliação de funções e enviamos à Gerência de Pessoal estudo corretivo sobre o assunto, recomendando que, no futuro, as funções técnicas fossem preenchidas por profissionais qualificados. Quanto ao pessoal já admitido, sugerimos que frequentassem cursos de treinamento profissional.

(e) Serviços de Comunicação — A ausência de um sistema interno de comunicação eficaz prejudicava o desenvolvimento dos serviços da DBD. Internamente, algumas providências estão sendo tomadas para melhoria de contato entre a DBD e seus usuários;

— elaboração de um guia para uso de bibliotecas.

— criação de cursos introdutórios ao uso da literatura científica e técnicas de levantamento bibliográfico em vários níveis.

2

.3 Política Operacional

As mais sérias deficiências encontradas no desenvolvimento de nossos serviços de bibliotecas relacionavam-se com a ausência de políticas estabelecidas. Considerando impera-

tivo que qualquer sistema de bibliotecas — em particular um sistema de tal porte e complexidade como o operado pela DBD — funcionasse sob um conjunto de políticas escritas, flexíveis e conhecidas, alertamos a Comissão de Bibliotecas sobre a necessidade de se elaborar a Carta de Aquisição e o Regimento Interno para a DBD. Paralelamente o corpo de bibliotecas reuniu-se para redação dos Manuais de procedimentos das diversas seções, enquanto elaboravam-se os fluxogramas da Seção de Aquisição Centralizada e da Seção de Processamento Técnico.

Passaremos a descrever especificamente os procedimentos adotados para a elaboração da Carta de Aquisição. Para melhor exposição do material, colocamo-la em item à parte.

3 Elaboração da Carta de Aquisição

Em 16 de julho de 1976, foi apresentada à Comissão de Bibliotecas uma proposta formal para estudo de políticas de seleção e composição dos acervos da Universidade.

Adotou-se como método de trabalho a discussão sistemática de "Documento de Trabalho" elaborados pela Bibliotecária-Chefe e equipe de bibliotecários da DBD. Cada um desses documentos foi discutido e analisado à luz da realidade PUC e de suas peculiaridades comunitárias e institucionais.

Após quase um ano de trabalho, em maio de 1977, a Comissão de Seleção chegou à redação final da "Carta de Aquisição", documento normativo onde se exprimem as diretrizes gerais para seleção e aquisição de material bibliográfico.

O documento em questão (ver anexo 2) foi então submetido à aprovação do Magnífico Reitor, que o fez de maneira extremamente honrosa para a D.B.D. — já que a aprovação deu-se por Ato Normativo e não por simples portaria — em 18 de agosto de 1977.

Após a aprovação da "Carta de Aquisição", a Divisão de Bibliotecas e Documentação iniciou, junto aos vinte e quatro departamentos de ensino da PUC, gestões para dar continuidade ao processo de definição de políticas de seleção a nível mais específico, para atender critérios implícitos na Carta, a saber:

1º) constituição das Comissões Departamentais e indicação de bibliotecárias para assessoria (Cf. item 4.1.1) 2º) estabelecimento de rotinas de trabalho para declaração escrita de política de seleção de cada unidade de ensino (Cf. item 4.1.3.).

Até o momento, estão constituídas dez Comissões de Seleção Departamentais (Física, Matemática, Teologia, Filosofia, Educação, Letras, Psicologia, Artes, Engenharia Industrial, Sociologia e Política). Como método de trabalho, cada membro de determinada Comissão deve preencher um formulário-padrão planejado em conformidade com os critérios de seleção expressos no item 4.1.5. da Carta de Aquisição (ver anexo 3); a seguir a Comissão de Seleção deverá aprovar sua declaração escrita, para inclusão na edição final da Carta de Aquisição.

4 Conclusões

Poder-se-ia argumentar sobre a validade do trabalho aqui exposto, considerando-se que a "Carta de Aquisição ainda é, do ponto de vista da aplicabilidade, um documento embrionário. Profissionais mais "práticos" certamente considerarão que o tempo gasto em discussões de normas e políticas poderia ser melhor canalizado para, por exemplo, solucionar problemas de processamento técnico. Entretanto, podemos dizer que a experiência foi altamente proveitosa, uma vez que está nos ajudando a resolver o velho problema de relação entre bibliotecários e corpo docente de universidades. Em decorrência desse melhor relacionamento, a imagem do DBD e conseqüentemente das bibliotecas foi totalmente modificada: a demanda crescente dos serviços disponíveis atesta a aceitação de um trabalho sério, embora lento e pouco inovador. O contato informal decorrente das discussões políticas, no momento mesmo em que acontecem diversas mudanças administrativas tem sido proveitosos para remoção de áreas de atrito e vencimento das barreiras institucionais e comportamentais existentes, tanto por parte dos professores quanto por parte dos bibliotecários. Quanto as práticas de seleção, estas foram aprimoradas, via melhoria do diálogo.

Estamos cientes de que a continuidade da Carta de Aquisição vai exigir toda nossa capacidade de argumentação e isenção de ânimos para solução de conflitos, já agora mais diretos e difíceis de serem resolvidos.

Entretanto, como administradores e planejadores do sistema DBD não podemos nos furtar à responsabilidade de buscar, na definição de nossos critérios de trabalho o consenso e a aprovação daqueles que são o "leitmotiv" de nossa existência os usuários.

Esta posição é decorrente de evolução dos objetivos da biblioteca universitária que, se em épocas mais remotas era dominada pelas restrições conservativas decorrentes da posição humanística dominante, passou, com o advento das técnicas biblioteconômicas e computacionais a desempenhar, num segundo estágio de evolução, funções técnicas de coleta, armazenagem e organização do material bibliográfico. Entretanto, as mudanças ocasionadas pela democratização da educação provocaram alterações profundas nos objetivos funções e organização das bibliotecas universitárias. Para citar Edson Nery da Fonseca (1): a biblioteca universitária tem "... importância decisiva na consecução dos objetivos perseguidos pela universidade. O professor Haroldo Valladão definiu uma vez a Faculdade de Direito como uma biblioteca cercada de salas de aula ...".

Assim, estamos dirigidos à revisão de suas posições tradicionais que compõem a imagem usual e convencional de nessas bibliotecas: de um lado, os professores que vêm a biblioteca somente no contexto da visão tradicional de suas funções de centro de erudição e humanismo; de outro lado os bibliotecários cuja tradição está mais dirigida aos "objetos" que vem pela porta dos fundos do que às pessoas que entram pela porta da frente. Precisamos, nós, os componentes dessas duas correntes, incorporar um terceiro elemento ao quadro geral: os usuários. Enquanto essa incorporação não for verdadeira, nossas bibliotecas, por mais bem organizada e aparelhadas que sejam, não passarão de depósitos de livros sofisticados e ineficientes.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 FONSECA, Edson Nery da. **Roteiro para organização de bibliotecas universitárias**. Brasília, Graf. Piloto da UnB, 1967.
- 2 THOMPSON, James. **An introduction to University library administracion**. London, C. Bingley, 1974.
- 3 PUC/RJ. Divisão de Bibliotecas e Documentação. **Relatório anual 1976**. Rio de Janeiro, 1976. 48 p. dat.

ANEXO 2

ATO NORMATIVO Nº 01/77

Aprova a CARTA DE AQUISIÇÃO da Divisão
de Bibliotecas e Documentação

O Rev. Pe. João Augusto Mac Dowell, S.J., Reitor da PUC/RJ considerando o volume crescente de produção na literatura universal bem como o alto custo das publicações e a necessidade de uma definição clara e objetiva da política de aquisição e seleção de material bibliográfico das bibliotecas da PUC/RJ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a CARTA DE AQUISIÇÃO de material bibliográfico das bibliotecas da PUC/RJ, anexa a este ATO.

Art. 2º O presente ATO entrará em vigor na data de hoje.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1977.

Pe. João Augusto A. Mac Dowell, S.J.
Reitor

ANEXO 3

PUC — DBD

POLÍTICA DE SELEÇÃO

DEPARTAMENTO: _____ ASSUNTO: _____

RESPONSÁVEIS PELA SELEÇÃO _____

OBJETIVO GERAL: _____

LINGUAS: _____

AREAS GEOGRÁFICAS: _____

LIMITAÇÕES CRONOLÓGICAS: _____

CARTA DE AQUISIÇÃO

Política para seleção e aquisição de material bibliográfico das bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Apresentação

Dado o volume crescente de produção na literatura universal, bem como a elevação constante do custo das publicações, torna-se impossível a qualquer biblioteca poder contar com todo o material bibliográfico indispensável ao atendimento de seus usuários.

Em decorrência, impõe-se a necessidade de uma definição clara e objetiva da política de aquisição da Universidade, apta a orientar as práticas de seleção e formação das coleções.

Em janeiro de 1976, foi apresentada à Comissão de Bibliotecas da DBD — órgão consultivo e representativo das diversas bibliotecas e unidades acadêmicas — uma proposta para o estudo da CARTA DE AQUISIÇÃO, que deveria exprimir as diretrizes aplicáveis à seleção e aquisição.

O documento ora apresentado é o resultado desse estudo. Nele são estabelecidos os princípios gerais para a política de aquisição, os tipos de material bibliográfico que deverão formar as coleções da Universidade, bem como os processos de seleção e aquisição a serem adotados.

A CARTA DE AQUISIÇÃO ora formulada, bem como os níveis de seleção nela indicados, não pretende descrever as seleções já existentes. Seu objetivo é orientar o corpo docente e a equipe de bibliotecários na complexa tarefa intelectual de selecionar, uma coleção adequada e satisfazer os interesses de seus usuários, considerando-se o volume de publicações anuais e as restrições financeiras existentes.

A despeito dos esforços desenvolvidos para definir critérios facilmente aplicáveis à seleção, a criatividade humana produz constantemente uma infinita variedade de livros (outros tipos de aquisição.

Embora as diretrizes forneçam orientação e informações úteis às Comissões de Seleção, o julgamento daquele que participam do processo de seleção não poderá jamais ser substituído por normas formais e rígidas, as quais somente se destinam a fornecer critérios. Por essa razão, A CARTA DE AQUISIÇÃO está sujeita a revisões que se fizerem necessárias, no decorrer do tempo.

Coube à Bibliotecária-Chefe, Cecília Malízia Alves, assistida pela Bibliotecária Supervisora Maria Clara P. Wilken Bicudo, a formulação original dos documentos de trabalho para discussão a nível de Comissão. A proposta para a definição das políticas de seleção, correspondente às diferentes unidades acadêmicas, foi, em sua maior parte, baseada na sistemática adotada pela Standford University Libraries (1).

Finalmente, não podemos concluir essa introdução sem recordar a participação interessada e cuidados dos membros da Comissão de Bibliotecas, sem a qual esse estudo não seria variável: Prof^a Suzana Gonçalves, Diretora da DBD, Presidente da Comissão, Prof. João Christovão Cardoso, representante do CTC, Prof. Sérgio Cativo e Prof^a Miriam Limoeiro Cardoso, representante do CCS, Prof^a Creusa Capalho e Prof^o Zélia Mediano, representantes do CTCH, Cecília Malízia Alves, Bibliotecária-Chefe e Anna Maria Thompson de Carvalho, Assessora de Diretoria da DBD.

1 Definição

A CARTA DE AQUISIÇÃO é o documento básico orientador da política de seleção e aquisição de bibliotecas.

Vincula-se, pois, aos OBJETIVOS da Biblioteca — on Sistema de Bibliotecas — à qual se destina, decorrentes da natureza da instituição a cujas finalidades deve servir.

2 Princípios Gerais

2.1 Os programas de ensino e pesquisa da Universidade devem ser os elementos fundamentais para a política de aquisição .

2.2 A DBD deve adquirir ,em bases regulares, qualquer tipo de material bibliográfico, quer coleções de âmbito geral, quer

coleções específicas, enfatizando as áreas em que os interesses de estudantes e professores sejam eficazmente atendidos. 2.3 Os processos de seleção e compra de material bibliográfico devem ser estabelecidos em função de planos relativos ao desenvolvimento da Universidade. A centralização desses processos visa à eliminação de rotinas repetitivas e a assegurar rapidez de recepção e processamento.

Tipos de Material Bibliográfico

1 As coleções das bibliotecas da PUC são compostas de vários tipos de material bibliográfico, em suas diversas formas e apresentação: impressão, off-set, foto-reprodução e duplicação por mimeógrafo, filmes e microfilmes revelados, microfichas transparentes ou opacas, fitas perfuradas, fitas magnéticas, diapositivos, mapas, globos, fotografia e gravuras.

2 Visando melhor administração do acervo as coleções são divididas em material bibliográfico e material especial

2.1 Material Bibliográfico: subdivididos em dois tipos, ou seja os documentos primários e os documentos secundários

2.1.1 Documentos primários

Livros, monografias, coleções de documentos (documentos escritos pelo mesmo autor ou por autores diferentes, segundo um plano, sem pretensão de exaurir o assunto), atas e reuniões e conferências, livros textos e manuais, publicações oficiais, publicações periódicas (publicações seriadas, vistas, jornais), normas, folhetos, patentes, teses e dissertações, relatórios técnicos-científicos.

2.1.2 Documentos secundários

Literatura de referência; enciclopédias, guias e manuais, glossários, vocabulários, dicionários, biografias, revisões de literatura, periódicos de resumo, bibliografias e índices.

2.2 Material especial:

Livros raros, coleções especiais de alto custo, manuscritos, códigos, fotografias, gravuras, mapas, plantas, englobando os documentos suscetíveis de apropriação indébita e mu-

tilações, e que, portanto, requerem normas especiais para acesso e controle de circulação.

3 2.2.2 Segundo Grupo:

Filmes e microfilmes revelados, microfichas transparentes ou opacas, edições em microfilmes, filmes educativos slides, diapositivos cartões perfurados, fitas ou discos magnéticos, ou qualquer outro tipo em que sua forma de apresentação difira do material descrito no item 3.2.1.

3.3 Como norma geral, não devem ser acervados apostilas, trabalhos escolares, catálogos comerciais e foto-reproduções (xerox, heliografia, fotostática, etc.) de documentos já existentes na DBD ou disponíveis no mercado editorial.

4 Critérios de Seleção

4.1 Seleção de compras

4.1.1 Em cada unidade, a seleção bibliográfica deverá ser efetuada por uma Comissão de Seleção, integrada por representantes das diferentes áreas de ensino e pesquisa dessa unidade e assistida tecnicamente por uma bibliotecária indicada pela DBD, preservando-se a autonomia de cada Departamento.

4.1.2 Serão também constituídas Comissões de Seleção para aquisição de material especial relacionado no item 3.2.2.1., tais como: livros raros, manuscritos, códices, mapas e coleções especiais.

4.1.3 À Comissão de Seleção compete declarar sua política de seleção específica.

4.1.4 Cada Comissão de Seleção deverá definir sua política de seleção em termos de:

- a. objetivo geral;
- b. línguas a serem cobertas e restrições;
- c. áreas geográficas abrangidas (quando aplicável);
- d. delimitações cronológicas (datas das edições);
- e. tipos de material a serem incluídos;
- f. tipos de material a serem excluídos;

- g. áreas de assunto a serem cobertas e correspondente nível de especificação das coleções; h. outras especificações.

4.1.5 Os seguintes critérios, devem ser indicados quando da definição da política de seleção, tendo em vista os níveis de especificidade do material bibliográfico:

— **nível geral** — suprir necessidades gerais dos programas, tanto presentes quanto futuras;

— **Nível de graduação** — servir de suporte efetivo ao ensino de graduação, incluindo todos os tipos de material de referência, principalmente índices, bibliografias e publicações periódicas;

— **nível de pesquisa** — suprir EIS atividades acadêmicas de meios que lhe permitam associar o ensino à pesquisa e servir de base aos programas de Mestrado;

— **nível intensivo** — atender, de forma exaustiva, às linhas de pesquisa da Universidade e aos cursos de Doutorado

4.1.6 Duplicação de Coleções

A qualidade do acervo não deve ser sacrificada à duplicação desnecessária de títulos, adotando-se, como critérios de duplicação, a intensidade de uso, a localização das bibliotecas do sistema, bem como a disponibilidade do acervo da DBD.

4.1.7 Em se tratando de publicações periódicas, em princípio, haverá na DBD uma única assinatura para cada título, ficando a virtual duplicação subordinada a justificativa fundamentada e competente aprovação pelo Conselho Departamental do setor interessado, ouvindo-se a Comissão de Seleção.

4.2 Seleção de doações

4.2.1 Serão aplicados tanto para recepção de doações quanto para permuta os mesmos critérios de seleção adotados para compra.

4.2.1.1 A seleção das obras aceitas em doação será efetivada, segundo o determinado no item 4.2.1, pela Comissão de Seleção da Unidade interessada.

4.2.1.2 Caso discorde da seleção efetuada sob a responsabilidade da Comissão de Seleção, a Diretoria da DBD submeterá o assunto à Comissão de Bibliotecas, cabendo ainda recurso ao Vice-Reitor Acadêmico.

4.2.2 Como norma geral, a PUC deve evitar a aceitação de doações com restrições específicas, tais como localização especial e uso limitado, nos casos em que essas doações sejam qualitativamente importantes, será ouvida a Comissão de Bibliotecas, para parecer a ser encaminhado à decisão do Vice-Reitor Acadêmico.

4.2.3 Caberá à Bibliotecária Supervisora da Seção de Aquisição Centralizada, assistida pela Bibliotecária-Chefe da DBD, efetuar a pré-seleção das obras ofertadas.

4.2.4 Em se tratando de coleções acima de 20 volumes, o doador deverá, para fins de pré-seleção, enviar à DBD uma relação das obras que pretende doar ou solicitar, para tanto, o auxílio de uma bibliotecária.

4.2.5 A PUC se reserva o direito de descartar ou permutar as doações não selecionadas.

4.3 Retirada e descarte de material

4.3.1 Para manutenção da qualidade das coleções serão adotadas práticas de seleção negativa aplicáveis ao material acervado.

4.3.2 Sistemáticamente, deverá ser efetuado o descarte do material efêmero e a retirada do material obsoleto, preservando-se entretanto os títulos e coleções que sejam de interesse dos programas de pesquisa da Universidade.

4.3.2.1 Por descarte entende-se a eliminação de material bibliográfico acervado.

4.3.2.2 Por retirada entende-se a transferência de documento acervado para o processo de permuta. Todo documento transferido deverá pois ser tratado como duplicata.

4.3.2.3 Será considerado material efêmero qualquer documento cujo conteúdo tenha valor informativo temporário ou relativo.

4.3.2.4 Será considerado material danificado todo (documento que apresente mutilações graves ou cujas condições materiais sejam tão más que não se justifique sua restauração.

4.3.2.5 Será considerado material obsoleto qualquer documento que comprovadamente não tenha sido utilizado num período de tempo superior a 10 anos ou cujas novas edições existentes na DBD superem o documento em questão.

4 3.3 Descarte de material

4 3 3 1 O material efêmero bem como o material danificado deverão ser descartados.

4.3.3.2 O descarte será efetuado rotineiramente e em concordância com a temporalidade do material efêmero ou com o grau de mutilação em questão.

4.3.4 Retirada de material

4.3.4.1 Todo material obsoleto dever ser retirado do acervo

4.3 4.2 A retirada do material obsoleto será efetuada periodicamente, por ocasião da realização dos inventários gerais das bibliotecas, obedecendo-se aos seguintes critérios:

— Os critérios de seleção negativa para retirada devem basear-se nos princípios gerais de aquisição;

— a seleção negativa será efetuada pela bibliotecária assistente de cada Comissão de Seleção;

— a Comissão de Seleção da unidade interessada caberá a decisão quanto à retirada das obras selecionadas negativamente;

— caso discorde da decisão da Comissão de Seleção, a Diretoria da DBD submeterá o assunto à Comissão de Bibliotecas.

(1) GRIEDER, E. M., ed. *Book Selection Policies of the Libraries of Stanford University*, Stanford, Cal., Stanford Univer-Fity Libraries, 1970. mimeog.

2ª SESSÃO CIENTÍFICA

COMPONENTES DA MESA

Presidente: HELOÍSA BENETTI SCHREINER (Diretora da Biblioteca Central da UFRGS)

Relatora: DYRCE BARRETO TAVEIRA (Professora do Departamento de Documentação da UFF)

Expositora: CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO (Doutora em Medicina)

Secretária: SANDRA BADINI DA COSTA (Chefe da Seção de Referência Geral e Legislativa do Núcleo de Documentação da UFF)

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO: O PONTO DE VISTA DO PESQUISADOR

CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO
(Doutora em Medicina)

RESUMO DA PALESTRA

A preocupação do pesquisador, no que se refere à velocidade de disseminação da informação, tem como ponto de partida os seguintes aspectos:

- a) As relações existentes entre pesquisa/ciência/tecnologia/desenvolvimento, associando o domínio da informação ao poder;
- b) O custo envolvido nos procedimentos de produção, estocagem e divulgação do conhecimento;
- c) O caráter cumulativo do conhecimento científico e a reconstrução do objeto pela crítica da comunidade de pares;
- d) A permanente ameaça da desatualização da informação impressa, mormente nos campos de desenvolvimento acelerado, tornando rapidamente obsoletos livros e revistas;
- e) Os procedimentos usuais de seleção de material a ser impresso e as próprias limitações do mercado editorial.

Estes aspectos influem, necessariamente, no livre trânsito da informação, quer determinando o que pode ser divulgado, quer afetando a velocidade com que o conhecimento é disseminado. Neste sentido, não se torna disponível ao pesquisador a "informação de hoje", aumentando os intervalos de tempo entre produção e obtenção do conhecimento e/ou da informação.

Embora se reconheça que os centros e núcleos de documentação estejam atentos ao problema, parece sempre

necessário ou prudente salientar a questão da velocidade da propagação do conhecimento, trazendo para debate a *exi-*quibibilidade de medidas tendentes a:

- a) Agilizar os mecanismos de obtenção e reprodução de material impresso;
- b) Divulgar trabalhos em andamento, a par de trabalhos já concluídos, ressaltada a importância dos conclaves e das "comunicações" neles apresentadas;
- c) Cadastrar centros e pessoas envolvidas na produção de conhecimento, por áreas e sub-áreas do saber;
- d) Utilizar os mecanismos de comunicação informal, de modo mais eficiente e para benefício coletivo;
- e) Especializar os profissionais em documentação por áreas de conhecimento.

DEBATES

ALICE BARROS MAIA (Diretora do Núcleo de Documentação da UFF): O problema de agilizar a informação para que ela chegue mais rapidamente ao pesquisador, no sentido de diminuir o intervalo de tempo entre a existência da informação e sua utilização por quem de direito, seria no meu entender, a divulgação da pesquisa em andamento no momento em que ela é registrada e aprovada. Isto, porém corre um grande risco porque a pesquisa evolui, pode mudar seu enfoque e, às vezes, até o tema proposto inicialmente. Além disso, temos uma resistência muito grande a vencer: o pesquisador, normalmente não admite que o bibliotecário divulgue a sua pesquisa, no momento em que ela é registrada. Temos como exemplo a nossa experiência na UFF. Quando aqui chegamos ficamos preocupados com a divulgação das pesquisas em andamento. Perguntamos quem controlava, onde ficava o registro e quem fazia sua divulgação, pois já que somos um órgão de informação, nós teríamos que ter esses dados para informar: onde estava se desenvolvendo essa pesquisa, quem estava pesquisando e a que resultados estava chegando. Não tendo conhecimento de quem controlava, nos propusemos a fazer um levantamento dessas pesquisas, para se ter um controle, cadastradas e fazer uma publicação divulgando-as. Interessando-se a Coordenação de Pesquisas e Pós-graduação pelo assunto.

após a distribuição dos formulários, recolheu-os, analisou-os e tomou a seu encargo a publicação desse trabalho. A partir daí, nos interessamos por outro tipo de informação: as teses. Essas, também, não possuíam um controle. Fizemos um formulário e distribuimos aos pesquisadores. Com os dados obtidos criamos o Catálogo de Teses da UFF, que abrange, atualmente, o período de 1976-77. Gostaria de ressaltar que durante todo o processo de preenchimento dos formulários, encontramos grande resistência por parte dos pesquisadores em respondê-los. O que me parece é que existe pouca comunicação de parte à parte, falta de compreensão quanto à importância das informações a serem dadas pelos pesquisadores e muita relutância.

Acho, portanto, que tem de haver uma reformulação geral para que esses problemas se resolvam, sem atritos, apenas servindo a quem de direito e sobretudo, no sentido de agilizar o processo de informação.

CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO: Apesar de toda minha formação em Medicina, estou fazendo a algum tempo pesquisas na área de Estudos Sociais, mais especialmente em Educação, e, embora, use questionário como técnica de pesquisa, seria tremendamente relutante, se algum setor de Documentação viesse me entregar um questionário, onde eu dissesse o tema da pesquisa, seu objetivo, sua metodologia, etc., de modo que posso entender a resistência dos companheiros de pesquisa. A minha idéia não é criar desentendimento entre o bibliotecário e o pesquisador, mas simplesmente ver o que se pode fazer para agilizar o processo de informação. Vamos imaginar que uma Universidade resolva cadastrar suas pesquisas em andamento. A experiência que tenho em relação a isso, é a seguinte: em primeiro lugar, há uma pessoa encarregada desse levantamento. Essa pessoa começa a elaborar um questionário, esse questionário é revisto ou modificado e, tende a obter uma aprovação para ser aplicado, dependendo da instituição, esse questionário pode ser até impresso. Isto leva algum tempo, digamos um a dois meses. Depois esse questionário é enviado aos pesquisadores de toda a Universidade para ser respondido, obviamente outro período de tempo é levado para que isto ocorra. Após a entrega, esse questionário poderá ser impresso. Novamente se estabelece um intervalo entre o momento de obtenção de informação e a sua divulgação. Se é uma Universidade que tem um programa editorial e quer

publicar esse trabalho, então se coloca, pelo menos mais um ano; por outro lado, muitas vezes o sistema de distribuição das publicações da universidade não é assim tão eficiente que faça com que o indivíduo que deu a informação saiba e receba depois a obra em que esse dado está contido; mas mesmo que receba, em geral, vai passar mais um ano entre o momento em que ele deu a informação e obteve essa publicação. Não sei em que medida se poderia agilizar o processo de informação, talvez com publicações mais simples informais, como algum tipo de documento mimeografado que poderia rapidamente ser impresso e distribuído aos interessados, embora, esteticamente não seja das publicações mais bem elaboradas.

Se as colegas me permitem gostaria de fazer uma referência pessoal quanto ao emprego de questionários como técnica de levantamento de dados. Uma das coisas que se tem conhecimento hoje em pesquisa social, principalmente se estamos trabalhando com população cativa ou seja com uma determinada área de interesse, com uma preocupação específica e possivelmente, os informantes se man-têm comigo durante muito tempo é que à medida que aumenta o número de questionários, diminui o número de respostas. Podemos ilustrar com o seguinte exemplo: estou pesquisando uma Faculdade de Educação e vou a essa faculdade de 2 em 2 anos ou de 6 em 6 meses e, resolvo enviar um questionário a esse local para ser respondido. A experiência demonstra que se nós vamos trabalhar com uma população cativa e se enviamos um questionário e ele é por qualquer motivo respondido, um segundo questionário é menos respondido e, um terceiro, ainda, menos. Se fizermos um gráfico pelo número de questionários respondidos, cada vez que eles forem enviados, notaremos um declínio muito nítido de recebimento de respostas. Isto, simplesmente, se dá porque o informante desconhece o que ocorreu com a informação que ele prestou. Em pesquisa social, a técnica nos diz que no momento que a informação dada pelo informante passa a constituir um relatório de pesquisa, um artigo ou qualquer outro tipo de publicação deve-se voltar ao informante comunicando-o como foi usada a informação por ele prestada. Nota-se que na medida em que o informante verifica para que finalidade a informação dada por ele foi usada e, constata que diminui o intervalo de tempo entre a informação que foi dada e a obtenção da resposta, então, creio que

ele passa a colaborar ativamente no preenchimento dos questionários .

Acredito, talvez, que devêssemos usar mais comunicações do tipo informal como cópias xerox, mimeografadas, etc. do que as do tipo formal, porque isto abreviaria o tempo entre dar a informação e divulgá-las ao interessado.

Gostaria de dizer que quanto a mudança ou evolução tia pesquisa em andamento para enfoques diferentes dos propostos inicialmente, isto tende a diminuir por uma razão bastante simples, isto é, as pesquisas se tornam cada vez mais caras e na medida em que elas atingem esse nível, o pesquisador está se utilizando cada vez mais de recursos externos a sua instituição para financiar a própria pesquisa. São raríssimas as universidades brasileiras que têm recursos suficientes para patrocinar essas pesquisas e, portanto, na medida em que se obtém financiamentos externos passamos a ter projetos suficientemente rígidos e detalhados uma vez que o investimento é muito grande e a agência financeira não irá incentivar mudanças no processo da pesquisa. Podemos dizer que o mecanismo da descoberta que tanto estimula a imaginação do pesquisador está diminuindo, cada vez mais devido ao próprio desenvolvimento econômico.

Gostaria de citar a contribuição da Biblioteca do Instituto de Física da UFRGS ,que vem de encontro ao que acabo de expor. O Instituto de Física da UFRGS mantém seus pesquisadores atualizados através de pre-prints recebidos diretamente dos autores. Para isso mantêm contato com as instituições internacionais afins que enviam listas de suas publicações, os pesquisadores fazem os pedidos através da Biblioteca e recebem o artigo antes que ele seja publicado.

É um processo pelo qual uma vez que haja um documento de qualquer tipo pronto não se espera que ele seja publicado, para que seja feita sua divulgação. Na medida em que o Instituto de Física da UFRGS obtém os trabalhos, antes de sua publicação, é lógico que se pode ter a informação de hoje para o pesquisador e, não a de ontem.

Quando se diz que os pesquisadores não gostam de responder questionários e querem guardar para si os pre-prints é, nesse sentido, que precisamos exaustivamente do auxílio dos bibliotecários, para que esse mecanismo seja assumido pelas bibliotecas e, não deixada ao sabor do egoísmo dos pesquisadores, tentando reter para si o que é patrimônio da comunidade científica.

FRANCISCA MARÍLIA LEAL: A divulgação das pesquisas em processo deveriam ser normalizadas pelo INPI através de ato normativo sendo obrigatória por parte do pesquisador ou instituição patrocinadora da pesquisa a publicação do andamento da mesma em jornais diários, assim como são publicados os editais, por ser um meio de comunicação e acesso comum e, periódicos especializados por serem mais fáceis para a localização das pesquisas em desenvolvimento ou seja, a possibilidade da publicação em jornais diários ou em periódicos especializados. O que lhe parece?

CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO: Parece-me ótimo, apenas gostaria de lembrar que o periódico especializado volta a ter o tempo de espera para publicação, isto tem sido amplamente debatido nos Estados Unidos por diversas instituições científicas.

HELOÍSA BENETTI SCHREINER (Diretora da Biblioteca Central da UFRGS): Como a senhora disse no início, informação é poder, poder econômico e político, não será essa própria natureza da informação um fator de resistência à informação de pesquisas em andamento, não será essa uma das grandes limitações dos cadastros de pesquisa em andamento. Se o pesquisador muitas vezes julga ou deseja que ele seja o proprietário único de uma informação contida num pré-print de autoria de um colega seu, não será essa, também, uma colocação válida, se a informação é ele que **está gerando?**

CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DE CASTRO: Eu tentaria colocar a questão de uma outra forma. Em 1976, estava pesquisando o problema de Pós-graduação em Educação no Brasil, e a situação no panorama internacional. Em vez de me utilizar dos sistemas convencionais de pesquisa, simplesmente enviei uma carta pedindo a informação que desejava saber e essa carta foi vertida para o espanhol, francês, inglês e alemão. Gastamos apenas o correio e espalhamos a carta pelo mundo todo. Com isso, começamos a receber correspondência e informações de todas as partes do mundo, inclusive de locais que desconhecíamos totalmente. Estou dando esse exemplo para demonstrar que a comunicação informal, entre pesquisadores é, talvez, uma das coisas mais respeitadas e que faz parte da ética profissional ou seja, por ética profissional entende-se que um pesquisador ao receber um pedido de informação de um colega tende a atendê-lo.

A minha preocupação seria em que medida essas formas informais podem ser agilizadas não para benefício de um pesquisador, mas para que isso possa servir à comunidade dos pesquisadores. Acredito que a resistência do pesquisador em dar informação, ou em fornecer um pre-print ou se-parata se deve ao fato de que ele o conseguiu com um grande esforço pessoal e, como nós estamos num sistema capitalista, em que se protege a propriedade privada, evidentemente, uma informação que eu obtive porque conheço alguém que possa me dá-la, não haveria muito interesse de minha parte em divulgá-la, mas, no momento em que essa informação não fosse pedida, nem obtida por um pesquisador individual, mas por uma organização especializada, no caso a Biblioteca, tenho a impressão de que isto beneficiaria a todos.

O pesquisador relutará em fornecer informações sobre sua pesquisa, na medida em que ele não veja qual a utilidade daquilo; no momento em que é outro pesquisador quem pede a informação a coisa muda de figura, porque a percepção da utilidade é imediata. Na medida em que Centros de Documentação consigam convencer o pesquisador que aquela informação é pedida, mas é pedida para ser divulgada e, é uma divulgação imediata, acredito que se tenderia a acabar com a resistência por parte do pesquisador.

(Considerações feitas por um participante do Seminário que não foi identificado): Gostaria de levantar alguns problemas quanto ao que foi dito aqui.

Primeiramente, quanto à demora da obtenção de informação. Enquanto houver falhas no nosso correio, enquanto nós não pudermos contar com essas embalagens especiais para enviar a comunicação de forma rápida, será muito difícil diminuir essa demora. Deveríamos ter uma lei ou portaria do governo, no sentido de que qualquer comunicação escrita ou qualquer outra forma de documento pudesse chegar a seu destino imediatamente. Enquanto, também, tivermos falta de recursos administrativos e reprográficos, o problema continuará acontecendo.

Em segundo lugar, quanto ao cadastramento de pesquisas em processo, além do problema dos questionários que, geralmente, não são respondidos, o que torna o nosso cadastro incompleto, gostaria de dizer que nem sempre a informação que o pesquisador deu no início, é a mesma depois

que ele desenvolve a sua pesquisa, portanto, o que cadastra essas informações teria que acompanhar a pesquisa ou o pesquisador se comprometer a mandar periodicamente as reformulações.

Outro ponto que gostaria de expor, em nome da Professora Dinah Aguiar Población, que recentemente fez uma comunicação muito interessante à respeito do bibliotecário — é que ele não é solicitado a participar das Câmaras de Pesquisa, enfim das reuniões de cúpula, dos pesquisadores, dos professores, então, ele não toma conhecimento das programações de pesquisa, portanto se o bibliotecário pudesse ser ouvido e pudesse participar dessas reuniões, ele participaria das decisões a serem tomadas e ficaria mais fácil para ele divulgá-las. Isto é o que deveríamos pleitear urgentemente.

Outro ponto, ainda, é quanto ao treinamento do bibliotecário. Nós temos a experiência do Instituto de Energia Atômica em que o bibliotecário que entra nessa biblioteca é treinado, passando por volta de 9 meses em treinamento para fazer uma reciclagem em matemática, física, química, etc., enquanto ele não estiver apto, ele não começa a trabalhar. Com relação à informação bibliotecária, acho que por enquanto é impraticável nas Escolas de Biblioteconomia, talvez, fosse possível se fazer o treinamento numa instituição ou um curso preparado com esse objetivo.

Em último lugar, gostaria de dizer que quanto à educação do usuário, nós temos percebido que as bibliotecas e centros de documentação produzem seus instrumentos de informação, porém, o usuário não sabe se utilizar deles, portanto o usuário também, precisaria ser treinado. Alguns são privilegiados, fazem cursos fora, mas a maioria dos usuários não conhece o valor dos instrumentos bibliográficos de que dispõem. O treinamento desses usuários é condição essencial para que eles possam usufruir das fontes de informação

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (Coordenador do Curso de Biblioteconomia da UFF): Acho um pouco de prevenção do pesquisador, a tendência de relegar, a um plano inferior, a informação produzida anteriormente, principalmente na área de Ciências Sociais e, mais especificamente em Educação, onde nós não podemos, pelo menos com um prazo de 10 anos, realmente fazer uma avaliação, ou seja, sentir o "feedback". Porque em sistemas de ensino, nós não vamos poder nunca colher os frutos imediatos, o que temos que

er é se aquele processo, técnica ou experiência realmente contribuiu para a formação global do indivíduo e, isto exige um espaço de tempo para ser avaliado corretamente.

Outro aspecto que a senhora abordou e, que é uma grande preocupação nossa é o problema da formação do bibliotecário. Infelizmente no nosso sistema, o bibliotecário em uma graduação mais em termos quase de técnicas de tratamento de material bibliográfico e documentário, isto é, disseminação, recuperação da informação, mas já se tentou a UFF e, é preocupação de muitos, criar essas especializações, na área de Biblioteconomia e Documentação.

CÉLIA LÚCIA MONTEIRO DA CASTRO: Estou de acordo com tudo o que acaba de dizer. Talvez, devesse ser bem honesta e começar a minha intervenção não tanto na linha as exigências do pesquisador, mas fazendo um pouco de crítica ao próprio pesquisador. Espero que ninguém me critique muito violentamente por isso. Quando penso em pesquisa, não penso em teses de Mestrado, porque Mestrado Pós-Graduação são recursos que estamos usando no Brasil para preparar docentes universitários ou para melhor qualificá-los, para preparar o profissional de alto gabarito e para iniciar a formação do pesquisador.

Gostaria de ressaltar aqui que Mestrado não forma pesquisador. Mestrado quando muito dá início à formação da carreira de pesquisador. Em países mais desenvolvidos a tese de Mestrado já caiu por terra, porque se reconhece que em nível de Mestrado não há porque exigir-se tese, já que as pessoas não estão em condições de fazê-la.

Concordo com o colega José Carlos quando ele diz que a preocupação com a informação de ontem, principalmente em Educação, pode desmerecer coisas importantes, porque um processo educativo não é julgado ontem, porém gostaria de lembrar da necessidade por parte do pesquisador de ter a informação correta e atualizada. Qualquer análise **que** se faça fica falha quando os dados são desatualizados, nesse sentido é que a informação tem que ser atual.

Acredito que se fosse possível se intensificar a formação de bibliotecários por áreas de conhecimento, seja a nível de Graduação, Pós-Graduação, ou cursos de especialização, isto seria de grande benefício para o pesquisador e suas pesquisas.

Parece-me que no Brasil, atualmente, uma das principais missões do pesquisador é a de cadastrar os nomes e endereços das pessoas que trabalham na sua área de saber. Seria função da biblioteca ou centro de documentação não só conhecer as publicações, mas também as pessoas, centros e instituições que estão na vanguarda daquela área.

DINAH AGUIAR POBLACIÓN (Presidente da Comissão Brasileira de Documentação Biomédica e Professora da Escola de Comunicação e Arte da USP): Uma das metas do bibliotecário é estar sempre insistindo para obter a informação desejada. A exemplo disso, a senhora deve conhecer os relatórios da Escola Paulista de Medicina. Os questionários iniciais foram difíceis de serem respondidos, mas desde 1970 nós mantemos constantemente essa indagação sobre pesquisas em andamento, trabalhos publicados, participação em eventos e atividades científicas do corpo docente. Estamos com os levantamentos feitos até 1977.

Recentemente na Reunião da SBPC propusemos, mediante apresentação, inclusive de uma portaria do Ministro da Educação, que o bibliotecário participasse das reuniões dos Colegiados, não como poder decisório, mas para tomar conhecimento das linhas de pesquisa que a Universidade está desenvolvendo. O bibliotecário ciente com antecedência do que será realizado, do que foi aprovado e das linhas de pesquisa da instituição, poderá avaliar não apenas o acervo de que dispõe, mas também providenciar os documentos que os pesquisadores vão necessitar. Dessa forma a biblioteca passa a ser um centro referencial de informação para o pesquisador.

3ª SESSÃO CIENTÍFICA

Componentes da mesa

Presidente: ALICE BARROS MAIA (Diretora do Núcleo de Documentação da UFF)

Relatora: THEREZA SITA CARS (Professora do Departamento de Documentação da UFF)

Expositores: JORGE DA SILVA PAULA GUIMARÃES (Professor Titular de Histologia da UFF)

CHARLES ALFRED ESBERARD (Professor Titular de Farmacologia da UFF)

ALRIDIA CARVALHO PINTO MOREIRA (Chefe da Biblioteca de Engenharia da UFF) ENEIDA DE MATTOS FOLLY (Chefe da Biblioteca de Medicina da UFF)

MÁRCIA MARIA ERTHAL SERRÃO (Bibliotecária do Núcleo de Documentação da UFF)
MARÊDA FIORILLO BOGADÓ (Chefe da Biblioteca Biomédica da UFF)

Secretária: ANA LÚCIA LIMA FERREIRA (Bibliotecária do Núcleo de Documentação da UFF)

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL DO PONTO
DE VISTA DO PESQUISADOR, SUAS EXPECTATIVAS
E INTERESSES

JORGE DA SILVA PAULA GUIMARÃES

(Professor Titular de Histologia da UFF)

Na pesquisa científica, como em qualquer outra atividade humana, estamos sempre confrontados com a necessidade de tomar decisões. Com relação à pesquisa científica, especialmente, nós precisamos decidir, por exemplo: quanto às linhas de trabalho ou temas de pesquisa a ser adotado; quanto à metodologia a empregar, envolvendo procedimentos, técnicas, instrumental, animais, etc.; quanto à estrutura conceitual e teórica, dentro da qual vamos propor as perguntas do trabalho científico, vamos analisar os resultados, avaliar as respostas e extrair as conclusões. Esse ato humano de decidir e, sobretudo, de decidir bem no âmbito da pesquisa científica e, insisto como em qualquer setor, exige acima de qualquer coisa a aquisição prévia de informação. Informação definida como tudo aquilo que orienta a ação, no entanto mais do que informação, nós os cientistas precisamos de informação relevante para a decisão final, relativa àqueles aspectos que me referi inicialmente. Para preencher essa condição, isto é, para se ter informação relevante necessária a atender a essas solicitações anteriores, precisamos de pelo menos 3 pré-requisitos, que devem ser considerados: 1º — a informação deve existir em forma adequada e acessível; 2º — os usuários da informação devem saber que ela existe, e, 3º — os usuários da informação devem saber como encontrá-la e como usá-la.

Toda informação é operacionalmente inexistente se não for comunicada de alguma forma e, há várias maneiras de fazê-lo (oral, escrita, conferência, livro, rádio, disco, fita; periódico, microfilme, etc.). O cientista, ou é um ser comunicante, ou não é cientista. Ciência é impensável sem co-

municação e mais do que isso, para que o trabalho científico atinja seu rendimento máximo é preciso que a informação dada seja de boa qualidade e adequada à sua pesquisa. Estima-se que 9% dos recursos gastos em pesquisa podem ser desperdiçados, se uma adequada informação não for apropriadamente comunicada. Temos como exemplo: levando a uma duplicação desnecessária de pesquisa; a um planejamento mal elaborado; a um atendimento falho de teorias, conceitos, que levam a conclusões errôneas ao fim da pesquisa e, assim por diante.

A comunicação de informações se faz de 3 maneiras distintas: 1º — através do que Solla Price chamou "Colégios Invisíveis", que é um sistema informal de troca de informações sob a forma de cartas, periódicos, encontros fortuitos, seminários, visitas a laboratórios, etc, é uma vivência social entre os cientistas que leva a um processo de comunicação muito ativo e eficaz; 2º — através de comunicação formal de trabalhos originais publicados em periódicos, livros, teses, monografias, anais de congressos, etc e, que são conhecidos na terminologia técnica como "Publicações Primárias" e, 3º — através das publicações ditas "Secundárias" e, que alguns chegam até a chamar de "Terciárias". Consistem nos índices, abstracts, reviews, advances, progress, etc, sendo que algumas vezes se incluem sumários ou artigos de atualização e questões importantes de temas, ou revisões da história remota ou recente de um determinado assunto e, mais recentemente, listas analíticas dos artigos publicados na semana, mes ou ano. A utilização dessas 3 modalidades de comunicação da informação entre os cientistas varia grandemente; num extremo encontramos aquele que se vale largamente de publicações secundárias, que antes de cada projeto de pesquisa realiza uma ampla revisão bibliográfica, se valendo de todos os serviços de informação que a biblioteca a qual ele tem acesso, dispõe e se propõe a fazer; enquanto, do outro lado situa-se aquele que apenas consulta regularmente alguns periódicos relevantes, ou preferem mesmo, se informar circulando num desses "Colégios Invisíveis". É lógico que nenhum desses tipos de cientistas se realiza no estado puro. O cientista atuante de alguma forma utiliza todos esses processos apenas enfatiza às vezes mais um ou outro, dependendo inclusive do temperamento, oportunidade, etc, de cada um deles. De um modo geral, existe uma subutilização dos setores secundários de infor-

mação. Um levantamento realizado na Inglaterra em relação à literatura médica revelou que, apenas 1/3 das solicitações feitas à National Lending Library for Science and Technology eram conseqüência de referências obtidas em índices e abstracts, a maior parte das solicitações provinham de referências obtidas em publicações primárias ou oralmente. Em outro levantamento demonstrou-se que os biólogos usam menos os serviços secundários do que os químicos, muito embora esses, também, não o utilizem no nível considerado ótimo. A razão desses fenômenos eu desconheço. Como a utilização dessas redes de informação nem sempre é muito fácil, tudo indica que os cientistas, a maior parte das vezes, só utilizam a literatura cuja existência lhes chega mais facilmente às mãos, aquela em que eles têm contato de uma forma mais direta e imediata. Várias razões concorrem, obviamente, para isso: mas, provavelmente 3 parecem influir de maneira significativa nesse procedimento: 1º — ausência de instrução e treinamento formal e sistemático na utilização desses serviços de informação; 2º — a tendência natural dos cientistas a buscar a informação por métodos simples e diretos, procurando o que deseja através do "Colégio Invisível", folheando periódicos, etc. e, 3º — a qual acho a mais significativa, são certas dificuldades que o cientista e o pesquisador atual enfrenta de se orientar dentro da crescente complexidade da rede de informação; geralmente, a situação está adquirindo um caráter muito sofisticado, esotérico, complicado, que nós que já possuímos um tempo razoável e número de pesquisas realizadas, de repente nos sentimos atordoados e meio perdidos no meio dessas publicações, itens, etc.

Seja como for o produto final do serviço de informação é a literatura propriamente dita, da mesma forma que o produto final do trabalho científico é o documento, sua publicação. Nesse ponto, chegamos à biblioteca. Para o cientista e o pesquisador profissional a biblioteca é o centro vital da cadeia de informações e de uma forma ideal, o pesquisador espera que ela seja, na atualidade, capaz de atender a todas às demandas de informação, isto é, que seja um sistema bastante complexo, capaz de identificar, adquirir, processar, armazenar, recuperar e suprir a informação.

Para um cientista hoje manter-se atualizado, especialmente se ele deseja conservar-se atuante dentro do que se chamou "frente de pesquisa", exige-se dele um esforço con-

tinuo de busca e análise de informação, sobretudo se considerarmos a crescente multidisciplinaridade de quase tudo o que se faz atualmente. Hoje, qualquer pesquisa em Biologia é impossível de se fazer só com Biologia, quando na verdade nós temos que ter acesso à informação, a respeito de Bioquímica, Biologia Celular, Física, Matemática, etc. A tendência é haver cada vez mais uma aproximação entre as ciências. Podemos dizer que, atualmente, qualquer pesquisa envolve uma consulta multidisciplinar. Isto é uma carga bastante grande para o pesquisador que quer se manter atuante na frente de pesquisa, isto é, que pretende continuar produzindo trabalhos científicos relevantes, ou seja, informação relevante que passe a ser inserida e passe a participar dessa frente de pesquisa, dessa rede de informação internacional. Isto mostra a importância do especialista em Documentação na ajuda dada aos cientistas, sobretudo no domínio e na utilização da moderna tecnologia informacional, tais como: computação, telecomunicação, reproduções de todos os tipos, microreprografia, etc. Toda essa tarefa do cientista e do especialista em Documentação na busca de informação é realizada visando ao objetivo básico, que é a obtenção e seleção de informação relevante para o trabalho de pesquisa a ser feito. Do ponto de vista do cientista esse é o maior préstimo que o especialista em informação pode lhe oferecer. A participação dos cientistas nas tarefas de modificar e melhorar os serviços de informação, que venham a atender suas próprias necessidades, parece ser imperativa nos dias de hoje. Em 1966, James Cock, numa reunião da Sociedade para o Progresso da Ciência da Inglaterra, afirmou: "Penso que um dos problemas reais que enfrentamos, atualmente, é persuadir os cientistas a participar ativamente no desenvolvimento e melhoria dos serviços de informação que utilizam. Do contrário correremos o risco de ver surgir um abismo intransponível entre o especialista da informação, que cria os serviços e, os cientistas, que supostamente os utilizam".

Todas essas considerações são importantes, desde que nós não perdamos nossa perspectiva nacional, por isso formularia as seguintes perguntas: Como tudo o que foi mencionado se aplica as nossas condições concretas? São nossas bibliotecas universitárias centros reais de informação capazes de identificar, adquirir, processar, armazenar, recuperar e suprir informações? Já existe entre nós a figura

cio especialista em informação, que seria o indivíduo que ficaria entre o cientista e a fonte de informação? Em que extensão e profundidade as atuais bibliotecas e serviços de informação estão auxiliando o cientista na busca e seleção de informação relevante? Estão os cientistas utilizando regularmente os serviços de informação fornecidos pelas nossas bibliotecas, especialmente os serviços ditos secundários? E finalmente, que papel devem desempenhar os cientistas e pesquisadores nesse esforço de mudança? E se todas essas indagações e respostas implicam numa negativa, então, a pergunta é a seguinte: O que devemos fazer para mudar a situação agora?

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL DO PONTO
DE VISTA DO PESQUISADOR, SUAS EXPECTATIVAS
E INTERESSES

CHARLES ALFRED ESBERARD

(Professor Titular de Farmacologia da UFF)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a honra do convite, para que viesse falar como usuário de uma biblioteca universitária e, pretendo abordar, exatamente, esse tema como pesquisador e como professor universitário.

O que busco numa biblioteca universitária evidentemente, é o conhecimento registrado numa forma disseminável sobre um fato. Fato esse que tem uma história. Fato esse que tem um certo número de ramificações, várias interpretações, inúmeras avaliações; de tal forma, que a história registrada desse fato, que é parte do patrimônio cultural, é essencialmente representado por uma árvore, na qual sua emergência, e seu ponto de origem é o início do tronco e, que progressivamente se ramifica, a medida em que a análise desse fato, sua interpretação, sua avaliação, seu significado vão escapando do limite da descrição inicial e, a um determinado instante, uma linha horizontal que passe por uma altura daquela árvore, pode representar o momento atual. Esse momento pode ser, por exemplo, o de um usuário de biblioteca universitária que a procure para saber o que existe sobre determinado fato, sobre o modo como ele é interpretado e, aí vem exatamente, o problema que coloca como usuário: O que eu vou achar? O que espero achar? O que eu devo achar? Essencialmente, o ideal, que é inatingível dentro da estrutura brasileira, seria a de que se tivesse todos os periódicos com coleções completas, que se tivesse um maior número de referências possível, que se tivesse a maior coleção de revisões críticas das análises periódicas, etc. Efetivamente, isso não é possível. Não é possível pela própria estrutura da universidade brasileira, que é extremamente recen-

te. Uma estrutura que ainda não está solidificada. Uma estrutura em que a relevância e o registro do dado cultural, ainda, é pouco valorizado. Por outro lado, nós não temos ainda, uma cultura que seja brasileira, autônoma, própria. Dependemos em grande parte de publicações, obras e estudos estrangeiros. Posso citar, como exemplo, a neurobiologia, que é minha área de especialização, atualmente está chegando ao Brasil menos de 1% pelas vias normais de comércio de tudo o que é publicado mundialmente. Nessa área que é talvez, uma das que nos últimos 10 anos tem tido um desenvolvimento dos mais explosivos, são anunciados periódicos novos numa média de 20 por ano. Periódicos esses que são impraticáveis de serem colecionados por pesquisadores individuais, por mais especializados que sejam e por maiores recursos financeiros de que disponha. Acredito que esse seja um dos problemas críticos que temos de enfrentar juntos, porque não há orçamento ou previsão orçamentária, que possa arcar com incrementos de custo dessa ordem, sem prejuízo das coleções iniciais.

Para se chegar à interpretação de um determinado fato, todo o histórico dele tem de ser levado em conta. Não é a interpretação de um conjunto de experiências, que nos leva a fórmulas novas, nem sequer teorizar a respeito dessa experiência, porque para isso teremos que remontar aos primórdios do fenômeno, analisar como seu conceito mudou no tempo. Isso só é possível através de coleções completas. Exatamente, vejam que esse é o dado que interpreto como essencialmente da biblioteca universitária, porque a não ser em condições muito especiais, nenhuma biblioteca universitária brasileira tem uma coleção completa de um periódico. Isso nos mostra a importância de se confrontar livremente as premissas de compra e assinatura de periódicos, no sentido de não se despender orçamentos tão preciosos, na duplicação de títulos, que já venham sendo adquiridos por outras bibliotecas. Que se crie, efetivamente, uma política de aquisição de periódicos para que haja na área federativa, geoeconômica, geouniversitária, uma maior possibilidade de acesso às fontes de informação, sem duplicidade e com maior eficiência.

Outro aspecto, a ser abordado, da biblioteca universitária, é o problema do livro. Esse problema, no meu entender se prende ao problema do livro-texto. O livro-texto classi-

camente definido, dentro de modelos americanos, é um livro que foi feito, no sentido de atender às necessidades primárias do curso, que os professores universitários estão ministrando aos alunos. Esses livros disseminaram-se no Brasil numa época em que livro-texto era igual a livro didático, com a constatação de livro didático ser o livro pré-universitário; começou-se, assim, uma política de traduções. Traduções que eram feitas em certas épocas, conforme uma demanda brasileira e, que não seguiam uma seqüência temporal das edições originais. Outro problema sério que temos nesse sentido é o de que no Brasil ainda não possuímos uma população estudantil capaz de absorver a curto prazo o livro-texto. Há uma série de tentativas de autores nacionais para escreverem livros-texto, evidentemente, o livro-texto brasileiro escrito por brasileiros será totalmente diferente daquele escrito em língua estrangeira e traduzido para o português. Outro aspecto é o de que dependendo do livro-texto seu custo é elevado para o estudante, não sendo possível sua aquisição por ele. Isto exige, portanto, que ele seja encontrado nas bibliotecas universitárias em número adequado de exemplares de acordo com o número de alunos que irão utilizá-lo. Isto obrigaria à biblioteca universitária a ter em vez de 2 exemplares, digamos, da obra, que ela venha a ter 10, 20 ou 50 exemplares, com isso seu orçamento fica comprometido e, as aquisições de obras que não são livros-texto (monografias, advances, etc.) de que, efetivamente, necessita a biblioteca universitária para possuir os conhecimentos de conteúdo recente de uma determinada área de especialização, não podem ser conseguidos. É preciso que se entenda, que o conceito que o livro-texto tem no Brasil é o de que ele é capaz de cobrir todo o assunto de uma área de conhecimento, sem a ajuda de nenhuma outra fonte de informação. Isto afasta o estudante da fonte original de informação. Isto dá ao estudante uma visão errônea do que é ciência, porque ele passa a usar o livro-texto como se fosse a única fonte de consulta. Isso leva o aluno a se afastar da biblioteca e da necessidade de constante pesquisa e atualização. A sala de leitura da biblioteca universitária hoje, e isso não é só aqui na UFF, mas na grande maioria das que conheço, passou a ser uma sala onde o aluno vai para estudar a partir de seus apontamentos de aula. As estantes de livros e periódicos lá estão, mas praticamente não são consultadas.

Confesso que a imagem que transmito é bastante pessimista. Acho que a biblioteca universitária, na sua perspectiva futura, tem que lutar por um objetivo muito sério, que é o objetivo da árvore de cobrir a copa e, na medida em que nos for possível, cobrir os ramos, o tronco e até as raízes. A biblioteca universitária deve ser, fundamentalmente, o local onde o estado atual de conhecimento, baseado no seu passado, na sua história, nas suas lutas deve ser encontrado. Um dos objetivos mais importantes da vida universitária, não é uma vida de formação profissional em que aquele que ali entra vai ser educado, mas sim se educar, enriquecer sua experiência humana, se ilustrar. Esse objetivo, ainda, está muito longe de ser atingido e, só poderá ser conseguido, na medida em que a biblioteca universitária seja usada desde o primeiro dia de aula pelo estudante. Temos de acabar com o problema do livro-texto, incentivar o aluno a estudar no dado da pesquisa pura original. Não podemos nos prender a dados que nos vem filtrados e depurados pelo tempo, pela visão de um. Temos que ensinar a nossos alunos a ter sua própria visão, a analisar o próprio fato, a ar-guir o próprio fato e, só com a biblioteca universitária é que vamos poder fazer isso. É exatamente nesse ponto que arguo a questão de perspectiva e interesses de uma biblioteca universitária do ponto de vista de um pesquisador: uma política eficaz e prioritária para aquisição do que é bom, do que é atual, do que é valioso; uma política que se faça sem limites de tempo, que seja dependente de um planejamento; em que haja uma continuidade de assinaturas de periódicos e, também, de uma política geral das bibliotecas de uma mesma área de conhecimento, no sentido de se evitar a duplicação de coleções e a dificuldade de se conseguir o material bibliográfico desejado.

DEBATES

ROSEMARIE APPY (USP): A continuação e o desenvolvimento do programa do livro-texto para o ensino superior, mantido pelo INL, deve ser considerado benéfico ou, prejudicial ao ensino universitário?

CHARLES ALFRED ESBERARD: A experiência que conheço do livro-texto do INL é de um trabalho extremamente

meritório. Se esse programa for construído em termos de autores nacionais para áreas específicas do conhecimento será um dos trabalhos dos mais relevantes para o país. Se nós tivermos um processo, projeto ou sistema que, efetivamente, permita uma rápida adaptação do texto desse tipo de obra às mudanças que vem se processando com uma velocidade vertiginosa no conhecimento científico e, na medida em que tivermos um intercâmbio de professores que tenta a uniformizar esses cursos em todo o Brasil, o problema do livro-texto será satisfatoriamente resolvido.

MÁRCIA JAPOR DE OLIVEIRA GARCIA (Diretora da Divisão de Serviços Informativos do NDC e Professora do Departamento de Documentação da UFF): Não seria uma forma de melhor educar e formar o estudante universitário a recomendação e de certa forma exigência de utilização de outros materiais bibliográficos, que não fosse o livro-texto, para seus estudos e pesquisas? Não seria essa uma forma de fomentar a utilização de recursos disponíveis nas bibliotecas e criar, talvez, um hábito de investigação ou, mesmo de modificar seu comportamento com relação à biblioteca, conscientizando-o quanto ao seu valor e importância? órgãos tais como Departamentos e Coordenações de Cursos das universidades poderiam, talvez, criar ou recomendar critérios para que os professores façam essas exigências?

CHARLES ALFRED ESBERARD: Concordo plenamente com a senhora. Acontece que vamos encontrar a barreira da língua. A experiência que tenho é a de que qualquer obra escrita fora da língua portuguesa não atinge o nosso aluno universitário. A tentativa que fiz para fazê-lo ler artigos originais de pesquisa que, geralmente, vinham em francês ou inglês, não funcionaram. A tentativa de textos em língua espanhola originou deformações e interpretações incorretas, ainda maiores do que as que muitas vezes, ocorrem nos livros traduzidos. Confesso que se a barreira lingüística não for vencida será muito difícil resolver esse problema.

TREINAMENTO DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ÁREA BIOMÉDICA DA UFF

ALRÍDIA CARVALHO PINTO MOREIRA
(Chefe da Biblioteca de Engenharia do NDC da UFF)

ENEIDA DE MATTOS FOLLY
(Chefe da Biblioteca de Medicina do NDC da UFF)

MÁRCIA MARIA ERTHAL SERRAO (Bibliotecária da Divisão de Serviços Técnicos/Seção de Catalogação e Classificação do NDC da UFF)

MARÊDA FIORILLO BOGADO
(Chefe da Biblioteca Biomédica do NDC da UFF)

1 Introdução

O presente trabalho trata do treinamento de usuário/aluno de graduação da UFF, da área biomédica, que constitui uma população considerável, pois ingressam cada ano, nessa área, aproximadamente 1.200 alunos. Não será abordado aqui treinamento de aluno de pós-graduação, nem de professores e pesquisadores, cujo tamanho da população não chega a constituir problema de treinamento.

Treinamento de usuário em biblioteca universitária e especializada não é assunto novo. Ao contrário é farta a literatura disponível sobre o tema. Os autores são uníssomos em reconhecer essa necessidade e a preocupação de treinamento de usuário em biblioteca já transcende o âmbito da literatura profissional.

MALUGANI (8) Enfatiza que "em vista da amplitude do problema do acesso à informação é urgente — como tem sido indicado — que o especialista, seja professor, cientista, téc-

nico ou estudante, receba orientação e treinamento para o uso da literatura científica e técnica da sua especialidade e dos guias e fontes de acesso à literatura das ciências afins"

NEGHME (10) cita como um dos requisitos mínimos para o cumprimento satisfatório das funções da biblioteca em ensino superior a "Educação dos usuários sobre a biblioteca e levantamento bibliográfico".

CEPEDA (4) acentua a necessidade de treinamento na forma de cursos formais, como fazem algumas faculdades de medicina em nosso país que "já aprovaram no currículo um treinamento no uso da biblioteca, das bibliografias médicas e nas técnicas de investigação bibliográfica".

FJALLBRANT (5), quando trata de diversos métodos de ensino aplicáveis à educação do usuário da informação, observa que "o bibliotecário pode estar primordialmente ingressado na máxima utilização dos recursos da informação existente na biblioteca; os professores, em como ensinar os alunos a coletar informações e ter acesso a elas de forma crítica, enquanto que os estudantes podem estar querendo saber como encontrar informação tão rapidamente quanto possível, a fim de passar nos exames. Os principais objetivos de um programa de instrução de usuário devem integrar esses diferentes aspectos".

A "Association of American Medical Colleges" e a "U.S. National Library of Medicine", citadas por NEGHME (10) fizeram um estudo detalhado acerca da responsabilidade que a biblioteca vem assumindo em conexão com a pesquisa e ensino, recomendando que dê a ela igual categoria de direitos e privilégios que aos outros departamentos dentro da escola, inclusive voz na estrutura dos programas de ensino e na preparação dos orçamentos. Além disso, recomendou que se destine tempo do horário habitual de estudo para instruir os alunos sobre o uso da biblioteca e para que se realizem treinamentos em levantamentos bibliográficos".

BRITAIN (3), no 9º Congresso Brasileiro e 5º Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Porto Alegre, em 1977, ministrou um curso sobre treinamento de usuário da informação, no qual abordou aspectos como tipos de instrução, métodos, avaliação, projetos de apoio existentes e modelo de instrução para usuário

Em suma, observa-se que a preocupação em preparar o usuário para utilizar eficazmente a informação é geral.

Na Universidade Federal Fluminense algumas tentativas foram feitas a fim de levar ao usuário/aluno de graduação conhecimentos necessários ao uso da biblioteca e das obras de referência existentes no acervo, assim como de noções essenciais no preparo de trabalhos científicos. Cabe destacar os cursos que foram realizados na Biblioteca de Veterinária, Medicina e Farmácia, integrados a disciplinas do currículo, atingindo apenas uma clientela reduzida e específica, por solicitação de professores das disciplinas. Esses cursos tinham por objetivo orientar os alunos na elaboração de trabalhos que teriam que apresentar ao mestre, em que o uso das fontes de informação e da biblioteca estavam inclusos. Outras tentativas foram feitas, como a elaboração de um manual sobre "Redação e apresentação de trabalhos técnicos e científicos" (11), assim como a elaboração de um currículo mínimo para curso de treinamento para todas as áreas, em 1971, que não chegou a ser posto em prática.

A falta de uma sistematização de cursos desse tipo na UFF demonstra dificuldades a serem superadas.

2 Dificuldades para treinamento de usuário/aluno de graduação da Universidade Federal Fluminense

MILLER (1962), citado por WEST (12), ao tratar do processo da aprendizagem diz que "todo aprendizado é um auto-aprendizado". Relaciona, a seguir, numa escala de eficiência crescente, os diversos graus de aprendizagem: "a menos eficiente", "apenas ligeiramente eficiente", "mais eficiente" e "muito eficiente".

Considera "menos eficiente" o aprendizado para atender a necessidades puramente acadêmicas. Demonstrou que alunos que obtêm altas notas em determinados exames retêm pouco desse conhecimento e quando repetem, três anos após, a experiência dos mesmos exames, alunos que obtiveram baixas notas se equiparam aos seus colegas que originalmente haviam se sobressaído.

"Aprendizado apenas ligeiramente eficiente" é aquele obtido através de freqüências a conferências ou preleções ou, de leitura de revistas e livros, pela forma regular. Esse tipo de aprendizado, conclui MILLER, pode ser prejudicado pela falta de uma seleção objetiva.

O "aprendizado mais eficiente" é o que se relaciona à procura de informações para resolver um problema que se tem em mãos, como por exemplo, dar uma aula.

Finalmente, o "aprendizado muito eficiente" é aquele em que o indivíduo procura a informação com uma finalidade prática imediata e importante, tal como resolver o caso de um paciente.

Como se vê, os pontos do aprendizado se dão quando determinados pela necessidade.

Com relação aos cursos de treinamento de uso da biblioteca, se não houver necessidade prática imediata, o aprendizado ficará, sem dúvida, comprometido. E essa é uma das grandes barreiras encontradas para treinamento de alunos de graduação da UFF.

Outro problema que se tem que encarar é o número elevado de alunos a serem treinados.

Sabe-se que a Universidade Federal Fluminense se inclui entre as primeiras do país quanto à população estudantil. Só na área biomédica matriculam-se por semestre cerca de 600 alunos. Existem, para atender as necessidades de informação desses alunos, uma biblioteca biomédica, que serve a todos da área básica e quatro bibliotecas na área profissional, atendendo respectivamente a alunos de farmácia, medicina, veterinária e odontologia.

O pessoal técnico disponível nas bibliotecas, com condições específicas para treinar, parece não ser em quantidade suficiente para atender a número tão elevado de alunos.

Por outro lado, os alunos estão sujeitos a um horário de aulas descontínuo, que abrange mais de um turno; as disciplinas por sua vez são ministradas em lugares diversos. O regime de crédito por semestre permite que o aluno requeira uma carga horária às vezes maior do que a que pode suportar, no afã de preparar-se mais cedo. Evidentemente, há no momento pouca oportunidade para a inserção de um novo curso no currículo.

Em suma, esses parecem ser os principais problemas para treinamento de alunos de graduação da área biomédica da UFF. Sem dúvida, necessitam de uma solução imediata a

3 Por que treinar?

A escola moderna baseia a educação na auto-aprendizagem do aluno. Fundamenta-se, principalmente, em ensinar o aluno a aprender, ao invés de sobrecarregá-lo com uma quantidade exagerada de dados informativos. Na formação profissional do aluno, que é a meta do ensino universitário, deve estar implícito o fornecimento de meios que o possibilite a continuar sua aprendizagem através da auto-educação. E onde o profissional encontrará os meios mais eficientes para prosseguir avançando em seus conhecimentos, senão através da palavra escrita?

Visto isso, não pode a biblioteca universitária omitir-se em relação a essa necessidade, virtual do aluno, ou seja, permitir que ele passe pelo curso de graduação sem obter as armas necessárias que lhe permitam continuar o seu auto-aprendizado. É evidente que alguma solução deverá ser tomada para implantação de cursos de treinamento de usuário da informação, também para alunos de graduação da Universidade Federal Fluminense.

4 O uso que a população em estudo faz dos recursos da Biblioteca

Durante a primeira semana do mês de abril de 1978 foi efetuado um inquérito com cento e um alunos de graduação, que se encontravam utilizando as bibliotecas biomédica e de Medicina da UFF, com o objetivo de identificar padrões de uso da biblioteca e de fontes bibliográficas. Segue, abaixo, o resultado desse inquérito.

4.1 Resultado do questionário — entrevista aplicada

a) FINALIDADE DA IDA À BIBLIOTECA

conhecer as novas aquisições	1%
Consultar alguma publicação	16%
Usar as salas de leitura	35%
Pedir um livro emprestado	35%

Fazer levantamento bibliográfico	1%
Pedir explicação ao bibliotecário	2%
Sem resposta	10%

O resultado acima indica que grande parte da população observada (75%) vai a biblioteca para usar as salas de leitura ou pedir um livro emprestado.

b) CANAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Bibliotecários	25%
Catálogos	15%
Índices e "abstracts"	—
Colegas	10%
Professores	40%
Sem resposta	10%

Pelas respostas acima, verifica-se que os instrumentos usuais de acesso à informação, isto é, catálogos, índices e "abstracts" pouco significam para o aluno de graduação. É, ainda, a indicação do professor (40%), formalizada ou não, que representa o meio mais utilizado para o acesso à informação .

O FINALIDADE DO CATALOGO

Para saber que obras a biblioteca possui sobre determinados assuntos	27%
Para saber que obras a biblioteca possui sobre determinado autor	19%
Para localizar obras nas estantes	46%
Sem respostas.....	8%

Na maioria das vezes (46%), o aluno procura o catálogo apenas para localizar, nas estantes, a publicação que previamente lhe foi indicada. Utiliza-o quase sempre para anotar o número de chamada e o nome do autor da obra a fim de solicitá-la ao funcionário no balcão.

d) DIFICULDADES PARA OBTER AS INFORMAÇÕES DESEJADAS:

Falta de publicação	19%
Falta de tempo	7%

Não sabe como obtê-la.....	2%
Falta de orientação didática	1%
Outras	1%
Sem resposta	70%

70% das questões ficaram sem respostas. O que acontece é que, por desconhecimento dos recursos da biblioteca, não sabem os alunos colocar suas dificuldades devidamente.

e) CONHECIMENTO E USO DA COLEÇÃO

— Cite uma obra de referência bibliográfica de sua especialidade.

Livro-texto	38%
Sem resposta.....	62%

A pergunta acima foi colocada com o propósito de verificar se os alunos têm conhecimento do que seja uma obra de referência bibliográfica. 38% só citaram livro-texto e 62% não deram respostas. Há, como se vê, desconhecimento das fontes de referência da área.

— De que publicações necessita para manter-se atualizado?

Periódicos.....	32%
Livros-texto	51%
"Abstract" e Índices	1%
Enciclopédias	7%
Sem respostas	9%

As respostas enfatizam como prioritório o livro-texto.

As obras que dão acesso à informação atualizada (índices e "abstracts") não foram enfatizadas como prioritárias.

Os dados referentes a periódicos dão a idéia de um consenso a respeito do seu valor para atualização de conhecimentos .

— Prefere obras de leitura resumida?

Sim	25%
Não	12%
Sem respostas	64%

— Você gostaria de ler um pouco mais sobre assuntos dados em aula?

Sim	77%
Não	18%
Sem respostas.....	2%

64% não deram respostas sobre se preferem ou não livros de leitura resumida. Isso parece mostrar uma perplexidade, que pode refletir a impossibilidade do aluno de graduação de aprofundar suas leituras. Já na questão seguinte, 77% declaram que gostariam de ler um pouco mais **sobre** assuntos dados em aula. Houve uma evidente contradição, mostrando talvez que a maioria dos alunos quer ler, **mas** reconhece essa impossibilidade, durante o curso.

f) CONHECIMENTO DAS NORMAS DA ABNT

— Faça a referência bibliográfica da publicação **que** você está lendo.

Referência incorreta.....	4%
Referência certa	1%
Sem respostas	95%

Os alunos não sabem fazer referência bibliográfica, como já era de esperar-se.

— Em que lugar do livro você localiza o que está contido nos capítulos?

Sumário	11%
Índice	85%
Folha de rosto	2%
Título	2%

Convém assinalar, aqui, que na ocasião da entrevista, a maioria dos alunos tinha em mãos obras que indicavam seus sumários pelo nome de índice.

4.2 Comentários

De uma maneira muito geral, os problemas de informação podem se resumir em:

Como encontrar a informação

Como aprender a informação

Como redigir um trabalho (relatório, seminários')

A primeira dificuldade abrange aspectos como uso correto dos catálogos da biblioteca, noção de arranjo de documentos, uso do material de referência, conhecimentos acerca de redes e sistemas de informação, etc.

-

Aqui se coloca desde logo o problema do nível e tipo da informação desejada pelo aluno. A rigor, a informação que o aluno de graduação da UFF busca nas bibliotecas das quais se tem tratado limita-se à inserida no livro-texto. Como se sabe, instrumentos de referência como índices e "abstracts" se referem quase sempre a informação de conteúdo recente e original, ao qual o aluno de graduação parece não estar, no momento, interessado. Seria o manuseio dessas obras uma necessidade urgente sentida pelo aluno de graduação da UFF? Provavelmente, não. Porém, o conhecimento desse tipo específico de publicação é uma das armas que o aluno deve adquirir para continuar sua auto- aprendizagem, já no exercício de sua **profissão**.

A segunda dificuldade é a fase em que o aluno já de posse da informação desejada e disponível passa a decodificá-la e interpretá-la.

Os problemas que surgem se referem, de início, à barreira lingüística. Sabe-se que aproximadamente 70% dos alunos de graduação da UFF não têm acesso à lingüística inglesa e grande parte desses alunos faz restrições à literatura escrita em língua espanhola, como se tem provado pela grande rejeição das obras nessa língua, quando disponíveis para empréstimo e consulta.

Seria esse um problema que um treinamento de usuário a nível de graduação pudesse solucionar? Evidentemente não.

Quanto à interpretação do texto, diríamos o seguinte: o texto de literatura científica de conteúdo assente (**livro-**

-texto, enciclopédia, manual, etc.) representa, no plano didático, o apoio teórico do que é exposto na sala de aula. Ele é, sabe-se, o registro permanente do conhecimento em vigor, enquanto tal. Daí dizer-se que um livro-texto é, também, além de instrumento para estudo e aprendizagem, uma obra de consulta. Essas obras apresentam o conhecimento sistematizado e pretendem, num prazo máximo de 5 anos, servir como referência do conhecimento que pretendem englobar, e por isso são, na maioria das vezes, extensas. No campo científico e tecnológico essas obras são geralmente traduções de um conhecimento importado que, freqüentemente, são comerciais, e cujo conteúdo às vezes se refere a uma realidade que não é vivenciada, no nosso meio, pelo aluno de graduação. Daí uma das dificuldades de interpretação.

NÃO seria demais lembrar o pensamento de SOLLA PRICE resumido por BRAGA (2) quando diz: "Talvez a primeira grande advertência deva ser dirigida aos países menos desenvolvidos, para que se esforcem e procurem, por todos os meios, integrar realmente o ensino universitário com a educação primária e secundária: principalmente que deixem de lado os livros didáticos em línguas estrangeiras e produzam textos decentes e adequados, em seus próprios idiomas Sempre batalhamos contra o nacionalismo científico. mas atualmente pode ser uma boa estratégia inverter as regras da batalha".

Como se sabe, a apresentação de um trabalho escrito é tarefa que necessariamente envolve conhecimentos da língua, do assunto a ser tratado e da maneira como deverá ser apresentado, isto é, das partes em que deve ser constituído Um simples curso de treinamento de usuário da informação não poderá, é evidente, orientar nesses três aspectos; restringe-se apenas à maneira de apresentação e, sem dúvida, como a experiência tem demonstrado, isso já facilita a expressão do conteúdo.

Experiências com alunos da UFF junto as disciplinas de Tecnologia Farmacêutica, Botânica, Tecnologia dos Alimentos de Origem Animal, Anatomia Patológica dos Animais Domésticos e Obstetrícia e Patologia da Reprodução Animal, mostram que, quando conjugados os esforços da biblioteca e de professores interessados em que seus alunos aprendam

a elaborar corretamente um trabalho científico, os resultados são apreciáveis. Convém notar ainda que a satisfação verificada entre os treinandos ao ver suas perplexidades, próprias de quem se inicia em tarefas desse tipo, dissolverem-se pelo conhecimento de como fazer são marcantes e estimulam a fim de que se procure fornecer esse tipo de orientação aos demais alunos.

5 Recomendações

CONSIDERANDO a situação atual da Universidade Federal Fluminense.

RECOMENDA-SE:

5.1 que se procure conscientizar os profissionais docentes da área médica para problemas de uso da informação — através de cursos formais de treinamento, a fim que indiquem clientela para cursos específicos para seus alunos, integrados às suas disciplinas. Cabe aqui assinalar que esses cursos para docentes poderão ter, ainda, a vantagem de, além de conscientizá-los para a problemática do aluno, minimizar o esforço das bibliotecas na tarefa de elaboração de levantamentos bibliográficos, hoje nitidamente aceita (6) como própria do usuário interessado;

5.2 que sejam programados cursos de treinamento para aluno de graduação, de acordo com as solicitações dos docentes já conscientizados, como tem sido feito pelas bibliotecas de Veterinária e Farmácia, levando-se em consideração os interesses da biblioteca, do corpo docente e as necessidades dos acadêmicos, como preconiza FJALBRANT (5).

5.3 que, para atingir de um modo geral a todos os alunos da UFF, seja elaborado um curso audio-visual modulado em dois níveis, pela equipe técnica do NDC, com a colaboração do Núcleo de Audio-Visual da UFF. O primeiro nível do curso atingirá a clientela que ingressa na área básica. Esse curso deverá conter ensinamentos estritamente necessários ao uso e funcionamento da biblioteca. O nível mais adiantado do curso fornecerá à clientela já na área profissional, conhecimentos mais amplos sobre o uso da informação científica e o preparo de trabalhos técnicos observando-se o ensino/aprendizagem dos instrumentos bibliográficos específicos a cada área profissional;

5.4 que seja incluída a disciplina "Didática" no currículo do curso de Biblioteconomia dessa Universidade, com a finalidade não só de preparar o aluno para futuras atividades docentes como, ainda, proporcionar ao profissional já lotado nas bibliotecas universitárias da UFF formação nesse sentido, pela oportunidade de obter esse crédito.

Em suma, as recomendações acima seriam os passos iniciais a serem dados a fim de que no futuro esses cursos de treinamentos fizessem parte da programação curricular da universidade Federal Fluminense, mesmo como disciplina optativa, a exemplo de outras universidades do país.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARBOLEDA — SEPÜLVEDA, Orlando & ALVEAR, Alfredo. Métodos audiovisuales en la instrucion de usuarios de la information. Separata do Bol. Biol. Agríc, 9 (4): 271-288, 1972. p. 272.
- 2 BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. Ci Inf., Rio de Janeiro, 3 (2): 155-177, 1974.
- BRITTAIN, J. M. User Studies user behaviour and user Instruction; series of lectures and Seminarsy Porto Alegre, 1977 (Curso ministrado durante o 9º Congresso Brasileiro e 5ª Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação)"
- 4 CEPEDA, Luiza M. Rodrigues. Responsabilidades da Seção de referência numa biblioteca médica. Porto Alegre, 1972. 12 p. mimeog. (Trabalho apresentado à 3ª Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, p. 2-4).
- 5 FJALLBRANT, Nancy. Teaching methods for the education of the library user, Libri 26 (4): 252-267, 1976. p. 253.
- 6 FOSKETT, AC. A abordagem temática da informação. São Paulo, Editora Polígono, 1973. 437 p. 15.

- 7 KOMIDAR, Joseph S. O uso da biblioteca. In: GOOD, William J. & Hatt, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 5 ed. Trad. de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo, Editora Nacional, 1975. cap. 9, p. 137-154.
- E MALUGANI, Maria Dolores. La biblioteca en la educación agrícola superior. Separata do **Boletim Bibliográfico Agrícola**, 4 (1): 1-12, 1967.
- 9 MORETTI, Dina Maria Bueno et alii. **Orientação bibliográfica na área agrícola**. Porto Alegre, 1977. 15 p. mimeogr. (Trabalho apresentado ao 9º Congresso Brasileiro e 5ª Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação).
- 10 NEGhme, Amador. La función de la biblioteca en la enseñanza superior, la investigación científica y la práctica profesional. Separata do **Boletim de la Oficina Sanitaria Panamericana**, 63 (3): 242-250, Sept. 1972. p. 243-244, 246.
- 11 PERYOTON, Ana Mary Valporto & TAVEIRA, Maria Nilce. **Apresentação e redação de trabalho científico**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 19.
- 12 WEST, Kelly M. Função da biblioteca no aprendizado para aprender clínica médica. Separata da **R. bras. clín. e terap.**, 1 (3): 159-64, Mar. 1972.

DEBATES

DYRSE BARRETO TAVEIRA (Professora do Departamento de Documentação da UFF): O Núcleo de Documentação da UFF conta com um quadro reduzido de profissionais bibliotecários. Como seria possível desviar os poucos profissionais existentes para se dedicarem a tarefas docentes?

MARÊDA FIORILLO BOGADO: Como nós sabemos que o pessoal técnico disponível nas bibliotecas do Núcleo de Documentação da UFF, com condições específicas para treinar, não são em quantidade suficiente, a nossa proposta foi a da solução de um treinamento coletivo, uma solução de triagem, uma solução de emergência, que nós reconhecemos.

Como solução de treinamento coletivo, nós colocamos uma solução de cooperação ,em torno de uma equipe, que seria formada pelos profissionais bibliotecários do Núcleo de Documentação da UFF, em que teríamos a felicidade de contar com a colaboração do Curso de Biblioteconomia da UFF, na elaboração e implantação desse projeto. A nossa proposta como solução de emergência, como primeira triagem seria a de um audio-visual, na forma de um filme ,porque acreditamos ser essa a solução mais econômica. O elenco do filme seria formado pelas nossas próprias colegas bibliotecárias c, os cenários seriam as bibliotecas da UFF. Esse filme seria oferecido em horários a serem estudados, em grandes auditórios, onde seria dado um curso que contivesse conhecimentos mínimos necessários sobre o funcionamento da biblioteca e treinamento do usuário, isto é, como consultar um catálogo, o que significa o regulamento **da biblioteca**, etc.

4ª SESSÃO CIENTÍFICA

COMPONENTES DA MESA

Presidente: JOSÉ CARLOS ABREU TEIXEIRA (Professor Assistente e Coordenador do Curso de Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Documentação da UFF)

Relatora: MARÊDA FIORILLO BOGADO (Chefe da Biblioteca Biomédica da UFF)

Expositores: HERTA LASZLO (Professora Titular do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFF e Professora de Metodologia da Pesquisa do Curso de Pós-Graduação em Medicina Veterinária)

ELZA CORRÊA GRANJA (Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP e Bibliotecária-Chefe do Instituto de Psicologia da USP)

Secretária: MÁRCIA MARIA ERTHAL SERRÃO (Bibliotecária do Núcleo de Documentação da UFF)

A VINCULAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

HERTA LASZLO

*(Professora Titular do Departamento de
Tecnologia de Alimentos da UFF e Professora
de Metodologia da Pesquisa Científica do
Curso de Pós-Graduação em Medicina
Veterinária da UFF)*

Fui convidada a participar do seminário promovido pelo Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense, para relatar como o leitor julga a importância da Biblioteca Universitária nos Programas de Pós-Graduação. Quero abordar, em poucas palavras, como se pretende alcançar na Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense a vinculação ideal entre a biblioteca e os Cursos de Pós-Graduação.

Quando entro numa biblioteca, o ambiente de silêncio, respeito e a multidão de livros e periódicos me transmitem um estado de espírito de quase religiosidade. Uma biblioteca é, para mim, um congresso permanente de estudiosos. Nas estantes, como se estivessem reunidos em poltronas imaginárias, estão presentes os sábios de todas as épocas e países. Nas publicações encontram-se todos os tesouros da sabedoria: a herança cultural do passado, os progressos científicos e tecnológicos do presente e as previsões do futuro.

Como todo pesquisador, procuro a biblioteca a fim de me informar tanto quanto possível de "tudo" o que nos trabalhos dos outros poderia influir de maneira fecunda na pesquisa a ser projetada ou já em andamento. Viso obter e escolher técnicas de investigação e procurar subsídios para interpretar os resultados obtidos, podendo confrontá-los cora

os de outros pesquisadores e para formular novas hipóteses novas premissas, confirmando ou substituindo as inicialmente formuladas. Finalmente, pretendo colher idéias para formular novos temas e adquirir maiores conhecimentos em torno destes, podendo definir seus problemas e subproblemas específicos.

A consulta bibliográfica que na realidade perfaz 2/3 do tempo gasto em qualquer projeto de pesquisa é uma tarefa árdua, para uns, para outros é um prazer. As informações que vou colhendo me estimulam e tenho que controlar minha mente para não querer abordar demasiados assuntos ao mesmo tempo.

Gosto quando as bibliotecárias organizam uma mesa onde as publicações recém incorporadas ao acervo da biblioteca estão expostas por um curto período de tempo. A consulta, mesmo superficial das mesmas, coloca a gente rapidamente a par das mais recentes descobertas e dos assuntos mundialmente focalizados no âmbito de nosso próprio interesse.

Como professora da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica em curso de Pós-Graduação procuro induzir nos meus alunos, que na maioria estão se iniciando em trabalhos de pesquisa, esta sede e empolgação para com o estudo bibliográfico, fonte, e porque não dizer, "mola mestra" de uma pesquisa fecunda.

Porém, para usufruir de tais riquezas é necessário possuir a chave do tesouro, que é a capacidade de leitura inteligente, e conhecer seus segredos, que são as normas e técnicas de boa leitura. Uma publicação científica é como um pincel nas mãos de um artista. Manuseado por um inexperiente, o pincel produz somente manchas coloridas; na mão de um artista, produz obras primas.

Um plano de atividades para as buscas ordenadas das fontes bibliográficas é necessário e pode poupar muitos avanços e recuos desnecessários.

Tudo isto deve ser aprendido. Todos nós sabemos correr, mas o homem de esporte possui uma técnica própria, ele se movimenta de maneira a tirar o máximo de proveito de seu corpo. Assim o ordenado levantamento bibliográfico e a leitura inteligente são técnicas que devem ser adotadas para ser alcançado o máximo de proveito.

Para iniciar os mestrados no trabalho de pesquisa científica, especialmente na consulta bibliográfica, não conto apenas com uma bibliotecária do Núcleo de Documentação que além de boa profissional possui uma excelente didática por ser também professora, mas também com o elenco das bibliotecárias lotadas na nossa biblioteca que ajudam os alunos a fixar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

A nossa biblioteca possui 29 títulos de referências no que se refere a abstracts e índices. Dos 3.178 volumes de livros (acervo em dezembro de 1977), 1373, isto é, quase a metade, foram adquiridos ultimamente (isto é, desde 1974) e incluem livros didáticos para o curso de graduação, assim como as mais recentes publicações nos diversos assuntos das disciplinas do curso de Pós-Graduação. A maioria das assinaturas dos 185 periódicos é recente. Grande parte do subsídio deste novo acervo foi destacado das verbas dadas ao curso de Pós-Graduação. Evidentemente, também, os alunos da graduação usufruem deste enriquecimento do acervo da biblioteca.

Vale a pena ressaltar que a escolha das novas assinaturas adquiridas foi baseada na tese de mestrado da então bibliotecária, que num estudo sobre a otimização da coleção de periódicos apurou, dentro dos recursos disponíveis, os mais utilizados. Tive o prazer de ser orientadora da tese referida.

Um dos aspectos da pesquisa científica é que ela é acumulativa. Todo resultado científico mergulha as raízes, ao mesmo tempo nos trabalhos anteriores e nas descobertas feitas em outros campos. Destes tomamos conhecimento não apenas pela leitura, mas também pela comunicação oral. Por isso alegro-me com o novo projeto de aumentar a área existente da nossa biblioteca (sala de leitura, sala de serviços técnicos e sala de acervo) com mais salas, uma delas destinada ao estudo dos alunos de Pós-Graduação e formulo votos de que a mesma sirva, também, para reuniões dos professores e alunos engajados em trabalho de pesquisa, a fim de poderem trocar idéias e informar os diversos núcleos de pesquisa dos projetos e trabalhos em andamento na Faculdade de Veterinária. Será, assim, a biblioteca, como em muitas outras instituições congêneres a "casa mater" dos que se dedicam à pesquisa científica e ao magistério.

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E SEUS REFLEXOS NA PESQUISA CIENTÍFICA

ELZA CORRÊA GRANJA

(Prof^a do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Bibliotecária-Chefe do Instituto de Psicologia da USP)

RESUMO

O papel desempenhado pelas universidades e institutos de pesquisa na busca de soluções para os desafios do momento. A contribuição da universidade no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica. A Biblioteca Universitária como elemento de apoio indispensável na transferência e disseminação da informação científica. Despreparo atual da biblioteca universitária brasileira para atender às necessidades do momento em termos de ensino e pesquisa. Resultados revelados por estudo realizado entre 15 bibliotecas da Universidade de São Paulo, conclusões obtidas e sugestões apresentadas.

A Biblioteca Universitária e seus Reflexos na Pesquisa Científica

Vivemos numa sociedade em que o crescimento rápido tornou-se fato consumado e desafio à capacidade humana de encontrar soluções que venham trazer a esse crescimento índices compatíveis de desenvolvimento.

Face a esse ritmo acelerado de transformações, que se registram globalmente, depositamos nas organizações humanas nossas esperanças de que sejam capazes tanto de gerar mudanças quanto de se adaptarem a essas transformações com vistas à sua própria sobrevivência.

De todas as organizações exige-se mobilidade face às condições ambientais vigentes mas, algumas delas, podemos dizer, foram especificamente criadas para desenvolver, induzir e favorecer a mudança. São as organizações que chegam à inovação como consequência do esforço na procura de soluções para os desafios do momento. Dentre essas organizações destacam-se as universidades e os institutos de pesquisa e desenvolvimento.

No passado, essas organizações produziram inovações capazes de responder a desafios na área da saúde e da engenharia. Hoje espera-se que gerem inovações para que não se acentuem os problemas que surgem em decorrência da explosão demográfica, educacional e da explosão da própria informação científica.

A Universidade é fenômeno relativamente novo em nossa cultura e o momento de transição e renovação que vivemos talvez seja aquele que dela exigirá grandes esforços na contribuição para o desenvolvimento. Essa contribuição é esperada, sobretudo, no desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa científica que geram, por sua vez, o avanço da própria ciência.

No entanto, ensino e pesquisa requerem, para o seu desenvolvimento, o apoio de estruturas técnico-administrativas capazes de transferir informações com o objetivo pre-cípua de fomentar e alimentar os trabalhos científicos em andamento.

Nesse processo de transferir informações a Biblioteca Universitária ocupa lugar de destaque servindo como elemento de apoio indispensável ao progresso da ciência.

Entretanto, constatamos que as bibliotecas universitárias brasileiras não se encontram em estágio de desenvolvimento capaz de atender às rápidas transformações que ocorrem em nossa sociedade nem tampouco fazer face à demanda que ora enfrentam em relação às necessidades de informação de seus usuários. Em outras palavras, nossas bibliotecas não estão preparadas para atender às exigências no momento em termos de ensino e pesquisa.

Não obstante o papel que desempenham no desenvolvimento científico, cultural e tecnológico do país, a impor-

tância da Biblioteca Universitária é frequentemente reconhecida em trabalhos de especialistas e profissionais da área, mas poucas vezes efetivamente demonstrada em nossa realidade.

Fato comprobatório desta afirmação revela-se na constatação de que as bibliotecas não constituem, salvo possíveis exceções, prioridade orçamentária nas universidades. Ao contrário, as verbas a elas destinadas são atribuídas dentro de critérios os mais diversos, sem qualquer vinculação a um planejamento global alicerçado em necessidade de caráter multidimensional.

Na área oficial, onde figuram as bibliotecas universitárias de maior porte do país, os orçamentos-programa, quando elaborados, seguem, em geral, práticas administrativas rotineiras e improdutivas: a previsão é feita em excesso, prevendo-se os cortes usuais, ou o programa deve se limitar à previsão daquelas necessidades consideradas imprescindíveis à manutenção dos serviços de rotina.

fi óbvio que tal proceder limita consideravelmente o desempenho da biblioteca que fica, desta forma, reduzida a um serviço de importância relativamente pequena, atendendo-se ao empréstimo de livros e periódicos e ao atendimento do leitor nas suas mínimas necessidades. Uma prestação de serviços bastante coerente, sem dúvida, com a imagem tradicional de bibliotecas.

Mas, onde está o caráter inovador que deve pautar as atividades daquelas organizações que se propõem a colaborar na busca de soluções aos problemas do desenvolvimento?

Países desenvolvidos ou, melhor definindo, países que têm acesso à informação, já transformaram suas Bibliotecas Universitárias em verdadeiros "centros de informação" por considerarem o acesso ao conhecimento acumulado um recurso fundamental ao desenvolvimento.

Poucas Bibliotecas Universitárias brasileiras poderiam ser consideradas "centros de Informação" e pouquíssimas, talvez, teriam o direito de usar o termo documentação.

De modo geral, as Bibliotecas Universitárias não têm gerado informação científica em nenhum estágio de suas atividades. Um serviço de documentação implica capacidade de reunir e disseminar informações tendo em vista um processo comunicativo estabelecido com o usuário. Tal atividade pressupõe um conhecimento efetivo dos usuários e um sistema de análise das informações armazenadas.

Com o objetivo de obter um diagnóstico dos "Serviços de Referência" de bibliotecas da USP, alunos do 8º semestre do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP realizaram um estudo de campo, sob a coordenação da Profª Neuza Dias de Macedo, responsável pela disciplina "Referência".

Os dados obtidos, uma vez tabulados, revelaram que:

De 15 bibliotecas analisadas apenas 7, ou seja, 47% contam com bibliotecário de referência e destas 7 apenas 2 processam Serviços de Disseminação Seletiva da Informação. Na realidade o estudo de campo demonstrou que das 15 bibliotecas pesquisadas apenas 5, ou seja, 33% possuem um Serviço de Referência estruturado, com metodologia própria.

Outro item bastante revelador do estado atual dos Serviços de Informação prestados diz respeito ao treinamento do usuário no uso da biblioteca e dos recursos bibliográficos. Ante a pergunta: "A biblioteca promoveu algum curso de orientação bibliográfica" apenas 3 das 15 unidades responderam afirmativamente.

O estudo de campo previu igualmente em seus questionários e entrevistas perguntas que dessem oportunidade aos bibliotecários de expressarem as razões que os impediam de prestar tais serviços de apoio ao estudo e à pesquisa. As respostas se repartiram pelos seguintes motivos:

- 60% falta de pessoal especializado, ou seja, bibliotecários.
- 20% falta de recursos
- 20% outros motivos

Quanto à avaliação feita pelo usuário no que diz respeito aos Serviços de Referência que lhe foram oferecidos, o estudo de campo revelou que:

- 20% consideraram ótimo o grau de utilidade que tiveram no desenvolvimento de seus trabalhos.
- 43% consideraram-no de boa utilidade.
- 37% consideraram-no de utilidade regular.

Quanto ao acervo das bibliotecas apenas 41% dos usuários consideraram-no atualizado para fins de estudo e pesquisa.

Um padrão tão limitado de serviços prestados não deveria registrar índices tão altos de satisfação. Entretanto, é preciso lembrar que a prestação de serviços em baixo nível gera conseqüentemente no usuário um grau de expectativa de nível ainda mais baixo.

Sendo as Bibliotecas Universitárias um dos instrumentos principais na assimilação individual do conhecimento científico faz-se necessário e urgente que sua atuação liberte-se das limitações presentes para que possam realmente oferecer uma contribuição decisiva aos planos nacionais do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural

O desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias Brasileiras seria rapidamente alcançado se houvesse:

1. Maior atuação, empenho e influência dos bibliotecários junto aos órgãos de decisão para que se reconheça a biblioteca como parte da estrutura total da universidade e como elemento fundamental ao ensino e à pesquisa.
2. Prioridade orçamentária para as bibliotecas para que seja reduzida a defasagem existente no momento entre os acervos e as necessidades dos usuários.
3. Maior interação entre as bibliotecas universitárias e as especializadas tendo em vista a complementação de acervos entre pesquisa e ensino e entre ciência pura e aplicada.

4. Maior facilidade na utilização de recursos eletrônicos e de computação com vistas à automação de bibliotecas e o uso crescente de meios não impressos de informação .

5. Melhor administração dos recursos recebidos de fontes financeiras externas. Sua utilização deverá ser pautada em critérios e sua administração alicerçada num plano global de investimentos no setor bibliotecário das universidades .

6. Maior entrosamento entre os órgãos oficiais responsáveis pelo planejamento de Sistemas de Informação e as universidades brasileiras no sentido de que estas participem e contribuam nesse planejamento com vistas a um maior e mais amplo desenvolvimento.

7. Criação de um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias como agência de planejamento e coordenação de intercâmbio de recursos e experiências. Este Sistema seria vinculado a entidade governamental que lhe conferisse apoio quanto ao plano de funcionamento e quanto às medidas propostas com vistas a:

Maior entrosamento de atividades Racionalização do trabalho em Bibliotecas Universitárias
Intercâmbio de pessoa e experiências Transferência de tecnologia Planejamento em âmbito local, regional e nacional

8. Criação de um conselho Bibliotecário Assessor atuando junto aos órgãos superiores das Universidades e composto por representantes do corpo docente e de representantes do corpo de bibliotecários da Universidade e do diretor da Biblioteca Central. O conselho teria caráter consultivo e seria presidido pelo Reitor da Universidade.

Ao levantar problemas e formular críticas às Bibliotecas Universitárias não queremos deixar aqui a impressão de um espírito crítico negativista ou transmitir sensação de impotência em relação às dificuldades ora enfrentadas. Baseamo-nos apenas no propósito de que a procura de novos caminhos implica em novas decisões e decidir exige cons-

ciência do presente e conhecimento da direção futura que queremos tomar. Usando as palavras de Drucker "... construir o futuro não é decidir o que poderia ser feito amanhã mas determinar o que poderá ser feito hoje para haver um amanhã".

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERLA, Georges. *Information in 1985; a forecasting study of information needs and resources*. Paris, Organization for Economic Cooperation and Development, 1973.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura brasileira*. 5.ed. São Paulo, Editora da USP e Editora Melhoramentos, 1971.
- DRUCKER, Peter F. *Drucker on management*. New York, Management Publications, 1970.
- MIRANDA, Antonio. *Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977
- PFROMM NETO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, 4 (1): 19-39, mar. 1975.

**Propostas de Resoluções, Recomendações e Conclusões
Apresentadas nos Painéis, Sessões Científicas e Reuniões
Levados a Efeito Durante o Primeiro Seminário
Nacional de Bibliotecas Universitárias**

1) que seja criado um Grupo de Trabalho encarregado de promover estudos e reuniões periódicas com representantes de Bibliotecas Universitárias, a fim de que seja estruturado um esquema de ação baseado na realidade presente e necessidades imediatas — e elaborar um projeto que vise a formação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias, sob a coordenação de um órgão central;

2) que se procure conscientizar os bibliotecários universitários quanto à importância e necessidade de cooperação realmente **efetiva** e em moldes adequados à situação atual e às bibliotecas universitárias brasileiras;

3) que seja criado um Grupo de Trabalho, com representação regional, formado por autoridades, bibliotecários e administradores, a fim de devotar-se ao estudo de uma legislação e de uma estrutura organizacional "modelo", **tendo em vista a formação de padrões mínimos para a biblioteca universitária** capaz de orientar o seu planejamento, sua organização, sua padronização, suas relações, e para definir responsabilidades das universidades e da própria classe bibliotecária;

4) que seja recomendada aos Reitores a exigência de projetos de regimentos internos das bibliotecas centrais ou órgãos correspondentes, com prazos definidos para discussão e aprovação pelos Conselhos Universitários,; e que esses regimentos sejam, periodicamente, reavaliados com vista ao regimento da Universidade, a fim de que acompanhem a dinâmica do processo administrativo desta;

5) que a Biblioteca Central ou órgão correspondente de cada Universidade seja representado no Conselho de Ensino e Pesquisa, para fins de adequação mútua;

6) que bibliotecários sejam convidados a participar das reuniões que se referirem à programação de cursos ou outras atividades docentes, a fim de que seja favorecido a integração de bibliotecários e professores e possam os primeiros estar a par das decisões e tendências das atividades docentes, para que tomem providências no que diz respeito à aquisição do material bibliográfico e à política a ser adotada pela biblioteca;

7) que as bibliotecas centrais ou órgãos correspondentes façam estudo de avaliação das coleções e definam uma política racional de aquisição de seus acervos, criando comissões de seleção constituídas de professores e bibliotecários, sob a presidência de um bibliotecário, cabendo a decisão final à biblioteca, devido ao seu conhecimento das necessidades bibliográficas da Universidade;

8) que todas as verbas, de procedência interna ou externa, destinadas a material bibliográfico e serviços bibliotecários, fiquem à disposição das bibliotecas centrais ou órgãos correspondentes para que as coordenem, a fim de que seja evitada a duplicação desnecessária do acervo e garantida a racionalização das despesas;

9) que seja excluída a licitação para fins de aquisição do material bibliográfico;

10) que seja recomendado às Universidades evitar a criação de coleções isoladas e a proliferação de bibliotecas sem viabilidade econômica, que, pela carência de recursos humanos, materiais e financeiros, não tenham assegurada sua continuidade ou garantido seu funcionamento dentro dos padrões mínimos;

11) que seja elaborada uma avaliação normalizada para aplicação periódica aos serviços bibliotecários;

12) que o MEC faça cumprir a Lei n^o 4.084, segundo a qual somente profissional bibliotecário poderá estar à frente de bibliotecas e serviços de documentação;

13) que seja instituída a disciplina "Metodologia da Pesquisa Documentária" regularmente ministrada para todos os cursos de graduação e pós-graduação, sob a responsabilidade de professores de Biblioteconomia em estrita colaboração com os bibliotecários da Universidade, de modo a acentuar em tais cursos seu caráter de treinamento de usuários;

14) que sejam envidados esforços para a criação de cursos de especialização na área de Biblioteconomia e Documentação a fim de atender a uma demanda mais urgente de capacitação de pessoal;

15) que as bibliotecas universitárias apoiem integralmente o PRODOCENTE/Livros da CAPES, adotando como rotina a avaliação de seus acervos e criando as comissões de bibliotecas que garantirão o êxito do programa;

16) que se solicite ao DASP a ampliação do quadro de pessoal das bibliotecas universitárias, considerando-se as crescentes necessidades de pessoal para atender demanda de informação nessa área;

17) que seja solicitado à CEPLAN a retirada do material bibliográfico da rubrica de material permanente e crie uma rubrica específica para sua aquisição, considerando-o material de consumo, sujeito à depreciação;

18) que o próximo SEMINÁRIO se refira a Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Especializadas.

ÍNDICE DE AUTORES

	Págs.
ALBEIEICE, Lygia de Medeiros	242
ALVES, Cecília Malizia	337
BACCARELLI, Rodolfo Miguel.....	308
BARRETO, Aldo Albuquerque	117
BERNARDES, Jacira Gil	40
BOGADO, Marêda Fiorillo	378
BRAGA, Gilda Maria	267
CARVALHO, Abigail de Oliveira	270
CASTRO, Cleia Lúcia Monteiro de	357
CAVALCANTI, Maria das Neves Niederauer Tavares	147
CUNHA, Leila Galvão Caldas da	216
ESBERARD, Charles Alfred	368
FOLLY, Eneida de Mattos	378
GRANJA, Elza Corrêa	396
GUHMARAES, Jorge da Silva Paula.....	368
LASZLO, Herta	393
LIEMOS, Katla Maria	308
MAIA, Alice Barros	25
MENDONÇA, ária de Lourdes Azevedo	40
MERCADANTE, Leila Magalhães Zerlotti	86
MIRANDA, Antonio	175
MONTE-MOR,, Janice de Mello	163
MORAES, Nazian Azevedo de	294
MOREIRA, Alridia Carvalho Pinto	378
MOUREN, Vera Lúcia da Costa	201
OLIVEIRA, José Palazzo de	40
PINHEIRO, Eliana Souza	125
REIS, Maria Angela Lagrange Moutinho dos	237
SA, Elisabeth Schneider de	125
SCHLEYER, Judith Rebeca	285
SCHREINER, Heloísa Bennetti	40
SERRAO, Marcia Maria Erthal	328
SONIS, Abraam	111
SUAIDEN, Emir José	210
TAVEIRA, Dyrce Barrêto	216
TEIXEIRA, José Carlos de Abreu	216
TORRES, Lilia Teresa Vasconcelos	242
URIARTE, Maria Regina Azevedo Arbulo	201
VIEIRA, Antonio Euclides da Rocha	99
ZAHER, Celia Ribeiro	34

IMPRESA
UNIVERSITÁRIA

F
U F

1981

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CEUFF — Comissão Editorial da Universidade Federal
Fluminense

OBRAS EDITADAS

Em 1980:

- NAT — Regimento do HUAP
- Jornal Escola-Comunicação IACS — Ano II — Nº 4
- Revista da Faculdade de Educação — Ano 5 — nº 2
- A Sua Universidade 1980
- Catálogo Geral da UFF — 1980
- Módulo Instrucional — 2ª Edição
- Metodologia do Ensino Superior
- A Didática... num enfoque dinâmico
- Investigações Gastroenterológicas
- Boletim Informativo do NPD — V. 6 Nº 1 — 1977/78
- Teogonia de Hesíodo
- Patologia — Processos Gerais

Em 1981:

- A Sua Universidade
- NAT — Legislação de Saúde em Hospital de Ensino